

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
DOUTORADO EM DEMOGRAFIA**

RICARDO ANTUNES DANTAS DE OLIVEIRA

**Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do
Trabalho: expressões regionais na década de 2000**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito para obtenção de título de Doutor em Demografia

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Co-orientador: Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca

**Campinas
Fevereiro de 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

OL4m Oliveira, Ricardo Antunes Dantas de, 1981-
Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial
do trabalho : expressões regionais na década de 2000 / Ricardo
Antunes Dantas de Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger
Coorientador: Cláudio Salvadori Dedecca
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade de mão-de-obra - Brasil. 2. Divisão do trabalho.
3. Agroindústria canavieira - São Paulo. 4. Trabalhadores da
agroindústria açucareira - São Paulo. 5. Brasil - Migração.
I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Dedecca, Cláudio
Salvadori, 1957-. III. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. I II. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Circular mobility of sugarcane cutters and spatial divisor
of labor: regional expressions in the 2000s

Palavras-chave em inglês:

Labor mobility - Brazil

Division of labor.

Sugarcane industry - São Paulo

Sugar workers - São Paulo

Brazil - Migration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Roberto Luis do Carmo

Humberto Miranda do Nascimento

Paulo de Martino Jannuzzi

José Irineu Rangel Rigotti

Data da defesa: 29-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do Trabalho: expressões regionais na década de 2000.

RICARDO ANTUNES DANIAS DE OLIVEIRA

Tese de Doutorado para obtenção do título de Doutor em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redução final defendida e aprovada em, 29/02/2012.

Banca:

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dr. José Inácio Rangel Ripatti

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira D'Antona - suplente

Prof. Dr. Jurandir Zullo Junior - suplente

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves - suplente

CAMPINAS/2012

Onde se lê: Tese de Doutorado em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Leia-se: Tese de Doutorado em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger e co-orientação do Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

201213643

**Para minha filha Manuela, pura luz, puro encanto,
por me permitir descobrir tanto em mim...**

Agradecimentos

À profa. Rosana Baeninger, com quem os diálogos ao longo destes quatro anos sempre foram voltados à ampliação e ao aprofundamento das idéias e perspectivas. Por tudo que realizamos durante este período e pelo apoio a tudo que desenvolvi.

À CAPES, pela bolsa concedida durante todo o desenvolvimento desta tese, assim como pela bolsa do convênio com a SPU/Argentina, que possibilitou o período na Universidad Nacional de Córdoba.

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado sanduíche, para o estágio na *Brown University*.

À profa. Leah VanWey, minha tutora na *Brown*, por tudo que proporcionou durante meu estágio de doutorado-sanduíche.

Aos professores Roberto Luiz do Carmo e Álvaro D'Antona, pelos valiosos comentários durante meu exame de qualificação.

Ao prof. Cláudio Dedecca, meu co-orientador, por possibilitar o acesso às informações da RAIS e pelos comentários durante meu exame de qualificação.

À Gustavo, Adailton, José, Luis, Antônio, João, Jânio, Juliano, Devanir, João Paulo, Celestina, João e Vicente, pelas narrativas sobre suas trajetórias e experiências, constituintes fundamentais das reflexões que aqui apresento.

Ao Pe. Antônio Garcia Peres e à Irmã Teresinha da Pastoral dos Migrantes em Guariba, pelas entrevistas e por todo o apoio ao contato com os cortadores de cana na região de Ribeirão Preto.

À Rubens Germano, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, pela entrevista concedida e pelo apoio no contato com os cortadores de cana na região de Presidente Prudente.

À Wilson do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, Valditudes Barros Pinto, vice-prefeito de Dobrada, Júnior Quirino, secretário municipal de Agricultura de Mirante do Paranapanema, João Leonel dos Anjos e Juarez Carlos de Souza do Instituto de Terras do Estado de São Paulo e ao Pe. Jurandir da Pastoral da Terra, pelas entrevistas concedidas.

À Gérson, Caio e ao prof. Antônio Thomaz Jr. do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (UNESP – Presidente Prudente), pelo apoio à realização do trabalho de campo na região de Presidente Prudente.

À Moema, por todo amor, companheirismo e generosidade. Pela importância que conquistou em minha vida, estando muito próxima mesmo quando estive longe. Pelo maior presente que já recebi, sonhado e concretizado em Manuela.

À André, Julio e Luiza, meus irmãos e irmã, de quem quero estar sempre perto, pelos diálogos cada vez mais reveladores e por serem, cada um a seu modo, essenciais para o que acredito e busco.

Aos meus pais Juarez e Maria Lucia, por tudo que me proporcionaram, fundamental para os caminhos que venho constituindo.

Aos professores e pesquisadores da Brown University: David Lindstrom, Gianpaolo Baiocchi e James Hull, pelos diálogos sobre este trabalho. Aos amigos Gilvan Guedes, Rebbeca de Sá, Heather Randall, Jeff Chu, Stephanie Savell e Paula Dias pelo que trocamos. À Peter Klein, por me alugar sua casa e me ajudar de diversas formas durante minha estada nos EUA. À Roberto, Ana e Tomas pela acolhida em Providence.

Aos professores e amigos do *Centro de Estudios Avanzados* da *Universidad Nacional de Córdoba*: Eduardo Bologna, Enríque Peláez, Leandro González e Pablo Gómez. À Marcos Andrada, pela amizade e suporte enquanto estive em Córdoba.

À Mariana, Karina e Juliana, pelo tempo em que moramos juntos, quando me ajudaram na adaptação à Barão Geraldo e à UNICAMP, à Ricardo Dagnino e Paulo (companheiros de paternidade), Henrique Frey (com quem o futebol e a cervejinha sempre estiveram na ordem do dia), Mônica, Neiva, Daniel, Iara e Thaís, amigos dos tempos em Barão Geraldo a quem quero muito.

À Inês, por toda a ajuda no final desta tese.

À José Luiz e Suzana, que desde o mestrado vem me recebendo muito bem em sua casa.

À Olívia, Diego, César, Rita e Tadeu, que conheci ao longo destes anos e que de distintas maneiras fizeram parte da elaboração desta tese.

Aos camaradas Salsicha, Nelson, Ricardo Trindade, BH, Jonas, Julia, Biel, Olavo, Jerry e Davi, que em São Carlos, Rio Claro, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre ou Boston estiveram presentes ao longo desse processo.

Resumo

Esta tese analisa as características, tendências e expressões regionais da mobilidade espacial dos cortadores de cana no estado de São Paulo, com o objetivo de compreender suas articulações aos processos multi-escalares que estruturam o Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. As questões são abordadas a partir do conceito de divisão espacial do trabalho, que possibilita abordar tanto as dinâmicas regionais do complexo canavieiro, quanto às distintas formas de articulação da mobilidade espacial a estas.

São utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica relativa às diversas questões abordadas; trabalho com diversas fontes de informações estatísticas, especialmente Censo Demográfico 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em suas versões para a década de 2000, mesmo período para o qual são considerados os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego; e, trabalho de campo nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, voltado principalmente à realização de entrevistas qualitativas com os cortadores de cana.

A expansão das atividades canavieiras durante a década de 2000, vinculada à introdução dos veículos *flex-fuel* no Brasil e às boas possibilidades de exportação do etanol e do açúcar, significou um aumento do número de trabalhadores. Em função da histórica importância dos trabalhadores migrantes, originários de algumas das regiões mais pobres, para o mercado de trabalho do complexo, se registra o aumento da quantidade de pessoas envolvidas nos fluxos, marcados pelo aumento da diversidade das origens que se expressam distintamente nas regiões produtoras.

Embora não configure uma novidade em termos de deslocamento populacional, a mobilidade dos cortadores de cana tem suas espacialidades transformadas. Regiões de origem específicas e múltiplas áreas de destino, lugares e atividades econômicas diversas, constituem uma mobilidade circular, que estrutura territórios circulatórios, integrando perspectivas macro e micro, além da questão das redes. No âmbito das dinâmicas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, verifica-se que a mobilidade dos cortadores de cana expressa diferenciações quanto à articulação do CAI canavieiro e se coloca como estruturadora de inserções e posições dos centros urbanos nas redes regionais.

A partir dos resultados obtidos, busca-se contribuir para os debates relativos às causas, motivações e efetivação da mobilidade circular no contexto da mobilidade espacial da população no momento histórico atual, além da questão regional. São demonstrados os impactos sociais da expansão das atividades canavieiras, muitas vezes encobertos pelo apelo dos biocombustíveis e das possibilidades de exportação. Nesse sentido, apresentam relevância no sentido da reflexão sobre os rumos que o processo de desenvolvimento econômico vem tomando no Brasil e como a sociedade o vem considerando.

Abstract

This dissertation analyses the characteristics, tendencies and regional expressions of sugarcane cutters' spatial mobility in São Paulo state, in order to understand its articulations to the multi-scale processes that structure the sugarcane Agro-industrial Complex in Ribeirão Preto's and Presidente Prudente's regions. The questions are addressed through the concept of spatial division of labor, which allows approaching the regional dynamics of the sugarcane complex and the various forms of articulation of spatial mobility to those.

The following procedures are used: bibliographical revision, concerning the different questions addressed; quantitative work with information from various sources, especially IBGE Demographic Census 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) for the 2000's decade, same period of data from Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) of Ministério do Trabalho e Emprego; and, fieldwork at the Ribeirão Preto's and Presidente Prudente's regions, directed primarily to qualitative interviews with the sugarcane cutters.

The expansion of sugarcane activities during 2000's decade, related to flex-fuel vehicles introduction in Brazil and the good possibilities of ethanol and sugar exportation, meant an increment in the number of workers. Considering the historical importance of migrant workers, from some of the poorest regions of the country, to the complex labor market, a growth in the number of people involved in the flows is observed, a process characterized by an increase of origins diversity, which has distinct expressions in the production regions.

Although not being a novelty in terms of population displacement, the sugarcane cutters mobility has its spatialities transformed. Specific origin regions and multiple destination areas, diverse places and economic activities constitute a circular mobility, which structure circulatory territories, integrating macro and micro perspectives and the migrant network question. Concerning the regional dynamics of Ribeirão Preto and Presidente Prudente, it is observed that the sugarcane cutters mobility expresses distinctions regarding the sugarcane Agro-industrial Complex articulations and puts itself as a structuring part of urban centers insertions and positions in regional nets.

From the results obtained, the following contributions are searched: the debate around causes, motivations and effectuation of circular mobility on the context of population spatial mobility in recent historical period; and the regional question. The social impacts of sugarcane

activities expansion are shown, questions that a lot of times are obscured by the biofuels appeal and the exportation possibilities. This way, it is relevant considering the reflections about the directions the economic development processes are taking in Brazil and how the society has been considering it.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Dinâmicas regionais e mobilidade espacial: expressões da divisão espacial do trabalho	11
1.1 A divisão espacial do trabalho	12
1.2 A dimensão histórica	22
1.3 A dimensão multi-escalar	31
1.4 Agentes político e ideológicos da inserção regional à divisão espacial do trabalho	36
1.5 A diversidade das estruturas produtivas e ocupacionais	42
1.6 As interações espaciais	45
Síntese do Capítulo	47
Capítulo 2: Trabalho e trabalhadores do Complexo Agroindustrial canavieiro paulista: conexões com a mobilidade espacial na década de 2000	51
2.1 Dados e Metodologia	53
2.2 A População em Estudo	59
2.3 Perfil sociodemográfico	69
2.3.1 Participação de homens na atividade canavieira	70
2.3.2 Estrutura etária	71
2.3.3 Níveis educacionais	72
2.4 Características do Trabalho, Emprego e Renda	77
2.4.1 Posição na Ocupação	77
2.4.2 Formalização	78
2.4.3 Faixas de renda mensal	80
2.4.4 Características do vínculo empregatício	85
2.5 As características da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas	91
2.6 Expressões regionais do mercado de trabalho do CAI canavieiro	104
Síntese do Capítulo	112

Capítulo 3: Mobilidade espacial dos cortadores de cana: dimensões e significados recentes

	115
3.1 Considerações Teóricas _____	118
3.1.1 O nível macro _____	123
3.1.2 O nível micro _____	127
3.1.3 A questão das redes migratórias _____	129
3.2 Metodologia: pesquisa de campo _____	131
3.3 Dimensões da mobilidade espacial dos cortadores de cana _____	135
3.3.1 Origens _____	135
3.3.2 Motivações _____	145
3.3.3 Arranjos familiares e domiciliares _____	148
3.3.4 O papel das redes _____	151
3.4 Os significados recentes da mobilidade espacial dos cortadores de cana _____	157

Capítulo 4: A articulação das dinâmicas regionais a processos multi-escalares: situando a mobilidade espacial recente dos canavieiros _____

	169
4.1 Dimensões e significados dos processos globais no CAI canavieiro _____	170
4.2 A escala nacional: articulações entre Estado e empresários do CAI canavieiro _____	178
4.3 As dinâmicas regionais e locais do CAI canavieiro: materializações das articulações multi-escalares _____	189
4.3.1 A rede urbana da região de Ribeirão Preto _____	196
4.3.2 A rede urbana da região de Presidente Prudente _____	199
4.4 A mobilidade circular de trabalhadores e as articulações entre escalas espaciais _____	203

Conclusões _____	209
-------------------------	------------

Referências Bibliográficas _____	215
---	------------

Anexos _____	233
---------------------	------------

Lista de Tabelas

Tabela 1: Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000	59
Tabela 2: Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008	60
Tabela 3: Trabalhadores do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008	62
Tabela 4: Número de trabalhadores nas principais culturas agrícolas, Brasil, 2009	64
Tabela 5: Total de trabalhadores em ocupações agrícolas, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008	66
Tabela 6: Total de ocupados agrícolas e Percentual em relação ao total de trabalhadores do CAI canavieiro, São Paulo, 2000 a 2008	68
Tabela 7: Participação relativa (%) de homens no total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008	70
Tabela 8: Percentuais dos grupos etários predominantes, Total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008	71
Tabela 9: Grupos de anos de estudo dos empregados agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2002 a 2008	73
Tabela 10: Grupos de anos de estudo da população acima de 15 anos, estado de São Paulo, 2002 a 2008	74

Tabela 11: Grau de instrução dos empregados agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	75
Tabela 12: Posições na ocupação dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Brasil e estado de São Paulo, 2002 a 2008 _____	77
Tabela 13: Formalização dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002 a 2008 _____	79
Tabela 14: Formalização do trabalho agrícola no CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000 _____	80
Tabela 15: Faixas de Rendimento Mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%) – Brasil e estado de São Paulo, 2000 _____	81
Tabela 16: Faixas de rendimento mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), Brasil e Estado de São Paulo, 2002 – 2008 _____	82
Tabela 17: Faixas de renda média mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	83
Tabela 18: Média do Rendimento médio mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (R\$) e Valor do salário mínimo (R\$), Estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	83
Tabela 19: Faixas de rendimento mensal das pessoas ocupadas (%), Brasil e Estado de São Paulo, 2002 – 2008 _____	84
Tabela 20: Participação dos tipos de vínculo empregatício (%) – trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro - Estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	86
Tabela 21: Emprego em 31 de Dezembro do Ano (%), Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	87

Tabela 22: Meses do desligamento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	88
Tabela 23: Grau de circulação do trabalhador (%), Número de desligados durante período de safra, Crescimento geométrico médio anual (%), Total de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	90
Tabela 24: Lugar de nascimento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro residentes no estado de São Paulo (%), 2000 _____	92
Tabela 25: Unidade da Federação de residência anterior dos Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Estado de São Paulo – 2000 _____	93
Tabela 26: Unidade da Federação em 31 de julho de 1995, Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 _____	94
Tabela 27: Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro de acordo com estados de residência, estado de São Paulo, 2000 _____	97
Tabela 28: Lugar de nascimento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2002 a 2008 _____	99
Tabela 29: Não naturais de São Paulo e Unidade da federação de residência anterior dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2002 a 2008 _____	100
Tabela 30: Unidade da Federação de residência cinco anos antes, Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, 2002 a 2008 _____	101
Tabela 31: Empregados agrícolas do CAI canavieiro, regiões de Ribeirão Preto e Presidente e Estado de São Paulo, 2000 a 2008 _____	117

Tabela 32: Grau de urbanização e população total, municípios de origem, 2010 _____139

Tabela 33: Distribuição relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área correspondente em Hectares (Ha), municípios de origem, 2006 _____140

Tabela 34: Desembolsos do BNDES para o CAI canavieiro e Participação (%) destes com relação ao total desembolsado, Brasil, 2004 a 2009 _____183

Lista de Figuras

Figura 1: Municípios das regiões de Ribeirão Preto e Presidente	6
Figura 2: Pirâmide Etária: Empregados Agrícolas do CAI Canavieiro, Estado de São Paulo, 2008	72
Figura 3: Residência em 31/07/1995 (municípios predominantes): Trabalhadores do CAI canavieiro, São Paulo, 2000	96
Figura 4: Microrregiões de Origem, 2000	98
Figura 5: Origens predominantes dos trabalhadores migrantes do CAI canavieiro, Regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, 2000	108
Figura 6: Municípios visitados - Trabalho de Campo (Junho e Julho de 2011)	133
Figura 7: Origens dos Migrantes Entrevistados	137
Figura 8: Territórios Circulatórios dos cortadores de cana	165
Figura 9: Rede urbana: CAI canavieiro, Região de Governo de Ribeirão Preto, 2011	197
Figura 10: Rede urbana: CAI canavieiro, Região de Presidente Prudente, 2011	200

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Área colhida com cana de açúcar (ha), Brasil e Estado de São Paulo, 1990 a 2010	2
Gráfico 2: Produção de Etanol (m ³), Brasil e Estado de São Paulo, 1990 a 2010	3
Gráfico 3: Produção de Açúcar (T), Brasil e Estado de São Paulo, 1990 a 2010	4
Gráfico 4: Grau de circulação do trabalho agrícola, CAI canavieiro, 2000 a 2008	118
Gráfico 5: Volume (mil m ³) de etanol exportado, Brasil, 1989 a 2009	171
Gráfico 6: Volume (mil toneladas) de açúcar exportado, Brasil, 1989 a 2009	172
Gráfico 7: Valor exportado (milhões de US\$), 1989 a 2009, Brasil	173
Gráfico 8: Venda de veículos leves por tipo de combustível, Brasil - 2000 a 2009	179
Gráfico 9: Consumo etanol combustível (milhões de litros), Brasil, 1990 a 2009	180

Lista de Quadros

Quadro 1: Informações utilizadas das três fontes de dados _____55

Quadro 2: Síntese regional das informações censitárias de 2000 _____106

Quadro 3: Síntese regional das informações da RAIS, 2000 a 2008 _____109

INTRODUÇÃO

Estruturar uma questão de pesquisa envolve estabelecer um olhar particular sobre a realidade social, abordável sob diferentes perspectivas e através de diversos recortes. Neste sentido, esta tese¹ busca transitar entre distintos campos disciplinares, visando interpretar as conexões entre processos sociais, econômicos, demográficos, políticos e culturais, que conferem dinamismo aos fenômenos aqui analisados. Constituídos historicamente e espacialmente, os fenômenos são interconectados, exercendo múltiplas influências uns sobre os outros e podendo ser lidos ao longo do tempo a partir de suas distintas escalas. Isto porque existe uma multiplicidade de articulações, com repercussões e hierarquias entre os processos. Nesse contexto, cabe interpretar a realidade a partir de seu caráter complexo, sobre o qual Morin (1999, p. 38) traz importantes considerações:

O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis do todo (...), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade.

Complexus no sentido apontado por Morin (*op cit.*) se interpreta como a realidade social enquanto conjunto articulado de fenômenos, expressos de maneiras multidimensionais e multi-escalares. Não é possível entendê-los sem referências ao todo complexo mas, por outro lado, este não é interpretável em si mesmo, especialmente no atual momento histórico.

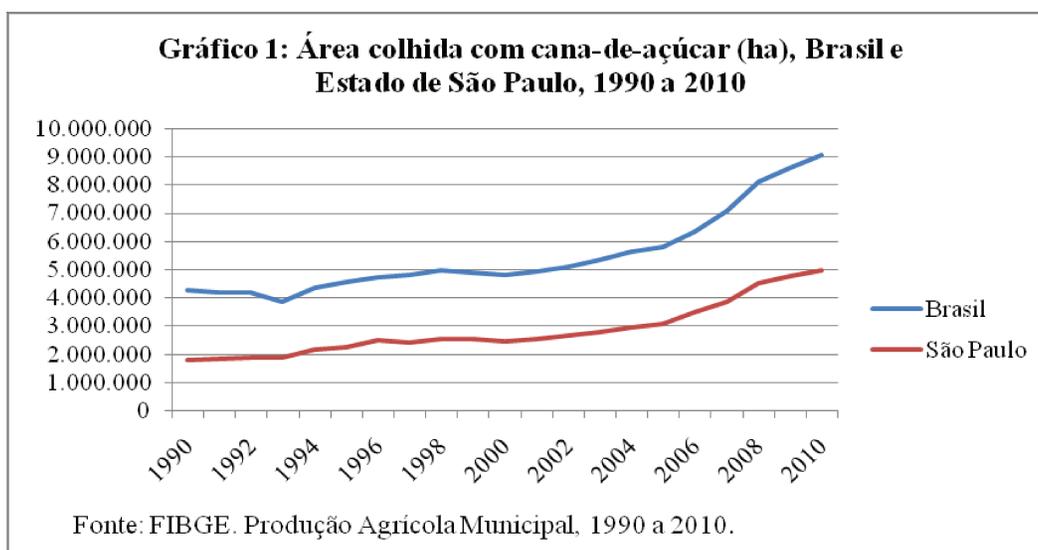
A mobilidade espacial da população é parte do complexo conjuntamente tecido da realidade social, sendo estruturante da sociedade (Singer, 1973b). Ainda que este autor esteja se referindo especificamente à realidade brasileira durante o século XX, a importância dos deslocamentos populacionais é percebida em sentido mais amplo em Hobsbawm (1977) e Massey *et al.* (1993 e 1998). O primeiro destaca a migração europeia em direção às Américas e à

¹ Esta tese faz parte do Projeto Temático: “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” - FAPESP-CNPq/NEPO/UNICAMP. Três bolsas foram percebidas durante o seu desenvolvimento: Bolsa de doutorado CAPES/Demanda Social; Bolsa de Doutorado Sanduíche (SWE) do CNPq, obtida através da aprovação em edital, para o estágio na *Brown University* (EUA); e a Bolsa CAPES/CEA-Demografia/UNICAMP para estada na *Universidad Nacional de Córdoba* (Argentina).

Austrália na denominada “Era do Capital” (1848 – 1875), demonstrando sua importância na expansão capitalista do período. Os últimos tratam do recrudescimento das variadas formas de migração internacional nas últimas décadas do século XX, período em que a globalização se define como articuladora de múltiplos processos e territórios.

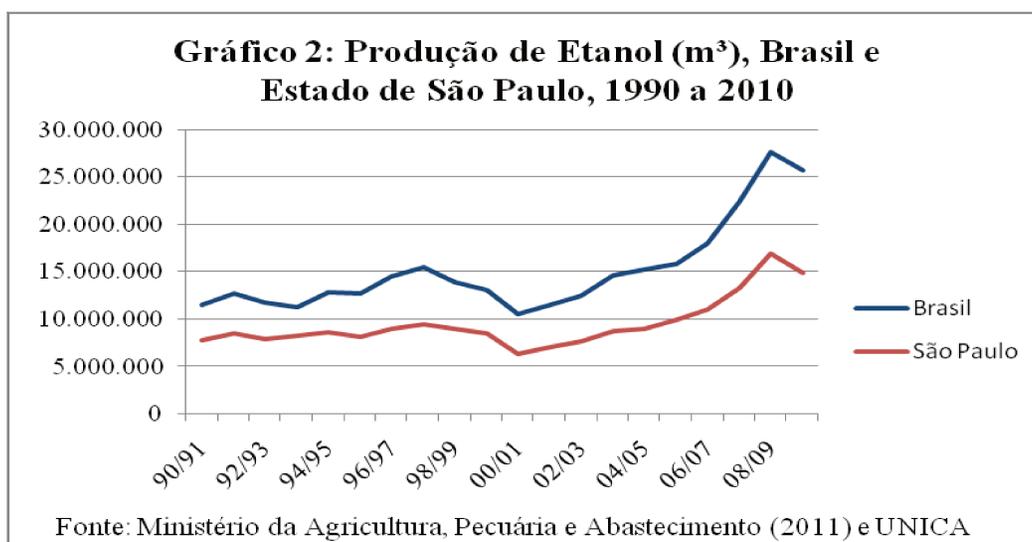
Em um momento caracterizado pela diversidade de movimentos populacionais, que se expressam através de temporalidades e espacialidades distintas (Baeninger, 1999; Cunha e Baeninger, 2007), há deslocamentos que não são novos, mas expressam novos caracteres relativos às suas espacialidades. A mobilidade espacial dos cortadores de cana se enquadra nestas características por ser ao menos desde a década de 1960, fonte essencial de mão de obra para as atividades agrícolas vinculadas à cana-de-açúcar (Mello, 1976; Silva, 1999; Alves, 2007). No entanto se observam importantes transformações no período recente tanto em termos dos deslocamentos dos trabalhadores (Silva, 2004; Alves, 2007; Novaes, 2007), quanto no que tange a mecanização que vem extinguindo postos de trabalho agrícolas (Silva, 2004 e 2007; Ramos, 2007).

As características recentes da mobilidade espacial dos cortadores estão relacionadas ao momento atual do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro, especialmente em termos da quantidade de trabalhadores demandada e da constante necessidade de reposição da mão de obra (Silva, 2004). A expansão das atividades do complexo pode ser apontada através de vários indicadores, sendo o primeiro deles o aumento da área colhida com cana-de-açúcar em relação ao total da área ocupada com lavouras temporárias (Gráfico 1).



Verifica-se no período considerado (1990 a 2010) o aumento da cana-de-açúcar em termos da área ocupada com lavouras temporárias, tanto no país como um todo, quanto no estado de São Paulo, principal área produtora desde os anos 1960 (BNDES/CGEE, 2008). No período 1990 a 2003, ano da introdução de veículos *flex-fuel* no mercado nacional, a área colhida cresceu 1,8% ao ano. Entre 2003 e 2010 a área colhida no país registrou um crescimento de 7,8% ao ano. Estas informações ilustram o importante crescimento da produção de cana-de-açúcar.

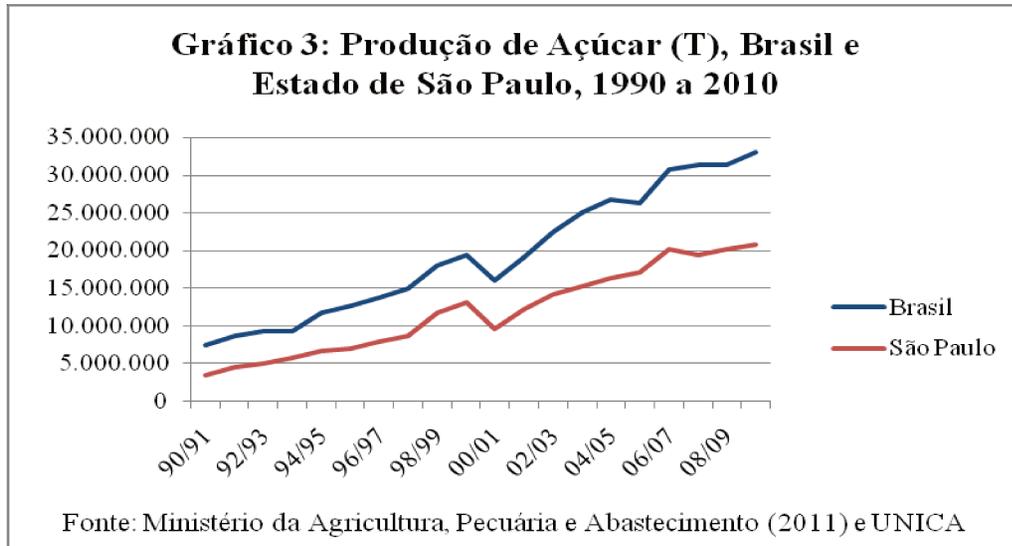
O estado de São Paulo registra comportamento que ressaltam a sua centralidade no contexto mais amplo, já que se tratam de tendências muito semelhantes. Entre 1990 e 2003 foi verificado um crescimento médio anual de 3,5% para a área colhida com cana-de-açúcar, enquanto no período 2003 a 2010 foi registrado um crescimento de 8,5% ao ano, o que demonstra a maior intensidade na expansão em nível estadual. Relacionado ao aumento da área colhida, verifica-se o crescimento da produção de açúcar e etanol, que também demonstram a relevância de São Paulo. O Gráfico 2 registra a produção de etanol entre as safras 1990/1991 e 2009/2010.



A dinâmica da produção de etanol registrou oscilações durante a década de 1990 e o começo dos anos 2000, porém posteriormente é possível ressaltar um crescimento, especialmente a partir da safra 2002/2003. Szmrecsányi *et al.* (2008) e o estudo BNDES/CGEE (2008) destacam o caráter determinante da produção de etanol no atual momento expansivo do CAI canavieiro, que se inicia a partir de 2003 com a introdução de veículos *flex-fuel*, mas também em função do apelo internacional por biocombustíveis.

O período registrado inicia com 67,4% do total nacional de etanol sendo produzido em São Paulo na safra 1990/1991. Na última safra registrada, 2009/2010, o peso relativo do estado de São Paulo foi de 58% do total nacional. O crescimento da produção entre 1990/1991 e 2009/2010 foi de 3,3% ao ano para o Brasil e 4,1% ao ano no Estado de São Paulo. Além disso, observa-se que o comportamento nacional reflete aquele apontado em São Paulo.

A produção de açúcar também registrou importante incremento no período considerado (Gráfico 3). Embora haja um foco dos agentes do complexo na produção de etanol, Goes *et al.* (2008) apontam a relevância da produção de açúcar na atual expansão do CAI canavieiro. Isto se explica em virtude do aumento da demanda nos mercados internacionais, ou seja, mais do que no caso do etanol, há um direcionamento para as exportações.



A produção de açúcar registrou crescimento durante a maior parte do período considerado, com uma redução entre as safras 1999/2000 e 2000/2001. Novamente, a importância da produção paulista é ressaltada, já que o comportamento nacional “espelha” o do estado, com incremento e reduções conjuntas. Para o total nacional houve um crescimento de 7,8% ao ano no período compreendido entre a primeira e a última safra registradas.

Em São Paulo a produção cresceu 9,4% ao ano entre as 1990/1991 e 2009/2010. A participação de São Paulo na produção total do país aumentou de 47,1% na safra 1990/1991 para 63,1% na última safra considerada: 2009/2010. Isto destaca uma característica diferenciada para a

produção de açúcar, já que a participação paulista na produção de etanol registrou uma diminuição no período considerado.

A expansão das atividades do CAI canavieiro teve como repercussão um aumento do número de trabalhadores (Moraes, 2007; Ramos, 2007). Esta análise constitui parte fundamental do segundo capítulo. Porém, a título de ilustração, destaca-se que de acordo com as PNADs, o total de trabalhadores do CAI canavieiro aumentou de 674.054 em 2002 para 983.071 em 2008 no país como um todo. Este total se refere a todas as pessoas que trabalham em atividades vinculadas ao cultivo de cana-de-açúcar e à produção de açúcar e etanol.

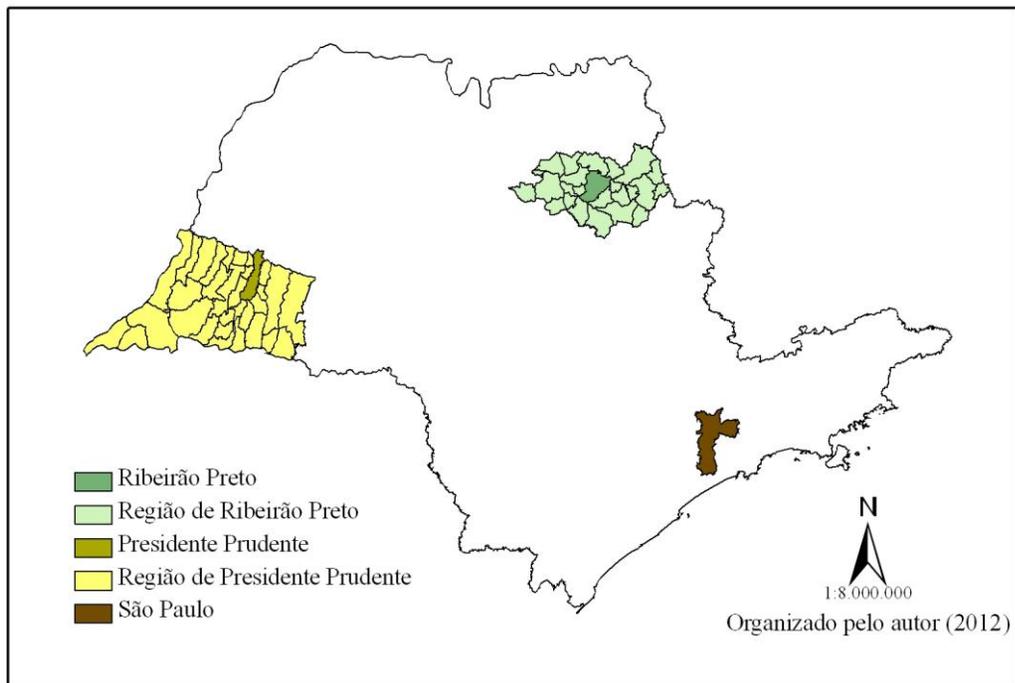
Os trabalhadores agrícolas, vinculados às atividades de cultivo, aumentaram em números absolutos de 516.964 para 713.972 entre 2002 e 2008, porém reduziram ligeiramente seu peso relativo de 76,7% para 72,6% em relação ao contingente mais amplo de trabalhadores do complexo. Em São Paulo houve um aumento do total de trabalhadores de 222.343 em 2002 para 372.691 em 2008, enquanto os agrícolas aumentaram de 151.024 para 233.286 no mesmo período. A participação dos agrícolas também diminuiu, caindo de 67,9% para 62,6% em 2008.

Balsadi (2007) destaca que na década de 2000 o número de empregados na atividade canavieira passou a ter maior peso relativo no total de pessoas empregadas na agricultura brasileira. No estado de São Paulo, os canavieiros também representam o maior contingente dos assalariados agrícolas. A diferença é que no contexto regional eles são a maioria dos trabalhadores agrícolas em geral (que incluem assalariados e não assalariados).

O fundamental para o campo de questões que pretendemos discutir é a relevância dos trabalhadores migrantes na constituição da mão de obra do CAI canavieiro, especialmente em São Paulo (Silva, 1999 e 2004; Alves, 2007). Demandados pelos empresários do setor (Alves, *op cit.*) e impelidos pelas condições na origem (Silva, 2004; Menezes e Saturnino, 2007), historicamente os migrantes tem sido importantes nas atividades agrícolas do CAI canavieiro.

O estado de São Paulo foi delimitado como unidade de análise por consolidar-se como o *locus* essencial do CAI canavieiro, caracterizando-se pela importante concentração da produção de etanol e açúcar e conseqüentemente dos trabalhadores de suas atividades. Outra dimensão relevante é que as regiões do estado se enquadram de maneiras distintas nesta configuração, sendo as regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente (Figura 1), exemplos característicos desta diversidade.

Figura 1: Municípios das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente



A região de Ribeirão Preto é a mais importante no contexto do CAI canavieiro paulista ao menos desde os anos 1970. Autores como Elias (1997) e Silva (2004 e 2007) ressaltam a sua importância central nesse contexto. Assim, a expansão recente do complexo significa um aprofundamento das características historicamente constituídas, reiterando especialidades e investimentos. Já a região de Presidente Prudente se caracteriza como uma área de expansão recente do CAI canavieiro (Thomaz Jr., 2007 e 2009; Oliveira, 2009). As dinâmicas das suas atividades vêm transformando as características regionais através dos novos investimentos, que implicam na expansão da lavoura canavieira e na implantação de novas unidades produtivas. Estas características recentes das duas regiões são entendidas através das relações entre os seus centros urbanos, que configurando as suas redes urbanas, articulam o território regional (Corrêa, 1988).

A partir da definição do fenômeno (mobilidade espacial dos cortadores de cana), da sua temporalidade (década de 2000) e espacialidades (regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente), se estruturam as questões centrais a serem abordadas. Quais são as características da mobilidade espacial dos cortadores de cana? Como esta se enquadra nas articulações do CAI canavieiro das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente durante a década de 2000? O conceito fundamental a partir do qual estrutura-se esta análise é o de divisão espacial do trabalho

(Massey, 1984; Brandão, 2007), pois este possibilita compreender as características regionais materializadas historicamente (Corrêa, 1988; Gonçalves, 1998), bem como instrumentaliza a análise da mobilidade espacial dos trabalhadores, articulando origens e destinos, além das dimensões macro e micro.

Neste sentido, o objetivo geral desta tese é compreender as articulações recentes entre mercado de trabalho no CAI canavieiro e mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas, demonstrando de que maneira estas conexões redefinem as características das redes urbanas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. A partir das semelhanças e diferenças entre as dinâmicas observadas, se constitui o caráter comparativo do estudo, relevante para a compreensão dos processos de articulação territorial em nível regional.

A hipótese fundamental da qual se parte é de que a expansão recente do complexo sucroalcooleiro vem transformando as redes urbanas regionais, considerando a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas como uma de suas expressões mais relevantes. A proposição teórica que embasa esta idéia é de que as dinâmicas urbano-regionais na atualidade são historicamente constituídas (Massey, 1984 e Santos, 1996), e expressam articulações multi-escalares entre processos sociais, econômicos, políticos e demográficos (Massey, 1984 e Brandão, 2007). Assim, as transformações observadas seriam resultantes dos processos históricos regionais, vinculados a dinâmicas mais amplas em termos espaciais. As articulações entre escalas, como destaca Brandão (*op cit.*), se expressam através da evolução espacial do capitalismo estruturada em hegemonias e hierarquias.

Hegemonias e hierarquias se referem aos desdobramentos de processos que a partir de determinadas escalas são materializados em outras, provocando transformações ou apenas reiterações em torno às inserções à divisão espacial do trabalho. Definem-se a partir dos múltiplos agentes que se envolvem em decisões e ações políticas em lugares específicas, que posteriormente se efetivam de múltiplas formas em termos de atividades privilegiadas, processos de produção e trabalho, além dos diversos apoios em regiões e centros urbanos. Articulações multi-escalares então, são constituídas no âmbito destas relações entre global, nacional, regional e local.

A partir da hipótese fundamental, se desdobram os objetivos específicos desenvolvidos nos capítulos da tese. As análises propostas nos capítulos são desenvolvidas com base na revisão de material bibliográfico, no trabalho com informações estatísticas provenientes de fontes

secundárias e no trabalho de campo realizado nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

O primeiro capítulo tem como objetivo constituir uma reflexão a respeito do conceito de divisão espacial do trabalho, caracterizando suas dimensões e destacando seu caráter essencial para abordagem das dinâmicas regionais em questão. Particularmente, interessa ressaltar a utilidade deste conceito para pensar a mobilidade espacial dos cortadores de cana. Considera-se que as dinâmicas regionais são contextualizadas através da evolução da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas. A mobilidade da população, temporal e espacialmente variadas, se constitui como uma das suas dimensões fundamentais. Estrutura-se esta análise a partir do referencial bibliográfico pertinente.

O segundo capítulo descreve as características do trabalho e dos trabalhadores no CAI canavieiro e as transformações ocorridas na década de 2000, ressaltando suas conexões com a mobilidade espacial de cortadores de cana. Embora sejam estabelecidas comparações com os totais nacionais, o capítulo está voltado à análise das características no estado de São Paulo, fazendo referências às especificidades das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Para tanto, foram articuladas distintas metodologias: revisão bibliográfica e o trabalho com informações estatísticas. A análise bibliográfica destaca características do trabalho e dos trabalhadores do CAI canavieiro, enquanto as informações estatísticas de três fontes distintas são analisadas e comparadas. Diante da diversidade de fontes (Censo Demográfico 2000, PNADs e RAIS da década de 2000) estrutura-se uma discussão metodológica, através do registro de possibilidades e limitações de cada uma delas.

No terceiro capítulo busca-se a compreensão das características e tendências da mobilidade espacial dos cortadores de cana na década de 2000. Considera-se que a divisão espacial do trabalho explica esta mobilidade, já que as regiões de origem e destino são enquadradas distintamente em escala nacional, o que fundamenta as causas, conseqüências e tendências a partir do aporte teórico proposto.

Articulam-se dimensões macro, relacionadas às questões de natureza estrutural, e micro, enquanto respostas individuais ou familiares, com as redes migratórias registrando relevante papel. Além da revisão bibliográfica sobre mobilidade espacial dos cortadores de cana, migrações internas no Brasil e em outros países e teorias migratórias, tem caráter fundamental neste capítulo o trabalho de campo.

Nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente foram realizados trabalhos de campo, voltados à realização de entrevistas com trabalhadores migrantes do CAI canavieiro, “bóias-frias”, além de informantes-chave: representantes de entidades pastorais, órgãos públicos e sindicatos. A partir das considerações metodológicas de Weiss (1995), sobre a utilização de entrevistas qualitativas, são abordadas as dimensões essenciais da mobilidade espacial dos canavieiros e seus significados no período histórico atual.

O quarto capítulo discute os processos multi-escalares materializados em seus agentes concretos que, expressos através da mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas, caracterizam as dinâmicas sócio-espaciais recentes das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Convergências, diferenças e tendências entre estas duas expressões regionais das relações entre dinâmicas econômicas e mobilidade espacial são destacadas.

O mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista, além daqueles específicos das regiões consideradas, tem a mobilidade espacial de trabalhadores como um de seus elementos fundamentais. Dessa forma, constituem parte dos “territórios circulatórios” (Tarrius, 2000) dessa força de trabalho que se mobiliza em função da inserção problemática das origens, destinando-se às áreas que recebem reiterados ou novos investimentos nesse contínuo processo de (re) territorialização do capital (Gaudemar, 1977; Harvey, 1990a; Brandão, 2007; Oliveira, 2009).

A metodologia para o desenvolvimento deste capítulo envolve a síntese dos procedimentos utilizados nos capítulos anteriores. Combinam-se as características definidas a partir das informações quantitativas do segundo capítulo e o material das entrevistas realizadas para o terceiro capítulo, além da busca por informações a respeito dos agentes globais, nacionais e regionais do CAI canavieiro. Com base na literatura que estrutura o primeiro capítulo e permeia os outros dois, se constitui a articulação dos processos regionais a um mundo em movimento, fundado nas divisões do trabalho em múltiplas escalas (Massey, 1984; Brandão, 2007).

A partir da análise proposta nos quatro capítulos, a tese dialoga com três debates relevantes na atualidade: os significados da mobilidade espacial; a questão regional; e, a valorização dos biocombustíveis no cenário recente. Em relação ao debate sobre os significados da mobilidade espacial, se estabelece uma análise que mesmo sendo norteadas por dimensões macro, de ordem estrutural, destaca os aspectos do nível micro, relacionadas aos indivíduos e estratégias familiares e domiciliares. A articulação dos dois níveis possibilita às dicotomias que pautam muitos dos debates sobre as migrações (Wood, 1982).

Propõe-se que a abordagem de formas específicas de mobilidade tenha referência nas condições da origem (Singer, 1973b), que torna o deslocamento compulsório (Alves, 2007), quando há intenção de ampliar recursos para diversos usos (Novaes, 2007), e que se materializa através de estratégias familiares (Katz e Stark, 1986) e das redes (Massey, 1986; Krissman, 2005). Desta maneira, se distancia de abordagens centradas em decisões individuais (Todaro, 1969; Lee, 1980; Mata, 1980) e daquelas que colocam a atração das áreas de destino como a causa das migrações.

O debate regional atual, abordado por autores como Mattos (1998) e Brandão (2007), se refere ao confronto entre posições centradas nas possibilidades endógenas de determinadas escalas privilegiadas (Beccatini, 1994) e aquelas baseadas nos movimentos da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas (Brandão, 2007). A tese se alinha a esta última posição, já que se entende que as características de qualquer escala espacial, principalmente as mais restritas, não podem ser compreendidas em si mesmas. Resultam de processos históricos que a articulam a divisões do trabalho mais amplas, especialmente num contexto de globalização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais (Giddens, 2005).

O debate sobre biocombustíveis se relaciona diretamente ao CAI canavieiro, definindo questões e posições quanto à sua recente expansão. Na academia (Jank e Rodrigues, 2007), na política (ICTSD, 2011) e na articulação entre ambos (BNDES/CGEE, 2008) tem havido um importante apoio à expansão da produção de açúcar e etanol no Brasil. Destacam-se especialmente o potencial do etanol substituir combustíveis fósseis, sendo menos poluente e virtualmente infinito, além das possibilidades de ambos no mercado internacional.

Cabe questionar a ausência de um debate mais amplo nestas arenas sobre os impactos sociais da expansão do CAI canavieiro, em termos da concentração fundiária, dos impactos da monocultura, da extinção de postos de trabalho devido à mecanização das atividades agrícolas, das condições de trabalho dos cortadores de cana e das trajetórias dos trabalhadores migrantes. Particularmente em relação às duas últimas questões este trabalho busca contribuir ao debate.

CAPÍTULO 1: DINÂMICAS REGIONAIS E MOBILIDADE ESPACIAL: EXPRESSÕES DA DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO

As dinâmicas sociais, econômicas e demográficas são expressas regionalmente a partir das transformações da divisão espacial do trabalho, que articula distintas escalas (Massey, 1984; Harvey, 1990a; Brandão, 2007). Nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, é notória a relevância do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro no período recente. O mercado de trabalho deste complexo e a mobilidade espacial de trabalhadores, sua constituinte fundamental, refletem movimentos da divisão espacial do trabalho e assim marcam a realidade atual das regiões.

Neste capítulo, a partir de perspectivas provenientes da Geografia e da Economia Regional, se busca construir uma reflexão a respeito do conceito de divisão espacial do trabalho, caracterizando-o e discutindo seu caráter fundamental para a compreensão do contexto de articulações multi-escalares (Brandão, 2007). Tais articulações são expressas nas dinâmicas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente através das características do mercado de trabalho e em função das relações desse mercado com as dinâmicas de mobilidade populacional.

A hipótese considerada é de que as dinâmicas regionais são contextualizadas através da evolução da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas, do global ao local, passando pelo nacional e o regional, sendo a mobilidade da população, temporal e espacialmente variadas, uma das suas dimensões fundamentais. O conceito de divisão espacial do trabalho é fundamental para o desenvolvimento do presente estudo, uma vez que as conexões entre diferentes escalas se materializam a partir dela (Corrêa, 1988; Harvey, 1990a; Brandão, 2007). Em função da sua importância, o conceito de divisão de trabalho permeia as análises apresentadas nas diversas partes em que este estudo divide-se. Ele articula-se a outros conceitos considerados relevantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Para a concretização dos objetivos deste capítulo se analisa a bibliografia contemporânea considerada relevante para a temática, ressaltando-se autores que discutem questões relacionadas à divisão espacial do trabalho, principalmente em termos de suas expressões sobre a mobilidade espacial. Autores como Massey (1984), Harvey (1990a) e Brandão (2007) são destacados em função de suas contribuições fundamentais para a constituição da presente pesquisa.

O trabalho de Massey (1984) é relevante por ressaltar a dimensão histórica da divisão espacial do trabalho, caracterizando o que a autora denomina de “*layers*”², que representam a evolução das formas de inserção à referida divisão, através das transformações quanto aos tipos de investimentos e às atividades privilegiadas. Harvey (1990a), por sua vez, é fundamental em virtude de suas considerações a respeito das relações entre as transformações nos padrões de acumulação capitalista, a mobilidade da força de trabalho e as configurações territoriais.

Brandão (2007) em sua discussão sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista tece importantes considerações sobre as articulações entre processos ocorridos nas mais diversas escalas. As hegemonias, hierarquias, assimetrias e os centros de comando quanto à divisão espacial do trabalho constituem dimensões fundamentais para a compreensão da realidade em diferentes níveis, especialmente nas articulações entre o local, o regional, o nacional e o global.

Inicialmente, se destaca o conceito estruturante de divisão social do trabalho (Singer, 1973a; Faria, 1978; Massey, 1984; Soja, 1993; Brandão, 2007) com base nas relações dialéticas entre sociedade e espaço. Em seguida, são exploradas as dimensões históricas e políticas dessas relações (Massey, 1984; Soja, 1993; Santos, 1996;) e as articulações entre as múltiplas escalas espaciais (Massey, 1984; Brandão, 2007), destacando seus desdobramentos e implicações com relação à compreensão das recentes dinâmicas regionais. Nestas considerações se busca estabelecer um distanciamento de perspectivas baseadas nas possibilidades endógenas das regiões (Becatini, 1994; Benko, 1995), além daqueles destacados por Mattos (1998), na dualidade global-local, além daquelas concepções empiristas do espaço destacadas por Lipietz (1977), que caracterizam muito do debate regional na atualidade. Por último são sintetizadas as reflexões desenvolvidas ao longo do capítulo, ressaltando as relações entre divisão espacial do trabalho e mobilidade espacial, em contraponto a perspectivas centradas no indivíduo e nas suas decisões enquanto explicações das migrações internas, presente em autores como Lee (1980) e Mata (1980).

1.1 A Divisão Espacial do Trabalho

A divisão espacial do trabalho é o elemento estruturador das articulações entre processos que ocorrem em múltiplas escalas espaciais. Compreende-se tal elemento a partir de perspectivas

¹ Pode ser traduzido como camadas.

críticas do conceito de divisão social do trabalho, destacando autores como Singer (1973a), Faria (1978), Massey (1984), Soja (1993) e Brandão (2007). Privilegiam-se tais autores uma vez que suas considerações possibilitam ressaltar a dimensão espacial. Não se intenciona, neste momento, remontar a toda a história da produção sobre a questão e sim articular as contribuições consideradas mais relevantes no âmbito da produção contemporânea.

Na perspectiva que se vem adotando, é relevante destacar como são compreendidas as relações entre espaço e sociedade. Considera-se inicialmente uma definição de espaço geográfico. Em momentos diversos de sua produção, Milton Santos elaborou e discutiu vários conceitos de espaço geográfico, buscando estabelecer uma acepção que possibilitasse apreender a complexidade das relações entre a sociedade e a natureza em sua evolução histórica. A conceituação mais refinada, segundo o próprio autor, foi estabelecida em uma de suas últimas obras e proposta como: “(...) um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” (Santos, 1996, p. 18). Neste contexto, os objetos são definidos como algo que se cria fora do homem e se estabelece enquanto instrumento material de sua vida e ação enquanto realização fundada num determinado propósito. Tal noção não se refere apenas ao indivíduo, mas também às instituições e às empresas.

Santos (1996) destaca que o estabelecimento tanto dos objetos, quanto das ações não se dá sem antecedentes ou condicionantes de diversas naturezas. Compreendem-se então, tais sistemas de objetos e de ações e o seu conjunto, o espaço geográfico, como produtos da dinâmica das relações sociais em sua evolução e transformação.

Massey (1984), em suas reflexões a respeito da divisão espacial do trabalho, aponta uma dimensão fundamental das relações entre espaço e sociedade: “*It is not just that ‘space is socially constructed’ – a fact that geographers have for a while been coming to terms – but that social processes are constructed over space.*”³ (p. 56). Nesse sentido não há uma premência ou uma antecedência do social em relação ao espacial, os processos sociais em sua constituição, reprodução e transformação simultaneamente se organizam espacialmente.

Soja (1993) aprofunda as discussões sobre as relações entre o social e o espacial, afirmando que são dialeticamente inseparáveis:

³ (Tradução livre): Não apenas o ‘espaço é socialmente construído’ – fato que há algum tempo os geógrafos vêm concordando -, mas que os processos sociais são constituídos a partir do espaço.

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais. (p. 99).

Com base nas considerações de Soja (1993), verifica-se que não é possível estabelecer uma dicotomia entre o social e o espacial, implicando na necessidade de se compreender suas articulações em evolução quando o objetivo é analisar as complexidades da realidade e, no caso da presente pesquisa, dos processos regionais recentes. A compreensão de espaço (re) produzido a partir de relações dialéticas com processos e dinâmicas sociais é fundamental para o estabelecimento de oposições a concepções empiristas do espaço. Autores como Lipietz (1977) e Benko (1995) tomam o espaço como plataforma, sendo inerte ou passivo, baseando-se especialmente no caso do segundo autor, em teorias de localização e de mobilidade de fatores. A crítica que se estabelece deriva de suas visões que parecem desconsiderar a constituição histórica da dialética sócio-espacial e a multiplicidade de articulações entre as escalas, que carregam determinações e implicações das relações dialéticas referidas.

A partir das concepções de espaço geográfico enquanto componente de relações dialéticas com os processos sociais, no qual não há premência, mas produção e reprodução simultâneas, se estabelece o urbano enquanto materialização da divisão social do trabalho. Neste contexto, Faria (1978), em seu estudo a respeito das dimensões teóricas da interpretação do processo de urbanização no Brasil, aponta que a análise do urbano tem como ponto de partida “(...) a sistematização e o desenvolvimento da questão da divisão social do trabalho”. (p. 93). Dessa forma, é reiterada a importância da compreensão da divisão social do trabalho em suas múltiplas características, dinâmicas e tendências. Massey (1984) destaca as características fundadoras de tal divisão através da seguinte consideração: “(...) *‘who’ does a particular job is not defined by the relations of production themselves, nor by ‘technology’, but by particular conjunctions of the economics of labour markets and of social traditions.*”⁴(p. 40).

⁴ (Tradução livre): ‘quem’ realiza um trabalho específico não é definido pelas relações de produção em si mesmas, nem pela ‘tecnologia’, mas por conjunções particulares das relações econômicas dos mercados de trabalho e das tradições sociais.

A constituição histórica original do urbano ocorre a partir do momento em que o trabalho agrícola gerou um excedente que permitiu que alguns pudessem se dedicar a outras atividades. Singer (1973a) considera a sociedade de classes condição necessária, mas não suficiente para a emergência do urbano:

É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. (p. 13).

A existência de uma sociedade de classes é fundamental para o surgimento do urbano, porém aquela é precedente historicamente com relação a esta, conforme Lefebvre (1970) e Singer (1973a). As análises desses dois autores destacam a divisão social do trabalho em diversos modos de produção, porém ressaltam a importância do capitalismo como disseminador e dinamizador da mesma. Isto porque tal sistema a utiliza tanto para aumentar o controle do capital sobre o trabalho, quanto para maximizar as possibilidades de lucro.

O aprofundamento da divisão social do trabalho também pode ser destacado através de uma das expressões mais importantes da expansão do modo de produção de capitalista: o avanço das técnicas. A partir de suas reflexões a respeito do urbano enquanto modo de vida Lefebvre (1970) pondera que “nasce” uma sociedade urbana com a industrialização, fundamentalmente em função da subordinação cada vez maior da produção agrícola à indústria. Porém, com o acirramento da divisão do trabalho desde a 1ª Revolução Industrial até os dias atuais, a sociedade urbana cada vez mais se distancia de suas origens fundamentadas na industrialização.

Brandão (2007) destaca o avanço do capitalismo ao afirmar que tal modo de produção constitui: “(...) um regime social de produção que leva às últimas conseqüências a mercantilização e a penetração recorrente da divisão social do trabalho em todas as possíveis dimensões temporais e escalas espaciais”. (p. 51). Por esta razão, a expansão do sistema capitalista sempre ocorre por meio do aprofundamento e do aumento da complexidade da referida divisão. O autor destaca uma dimensão do desenvolvimento capitalista considerada fundamental: a espacial. Esta se materializa a partir da divisão espacial do trabalho, englobando as mais diversas escalas, possibilitando o estabelecimento de distinções entre as características produtivas, estruturas ocupacionais e relações sociais de produção predominantes nos seus diversos componentes, sejam países, regiões ou cidades.

A respeito da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista e a decorrente divisão multi-escalar do trabalho, Brandão (2007) argumenta que o sistema capitalista vem aperfeiçoando suas formas de articular as distinções relacionadas às escalas espaciais e à utilização da infraestrutura existente, através de modernos instrumentos de comunicações e transportes. O autor caracteriza ainda a alta seletividade espacial do referido sistema: “(...) Existe, assim, um processo de busca e seleção por pontos do espaço que ofereçam maior capacidade de apropriação privada dos rendimentos e onde ‘valorizar o valor’ seja mais fácil (p. 53)”.

O avanço espacial do capital implica numa busca pela equivalência de suas condições reprodutivas em todo e qualquer lugar, implicando em uma relevante contradição: o capital é indiferente ao lugar da sua valorização, porém dá grande atenção às diferenças entre os lugares (Brandão, 2007). Também Massey (1984, p. 68) apresenta considerações importantes neste sentido: (...) *spatial form and spatial structure can be an active element of accumulation. Capital can make positive use of distance and differentiation*⁵. Verifica-se, desta maneira, a historicamente reiterada necessidade de ampliar a penetração espacial do capitalismo em todas as escalas que assim se beneficia tanto do que é diferente, quanto do que é específico.

Harvey (1990a) define o processo de reforço das diferenças entre países, regiões e outras escalas espaciais, além do aproveitamento das mesmas num sentido reprodutivo como: “(...) *el desarrollo geográfico poco uniforme del capitalismo.*”⁶ (p.376). O autor especifica tal definição e destaca seu caráter contraditório:

(...) el desarrollo de la economía espacial del capitalismo se ve asediada por tendencias contradictorias. Por un lado hay que derribar las barreras y las distinciones regionales, y por otro los medios para lograr esto provocan nuevas diferenciaciones geográficas, que forma nuevas barreras que hay que superar. La organización geográfica del capitalismo absorbe las contradicciones dentro de la forma del valor. Esto es lo que quiere decir el concepto del desarrollo, inevitablemente poco uniforme, del capitalismo.

⁷ (1990b, p. 420)

⁵ (Tradução livre): Formas e estruturas espaciais podem constituir um elemento ativo de acumulação. O capital pode fazer um uso positivo da distância e da diferenciação.

⁶ (Tradução livre): o desenvolvimento geográfico pouco uniforme do capitalismo.

⁷ (Tradução livre) desenvolvimento da economia espacial do capitalismo se vê assolada por tendências contraditórias. Por um lado, há que se derrubar as barreiras e as distinções regionais, e, por outro, os meios para obter isto provocam novas diferenciações geográficas, que constituem novas barreiras que têm que ser superadas. A organização geográfica do capitalismo absorve as contradições dentro da forma de valor. Isto é o que quer dizer o conceito de desenvolvimento, inevitavelmente pouco uniforme, do capitalismo.

Uma última questão elaborada por Soja (1993), merece destaque no presente debate. A partir de elaborações de Ernest Mandel, Soja reitera o caráter fundamental da geografia desigual para a reprodução do capitalismo, ressaltando que as diferenças de desenvolvimento entre regiões, nações são tão fundamentais quanto à exploração direta do trabalho pelo capital. A luta de classes decorrente da exploração do trabalho poderia implicar em limitações à capacidade reprodutiva do sistema capitalista. Nesse sentido, explorar novos territórios, expandir-se espacialmente de maneira constante seria a forma pela qual tal reprodutibilidade seria garantida. Massey (1984) traz reflexões semelhantes, quando trata das diferenças regionais e dos deslocamentos das indústrias na Inglaterra dos anos 1970.

As considerações destacadas a partir dos autores citados definem o caráter essencial da dimensão espacial para o desenvolvimento do capitalismo. A recorrente apropriação de novos territórios, que leva a uma expansão em todas as escalas e ao aproveitamento das variações espaciais, expressa o processo reprodutivo do sistema capitalista ao longo de sua história. Porém, para que se efetive esse movimento e para que seja possível o aproveitamento da diversidade é necessário que o território seja articulado, ou seja, que os centros urbanos estejam integrados enquanto rede urbana.

Inicialmente cabe destacar o entendimento de Harvey (1978) quanto às implicações do processo de constituição de centros urbanos: “(...) *the urban process implies the creation of a material physical infrastructure for production, circulation, exchange and consumption*”⁸ (p. 113). A ampliação da acumulação capitalista, embasada no referido processo constitutivo, requer o estabelecimento de relações entre centros inseridos distintamente na divisão do trabalho em múltiplas escalas. Nesse sentido, passa a ser articulado um determinado território a outro.

Corrêa (1988) define preliminarmente a rede urbana como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Ele destaca a necessidade de aprofundar essa conceituação, caracterizando-a como, ao mesmo tempo, reflexo da e condição para a divisão espacial do trabalho. Reflexo, pois expressa as especializações funcionais e a hierarquia de centros urbanos; condição, porque os centros urbanos articulam o território através da circulação do excedente, com base nas múltiplas atividades. Corrêa (*op cit.*, p.45) desenvolve sua reflexão quando apresenta sua proposição a respeito das redes urbanas que neles se desenvolvem:

⁸ (Tradução livre): o processo urbano implica na criação de infraestrutura física e material para a produção, circulação, trocas e consumo.

O conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e especializados, e suas diferentes manifestações em termos de formas de suas unidades, constitui-se, como já foi referido, na estrutura territorial onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Os três movimentos que ocorrem através desse território articulado tornam clara a função da rede urbana no processo de acumulação capitalista, ao permitir o aproveitamento da diversidade de características das diferentes regiões ou dos centros urbanos intra-regionais, o que dialeticamente fundamenta e é fundamentado pelo acirramento da divisão espacial do trabalho. No entanto, é preciso ressaltar duas características inerentes a essa forma espacial, para explorar seus significados em termos das dinâmicas regionais. Destacam-se, nesse sentido, a hierarquização dos centros urbanos relacionada às diferentes formas de inserção à divisão do trabalho e o conjunto de relações entre os centros urbanos.

No estudo IPEA *et al.* (2001a, p. 106) há uma consideração importante sobre as relações entre hierarquização e interações espaciais enquanto características inerentes à definição de rede urbana: “Os sistemas urbanos caracterizam-se por um conjunto de cidades hierarquizadas e por fluxos de bens, serviços e informações que definem as relações de dependência estabelecidas entre as cidades componentes do sistema”.

Verifica-se que a rede urbana, a partir de seus caracteres definidores, denota complexas relações de dependência entre os diversos centros. Nesse sentido, não é possível considerar possibilidades endógenas das escalas locais ou regionais, como fazem os autores destacados por Mattos (1998). As escalas não têm significação intrínseca uma vez que há desdobramentos e implicações que as articulam.

O tipo de inserção à divisão do trabalho, em suas múltiplas escalas, denota uma hierarquização. Daqueles centros urbanos que apenas subordinam a produção agrícola local até os que coordenam os processos (re) produtivos em nível nacional, integrando-se às dinâmicas globais, sem desconsiderar os diversos tipos intermediários. Nessa perspectiva, Harvey destaca que “(...) A reputação e o significado das cidades em si mesmas, depende amplamente de sua localização com respeito à circulação geográfica do excedente” (Harvey, 1973, p. 211).

Essa dimensão não necessariamente envolve o tamanho populacional, mas também a amplitude e a diversidade de possibilidades reprodutivas, além do caráter de comando das atividades que se realizam em um determinado espaço que, em sua ampliação, possibilita o

estabelecimento de uma noção de hierarquização entre os centros. Para exemplificar tal questão, basta destacar o tamanho da rede urbana cujo centro de controle é a capital paulista e as redes regionais tributárias a ela situadas no interior paulista, em termos de seu alcance espacial, como pode ser verificado no estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, realizado pelo IBGE (2008).

Outra questão vinculada ao tipo de inserção e decorrente da hierarquização é ressaltada por Faria (1976), que mostra como as estruturas ocupacionais dos centros urbanos estão vinculadas à sua posição e função no sistema urbano e à própria estrutura produtiva regional. Ainda que o autor estivesse se referindo especificamente à urbanização brasileira pretérita à década de 1970, tais características são relevantes até a atualidade. Como exemplo, se pode destacar que centros urbanos cujas economias dependem do setor agropecuário são bastante distintos se situados no interior nordestino ou no interior paulista, havendo diferenças importantes também dentro dessas regiões.

As relações entre os centros urbanos componentes de uma determinada rede urbana são expressas através de interações espaciais (Corrêa, 1997) também denominadas de conexões por Duarte e Frey (2008) e pelo estudo do IBGE (2008) ou de fluxos no caso de Furió (1996). A definição aqui utilizada é a de Corrêa (Corrêa, 1997), que se refere a interações espaciais como “(...) um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico” (p. 279). As transformações quanto às características e as dinâmicas de cada um dos tipos de interação significam possíveis alterações nas características específicas das regiões.

Com relação às interações entre os centros urbanos, é relevante destacar a ressalva de Furió (1996, p. 79): “os fluxos não se distribuem aleatoriamente, nem com intensidades uniformes (...) os fluxos mais importantes tendem a orientar-se na direção e desde alguns centros dominantes”. Tal questão permite estabelecer vinculações entre interações espaciais e hierarquização, já que os tipos de conexões internas e externas dos centros urbanos de uma rede compõem uma das características de sua hierarquização, sendo utilizadas, por exemplo, na classificação estabelecida no estudo do IBGE (2008). Quanto mais diversificada e dinâmica for a tipologia de conexões estabelecidas a partir de um determinado centro, maior será o seu alcance e a sua polarização espacial.

Também com referência às interações espaciais, pode ser destacado que a evolução das hierarquias entre os centros urbanos componentes de uma determinada rede é um demonstrativo de possíveis transformações, já que pensá-las enquanto conjunto de relações verticais vem tornando-se cada vez mais difícil. A ampliação de relações horizontais entre centros de diferentes portes (IPEA *et al.*, 2001b), faz com que muitas vezes os pequenos municípios se dirijam diretamente ao centro urbano mais importante, sem ter que se reportar primeiramente ao centro regional mais próximo.

Cabe ressaltar que as interações estruturantes das redes são mutáveis temporal e espacialmente e, em muitos casos, o estabelecimento de um tipo de conexão determina a desintegração de outra, questão relevante observada por Duarte e Frey (2008). Embora estes autores estivessem tratando das redes intra-urbanas, a dimensão ressaltada permite refletir também sobre as relações interurbanas. Este contínuo processo de criação e destruição de conexões está relacionado à busca permanente de melhores e maiores possibilidades de reprodução do capital, no sentido destacado tanto por Harvey (1990a), quanto por Brandão (2007).

A articulação do território em sua dimensão hierarquizada, decorrente da divisão espacial do trabalho, está expressa em todas as escalas espaciais. Nesse sentido, há redes urbanas através das quais se estabelece o processo de reprodução espacial do excedente em escala mundial, nacional e regional. A complexidade e a diversidade das formas de reprodução se ampliam de acordo com as maiores dimensão e “densidade” da rede. Implicam na capacidade de comando do centro principal e em cadeia nos diversos centros subordinados e devidamente hierarquizados, sem desconsiderar a possibilidade de alguma fluidez das posições na “ordem” decorrente.

As redes urbanas são dinâmicas em decorrência da valorização de determinadas atividades e determinadas relações entre os centros ao longo do processo histórico. Em função das transformações ocorridas ao longo do tempo as características das redes e as relações estabelecidas fundamentalmente são mutáveis, ainda que possa haver certa inércia em função daquilo que se apresenta como resultado da evolução pretérita.

O dinamismo das redes e a importância das interações espaciais no seu contexto implicam no primado de suas funções em relação à sua forma. Ao longo do processo histórico, as formas das redes são transformadas através dos processos que alteram as suas funções. Há que se destacar a sua constituição histórica, que “cristaliza” padrões, implicando em uma inércia quanto

a potenciais transformações, mas não é possível esquecer que a própria estrutura atual vincula-se a uma estrutura pretérita, como aponta o estudo de Gonçalves (1998) a respeito da formação histórica da rede urbana paulista.

Destaca-se a hipótese principal de que a expansão do CAI canavieiro e a mobilidade populacional a ela vinculada têm sido responsáveis por transformações recentes nas relações estruturadoras das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, expressas através das redes urbanas que articulam seus territórios. Por isto, a partir da importância da dimensão espacial do capitalismo, entendendo a divisão do trabalho como sua expressão e a rede urbana como seu reflexo e condição, é preciso caracterizar os seus desdobramentos e implicações no sentido da reflexão sobre as referidas transformações. Desta maneira, podem ser analisadas com maior profundidade as relações dessas com a divisão espacial do trabalho.

Considera-se que o conceito de divisão espacial do trabalho carrega dimensões reveladoras do caráter fundamental da mobilidade espacial nas transformações das redes urbanas, ou seja, no contexto articulado das dinâmicas regionais. Destacá-la em relação a tais dimensões implica considerar as dinâmicas regionais como relacionadas: à evolução dos processos históricos regionais (Singer, 1973b; Hobsbawn, 1977; Harvey, 1978; Massey, 1984; Santos, 1996; Gonçalves, 1998); vinculadas às características da inserção regional atual naquela divisão, marcada por transformações articuladas a processos que se desdobram em escalas espaciais mais amplas a partir de determinados centros de controle (Massey, 1984, Gonçalves, 1998; Santos, 1996; Brandão, 2007). As dinâmicas regionais se estabelecem em articulação aos interesses dos agentes político-ideológicos da inserção regional (Massey, 1984 ; Santos, 1996; Brandão, 2007), são marcadas pela diversidade de estruturas ocupacionais e produtivas (Singer, 1973a; Faria, 1976 e 1980, Massey, 1984) e fundamentalmente constituem e são constituídas a partir da divisão do trabalho (Faria, 1980; Corrêa, 1997).

As dimensões articuladoras e transformadoras acima elencadas, constituem um conjunto indissociável, visto que registram relevantes vinculações e conseqüentemente evoluem dessa maneira. Assim não se pode compreendê-las em si mesmas, mas à luz do seu conjunto. Para melhor explorar seus significados, é necessária uma separação analítica que caracterize as especificidades subjacentes à dinâmica comum.

1.2 A dimensão histórica

Diversos autores trazem contribuições relevantes a respeito da dimensão histórica da divisão espacial do trabalho. Inicialmente, cabe destacar a perspectiva adotada para a reflexão sobre tal dimensão. Singer (1973a), para pensar a dimensão histórica da divisão social do trabalho, traz elementos relativos à configuração de uma divisão espacial do trabalho, relevante para a estruturação de redes urbanas:

(...) a expansão da divisão de trabalho intra-urbana, ensejada pelo crescimento da cidade, se desdobra, a partir de certo momento, na constituição de uma divisão do trabalho *entre* núcleos urbanos. Este desdobramento eleva as forças produtivas a um novo patamar, pois permite o surgimento de atividades especializadas que suprem uma demanda muito mais ampla do que a do mercado local. (p. 19, grifo do autor).

Essas considerações sugerem que os processos históricos fundadores da divisão espacial do trabalho podem ser verificados em períodos anteriores ao capitalismo. Assim, definem as bases para se explorar a dimensão histórica da expansão de tal sistema por todos os territórios ao redor do globo, incluindo-os em complexas articulações de divisões do trabalho em várias escalas espaciais integradas.

A respeito do aumento da complexidade das divisões do trabalho, que tem na expansão geográfica uma das suas dimensões fundamentais, é relevante destacar a contribuição de Harvey (1990a), especialmente no registro dos mecanismos fundamentais de expansão:

*La geografía histórica del capitalismo ha sido simplemente notable. Pueblos con la mayor diversidad de experiencia histórica, que vivían en una serie de circunstancias físicas increíbles, han quedado unidos, a veces con halagos pero la mayoría de las veces por el ejercicio cruel de la fuerza bruta, en una unidad compleja bajo la división territorial del trabajo. Las relaciones monetarias han penetrado hasta el último rincón del mundo, en casi cada aspecto de la vida social e incluso de la vida privada*⁹. (p. 376)

A recorrente apropriação de novos espaços, o aproveitamento das diferenças entre esses e as complexas relações entre escalas são características fundamentais da divisão espacial do

⁹ (Tradução livre) A geografia histórica do capitalismo foi simplesmente notável. Povos com a maior diversidade de experiências históricas, que viviam em uma série de circunstâncias físicas incríveis, ficaram unidos, às vezes com descobertas mas na maioria das vezes pelo exercício cruel da força bruta, em uma unidade complexa sob a divisão territorial do trabalho. As relações monetárias penetraram até o último rincão do mundo, em quase cada aspecto da vida social e inclusive da vida privada.

trabalho amplamente reproduzida, temporal e espacialmente, do sistema capitalista. Outra importante questão destacada pelo autor é a integração daquilo que ocorre nos mais diversos lugares em torno de um processo comum. Desde o início de sua história, o sistema capitalista vem processando essa integração, que se expressa na atualidade através da globalização, a ser entendida não como novidade ou como fenômeno único, mas sim enquanto resultante de processos inerentes à evolução e às transformações espaciais do capitalismo.

A partir dessas questões fundamentais a respeito das origens e da evolução do capitalismo, é necessário destacar os significados da dimensão histórica quanto às articulações entre rede urbana, mercado de trabalho e mobilidade espacial, considerando estas duas últimas como transformadoras daquela forma espacial, que reflete e condiciona a divisão espacial do trabalho. Autores como Harvey (1978), Massey (1984), Santos (1996) e Gonçalves (1998) trazem considerações relevantes nesse sentido.

Massey (1984) aponta três elementos fundamentais quanto à divisão espacial do trabalho: a sua dimensão histórica; a multiplicidade de divisões do trabalho em função da diversidade das escalas espaciais e o papel de diversos agentes no seu estabelecimento, para além das necessidades apenas produtivas. As duas últimas são abordadas mais à frente, cabendo neste momento destacar a historicidade desse contexto.

A dimensão histórica é fundamental pelas transformações que se processam nas relações sociais e produtivas, como pode ser verificado nas considerações de Massey (1984):

*(...) local areas rarely bear the marks of only one form of economic structure. They are products of long and varied histories. Different economic activities and forms of social organization have come and gone, established their dominance, lingered on, and later died away. Viewed more analytically, (...), the structure of local economies can be seen as a product of the combination of 'layers', of the successive imposition over the years of new rounds of investment, new forms of activity.*¹⁰ (p. 117 e 118)

No fragmento acima, a autora destaca que a evolução temporal das diferentes escalas espaciais se processa através das transformações da divisão do trabalho, que caracteriza as

¹⁰ (Tradução livre): áreas locais raramente têm as marcas de apenas uma forma de estrutura econômica. Elas são produtos de longas e variadas histórias. Diferentes atividades econômicas e formas de organização social vieram e se foram, estabeleceram sua dominância, permaneceram por um período e posteriormente “faleceram”. Mais analiticamente, (...), a estrutura das economias locais pode ser vista como um produto da combinação de ‘camadas’ de imposição sucessiva ao longo dos anos de novos investimentos, novas forma de atividades.

diferentes posições de um determinado lugar¹¹ em relação a divisões mais amplas espacialmente. Ao longo dessa evolução temporal são produzidos sucessivos *layers* (camadas), que registram cada um a infra-estrutura e as relações que caracterizavam a sua inserção específica nos diferentes períodos. A sucessão de inserções leva a uma sobreposição de *layers*, que tem relevantes implicações para os novos investimentos, as novas atividades, as novas estruturas a serem implantadas e, conseqüentemente, para as novas bases econômicas e espaciais da organização social.

Santos (1996) apresenta uma importante questão ao frisar que não necessariamente uma nova forma de inserção se “sobrepõe” totalmente à anterior, substituindo-a completamente. Em muitas situações, diversas divisões do trabalho se processam em um mesmo espaço, ao mesmo tempo. Algumas divisões não provocam alterações nas outras, sendo possível a existência de uma etapa transitória até a dominação por uma delas. Aliás, é importante ressaltar que o sistema capitalista, em sua capacidade de aproveitar e se beneficiar das diferenciações espaciais, apontadas por autores como Massey (1984) e Brandão (2007), também se utiliza das diversidades de situações quanto às divisões do trabalho num mesmo espaço com o intuito de manter seu processo de acumulação.

Os objetos provenientes de diferentes ações que se expressam espacialmente ao longo da sucessão das “camadas” referidas por Massey (1984) são denominados por Santos (1996) como rugosidades que: “(...) nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (p. 113). Assim, carregam as características das antigas e podem embasar as novas formas inserção de uma determinada cidade, região, país à divisão do trabalho. Para exemplificar, basta observar o papel do complexo cafeeiro paulista na gênese da industrialização do mesmo estado, conforme destaca Gonçalves (1998). Para a autora, o processo de acumulação gerado nesse complexo possibilitou a constituição de muitos núcleos urbanos no interior, a implantação de infra-estrutura de¹², a formação um sistema bancário e de crédito, além da própria capitalização dos empresários, embasando de maneira fundamental a industrialização posterior.

¹¹ Refere-se às diversas escalas espaciais nesse contexto, tanto regiões, como cidades.

¹² Estabelecimento de ferrovias e de infra-estrutura em muitos municípios interioranos, além da própria capital.

Harvey (1978) destaca a constituição de um ambiente construído no sentido dos objetos que denotam uma determinada inserção à divisão do trabalho e as contradições inerentes a esse quadro:

*Capital represents itself in the form of a physical landscape created in its own image, created as use values to enhance the progressive accumulation of capital. The geographical landscape which results is the crowning glory of past capitalist development. But at the same time it expresses the power of dead labour over living labour and as such it imprisons and inhibits the accumulation process within a set of specific physical constraints*¹³. (p. 124)

Verificam-se as contradições próprias do desenvolvimento capitalista já na estrutura física que ele constitui sob um determinado padrão de acumulação e ainda no ambiente construído para e pelo capital. O constante movimento em busca da ampliação e da reprodução do valor implica na necessidade de trazer novos usos ou simplesmente de destruir o que existe, com o intuito de reduzir a desvalorização do capital, assim como de propiciar novas formas reprodutivas.

A configuração dos processos reprodutivos do capital envolve muito mais do que novas formas de apropriação e utilização do ambiente construído, assim como de sua própria destruição. Constituintes fundamentais nesse contexto são os processos sociais que refletem e condicionam o dinamismo das transformações no padrão de acumulação. Com relação a tal questão, Gonçalves (1998), tece importantes comentários sobre a formação histórica da rede urbana do estado de São Paulo:

Na urbanização capitalista, o nexu estruturador da divisão social e espacial do trabalho será o padrão de acumulação prevalecente em cada conjuntura histórica, que enfeixa tanto os requerimentos a serem preenchidos pela produção social, como as formas de organização do trabalho em que ela se realiza. (p. 21).

Conforme a citação apresentada, as transformações do nexu estruturador são provocadas por uma complexa combinação de mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e espaciais ocorridas ao longo do processo histórico desenvolvido em diferentes escalas e através de suas

¹³ (Tradução livre): capital representa a si mesmo na forma de uma paisagem física criada à sua própria imagem, criada como valor de uso para reforçar a progressiva acumulação de capital. A paisagem geográfica resultante é a coroa das glórias do desenvolvimento capitalista passado. Mas ao mesmo tempo expressa o poder do trabalho morto sobre o trabalho vivo e assim aprisiona e inibe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas.

articulações. Configura-se, nesse sentido, um processo global de mudança, do qual diversos fenômenos sociais são resultantes, não podendo ser desvinculados deste, como aponta Singer (1973b). O autor ressalta que a migração, especificamente a interna no Brasil e naquele momento determinado, constitui elemento fundamental das transformações, do referido processo global de mudança, devendo então ser entendidas como historicamente condicionadas, o que permite articulá-las à dimensão histórica da evolução da divisão espacial do trabalho.

Diversos autores enfatizam as vinculações entre a dimensão histórica da divisão espacial do trabalho e as migrações, ou seja, observam que tais fenômenos estão articulados aos processos de mudança decorrentes da evolução do padrão de acumulação capitalista. Hobsbawn (1977), em suas reflexões sobre o período 1848 – 1875, que ele denomina “Era do Capital”, reflete sobre as articulações entre movimentos populacionais e industrialização, processos que:

(...) andam juntos, já que o desenvolvimento econômico moderno do mundo pede mudanças substanciais junto aos povos e por outro lado, facilita tais movimentos tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como evidentemente permite ao mundo manter uma população bem maior. (p. 207).

Em suas considerações teóricas sobre as migrações internas, Singer (1973b) articula processos de industrialização e migrações internas, ressaltando que não é apenas a mudança técnica que as vincula, mas também as características institucionais e históricas dos referidos processos. Nesse sentido, as vinculações são diferenciadas nos contextos dos países desenvolvidos e naqueles não desenvolvidos.

As reflexões de Hobsbawn (1977, p. 207) sobre “(...) o começo da maior migração dos povos na História”, podem ser vinculadas às de Singer (1973b) tanto no objeto analisado, as relações entre industrialização e migrações, quanto na valorização da origem enquanto causa de tais movimentos nos contextos analisados. A este respeito Hobsbawn (1977, p. 209) destaca:

Já que a maioria dos europeus era de origem rural, assim eram os emigrantes. O século XIX foi uma gigantesca máquina para elevar os homens do campo. A maioria deles foi para a cidade, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudessem encontrar (...).

A ligação com a abordagem de Singer (1973) pode ser reconhecida a partir dos fatores de expulsão nas áreas de origem definidos enquanto causas das migrações, podendo ser:

(...) fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nessas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego (...); e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (...). (p. 38, grifos do autor).

A introdução de relações capitalistas na agricultura da Inglaterra, com o decorrente aprofundamento da subordinação do campo à produção industrial, elemento fundamental da articulação da divisão espacial do trabalho, pode ser considerada um dos fatores de mudança, que implicaram na intensa emigração da população de tal país no período destacado por Hobsbawn (Hobsbawn, 1977). Por outro lado, fatores de estagnação podem ser apontados como fundamentais para a emigração de irlandeses e de italianos do sul e da Sicília, ainda que, como destaca o autor, o primeiro processo tenha sido iniciado no período diretamente analisado na obra, enquanto o segundo passa a ser mais significativo posteriormente.

Massey (1984) traz significativas contribuições sobre a dimensão histórica da divisão espacial do trabalho em suas relações com a mobilidade populacional. A respeito da Itália do pós-guerra, que registrava grande crescimento econômico baseado na expansão industrial do Norte, em contraste ao Sul, a autora destaca:

*(...) in the Italy of the fifties and early sixties, southerners had been drafted into the working class through migrations to jobs in the booming industrial North. In this earlier period Italian industry wanted southern workers both because, (...), this was a period of extensive growth and also because in some cases, including Fiat, new labour was being sought to work new machinery.*¹⁴ (p. 86 e 87).

¹⁴ (Tradução livre): na Itália dos anos 1950 e começo dos 1960, os sulistas foram para a classe trabalhadora através da migração para trabalho no florescente Norte industrializado. Neste período inicial, a indústria italiana queria sulistas tanto porque, (...), esse foi um período de crescimento extensivo como também porque em alguns casos, incluindo a FIAT, novos trabalhadores estão sendo procurados para operar novas máquinas.

Refletindo sobre as relações entre processo de industrialização e migrações, a autora ressalta o aprofundamento da divisão espacial do trabalho ocorrido no período de recuperação econômica posterior à 2ª Guerra Mundial. A migração originada no Sul da Itália é marcante nesse processo, em virtude da necessidade de mão de obra nas cidades industriais do norte, vinculando-se à divisão espacial do trabalho também pela busca de trabalhadores nas regiões menos desenvolvidas do país, nas quais eram relevantes os fatores de estagnação, no sentido proposto por Singer (1973b).

Além desses exemplos citados de processos ocorridos em outros países, é importante destacar processos que aconteceram no Brasil, especialmente no estado de São Paulo, além daqueles menos vinculados às dinâmicas da industrialização. As contribuições de Durham (1973), Gonçalves (1998), Camarano e Abramovay (1999), além da articulação entre as reflexões de Caiado (1995) e Baeninger (1999 e 2005) são relevantes nesse contexto.

Durham (1973) analisa a migração rural-urbana, principalmente direcionada à metrópole paulista entre as décadas de 1930 e 1970. Marcada por determinações de ordem estrutural que implicaram em mudanças em suas condições de vida e do trabalho no campo, se processa a mobilização de muitos grupos de população rural em direção aos centros urbanos, onde constituíram a mão de obra urbana industrial requerida. A autora aborda as motivações de ordem individual ou comunitária inerentes à dinâmica desse processo fundamental na constituição da sociedade brasileira atual.

Gonçalves (1998) destaca a imigração como um dos elementos fundamentais de estruturação da rede urbana paulista entre a 2ª metade do século 19 e a 1ª metade do século 20. O estabelecimento e o aprofundamento de uma marcada divisão espacial do trabalho no estado de São Paulo tiveram na imigração, especialmente estrangeira, um dos seus aspectos fundamentais. Por um lado, esta dinâmica populacional compôs a mão de obra assalariada e foi marcante no processo de expansão da economia cafeeira, por outro, povoou as cidades e expandiu a ocupação do território em direção ao oeste.

A autora indica a importância da migração interna a partir da década de 1930 para o posterior processo de industrialização no estado:

Delineou-se aí o padrão que passaria a vigorar por largo tempo com respeito à formação de trabalho que pôs em marcha a produção capitalista. A força de trabalho dispersa no

país começou a ser mobilizada para São Paulo, onde se gestava o embrião da sociedade urbano-industrial que logo viria à luz. (Gonçalves, 1998, p. 153).

Tal trecho permite reconhecer a importância das migrações em outro momento histórico relevante, no qual havia a estruturação de um novo padrão de acumulação baseado em atividades industriais. Estas se concentraram na capital e em algumas regiões mais próximas e foram articuladas a uma agricultura voltada para o fornecimento de matérias-primas, localizada nas regiões interioranas mais distantes. Nesse sentido, em função da restrição à imigração estrangeira, passa a ocorrer a mobilização de migrantes internos, provenientes das regiões menos desenvolvidas do país, especialmente do Nordeste.

Camarano e Abramovay (1999) enfatizam os processos de êxodo rural ocorridos no Brasil a partir da década de 1950. Ainda que não tragam reflexões aprofundadas a respeito das dinâmicas migratórias, há relevantes informações que permitem distinguir esses processos no Nordeste e no Sudeste.

Os citados autores destacam a intensidade do êxodo rural do Nordeste na década de 1950, embora com base nos trabalhos de Durham (1973) e Gonçalves (1998) seja possível caracterizá-lo como iniciado em décadas de anteriores. A partir das considerações de Singer (1973b), é possível destacar a importância dos fatores de estagnação enquanto determinantes na origem de tais movimentos.

O processo ocorrido no Sudeste desenvolveu-se durante a década de 1960, sendo caracterizado pelas mudanças técnicas na agricultura, especialmente com a constituição de complexos agroindustriais, que implicou na redução da necessidade de mão de obra nas atividades agrícolas, assim como em uma significativa concentração fundiária. Além disso, a importante expansão industrial do período requeria mão de obra nas zonas urbanas, especialmente na Grande São Paulo. Verificam-se, nesse contexto, os fatores de expulsão vinculados à mudança (Singer, 1973b, p. 38), baseados especialmente no aprofundamento das relações capitalistas na produção agrícola e no acirramento de uma divisão espacial do trabalho.

Os trabalhos dos dois últimos autores considerados nesta reflexão, Caiado (1995) e Baeninger (1999 e 2005), são relevantes em função das conexões que podem ser estabelecidas entre ambos. Enquanto Caiado (1995) destaca as características recentes da rede urbana paulista e os processos que a dinamizam, Baeninger (1999 e 2005) analisa as dinâmicas migratórias no estado de São Paulo no final do século 20.

Caiado (1995) reflete sobre o processo histórico de acirramento da divisão espacial do trabalho no estado de São Paulo a partir da denominada interiorização do desenvolvimento ocorrida a partir dos anos 1970 e marcada posteriormente, especialmente em função da evolução de processos pretéritos, pelo fortalecimento das economias regionais interioranas. Essa questão também é destacada por Baeninger (2004). A respeito do referido acirramento e de suas conseqüências para a rede urbana paulista, Caiado (1995, p. 51 e 52) afirma:

Este processo, engendrado a partir da interiorização do desenvolvimento, expressa-se em uma dinâmica sócio-espacial que se repete nas diversas realidades territoriais como ambientes construídos pelo capital e para o capital.

Ainda que o autor, no contexto das dinâmicas sócio-espaciais que marcam as transformações na rede urbana, tenha considerado fundamental articular as dinâmicas migratórias a tais processos, é preciso ressaltar as contribuições de Baeninger (1999 e 2005). A partir de suas análises, é possível destacar que a mobilidade populacional se insere no contexto de transformações através da multiplicação e redinamização dos fluxos, que passaram a caracterizar-se pela diversidade contextualizada em suas distintas regiões.

Baeninger (1999) sintetiza os elementos marcantes deste processo em três vertentes relacionadas e complementares: a saída de população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em direção a todas as regiões do interior do estado; a integração territorial do processo de urbanização, vinculada à expansão dos fluxos inter-regionais; e o crescimento dos movimentos intra-regionais. Além disto, verificou-se em diferentes contextos regionais paulistas a ocorrência de movimentos sazonais, circulares, de dupla residência e pendulares. Estes últimos, apontados por Baeninger (2005) como expressões de novas territorialidades, anteriormente característicos das regiões metropolitanas, nos períodos recentes passaram a ser observados em diversas áreas do interior.

As questões ressaltadas a partir do trabalho de diversos autores permitem destacar a relevância da compreensão da dimensão histórica da divisão espacial do trabalho em suas articulações com as dinâmicas migratórias. O desdobramento dos processos históricos e as suas relevantes transformações em conjunturas específicas, permitem apontar o acirramento da divisão do trabalho e as migrações como fundamentais nos processos de mudança, representando suas dimensões mais relevantes.

A respeito das articulações analisadas, se considera que a expansão recente do CAI canavieiro tem provocado transformações na divisão espacial do trabalho, especialmente em escala intra-regional, de maneira conectada ao que se desdobra em regiões mais distantes, por exemplo, nas áreas de origem dos trabalhadores canavieiros. A dimensão histórica é considerada relevante em função das diferenças regionais que se caracterizam através dos seus processos particulares de desenvolvimento. Assume-se que tais distinções se articulam a diversidades quanto às características das dinâmicas migratórias e dos próprios migrantes.

Cabe enfatizar outras dimensões da divisão espacial do trabalho, fundamentais para as articulações analisadas, e suas vinculações às dinâmicas migratórias. A dimensão multi-escalar é relevante neste contexto. Seu marcante enraizamento nos processos históricos caracteriza as anteriormente referidas conexões entre as diversas dimensões citadas e confere um caráter integrado à sua abordagem.

1.3 A dimensão multi-escalar

A dimensão multi-escalar da divisão espacial do trabalho é observada a partir de articulações entre processos ocorridos nas mais diversas escalas espaciais. Caracterizam-se por desdobramentos e implicações decorrentes do contexto específico de cada uma delas. Há que se destacar que existe uma hierarquização dos “efeitos” das articulações, ou seja, o que ocorre em escala global ou nacional tem muito mais repercussões sobre o que ocorre em escala regional ou local do que o contrário. Como o momento histórico atual é marcado pela globalização, que significa uma maximização dos fluxos e relações entre os diferentes espaços e as diferentes escalas, tal dimensão ganha maior importância. Autores como Faria (1976), Massey (1984), Santos (1996), Gonçalves (1998) e Brandão (2007) trazem considerações relevantes nesse sentido.

Como referido anteriormente¹⁵ Massey (1984) aponta três elementos fundamentais da divisão espacial do trabalho. A compreensão da multiplicidade de divisões do trabalho em função da diversidade das escalas espaciais é um dos elementos destacados pela autora no contexto da análise das estruturas espaciais vinculadas às dinâmicas econômicas.

A divisão do trabalho está expressa nas mais diversas escalas espaciais, da intra-regional, entre os diversos centros urbanos, até a internacional, entre países ou até regiões do planeta,

¹⁵ Página 23.

passando pela inter-regional e a nacional, entre outras possíveis. Tanto Massey (1984) quanto Santos (1996) destacam que são as transformações da divisão internacional do trabalho que marcam a evolução das escalas menores e assim, sucessivamente de maneira hierárquica. Santos indica que: “Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. (Santos, 1996, p. 108).

Neste sentido, quanto mais restrita espacialmente, mais escalas superiores subordinarão uma determinada divisão do trabalho em determinada parte do território, condicionando as distintas formas de atuação dos múltiplos agentes envolvidos na estruturação, conservação ou transformação de um padrão específico de inserção. Assim, é destacado o caráter dinâmico das referidas transformações marcadas pela evolução das técnicas, das relações de produção e de trabalho, das demandas por determinados produtos e a conseqüente dimensão política e ideológica neste contexto.

Gonçalves (1998, p. 13) enfatiza as articulações entre escalas: “(...) cada situação urbana particular só pode ser explicada com referência ao todo maior que a contém: a região e a nação”. Mesmo destacando a escala mais restrita do que o regional, o fragmento é relevante por apontar a necessidade de uma compreensão multi-escalar dos processos espaciais.

O momento histórico atual é marcado pela globalização, processo caracterizado pelo aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política em nível mundial. Um dos aspectos fundamentais nesse contexto é denominado por Harvey (1992) de compressão tempo-espço, em que as grandes velocidades e intensidades da comunicação e dos transportes permitem grande fluidez dos fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas. O significado desse processo é a ampliação das relações inter-escalares, que tornam processos ocorridos nas escalas espaciais mais restritas integrados às lógicas de dinâmicas globais.

Brandão (2007) apresenta importantes considerações para uma reflexão sobre a multi-escalaridade da divisão espacial do trabalho:

Sob o regime capitalista de produção, *a divisão social do trabalho se aprofunda e se sofisticada recorrentemente*, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica-, submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção. (p. 69, grifo do autor).

Os movimentos de aprofundamento e sofisticação da divisão espacial do trabalho são fundamentais para a expansão do sistema capitalista. As articulações entre escalas estão relacionadas a estes movimentos, uma vez que as determinações e implicações decorrentes de processos ocorridos em escalas mais amplas são fundamentais para a compreensão daquilo que se verifica naquelas mais restritas como as locais ou regionais, caracterizando hierarquias e distintas inserções.

A mediação e a efetivação das articulações inter-escalares são decorrentes da ação de múltiplos agentes, destacando-se as grandes corporações multinacionais, os organismos supranacionais e os estados nacionais. Cabe destacar, a partir dos aspectos discutidos por Santos (1996, p. 111), os diferenciais de alcance de suas ações e as repercussões relacionadas. Alguns agentes manejam desde o global até o local no sentido da divisão espacial do trabalho, outros têm sua amplitude entre o nacional e o local e assim sucessivamente. Caracterizam-se desta maneira as assimetrias de poder que estabelecem a evolução hierárquica ressaltada por Brandão (2007).

As hierarquias e hegemonia são estabelecidas a partir de alguns centros de controle das inserções das múltiplas escalas à divisão do trabalho. Tais centros sediam os agentes coordenadores e estruturadores, vinculando territórios às dinâmicas processadas em escalas mais amplas. Cabe destacar que todo centro urbano controla ou subordina algum território, podendo ser simplesmente o entorno agrícola de um centro local. Há, porém, os que o fazem em escala nacional ou até mundial, sempre em função dos desdobramentos do processo histórico. Assim, verifica-se que não há um caráter de novidade, mas sim decorrências de transformações que se processam ao longo do tempo, em sua articulação dialética com as estruturas espaciais.

No estudo *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana* (IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE, 2001a), São Paulo e Rio de Janeiro são definidas como metrópoles globais, de acordo com critérios relativos à existência de sedes de grandes empresas nacionais e multinacionais; à presença de centros financeiros modernos e de grande porte, de serem dotados de serviços de ponta; à presença de parque manufatureiro importante, caso específico de São Paulo. A respeito dessa classificação, o referido estudo destaca:

As metrópoles globais brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – constituem-se em *loci* especiais onde são geradas e por onde transitam as decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas, capazes de moldar os destinos da economia nacional e suas articulações com fluxos internacionais de comércio, informação e conhecimento. (p. 106).

Neste sentido, São Paulo e Rio de Janeiro são apontadas como espaços privilegiados de decisão, já que nessas cidades estão localizados os agentes que exercem hegemonias, que desta forma estabelecem as assimetrias que caracterizam as posições hierárquicas dos outros componentes do sistema urbano brasileiro. São responsáveis por conectar os processos ocorridos no território nacional às dinâmicas globais da divisão internacional do trabalho. Em referência às regiões estudadas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente, há uma vinculação direta com a metrópole paulista, que se constituiu historicamente através processo de formação da rede urbana paulista, analisado por Gonçalves (1998).

A multi-escalaridade apontada é dimensão fundamental para a presente pesquisa em virtude de que as dinâmicas regionais são entendidas como parte de articulações entre determinações e respostas de diversas escalas. Assim, o que se observa em uma escala ainda que restrita, dificilmente pode ser entendido por processos intrínsecos a ela ou diretamente da dimensão global, há hegemonias e hierarquias entre as escalas. Nessa perspectiva se fundamentam as críticas que autores como Amin e Robbins (1992), Martinelli e Schoenberger (1992) e Brandão (2007) elaboram em relação ao dualismo global – local, questão bastante importante para a reflexão sobre a divisão espacial do trabalho.

Outra crítica relevante a ser destacada, também em decorrência de questões relativas às hegemonias e hierarquias, se relaciona à idéia de crescimento endógeno. Mattos (1998) discute as características de diversas teorias de desenvolvimento econômico, mostrando que os estudos regionais mais recentes apontam caminhos distintos da intervenção estatal *keynesiana* e das formulações neoliberais. A característica fundamental destas novas teorias é que permitem uma abordagem crítica no sentido da divisão espacial do trabalho. Como aponta Mattos (1998, p. 23): “(...) tais teorias são baseadas nas possibilidades endógenas locais ou regionais de desenvolvimento (...)”, porém desconsideram a historicidade e dimensões fundamentais com relações às determinações e implicações inter-escalares.

As articulações entre as dimensões multi-escalares dos processos decorrentes das dinâmicas da divisão espacial do trabalho e as migrações podem ser destacadas a partir de diversos autores. O intenso processo de emigração originário das Ilhas Britânicas na segunda metade do século 19 foi reconhecido por Hobsbawn (1997, p. 209): “Entre 1851 e 1880, cerca de 5,3 milhões deixaram as Ilhas Britânicas (3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália, meio milhão para o Canadá) – de longe a maior migração transoceânica no mundo”.

O processo de industrialização naquela região implicou na completa subordinação do campo à indústria. Isto implicou em uma necessidade de aumentar a produtividade com a aplicação de técnicas que diminuíram a necessidade de mão de obra, que em muitos casos não foi aproveitada nas nascentes indústrias. Por outro lado, as facilidades de transportes e o seu baixo custo à época permitiram que habitantes de regiões menos desenvolvidas emigrassem para outras partes do mundo. Assim, verifica-se que em função de um processo de mudança ocorrido não só nas Ilhas Britânicas, mas em todo o continente europeu, houve uma intensificação da ocupação de áreas menos povoadas do globo. Uma divisão espacial do trabalho que começava a ser estruturada para além da Europa já integrava outros continentes através dos movimentos populacionais.

O processo de industrialização teve suas vinculações com as migrações abordadas por Singer (1973b) em relação ao Brasil e por Gonçalves (1998) em relação ao estado de São Paulo. Ambos destacam a concentração populacional nas metrópoles que também registravam importantes concentrações de atividades industriais. Verifica-se que processos localizados regionalmente mobilizam a população nacionalmente, originária de áreas que passavam por processos de mudança estrutural ou tinham inserção periférica na divisão do trabalho.

Baeninger (2005), em sua análise a respeito das dinâmicas migratórias recentes no estado de São Paulo, considera que algumas regiões:

(...) articulam processos locais ao âmbito regional e global, promovendo “mecanismos de desencaixe” da sociedade (Giddens, 1991)¹⁶, com reflexos nos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população nos variados contextos regionais. (p. 94).

Os processos que vêm ocorrendo nessas regiões não teriam sentido neles mesmos, eles são parte de um complexo conjunto de articulações entre global, nacional, regional e local, das quais as dinâmicas migratórias são parte fundamental. Esse conjunto de articulações provém da divisão espacial do trabalho em dinâmicas que se processam historicamente. As características das migrações em escala regional são relacionadas às dinâmicas de sua inserção em processos mais amplos espacialmente.

¹⁶ “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. (Giddens, 1991, p. 29).

A mobilidade espacial para o trabalho no CAI canavieiro é considerada à luz da dimensão multi-escalar da divisão espacial do trabalho em virtude de estarem relacionadas aos interesses internacionais por fontes energéticas renováveis, além dos preços bastante compensadores do açúcar nos mercados globais, que implicam na entrada de corporações multinacionais no setor; de o álcool ser objeto de políticas nacionais específicas, voltadas ao desenvolvimento e expansão do complexo agroindustrial canavieiro, especialmente através de seu financiamento; articularem regiões de origem dos migrantes àquelas marcadas pela importância do CAI canavieiro; e pelos múltiplos impactos locais e regionais da expansão do complexo.

Cabe então, passar à consideração dos agentes político-ideológicos da inserção regional à divisão espacial do trabalho. Tal dimensão é historicamente constituída e fundamentada nas relações entre processos que se desenvolvem em escalas espaciais específicas e se desdobram sobre as outras mediante a ação de determinados agentes.

1.4 Agentes políticos e ideológicos da inserção regional à divisão espacial do trabalho

O estabelecimento de novas divisões do trabalho e sua evolução não decorre apenas de necessidades técnicas e produtivas ou de demandas por novos produtos. Completando as três dimensões¹⁷ que considera fundamentais com relação às transformações da divisão espacial do trabalho, Massey (1984, p. 44) enfatiza o seu caráter político e ideológico:

*Questions of who does which jobs, the problem of the definition of skill, the identification of the different kinds of capital, all exemplify the fact that the economic aspects of society are themselves social constructions, thoroughly imbued with politics and ideological tradition.*¹⁸ (p. 44)

Os agentes político-ideológicos são responsáveis ao longo do processo histórico pelas transformações ou cristalizações das inserções regionais à divisão do trabalho numa perspectiva integradora das determinações e implicações entre as escalas. Realizam, nesse sentido, a mediação entre processos ocorridos nas diversas escalas espaciais, registrando diferenças quanto à sua natureza, capacidade de intervenção e alcance dos impactos de sua atuação.

¹⁷ As outras duas seriam a dimensão histórica e as articulações entre as escalas, apresentadas anteriormente.

¹⁸ (Tradução livre): Questões sobre quem ocupa quais postos de trabalho, o problema da definição das habilidades, a identificação dos diferentes tipos de capital, todos exemplificam o fato de que os aspectos econômicos da sociedade são eles mesmos construções sociais, completamente imbuídos de tradições políticas e ideológicas.

Dentre tais agentes podem ser destacados: o Estado, em seus diversos níveis e sob distintas formas (governos, empresas estatais); empresas privadas também em suas diferentes acepções e escalas de atuação (corporações multinacionais, empresas nacionais, empresas regionais ou locais); instituições internacionais; além de organizações de trabalhadores de diversos níveis. A inserção regional é dinamizada através dos “conflitos” entre estes agentes ou ao menos de uma parte deles. Além de Massey (1984), autores como Harvey (1990a), Santos (1996), Gonçalves (1998), Alves (2007) e Brandão (2007) trazem questões relevantes para a compreensão da importância e da atuação desses agentes, permitindo inclusive o destaque aos seus papéis no contexto de articulações abordado.

O momento histórico atual é caracterizado pelo processo de globalização, que é marcado pela ampliação da integração econômica, cultural e política dos mais diversos espaços ao redor do mundo. Nesse contexto, vem sendo ampliado o poder das grandes corporações multinacionais de ensejar uma divisão espacial do trabalho conveniente para a maximização do processo acumulativo, assim como o poder de organismos supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD. Conforme Santos (1996), tais agentes têm capacidade de atuação em nível global, assim influenciam e condicionam as inserções de todas as escalas espaciais mais restritas na divisão do trabalho.

Entre os agentes com capacidade global de atuação e aqueles que atuam marcadamente sobre o território nacional, podem ser destacados os organismos supranacionais de alcance continental como, por exemplo, os organismos da União Européia. A respeito daqueles que têm alcance e poder de intervenção em nível nacional, estão incluídos os estados nacionais e as grandes empresas de capital nacional. De maneira cada vez mais restrita espacialmente, são expressas as escalas de atuação de órgãos regionais, governos estaduais e locais, além das empresas que atuam em tais níveis. O que varia nesse âmbito de alcance cada vez mais restrito é a capacidade de que processos numa escala específica tenham rebatimentos sobre outras ou que apenas sejam afetados por aqueles provenientes de outras.

Os agentes não necessariamente atuam de maneira isolada, há articulações entre agentes do mesmo nível e agentes de níveis distintos na estruturação de inserções regionais à divisão do trabalho. Os processos de abertura dos mercados dos países menos desenvolvidos à atuação das grandes corporações multinacionais e de desregulamentação do mercado financeiro, cruciais para

a integração econômica em nível global, foram totalmente estimulados por organismos supranacionais, especialmente aqueles de crédito e financiamento.

Como exemplo das articulações entre agentes de níveis escalares distintos podem ser destacados os processos de ocupação de áreas do território brasileiro que anteriormente se encontravam em situação marginal no contexto de uma penetração capitalista. Becker (1988) destacou a ação integrada de multinacionais e do Estado brasileiro para a estruturação dos grandes projetos de mineração na Amazônia, processos que podem ser observados até a atualidade, especialmente através do estabelecimento de infra-estrutura de transportes e de energia concebidas e financiadas pelo governo nacional.

Neste contexto, relacionado às mudanças quanto à inserção regional à divisão do trabalho, cabe observar também os aspectos de resistência a formas de dominação e de subordinação aos interesses das empresas privadas e do Estado capitalista articulados sobre determinadas regiões. Massey (1984) destaca que as classes sociais e suas diversas formas de expressão e espacialização também têm implicações sobre as divisões do trabalho nas mais diversas escalas espaciais. Como exemplo, se pode citar as mudanças das localizações industriais na Inglaterra a que a autora se refere, com os capitalistas buscando evitar áreas com forte mobilização e pressão dos sindicatos. Becker (1990) destaca outro tipo de resistência: a dos pequenos agricultores de Rondônia que constituíram no início dos anos 1980 movimentos contrários aos interesses de expansão de grandes empresas agropecuárias sobre a região.

Brandão (2007) em suas reflexões sobre a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, analisa quatro conceitos considerados fundamentais: homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento de relações capitalistas em um determinado território em suas múltiplas escalas, tais conceitos permitem expressar a atuação dos agentes político-ideológicos no sentido de “conceber”, aprofundar, reiterar ou transformar determinadas inserções a divisões do trabalho mais amplas especialmente, sempre mediante relações multi-escalares.

O quadro sintético dos quatro conceitos abordados (Brandão, 2007, p. 71) permite não só destacá-los como também estabelecer sua relevância para o contexto de articulações aqui analisado, pois como o autor afirma: “(...) a devida análise crítica do movimento desigual de acumulação do capital no espaço requer a verificação articulada dos processos de homogeneização, de integração, de polarização e de hegemonia nos recortes territoriais”. (p. 70).

A homogeneização é processada pelo capital em geral e tem como resultado a unificação do espaço para a valorização do capital. O processo de integração significa o conflito entre diversas frações do capital para o estabelecimento de uma divisão social do trabalho. A polarização é expressa através da afirmação de hierarquias e assimetrias, caracterizando um sistema de relações centro - periferias. Por último, a hegemonia destaca a conformação de um poder desigual de decisão, expresso através do poder político: “(...) o poder hegemônico deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser o portador do novo (por exemplo, o domínio tecnológico)”. (Brandão, 2007, p. 84).

As regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente passaram ao longo de seu desenvolvimento histórico pelos processos acima elencados, vinculando-se diretamente ao principal centro dinâmico e polarizador da economia brasileira, a metrópole paulista. As inserções de ambas à divisão do trabalho são caracterizadas pela importância dos complexos agroindustriais, especialmente naquela primeira, já que a segunda por muito tempo destacou-se pela produção de matérias-primas (algodão) a serem processadas em outras regiões do estado.

Processo marcante foi o de interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo caracterizado por Cano (1988). Este significou para as ambas as regiões uma expansão das atividades industriais, voltadas ao processamento de produtos agropecuários. Especialmente no caso da região de Ribeirão Preto significou a expansão e o reforço de atividades vinculadas ao CAI canavieiro, em decorrência do estabelecimento do PROALCOOL em 1975 (Barros e Moraes, 2002 e Veiga Filho e Ramos, 2006). Tal programa governamental estimulou o desenvolvimento do setor com base na demanda por álcool combustível. Esta característica diferencia as regiões consideradas quanto à importância do setor canavieiro, já que aquela de Presidente Prudente é uma área de expansão recente do setor.

A partir dos conceitos discutidos por Brandão (2007) pode se afirmar que as duas regiões vêm passando por um processo de reafirmação da hegemonização do poder decisório quanto à inserção regional à divisão do trabalho nacional e internacional. Este processo é caracterizado pela conformação de um bloco que integra poder político e poder econômico, no qual estão representados os governos nacional, estadual e local, pelos grupos privados de âmbitos nacionais e regionais através das empresas do setor e cada vez mais por grupos multinacionais de capitais produtivos e financeiros.

A nova fase expansiva do CAI canavieiro é caracterizada não só pelo crescente interesse internacional nos biocombustíveis (Szmrecsányi *et al.*, 2008), como também pela alta internacional nos preços do açúcar (Goes *et al.*, 2008). Por isto, ampliou-se o interesse governamental e dos grupos privados na expansão do complexo, além das vantagens para os proprietários de terra, em função da maior valorização da cana-de-açúcar em relação a outros produtos. Aos agentes tradicionais do setor como os grupos empresariais de âmbito regional e nacional e os governos em seus diversos níveis, vem se somando instituições estatais de financiamento como o BNDES, além do capital multinacional.

Milanez *et al.* (2008a) destaca o crescimento da demanda por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para o setor. Tal crescimento levou a instituição a criar em 2007 uma área específica, o Departamento de Biocombustíveis. Com relação ao capital internacional, verifica-se a sua ampliação no CAI canavieiro através de uma reportagem recente (OS GRINGOS, 2010, p. 38), em que é destacada a importância crescente de empresas multinacionais de combustíveis (SHELL), grupos que atuam no setor de *commodities* agrícolas (Louis Dreyfus e Bunge), além de fundos de investimentos (Arion Capital e Clean Energy).

Verifica-se, desta forma, a constituição de inserções regionais à divisão do trabalho fundamentadas nos desdobramentos do processo histórico em suas múltiplas dimensões, mediadas por relações e vinculações entre processos ocorridos em várias escalas espaciais, que se desdobram através das ações dos agentes político-ideológicos de diversas naturezas. Em função da constante necessidade de reprodução espacial do capital, em seu recorrente movimento acumulativo baseado em valorizações, desvalorizações e revalorizações de determinados produtos e determinados territórios, foi estabelecido um bloco de poder hegemônico. Este é integrado pelos diversos agentes interessados na transformação de algumas relações e na manutenção de outros, sempre vinculando a determinações de lógicas cada vez mais globalizadas.

Os trabalhos de diversos autores permitem destacar o significado das dinâmicas migratórias relacionadas à atuação dos agentes político-ideológicos da inserção à divisão espacial do trabalho. Inicialmente, em função do caráter essencial das referências ao CAI canavieiro, cabe destacar as considerações de Alves (2007, p. 21) a respeito da mobilidade espacial dos trabalhadores, fundamental para as atividades agrícolas: “as usinas aumentaram a produtividade

do trabalho e reduziram a remuneração dos trabalhadores. Isso ocorreu por causa da possibilidade de o CAI canavieiro paulista dispor de trabalhadores migrantes submissos e com baixo poder de reivindicação”. Esse movimento não tem um caráter de novidade, já que historicamente a mão de obra desse complexo é composta, de maneira relevante, por migrantes. Porém, a expansão recente do CAI canavieiro reiterou e até ampliou a demanda por esses trabalhadores, o que lhe confere o caráter relevante.

Autores como Massey (1984), Harvey (1990a) e Gonçalves (1998) trazem considerações teóricas ou empíricas relevantes a respeito das vinculações entre a atuação de agentes políticos e ideológicos da divisão espacial do trabalho e as migrações. Porém, não tão diretamente vinculadas à mobilidade dos cortadores de cana, objeto deste estudo, que por isto mesmo se conecta aos trabalhos de Silva (1999) e Alves (2007).

Massey (1984) aborda o estímulo à migração do Sul para o Norte da Itália, no contexto da grande crescimento industrial desta última região após a 2ª Guerra:

*Fiat ran an advertising campaign in the south to entice workers north, workers who, largely from a poor peasant background, management hoped would put up with the job's increased monotony. For a while the strategy worked, backed up by encouragement to racism against 'the Meridionale' as a means of dividing the workforce.*¹⁹(p. 87).

As considerações da autora permitem destacar dois elementos interessantes além do estímulo à migração: a disseminação do racismo e as origens dos migrantes. Os agentes que estimularam a migração, também disseminaram o racismo com o intuito de provocar cisões entre os trabalhadores do Norte e aqueles provenientes do Sul, buscando evitar a consolidação de lutas unificadas contra os capitalistas industriais. Por outro lado, a questão da origem é relevante em virtude de suas vinculações com as áreas de onde provêm aqueles que migram para o corte de cana no interior paulista.

Gonçalves (1998) ressalta o papel das migrações no contexto da formação da rede urbana paulista e da sua consolidação como centro dinâmico da economia nacional. A abolição da escravidão levou à necessidade de incorporação de mão de obra assalariada para o trabalho na

¹⁹ (Tradução livre): a FIAT exibiu uma campanha de propaganda no sul para atrair trabalhadores para o norte, trabalhadores que, em sua maioria eram provenientes de regiões camponesas pobres, a gerência esperava que tolerariam a crescente monotonia dos empregos. Por um tempo a estratégia funcionou, apoiada pelo encorajamento ao racismo com os “Meridionais” (*sulistas*) como um meio de divisão da força de trabalho.

economia cafeeira em expansão no estado de São Paulo do último quartel do século 19. Não havia interesse em aproveitar a mão de obra recém liberta, assim houve um estímulo por parte dos empresários cafeicultores articulados ao governo brasileiro à imigração de europeus, especialmente de italianos.

Por último, é necessário enfatizar uma contribuição teórica a respeito das relações abordadas. Constituindo sua análise sobre a mobilidade da força de trabalho a partir das reflexões de Marx, Harvey (1990a) destaca que:

*En vista de las condiciones generales del trabajo asalariado, la libertad del trabajador para moverse se convierte exactamente en el contrario. En busca de empleo y de un salario para vivir, el trabajador se ve obligado a seguir al capital a dondequiera que éste fluya.*²⁰ (p. 384)

O fluxo do capital pelo espaço, condição essencial para sua reprodução e seu contínuo processo de acumulação, é realizado através das mediações e articulações entre os diversos agentes político-ideológicos da divisão espacial do trabalho. Nesse sentido, as considerações de Harvey (1990a) permitem destacar que as determinações desses vários agentes em suas articulações multi-escalares têm implicações sobre a mobilidade dos trabalhadores, como pode ser verificados através dos exemplos destacados a partir de Massey (1984), Gonçalves (1998) e Alves (2007). Assim, constitui-se como dimensão fundamental da articulação das dinâmicas migratórias às transformações recentes da inserção das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente à divisão espacial do trabalho, marcada pela crescente ou reiterada importância da economia canavieira.

1.5 A diversidade das estruturas produtivas e ocupacionais

A diversidade das estruturas produtivas e ocupacionais dos centros urbanos componentes de uma determinada rede urbana é fundamental no contexto das suas articulações com as dinâmicas migratórias e aquelas do mercado de trabalho. Distintamente das dimensões históricas, multi-escalares e político-ideológicas, a referida diversidade não é um dos elementos

²⁰ (Tradução livre): em vista das condições gerais do trabalho assalariado, a liberdade do trabalhador para se mover se converte exatamente no contrário. Em busca de um emprego e de um salário para viver, o trabalhador se vê obrigado a seguir a onde quer que este flua.

constituintes ou estruturadores da divisão espacial do trabalho, mas uma expressão desta em determinado momento histórico.

As considerações de Massey (1984) a respeito das estruturas espaciais constituídas através da dinâmica da divisão do trabalho, permitem diferenciar elementos constituintes dos seus reflexos: “*The changing spatial organization of the relations of production and the division of labour is a basis for understanding changing patterns of employment and the geography of social class*”²¹ (p. 39). Além da distinção necessária, a autora afirma o caráter fundamental da compreensão daqueles primeiros para o entendimento da dinâmica das ocupações.

Faria (1976) destaca as estruturas produtivas e ocupacionais enquanto expressões da divisão espacial do trabalho:

(...) essa diferenciação do sistema urbano indica a existência de um padrão de divisão do trabalho entre as cidades brasileiras, que as diferencia quanto às suas estruturas produtivas, padrões ocupacionais, produtividade e capacidade de prover às populações respectivas dos bens de infra-estrutura econômica e social (p. 112).

Ainda que o autor esteja se referindo às características do sistema urbano brasileiro na década de 1970, suas considerações permitem caracterizar a diversidade das estruturas produtivas e ocupacionais a partir das dimensões estruturadoras da divisão do trabalho. Assim, se considera que elas são expressões diretas das diferentes formas de inserção à divisão do trabalho em suas mais diversas escalas espaciais e ao longo do tempo, já que demonstram as ocupações predominantes de acordo com aquilo que se produz (no sentido mais geral possível) num determinado lugar. Da estrutura produtiva existente em um lugar, decorre a sua estrutura de ocupações, ou seja, o perfil ocupacional de sua população.

Faria (1980) destaca tal questão ao apontar que ao lado da hierarquia funcional dos distintos centros urbanos constituintes de uma rede, “(...) a especialização funcional dos municípios, medida em termos de seus perfis ocupacionais” (p. 748) constitui uma das traduções operacionais satisfatórias dos conceitos relacionados à divisão espacial do trabalho. Outra questão importante que o autor destaca é o fato de que embora a análise de dados quantitativos sobre perfis ocupacionais estivesse mais vinculada a tradições funcionalistas ou pragmáticas das

²¹ (Tradução livre): A cambiante organização espacial das relações de produção e a divisão do trabalho é uma base para a compreensão dos padrões mutáveis do emprego e da geografia das classes sociais.

ciências humanas, sua operacionalização articulada às teorias macro-sociais críticas poderia trazer resultados relevantes.

O caráter histórico das diferentes estruturas ocupacionais dos centros urbanos foi destacado por Singer (1973a) ao caracterizar a estruturação de uma divisão espacial do trabalho. Conforme destacado anteriormente, o autor aponta que a diversificação e a diferenciação das atividades e das decorrentes ocupações entre os centros urbanos são os processos que constituem inicialmente a referida divisão. A articulação entre tais centros especializados não só permite o aproveitamento de especializações, como também a ampliação das possibilidades de acumulação, questão destacada por Gonçalves (1998) em seu estudo sobre a formação da rede urbana paulista.

A diversificação da estrutura produtiva em suas implicações sobre a estrutura ocupacional guarda relações com as dinâmicas migratórias. Em estudo anterior (Oliveira, R., 2009), verificou-se que os perfis das populações migrantes para três municípios da região de Ribeirão Preto diferiam, em termos de suas origens e escolaridade, em função das distinções entre as estruturas ocupacionais de Ribeirão Preto (centro comercial e de serviços), Sertãozinho (centro industrial em nível regional) e Barrinha (município com economia concentrada no setor agropecuário), o que caracteriza suas relações com distintas inserções a uma divisão intra-regional do trabalho. Do primeiro para o último município, a diversidade das origens e o nível de escolaridade diminuía, sendo que Barrinha concentrava migrantes provenientes das áreas menos desenvolvidas do país.

Faria (1980) destacou as vinculações entre as migrações e as características das estruturas ocupacionais ao avaliar o crescimento da população urbana nas classes de municípios da região denominada como Macro-metrópole paulista²². Essas classes foram definidas mediante informações sobre perfis ocupacionais e hierarquias funcionais, sendo posteriormente articuladas às taxas de crescimento da população urbana e aos saldos migratórios. Isto permitiu ao autor destacar algumas características quanto aos processos migratórios predominantes.

Ambos os casos são relevantes para o presente estudo, em virtude de indicarem que a diversidade das estruturas ocupacionais decorrente das distintas inserções à divisão do trabalho vincula-se as características das dinâmicas migratórias. Considera-se que os municípios das duas regiões estudadas (Ribeirão Preto e Presidente Prudente) são caracterizados por diferenças quanto às populações migrantes não só em termos das suas estruturas ocupacionais em geral, mas também em função do seu papel no contexto da economia sucroalcooleira.

²² Segundo o autor, compreenderia a Região Metropolitana de São Paulo, mais as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista.

A grande maioria dos municípios registra um perfil agrícola do CAI canavieiro, sendo caracterizados pela produção de matéria-prima, o que os distingue quanto às ocupações predominantes quando comparados aos municípios com presença de unidades de processamento industrial de açúcar e álcool. Tais diferenças guardam vinculações tanto com os perfis dos imigrantes, quanto com o processo de crescimento populacional. Assim, cabe interpretá-las em relação ao conjunto das interações espaciais que articulam as redes urbanas, nas quais também se ressaltam fluxos de mercadorias, informações e capitais.

1.6 As interações espaciais

Enquanto características inerentes das redes urbanas nas mais diversas escalas, as interações espaciais expressam o conjunto das relações entre os centros que as compõem. Como destacado anteriormente, a partir de considerações de Corrêa (1997), as interações envolvem os movimentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico, conectando e dessa maneira articulando as diferentes partes de um determinado território. Além deste autor, outros como Faria (1976), Furió (1996), Duarte e Frey (2008), além dos estudos IPEA *et al.* (2001a) e IBGE (2008) trazem reflexões relevantes sobre tal questão.

Ainda que as interações espaciais já tenham sido registradas, é importante voltar a elas após apresentar e discutir as dimensões fundamentais para a compreensão da divisão espacial do trabalho, além de suas expressões. Isto porque além de serem inerentes à própria divisão referida, conferem dinamismo às relações estruturadas enquanto reflexo e condição para a mesma. Assim, são fundamentais nos movimentos de transformação da divisão espacial do trabalho e das inserções dos mais variados territórios a esta, mas também cristalizam determinados caracteres, produzindo uma inércia que muitas vezes implica numa redução do ritmo das mudanças.

Os deslocamentos de pessoas, mercadorias, capitais e informações são constituídos a partir e constituintes da divisão espacial do trabalho (Corrêa, 1997). Logo a dimensão histórica marca sua evolução, através de amplas articulações entre as mais diversas escalas espaciais, que significam mudanças nos tipos, nas direções e nos volumes dos deslocamentos envolvidos. No momento histórico atual, caracterizado pela globalização, a intensidade e a velocidade de tais movimentos se ampliaram significativamente, não de maneira espontânea, mas em decorrência dos desdobramentos do processo histórico desde as origens do capitalismo e dos avanços tecnológicos (Corrêa, *op cit.*; Brandão, 2007). Nesse contexto, são ampliadas as articulações entre

processos ocorridos nas mais diversas escalas espaciais, que tem desdobramentos e implicações sobre as interações.

Logicamente não se pode tratar das interações espaciais de maneira descontextualizada de caracteres políticos e ideológicos. Tais deslocamentos se processam em função dos conflitos de interesses entre múltiplos agentes que atuam diversamente entre as escalas espaciais. Para exemplificar, pode-se destacar que os fluxos de capitais e informações não se processam aleatoriamente, pois como aponta Brandão (2007) o capitalismo é indiferente ao lugar de sua valorização, mas dá grande atenção às diferenças entre os lugares.

Os fluxos de mercadorias, por sua vez, tampouco são aleatórios, cada vez mais os tipos de produtos são diferenciados entre os lugares, assim como as demandas, variáveis de acordo com padrões e condições de consumo (Faria, 1976; Corrêa, 1997). A separação espacial entre os locais de produção e os centros de concepção e controle é outra dimensão político-ideológica relevante, já que cada vez mais a produção se situa em lugares com boa disponibilidade de recursos e mão de obra abundante e barata, enquanto que o controle é exercido através das sedes das empresas, em geral nos países mais ricos (Massey, 1984; Harvey, 1990b) Verifica-se assim, uma ampliação em nível mundial dos processos que Massey (1984) avalia em relação aos movimentos das plantas industriais no Reino Unido dos anos 1960 e 1970.

Os agentes político-ideológicos são responsáveis pela mediação entre processos e pelo estabelecimento e manutenção de hegemonias, hierarquias e assimetrias entre os deslocamentos de mercadorias, capitais e informações, mas também com relação aos deslocamentos de pessoas. Por um lado, estimulando a imigração como referido por Massey (1984), Gonçalves (1998) e Alves (2007) e modificando formas de inserção de determinadas regiões à divisão do trabalho. Por outro, estabelecendo restrições e forma de controle, definindo perfis de migrantes aceitos, ou seja, impedindo a aleatoriedade e a ampliação total das possibilidades de deslocamentos de pessoas.

Por último, a diversidade de estruturas produtivas e ocupacionais também se relaciona às interações espaciais. Mesmo não sendo dimensão constituinte da divisão espacial do trabalho, mas sim sua expressão direta, tal diversidade se relaciona aos deslocamentos em virtude também da não aleatoriedade dos mesmos, ou seja, os fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e informações se processam distintamente em acordo com a inserção de determinado lugar à divisões em diversas escalas (Faria, 1976; IBGE, 2008). As interações se processam mediante

hierarquias estabelecidas entre os centros urbanos componentes de uma rede urbana expressa através da diversidade das estruturas referidas, ao mesmo tempo em que constituem e transformam tais relações hierárquicas (Faria, 1976; Corrêa, 1997; IPEA *et al.*, 2001a e b; IBGE, 2008)

Nesse contexto, se compreende a mobilidade espacial de trabalhadores como um dos componentes fundamentais das articulações estruturadoras das redes urbanas que se expressam através das interações espaciais. A sua relevância no contexto das articulações que estabelecem as dinâmicas regionais foram registradas ao longo dos outros elementos considerados fundamentais.

Síntese do Capítulo

Reconhecer o caráter fundamental da divisão espacial do trabalho para a compreensão da mobilidade espacial de trabalhadores no contexto do CAI canavieiro considerando as suas repercussões para as dinâmicas regionais na atualidade, implica retomar a hipótese principal que vem sendo desenvolvida neste capítulo, enquanto componente fundamental daquela maior que se estrutura ao longo da tese. Considera-se que as dinâmicas regionais são contextualizadas através da evolução da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas, do global ao local, passando pelo nacional e pelo regional. A mobilidade da população, temporal e espacialmente variadas, é uma das dimensões fundamentais das dinâmicas regionais.

Compreender as dinâmicas regionais requer entendimento de seus papéis na divisão espacial do trabalho. Faria (1978) destaca a necessidade de abordar a divisão social do trabalho na análise do processo de urbanização. Brandão (2007) ressalta a mesma questão com relação à análise regional. A divisão espacial do trabalho enquanto ampliação daquela social (Faria, 1978) se define também como fundamental.

Nesse sentido, as dinâmicas regionais precisam ser avaliadas enquanto resultado de processos históricos que transformam ou reiteram modos de inserção à divisão espacial do trabalho (Massey, 1984; Santos, 1996). Tais processos se enquadram num complexo conjunto de articulações entre escalas espaciais (Brandão, 2007), assim o que é regional não pode ser entendido em si mesmo, mas como parte de dinâmicas que cada vez mais se apresentam como globais, que significam muito mais ampliação de subordinações e hegemônias do que ampliação de liberdades e possibilidades.

As inserções são definidas mediante as articulações de interesses de múltiplos agentes, cujos âmbitos de atuação variam entre as escalas espaciais (Brandão, *op cit.*). Com a ampliação da penetração capitalista em todos os espaços e nos mais diversos âmbitos da vida social (Harvey, 1990a), cada vez mais se amplia o alcance de atuação daqueles agentes que têm condições ou capacidade de interferir nos mais variados territórios, se aproveitando das relações de produção e da diversidade inerente às estruturas espaciais ao redor do mundo.

A mobilidade espacial se expressa em torno dos movimentos transformadores ou reiterativos das articulações entre escalas a partir da divisão espacial do trabalho. Regiões de origem ou de destino são estabelecidas em torno desses movimentos, ainda que seu caráter possa não ter permanência ao longo do tempo. As dinâmicas regionais aqui abordadas estão expressas na mobilidade dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, que efetivam as transformações em ocorrência nas relações estruturadoras das redes urbanas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Essas redes urbanas são compreendidas a partir do seu caráter articulador de territórios (Corrêa, 1988), logo é o movimento modificador das relações que importa, pois se entende que o CAI canavieiro altera relações a partir das inserções inter e intra-regionais dos centros urbanos.

Considerando especificamente a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, se verifica a dimensão histórica da divisão espacial do trabalho na mobilização de trabalhadores a partir das transformações nas origens (Silva, 1999; Alves, 2007). Neste sentido, caracterizam-se modificações na “cartografia migratória” (Silva, 2004, p. 31) ao longo do tempo. Estas alterações estão relacionadas à multi-escalaridade da divisão espacial do trabalho (Massey, 1984; Brandão, 2007), uma vez que conectam regiões de origem e destino a partir de processos que envolvem hierarquias e hegemonias que não necessariamente se encontram nessas mesmas regiões. Cada vez mais vêm dependendo dos interesses de um capital internacional e de centros de decisão localizados em outras escalas, em outros lugares (Alves, 2007; Torquato e Bini, 2008; OS GRINGOS, 2008).

A expansão do CAI canavieiro, que implica na demanda por número maior de trabalhadores cada vez mais produtivos, que necessitam ser contatados em mais lugares de origem, se relaciona à ação de múltiplos agentes das inserções regionais às divisões do trabalho. Organismos e corporações internacionais, governos em diversos níveis, órgãos governamentais (Alves, 2007; BNDES/CGEE, 2008; Torquato e Bini, 2008; Szmrecsányi *et al.*, 2008; OS GRINGOS, 2010), além das diversas formas de resistência dos trabalhadores como sindicatos,

movimentos pela reforma agrária, entre outros, constroem o quadro de relações nas quais a mobilidade espacial dos canavieiros se desdobra. Os destinos se vinculam à diversidade das estruturas ocupacionais nas regiões produtoras e também à diferenciação de características nas origens, expressando a modalidade específica de deslocamento como parte dos movimentos (re) estruturadores das dinâmicas das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente que assim, guardam conexões com as diversas regiões de origem.

Esta compreensão da mobilidade espacial, calcada nos desdobramentos das dinâmicas da divisão espacial do trabalho, visa contrapor-se a diversas proposições que tangenciam as temáticas que vêm sendo desenvolvidas. Em primeiro lugar, se destaca a abordagem da migração enquanto processo social, historicamente condicionado e marcado por complexas articulações entre processos multi-escalares. Desta forma, há um distanciamento de perspectivas que põem o indivíduo decidindo racionalmente as vantagens de migrar ou não, como as expressas em trabalhos de autores como Lee (1980) e Mata (1980). Além disto, se busca valorizar as origens dos processos como decorrentes de fatores de estagnação ou mudança (Singer, 1973b), ao invés de ressaltar a atratividade de determinadas áreas de absorção de população.

Em segundo lugar, cabe estabelecer um distanciamento em relação a aqueles que tomam o espaço geográfico como inerte, passivo ou suscetível, a ser escrito, como propõem autores como Lipietz (1977) e Benko (1999). Entende-se o espaço geográfico como produto das relações dialéticas entre sociedade e espaço, que se processam historicamente, mediante ações de múltiplos agentes sob diversas formas de articulação. Nesse sentido, é que se privilegia a divisão espacial do trabalho enquanto dimensão fundadora das dinâmicas regionais.

Por último, articulada a tal abordagem do espaço geográfico, destaca-se a necessidade de estabelecer uma oposição a proposições das possibilidades endógenas de determinadas escalas privilegiadas, como aquelas de Becattini (1994) e dos autores destacados por Mattos (1998). O que se verifica em uma determinada escala espacial, especialmente nas mais restritas, não é produto de dinâmicas internas a ela, mas de processos históricos que expressam articulações vinculadas a divisões do trabalho em escalas espaciais mais amplas, especialmente num contexto de globalização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Compreender a mobilidade dos cortadores de cana à luz da complexidade da divisão espacial do trabalho se mostra relevante. Considera-se que tal forma de compreensão possibilita uma abordagem mais aprofundada da questão, permitindo verificar os reais significados de tais

processos na atualidade, evitando simplificações e não aceitando discursos que advogam apenas a relevância econômica dos biocombustíveis. Esses discursos omitem os amplos impactos sociais das atividades do setor canavieiro, não só nas áreas onde se desenvolve a produção, mas também nas áreas de origem daqueles que são arregimentados para exercer ocupações necessárias ao complexo agroindustrial abordado.

A partir da apresentação do conceito de divisão espacial do trabalho, a presente pesquisa desenvolve-se nos capítulos seguintes: descrição das características e tendências do mercado de trabalho do CAI canavieiro no estado de São Paulo, ressaltando suas conexões com a mobilidade espacial; análise das dimensões fundamentais e dos significados recentes da mobilidade dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista, destacando as regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente; articulação da mobilidade espacial aos processos multi-escalares que marcam as dinâmicas regionais abordadas de maneira comparativa, revelando seus significados em um momento de globalização das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e culturais.

A descrição do mercado de trabalho do CAI canavieiro se faz relevante em função da recente expansão do complexo. Resultante de um complexo conjunto de relações entre múltiplos processos ocorridos em diversas escalas espaciais, esta expansão refina um perfil de trabalhador, acentua ou altera condições de trabalho e se articula de diferentes maneiras à mobilidade espacial de trabalhadores. Estas são as dimensões registradas a seguir.

CAPÍTULO 2: TRABALHO E TRABALHADORES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO PAULISTA: CONEXÕES COM A MOBILIDADE ESPACIAL NA DÉCADA DE 2000

O cultivo de cana-de-açúcar é uma das atividades econômicas mais antigas no Brasil, com suas origens no período colonial, especialmente na costa do Nordeste, analisada por autores como Celso Furtado (1959) e Caio Prado Jr (1945). Como destaca Gonçalves (1998), no atual estado de São Paulo a ocupação das regiões de Itu, Campinas e Piracicaba entre meados do século XVIII e a segunda metade do século XIX foi estabelecida com base na produção açucareira. Tal atividade foi bastante relevante até a produção de café passar a ser predominante não apenas na economia paulista, mas também na economia nacional.

Após a crise internacional de 1929 e a conseqüente quebra da economia cafeeira (Cano, 1988), a cana-de-açúcar foi uma das produções agrícolas que entraram em seu lugar no estado de São Paulo, ao lado da cotonicultura e da pecuária. Como destaca Ramos (1999) a economia canavieira paulista registrou grande crescimento em decorrência de sua proximidade as mais importantes áreas consumidoras do país, num período de intensa urbanização na região Sudeste. A região ultrapassou a produção nordestina nos anos 1950, passando a ser a mais importante área de produção, reforçando tal característica após a implantação do PROALCOOL em 1975 (Ramos, *op cit.*).

Os trabalhadores desta agricultura em transformação, na metade do século XX, eram predominantemente pequenos proprietários agrícolas (Durham, 1973), que perderam suas terras no processo de concentração fundiária ocorrido durante o processo de expansão capitalista na agricultura paulista e sua conseqüente subordinação à economia urbana. Mello (1976) e Saint (1980) apontam que este processo resultou na criação de uma força de trabalho que apesar de trabalhar em ocupações temporárias na agricultura, vivia nas periferias das cidades.

A cultura canavieira era um dos cultivos que utilizava esta força de trabalho, que de acordo com Durham (1973) migrou para as cidades e para ocupações urbanas com a expansão de uma economia urbano-industrial no Sudeste a partir da década de 1950. Tal processo aumentou a necessidade de se buscar trabalhadores agrícolas entre pessoas com características semelhantes em outras partes do país, especialmente a partir dos anos 1970 (Alves, 2007). Isto permite apontar que historicamente o trabalho dos migrantes tem sido uma das, senão a principal, fonte de

trabalhadores agrícolas no estado de São Paulo, com destaque para as atividades ligadas à cana-de-açúcar.

Silva (1999) e os diversos trabalhos em Novaes e Alves (2007) estão entre os que analisaram tal importância, relacionada à falta de trabalhadores nas regiões produtoras, devido aos baixos salários e às más condições de trabalho, marcas do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro. Especialmente após a greve dos cortadores de cana em 1984 (Alves, 2007), a busca por migrantes sazonais oriundos das regiões mais pobres do país aumentou devido à menor organização dos mesmos em comparação com os trabalhadores rurais das regiões produtoras.

A “disponibilidade” de trabalhadores nas regiões mais pobres do Brasil, especialmente nos estados do Nordeste, foi muito bem abordada no estudo clássico de Singer (1973b) sobre as migrações internas. Este autor define os dois principais processos constituintes de uma força de trabalho que tem nas migrações uma estratégia fundamental: pequenos produtores rurais que perderam suas terras devido à expansão capitalista em suas regiões de origem; e pequenos produtores que têm problemas para sustentar seus domicílios em função do aumento da pressão demográfica, da ausência de oportunidades de trabalho e de dificuldades de adaptação à produção agrícola moderna.

A maioria dos trabalhadores “disponíveis” tem esse perfil de mobilidade, sendo migrantes recentes para as áreas produtoras, mas especialmente trabalhadores temporários como destacam autores como Silva (1999), Novaes e Alves (2007), Ramos (2007), Szmrecsányi *et al.* (2008) e Moraes *et al.* (2009). Atualmente a importância desses trabalhadores vem passando por uma relevante mudança, pois se no início da década de 2000 houve um aumento do número de pessoas contratadas em decorrência da recente expansão do CAI, verifica-se na principal região produtora, o estado de São Paulo, a tendência de finalização das atividades manuais no corte da cana em função do processo de mecanização (Silva, 2004; Ramos, 2007)

O presente capítulo descreve os elementos essenciais e as transformações recentes nas características do trabalho e dos trabalhadores do CAI canavieiro no estado de São Paulo durante a década de 2000 e como esta evolução se relaciona à mobilidade de trabalhadores para o período de safra da cana de açúcar. O objetivo é o estabelecimento de um perfil dos trabalhadores e das condições de trabalho nas atividades agrícolas do CAI canavieiro, destacando a questão dos migrantes provenientes das regiões mais pobres do país.

A compreensão dessas conexões é fundamental para a posterior abordagem das características específicas desta mobilidade espacial e a avaliação de seus significados em termos das dinâmicas urbano-regionais recentes em torno a Ribeirão Preto e Presidente Prudente, inseridas em múltiplas e multi-escalares divisões espaciais do trabalho. O CAI canavieiro marca distintamente a realidade de ambas as regiões, já que a primeira desde o Proálcool (1975) é das áreas produtoras mais importantes do país (Silva, 1999), e a segunda vem se constituindo como uma área de expansão nesse contexto. Devido à importância da mobilidade espacial para o mercado de trabalho deste complexo, verifica-se a expressiva relevância das suas diferentes espacialidades e temporalidades.

Como parte da hipótese principal da tese, aqui se considera que a mobilidade espacial de trabalhadores é constituinte fundamental do mercado de trabalho do CAI canavieiro. Entendendo este como componente determinante dos processos estruturantes e transformadores das redes urbanas regionais no período recente, verifica-se que as características do trabalho e conseqüentemente da mobilidade espacial associada se relacionam aos processos históricos regionais. Além disto, conectam-se às relações multi-escalares, através da ação de vários agentes político-ideológicos. Assim, perfis socioeconômicos e demográficos dos trabalhadores migrantes, além de suas origens e trajetórias compõem parte importante das dinâmicas específicas de cada região.

Nesta análise, a questão fundamental com relação a este mercado de trabalho está relacionada às suas conexões com as dinâmicas da mobilidade espacial na última década. A expansão do CAI significou o aumento do número de postos de trabalho e conseqüentemente do número de migrantes, porém o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar vem reduzindo a demanda por trabalhadores. A abordagem de tais questões envolve inicialmente registrar os dados secundários utilizados e a metodologia do presente capítulo.

2.1 Dados e Metodologia

O desenvolvimento deste capítulo envolve fundamentalmente duas atividades: a análise do referencial bibliográfico e sistematização de informações estatísticas secundárias. A primeira delas embasa a abordagem da segunda, ressaltando os materiais que tratam das dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro e de suas articulações com a mobilidade espacial dos trabalhadores.

O trabalho com dados secundários abrange o uso de três fontes de dados: RAIS, PNAD e Censo Demográfico 2000²³. Cabe ressaltar as possibilidades e limites das diferentes fontes. Tal atividade permite estruturar as formas de utilização e integração dos dados, constituindo assim a análise quantitativa a ser realizada.

O Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) é composto por dados administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sendo bastante útil por ter informações completas sobre trabalhadores, empresas e contratos. Sua limitação decorre do fato de incluir apenas trabalhadores com contratos formais, o que pode gerar uma subestimação no caso dos trabalhadores do CAI canavieiro, em função da importância dos contratos informais.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresenta um grande número de informações sobre trabalho e emprego para uma amostra da população brasileira. Permite uma perspectiva dinâmica da evolução dos fenômenos por ser aplicada anualmente. Porém, as informações podem ser desagregadas apenas para os estados e as regiões metropolitanas, o que não permite a identificação de dinâmicas regionais no interior dos estados.

As informações mais desagregadas espacialmente podem ser encontradas no Censo Demográfico 2000²⁴, nos quais é possível encontrar informações sobre origens e destinos em nível local e características dos trabalhadores. A limitação está relacionada à periodicidade, porque a maior parte das dinâmicas transformadoras do CAI canavieiro se processou entre os dois últimos Censos Demográficos (2000 e 2010).

A mais importante limitação dos dados é causada pelo fato de que tanto a PNAD quanto os Censos Demográficos não coletam informações que especifiquem migrantes temporários. A única forma de obter informações sobre esses trabalhadores é utilizando a RAIS, porém esta não tem uma caracterização de um perfil migratório já que não há questões sobre lugar de residência atual e anterior, entre outras.

²³ No período considerado nesta análise foi realizado o Censo Agropecuário 2006, porém considerou-se que as informações desta fonte não aprofundariam as análises efetuadas, já que apenas aumentariam o volume das informações sem expressar informações muito distintas das três fontes já destacadas em nenhuma das dimensões relevantes: População ocupada nas atividades do CAI canavieiro; características destas e mobilidade espacial dos trabalhadores. No capítulo seguinte se utilizam informações do Censo Agropecuário em função de serem específicas a este, caso dos dados sobre Estrutura Fundiária.

²⁴ Não houve tempo hábil para a utilização das informações do Censo 2010. O calendário de divulgação (disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>) prevê que as informações necessárias à presente análise (resultados definitivos da amostra e microdados da amostra) serão disponibilizados entre janeiro e março de 2012.

Uma solução para esses problemas é explorar as possibilidades de cada uma das fontes com o intuito de estabelecer uma caracterização do mercado de trabalho do CAI canavieiro e de sua expressão espacial. Combinar as possibilidades das fontes permite o melhor perfil com propósitos analíticos. O quadro 1 traz as informações que são utilizadas de cada uma das três fontes consideradas, sendo do Censo Demográfico 2000 e das PNADs e RAIS da década de 2000.

Quadro 1: Informações utilizadas das três fontes de dados

Informações	Censo Demográfico 2000	PNAD	RAIS
Atividade do trabalho principal	X	X	X
Ocupação no trabalho principal	X	X	X
Posição na Ocupação	X	X	
Forma de contratação (formal, informal, etc...)	X	X	
Renda Mensal	X	X	X
Idade e Sexo	X	X	X
Grau de escolaridade	X	X	X
Região de Governo de localização da Empresa			X
Empregado em 31/12 do ano considerado			X
Mês da perda do trabalho			X
Tipo de contrato (Lei, contratante)			X
Último estado de residência	X	X	
Estado de residência cinco anos antes	X	X	
Município de residência cinco anos antes	X		
Município onde trabalha ou estuda	X		

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico 2000; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (década de 2000); Ministério do Trabalho e Emprego – Relatório Anual de Informações Sociais (década de 2000)

Uma consideração inicial sobre as características dos dados diz respeito ao fato de que a PNAD e o Censo Demográfico se referem ao lugar de residência dos entrevistados, mas os dados da RAIS são obtidos através das informações que os empregadores têm de enviar ao Governo. Isso significa que a partir da RAIS é possível saber se uma pessoa está trabalhando para uma empresa situada em um determinado município, mas não se tal pessoa vive na mesma localidade.

As proposições desenvolvidas nesse estudo para a compreensão das articulações entre o mercado de trabalho do CAI canavieiro e a mobilidade espacial tem as conexões entre processos ocorridos em distintas escalas espaciais como uma de suas premissas fundamentais. Por este motivo, privilegia-se a abordagem das características do estado de São Paulo, comparado com o país como um todo no caso das informações do Censo Demográfico 2000 e das PNADs da década, com o intuito de destacar sua relevância e as características específicas. As características e tendências do CAI canavieiro das regiões consideradas são destacadas ao final, com o intuito de compará-las entre si e ao estado como um todo.

Por permitirem uma abordagem mais aprofundada das dinâmicas do trabalho no CAI canavieiro, os dados da RAIS são registrados apenas para o estado de São Paulo. A última ressalva diz respeito às informações sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores, que não fazem referências ao país como um todo, já que privilegia o estado de São Paulo e duas de suas regiões na abordagem das articulações e dinâmicas recentes.

Para evitar trabalhar com um conjunto muito extenso de informações e considerando que a dinâmica dos processos não varia tão rapidamente, as informações da RAIS foram registradas para os anos de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008, já aquelas das PNADs para os anos de 2002, 2004, 2006 e 2008.

O primeiro passo em qualquer das escalas consideradas é a identificação da população que está sendo estudada, efetuada a partir de todas as fontes será realizada usando a variável Atividade do Trabalho Principal. Esta permite caracterizar os trabalhadores das atividades do CAI canavieiro: Cultivo, Fabricação de Açúcar e Fabricação de Álcool. A maior especificação é dada pela variável Ocupação no Trabalho Principal, que possibilita a separação entre os trabalhadores agrícolas, foco deste estudo, e as outras do setor de atividade, que podem incluir motoristas, agrônomos, gerentes, vigilantes e outros. Estes tipos de informação estão disponíveis em todas as fontes de dados e para todas as escalas.

O passo seguinte inclui as características sociodemográficas desses trabalhadores (Idade, Sexo e Níveis Educacionais), também disponíveis nas três fontes. Tais informações são relevantes para o estabelecimento das especificidades dos mesmos. A última informação disponível em todas as fontes se refere aos rendimentos mensais. Faz-se relevante comparar as informações considerando as diferenças entre fontes, enfatizando sua evolução no período e integrada à análise das características de trabalho e emprego.

Com base na identificação dos trabalhadores em seu setor de atividade e tipo de ocupação, são analisadas as características de trabalho e emprego. Considerando as diferentes fontes de dados, duas séries temporais distintas vão ser estruturadas com relação a essas características. O Censo Demográfico 2000 e as PNADs (2002, 2004, 2006 e 2008) propiciam um perfil e tendências das mudanças durante a década de 2000, com informações mais detalhadas nestas últimas, especialmente com relação ao nível estadual. As duas fontes registram limitações: os Censos não têm informações tão específicas sobre trabalho e as PNADs não podem ser desagregadas além de estados e regiões metropolitanas. A evolução temporal das características de trabalho também será analisada através das informações da RAIS, com ênfase nas informações que não existem nas outras duas fontes, baseadas em questões referentes à: se a pessoa está empregada no último dia do ano; o mês em que o contrato foi terminado (o que indica o período do corte da cana) e o tipo de vínculos contratuais. Outra vantagem da RAIS é a possibilidade de atingir os níveis locais, comparáveis apenas com os dados censitários, que têm intervalos maiores entre os períodos de coleta de informações.

A apresentação das informações acima destacadas é feita na maioria dos casos através dos percentuais de cada categoria em relação ao total absoluto de trabalhadores do CAI canavieiro e principalmente dos agrícolas, que compõem o objeto do estudo, enfatizando as mudanças relativas entre os anos considerados. Apenas as informações relativas aos números de trabalhadores nas atividades e ocupações são registradas através de seus valores absolutos. No caso das tabelas com dados provenientes das PNADs as unidades espaciais consideradas são o Brasil e o estado de São Paulo, enquanto aquelas com dados da RAIS destacam principalmente o estado de São Paulo e ao final, numa sessão específica, as duas regiões enfatizadas, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Uma indicação dos números de trabalhadores sazonais e sua avaliação são realizadas através de cruzamentos das variáveis: a) Emprego em 31/12 (que indica o número de pessoas

empregadas e não empregadas no último dia de cada ano considerado) e b) Mês do desligamento (mês do ano considerado em que os vínculos empregatícios foram finalizados). Tais informações compõem um indicador relativo à circulação do trabalho no CAI, constituindo um embasamento fundamental para a posterior compreensão das origens e trajetória dos trabalhadores migrantes.

O destaque às características da mobilidade espacial dos cortadores de cana requer uma abordagem distinta devido à falta de fontes de dados diretas sobre a questão. Apesar das qualidades da RAIS em prover informações sobre trabalho em níveis bastante específicos, esta fonte permite apenas a identificação do processo temporário de trabalho e da quantidade de trabalhadores envolvidos, não a respeito das dimensões de sua mobilidade. Assim, após quantificar e especificar as características dos trabalhadores sazonais, é necessário voltar a fontes de dados menos específicas para abordar essas dimensões.

Utilizando informações censitárias e das PNADs, os padrões de mobilidade são avaliados através das informações sobre Lugar de Nascimento, Unidade da Federação de residência anterior, além daquelas de data fixa (Unidade da Federação de residência cinco anos antes da data de coleta no caso de ambas as fontes, Município de residência cinco anos, no caso da primeira fonte apenas. Além destas, as informações sobre município de trabalho ou estudo do Censo Demográfico 2000 permitem destacar trabalhadores que residem em outros estados, porém declararam trabalhar em atividades do CAI canavieiro em municípios paulistas.

As características da mobilidade populacional são apresentadas em um formato similar ao das informações detalhadas acima: percentuais das categorias em relação aos totais absolutos de cada tipo de referência. Apesar de não serem dados diretos sobre as características da mobilidade espacial do conjunto de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estas informações constituem a melhor aproximação e possibilitam o estabelecimento de diferentes padrões de mobilidade.

Através dos passos acima é possível desenvolver a análise da informação disponível nas três fontes, elaborando séries históricas da evolução de cada tipo de informação e comparando-as. Para atender a essas tarefas é utilizada estatística descritiva para compor séries temporais, cruzar informações sobre trabalho e relativas às características demográficas.

A combinação dos dados é a melhor forma de resolver a falta de informações secundárias diretas, especialmente quando consideradas as relações com dinâmicas da mobilidade. Não há a intenção de constituir uma quantificação total e completa das referidas relações, devido à ausência de informações diretas, especialmente sobre mobilidade espacial. Apresenta-se um

painel das características recentes do trabalho e da mobilidade espacial no CAI canavieiro, sua evolução na década de 2000 e os vínculos destas com as transformações produtivas e tecnológicas. A articulação deste painel com um foco no estado de São Paulo é possível por conta da representatividade dos dados da RAIS, decorrente dos níveis elevados de emprego formal nesta atividade quando comparados a outras regiões do Brasil.

2.2 A População em Estudo

A recente expansão do CAI canavieiro teve importantes repercussões sobre o mercado de trabalho, com significativo crescimento do número de postos de trabalho em todas as atividades. O trabalho com diversas fontes implica na necessidade de destacar suas características enquanto registramos suas informações. A fonte mais completa de dados é composta pelos registros da RAIS, porém como as questões mais relevantes são aquelas vinculadas às dinâmicas migratórias se faz necessário incorporar as informações do Censo Demográfico 2000 e das PNADs de 2002, 2004 2006 e 2008. Por isto, desde os esclarecimentos sobre a população em estudo é importante destacar dados das três fontes (Tabela 1).

Tabela 1: Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000

	Cultivo	Fabr. Açúcar	Fabr. Álcool	Total
Brasil	282.593	141.592	28.111	452.296
Brasil -%	62,5	31,3	6,2	100
São Paulo	97.159	68.632	10.433	176.224
São Paulo -%	55,1	38,9	5,9	100
% - São Paulo ²⁵	34,4	48,5	37,1	39

Observações: Atividades: 01105 – Cultivo de Cana-de-Açúcar; 15041 – Fabricação e Refino de Açúcar; e 23400 – Produção de Álcool. Tanto para o Censo Demográfico 2000, quanto para as PNADs, a referência da classificação de atividades é dada pela Classificação Nacional de Atividade Econômicas – CNAE em sua versão para pesquisa domiciliares.

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico 2000 (microdados)

A atividade de Cultivo é aquela com mais postos de trabalho no CAI canavieiro, tanto em nível nacional, quanto em nível estadual. As duas escalas se diferenciam pela maior concentração existente para o país como um todo. A importância deste estado no contexto do CAI canavieiro pode ser verificada pela concentração de trabalhadores, já mais de dois terços dos ocupados foram registrados no mesmo. Tal concentração é ainda mais destacada quando são tomados

²⁵ Percentual de trabalhadores em São Paulo em relação aos totais do país.

apenas os ocupados na Fabricação de Açúcar. Na atividade de Cultivo foi verificada uma menor concentração, ainda que bastante relevante.

Os dados das PNADs são relevantes em função de sua maior frequência, permitindo acompanhar a evolução temporal das dimensões abordadas. Porém, cabe recordar seu caráter distinto das informações censitárias, uma vez que são exclusivamente amostrais, o que não permite análises para escalas mais restritas e é problemático para abordar populações de menor tamanho.

A partir das informações da tabela 2 se destacam diversas dimensões do mercado de trabalho no CAI canavieiro durante a década de 2000: o importante crescimento do número de trabalhadores em todas as atividades; a concentração nas atividades de Cultivo, que pouco foi reduzida no período; e um ligeiro aumento da concentração de trabalhadores no estado de São Paulo.

Tabela 2: Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008

	Brasil				São Paulo			
	Cultivo	F. Açúcar	F. Álcool	Total	Cultivo	F. Açúcar	F. Álcool	Total
2002	516.964	91.906	65.184	674.054	151.024	36.917	34.402	222.343
2004	586.913	111.443	87.525	785.881	182.585	55.717	45.428	283.730
2006	625.763	165.391	71.987	863.141	176.472	82.530	41.262	300.264
2008	713.972	164.282	104.817	983.071	233.286	74.265	65.140	372.691
TCG anual (%)	5,53	10,16	8,24	6,49	7,52	12,36	11,23	8,99

Observação: a Taxa de Crescimento Geométrico Médio Anual se refere ao intervalo entre o primeiro e o último ano considerado (2002 – 2008)

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

O número de trabalhadores aumentou de maneira importante entre os anos considerados tanto em nível nacional, quanto no principal estado produtor (São Paulo). Entre 2002, anterior à introdução dos veículos *flex fuel* (dimensão fundamental da expansão para Szmrecsányi *et al.* (2008) e 2008, último ano da série considerada, foram verificadas variações positivas em todas as atividades. Embora haja uma grande concentração de trabalhadores nas atividades de Cultivo em relação aos totais da força de trabalho, o maior crescimento foi registrado nas atividades industriais do complexo. Através das mesmas informações para o estado de São Paulo, se verifica

o papel do crescimento das atividades industriais do complexo no contexto expansivo recente, ambas com taxas de crescimento anual superiores a 10%.

A concentração de trabalhadores na atividade de Cultivo é muito relevante: 76,7% da mão de obra do complexo para o país e 67,9% para o estado de São Paulo no ano de 2002. Apesar da expansão das atividades industriais, a redução da concentração no Cultivo foi bem pouco significativa, já que em 2008 foram registrados os valores de 72,6% e 62,6% respectivamente para o país e o estado abordado. Este aspecto é bastante relevante em termos das perspectivas do complexo e mais especificamente do trabalho nas suas atividades, já que a mecanização do corte, processo importante no estado de São Paulo, vai eliminar grande parte dos postos de trabalho no Cultivo (Silva, 2004 e Moraes, 2009) e as ações de requalificação não atingem a absoluta maioria dos trabalhadores. Autores como Ramos (2007) e Alves (2009) tratam de tais questões, apontando a necessidade de se investir em ações e políticas que possam ampliar as possibilidades de trabalho daqueles que irão perder esses postos.

A última questão relevante quanto à perspectiva temporal possibilitada pelos dados das PNADs se refere à concentração em São Paulo. Mesmo com a expansão das atividades em outros estados, houve um pequeno incremento da concentração dos trabalhadores no estado. No ano 2002, 33% dos trabalhadores foram registrados em São Paulo, já no ano de 2008 esse valor atingiu 37,9%, reiterando a sua relevância regional no mercado de trabalho do CAI canavieiro.

Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) são bastante relevantes, por serem referentes ao universo de trabalhadores formais nas mais diversas atividades econômicas, ao contrário dos dados censitários²⁶ e das PNADs. Ainda que não tragam informações diretamente referentes a trabalhadores migrantes, permitem apontar dimensões de tal mobilidade, além de caracterizar de maneira mais precisa as dinâmicas do trabalho no CAI canavieiro. Apesar de se referir apenas aos trabalhadores formais, Deddeca e Mendes (2009) ressaltam a possibilidade de trabalhar com tais informações para o estado de São Paulo devido ao alto grau de formalização do trabalho no CAI canavieiro paulista.

As informações das PNADs e do Censo Demográfico 2000 permitiram destacar o CAI canavieiro do estado de São Paulo como o mais expressivo no contexto brasileiro. Com os dados da RAIS, concentra-se o foco no referido estado com o intuito de aprofundar a análise de suas

²⁶ As informações a respeito da atividade econômica do entrevistado fazem parte do questionário da Amostra nos Censos, não se referindo ao universo dos trabalhadores.

características. Diferentemente dos dados censitários e das PNADs, as informações sobre atividades econômicas na RAIS não são baseadas na variante para pesquisas domiciliares da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), mas em suas versões originais, assim os códigos se diferenciam entre a CNAE 1.0 e a 2.0²⁷.

A partir das informações sobre os trabalhadores das atividades do CAI canavieiro paulista registradas a seguir podem ser destacadas diversas dimensões, sendo que algumas já foram registradas na análise das informações censitárias e das PNADs, porém o caráter distinto dos dados da RAIS, registrados na tabela 3, permite o aprofundamento da avaliação das questões.

Tabela 3: Trabalhadores do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Atividades	2000		2002		2004		2006		2008		TCG
	Absoluto	%	anual								
Cultivo	180.718	73,3	195.206	66,7	190.967	56,9	247.211	53,1	255.851	49,7	4,4
F. Açúcar	50.515	20,5	77.490	26,5	117.027	34,9	160.078	34,4	192.866	37,5	18,2
F. Álcool	15.344	6,2	19.857	6,8	27.556	8,2	58.177	12,5	65.983	12,8	20
Total	246.577	100	292.553	100	335.550	100	465.466	100	514.700	100	9,6

Observações: 1) para fins analíticos, na classe Fabricação de Açúcar foram somados os totais de trabalhadores nas duas classes referentes à produção de Açúcar: Fabricação de Açúcar Bruto e Fabricação de Açúcar Refinado; 2) Taxa de Crescimento Geométrico Médio Anual se refere ao intervalo entre o primeiro e o último ano considerado (2002 – 2008).

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego

O total de trabalhadores em cada uma das atividades do CAI canavieiro aumentou de forma relevante no estado de São Paulo no período considerado, o que se destaca a partir dos valores absolutos em cada um dos anos. Ainda que a atividade que mais emprega, Cultivo, tenha passado por algumas flutuações, verificou-se que o total geral de trabalhadores mais do que dobrou entre 2000 e 2008, crescendo 9,6% ao ano.

Os setores de Fabricação de Açúcar e Álcool registraram as taxas médias de crescimento anual mais significativas (18,2% e 20% ao ano respectivamente), tendo ambos registrado valores superiores à média (9,6% ao ano), expressando o ganho de importância dessas atividades para o emprego no complexo. Por sua vez, a atividade de Cultivo registrou flutuações relevantes, diminuindo o número de empregados entre 2002 e 2004 em 4.239 postos os outros setores

²⁷ CNAE 1.0 – utilizada para os anos de 2000 a 2005: Classe 01139 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 15610 – Fabricação de Açúcar Bruto; Classe 15628 – Fabricação de Açúcar Refinado; Classe 23400 – Fabricação de Álcool. CNAE 2.0 – utilizada para os anos de 2005 a 2008: Classe 01130 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 10716 – Fabricação de Açúcar Bruto; Classe 10724 – Fabricação de Açúcar Refinado; Classe 19314 – Fabricação de Álcool.

apresentaram diminuição apenas entre os dois últimos anos considerados, o que impactou também o total geral de trabalhadores.

Embora as mudanças relativas tenham sido apontadas acima, é relevante retomar tal questão pois ela permite destacar as especificidades do momento atual. Enquanto a atividade de Cultivo teve sua participação relativa no total de trabalhadores diminuída no período (73,3% em 2000, 56,9% em 2004 e 49,7% em 2008), as outras registraram aumentos mesmo que tenha havido pequenas variações, bastando destacar que em 2000 a Fabricação de Açúcar registrava 20,5% dos trabalhadores, enquanto a de Álcool representava 6,2%, atingindo no último ano considerado 37,5% e 12,8% respectivamente.

As mudanças quanto ao peso relativo de cada uma das atividades expressam por um lado o ganho de importância das atividades industriais do CAI canavieiro, já que a produção de açúcar e de álcool vem aumentando consideravelmente conforme destacado no Anuário Estatístico da Bioenergia (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011), mas também pelo processo de mecanização da colheita que vem se tornando cada vez mais relevante em São Paulo de acordo com autores como Ramos (2007) e Szmrecsányi *et al.* (2008). O impacto dessa transformação decorre da provável extinção do corte manual, já que este depende da queimada da cana e a legislação estadual prevê o fim destas até 2021²⁸.

Há que se fazer uma ressalva quanto ao ganho de importância das indústrias no CAI canavieiro quando abordada apenas através dos tipos de atividade dos empreendimentos. Logicamente a expansão do processamento é característica fundamental da recente expansão como destacado por autores como Ramos (2007), Szmrecsányi *et al.* (2008) e no estudo conjunto BNDES/CGEE (2008), porém não se pode negligenciar a integração vertical predominante no complexo (Veiga Filho e Ramos, 2006; Baccarin *et al.*, 2009).

Integração vertical é a produção da matéria-prima pela própria empresa que realiza o processamento. Veiga Filho e Ramos (2006) e Szmrecsányi *et al.* (2008) destacam que tal atributo é marcante no CAI canavieiro, tendo ocorrido inclusive um recrudescimento nos últimos anos em função da entrada de grupos econômicos largamente capitalizados. Portanto, avaliar as diferentes ocupações é fundamental para se compreender as transformações no complexo.

²⁸ Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002 – disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/licitacoessustentaveis/Lei%20Estadual%2011241%2019-09-2002.pdf>

A necessidade de se destacar as ocupações é fundamental também por permitir ressaltar os trabalhadores cuja mobilidade espacial constitui o foco da análise. Duas dimensões fundamentais expressam a relevância de se abordar especificamente os trabalhadores agrícolas: o fato de o CAI canavieiro ser o maior empregador dos mesmos; o caráter de sua mobilidade espacial enquanto uma expressão das estratégias dos trabalhadores de baixa qualificação (Silva, 1999; Menezes e Saturnino, 2007; Novaes, 2007).

Segundo Balsadi (2007), desde 2004 a cultura da cana-de-açúcar é aquela que mais emprega trabalhadores no Brasil. Esta questão pode ser destacada com base nos dados da PNAD 2009 a respeito da Condição de Ocupação dos trabalhadores em atividade agrícolas, que indicam as características e tendências recentes (Tabela 4).

Tabela 4: Número de trabalhadores nas principais culturas agrícolas, Brasil, 2009

Classes	Milho	Horticultura	Mandioca	Café	Cana-de-açúcar
Empregados	333.323	246.260	214.168	301.255	542.588
Empregados -%	18,7	17,2	16,2	48,6	87,8
Conta Própria	535.278	250.766	407.109	139.253	33.876
Conta Própria -%	30,1	17,5	30,9	22,5	5,5
Empregadores	22.813	19.538	12.897	14.849	8.322
Empregadores -%	1,3	1,4	1,0	2,4	1,3
Outras	886.682	918.475	685.309	163.907	33.529
Outras -%	49,9	64,0	51,9	26,5	5,4
Totais	1.778.096	1.435.039	1.319.483	619.264	618.315

Observação: A categoria Outras inclui trabalhadores não remunerados e aqueles que o fazem para o próprio consumo.

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009

A cultura da cana-de-açúcar para o país como um todo é apenas a quinta quando considerado o número total de trabalhadores nas principais culturas agrícolas do Brasil. Porém, em relação ao número de empregados ou seja trabalhadores assalariados é a principal. Enquanto 87,8% dos trabalhadores da cana-de-açúcar são empregados, nas três maiores (Milho, Horticultura e Mandioca) não atinge 20% e no caso do café chega apenas a 48,6%. No caso do estado de São Paulo essa característica é ainda mais expressiva, pois a cultura da cana-de-açúcar não somente era a que tinha mais empregados assalariados (175.021), como também aquela com o maior número total de trabalhadores nas culturas agrícolas, 177.829, dos quais os empregados constituíam 98,42%, indicando a importância de se refletir sobre os significados da mobilidade espacial entre esses trabalhadores.

As transformações recentes no mercado de trabalho do CAI canavieiro têm como dimensão relevante a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas, mas também de técnicos e profissionais mais qualificados para trabalhar em empresas situadas nas regiões canavieiras (Moraes, 2007) . Porém, o interesse concentrado nos agrícolas decorre de sua mobilidade ser uma expressão das estratégias de sobrevivência ou ampliação dos recursos para trabalhadores com pouca qualificação, questão abordada em um sentido mais geral por Durham (1973) e especificamente para os trabalhadores canavieiros por Novaes (2007) e Pereira (2007).

A abordagem da dinâmica recente das ocupações agrícolas no CAI canavieiro também é marcada por diferenças entre as fontes de dados utilizadas. Tanto o Censo Demográfico 2000 quanto as PNADs têm como base a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em sua versão domiciliar, enquanto a RAIS considera a CBO em sua versão mais completa e detalhada. Por outro lado o Censo Demográfico destaca ocupações agrícolas apenas em Atividades de Cultivo, já as PNADs e RAIS registram trabalhadores agrícolas nas diversas Atividades, representando um maior detalhamento da informação, pois a integração vertical, anteriormente ressaltada, explica a verificação de trabalhadores agrícolas em estabelecimentos industriais que produzem a própria matéria-prima; fato bastante comum no complexo. Considerando tais distinções é que são registradas as informações das ocupações dos trabalhadores.

Em relação às informações do Censo Demográfico 2000²⁹, quatro ocupações³⁰ compõem os trabalhadores agrícolas assalariados do CAI canavieiro. Não são considerados os produtores de cana-de-açúcar, assim como os supervisores do trabalho agrícola. As quatro ocupações concentravam 232.378 pessoas para o país como um todo (91,34% na ocupação 6229), representando 51,38% do total de trabalhadores do complexo.

O estado de São Paulo registrou 86.236 trabalhadores nestas quatro ocupações (89,1% na ocupação 6229), representando 48,93% do total estadual. O valor registrado é constituído por 78.254 que foram entrevistados em São Paulo e declararam trabalhar no estado e 7.982 que foram entrevistados em outros estados e declararam trabalhar em municípios paulistas³¹. A principal questão que se destaca com relação às ocupações enfocadas é a concentração da mão de obra em

²⁹ Como destacado anteriormente, as informações da Amostra do Censo Demográfico 2010 só serão disponibilizadas no 1º trimestre de 2012, não havendo tempo hábil para sua utilização.

³⁰ São elas: 6210 – Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral; 6229 – Trabalhadores Agrícolas; 6239 – Trabalhadores na Pecuária; 6410 – Trabalhadores da Mecanização Agropecuária.

³¹ A partir da variável Município de Trabalho ou Estudo.

São Paulo, já que 37,1% dos ocupados trabalhavam no estado, dimensão articulada à importância do seu CAI canavieiro no contexto brasileiro.

Os dados das PNADs permitem acompanhar as tendências das ocupações agrícolas do CAI canavieiro ao longo da década de 2000. Assim como no caso do Censo Demográfico 2000 são consideradas quatro ocupações agrícolas, porém estas foram registradas de maneira agregada para as três atividades econômicas vinculadas à cana-de-açúcar (Tabela 5). Cabe ressaltar uma questão referente à distribuição entre as atividades e ocupações: para o país como um todo, nos quatro anos considerados, sempre em torno de 97% dos trabalhadores estavam em Atividades de Cultivo e acima de 70% na ocupação 6229. Para o estado de São Paulo os mesmos valores estiveram respectivamente em torno a 97% e acima de 75%.

Tabela 5: Total de trabalhadores em ocupações agrícolas, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008

	2002	2004	2006	2008	TCG anual (%)
Brasil	463.505	503.160	553.947	607.702	4,6
Brasil -%	68,8	64	64,2	61,8	
São Paulo	139.276	152.579	152.769	190.251	5,3
São Paulo -%	62,6	53,8	50,9	51	
% - São Paulo	30,0	30,3	27,6	31,3	

Observações: Brasil -% e São Paulo -% se referem à participação dos ocupados agrícolas em relações aos totais nacional e estadual de trabalhadores do CAI canavieiro. % - São Paulo se refere à participação dos ocupados agrícolas em São Paulo com relação aos totais destes em escala nacional.

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

Através das informações é possível verificar um importante aumento do número de trabalhadores assalariados em ocupações agrícolas tanto no Brasil, quanto no estado de São Paulo. Entre 2002 e 2008 o total nacional cresceu 4,6% ao ano, enquanto o total paulista registrou crescimento ligeiramente maior: 5,3% ao ano. Tais informações demonstram que no momento de expansão do CAI canavieiro, há uma reiteração da relevância de São Paulo, ressaltada também através da manutenção de uma concentração em torno a 30% do total nacional. Merece destaque o fato de que os dados indicam um aumento entre 2004 e 2006 muito pouco significativo para o estado de São Paulo, especialmente quando comparado ao total nacional. Isto possivelmente está vinculado a problemas amostrais da própria fonte das informações, já que as informações da RAIS, registradas adiante, não demonstram uma variação tão restrita.

Outra informação interessante que se pode verificar através das PNADs é o peso relativo das quatro ocupações agrícolas em relação ao total de trabalhadores nas atividades do CAI canavieiro (disponível na Tabela 2). Para o país como um todo, representavam 68,8% em 2002, atingindo 61,8% em 2008, indicando uma tendência de redução de sua importância ainda que tenham mantido altos percentuais, superiores a 60%. No caso da principal área produtora, o estado de São Paulo, também foi verificada uma redução: de 62,6% em 2002 para 51,0 em 2008, ainda que a partir de uma menor concentração no ano inicial da série.

A diminuição da participação das ocupações agrícolas no total de trabalhadores, mesmo com o acréscimo dos seus valores absolutos está relacionado com a expansão das atividades industriais do CAI canavieiro e a mecanização das atividades agrícolas. O estado de São Paulo registrou menor concentração nessas ocupações em decorrência da maior complexidade das atividades em escala regional, assim como pelo papel mais significativo da mecanização, como apontado por Silva (2004) e Ramos (2007).

As informações mais relevantes nesse contexto são aquelas da RAIS, especialmente por não terem um caráter amostral como no caso das informações censitárias sobre trabalho e das PNADs. Dessa maneira, constituem uma base que expressa de forma mais “real” a dinâmica e as transformações no mercado de trabalho do CAI canavieiro, especialmente no caso de São Paulo, marcado pelo elevado grau de formalização dos trabalhadores, mais amplo do que em outras regiões.

Os dados sobre ocupações da RAIS são distintos daqueles do Censo Demográfico 2000 e das PNADs por serem baseados na Classificação Brasileira de Ocupações em sua versão mais ampla e detalhada. Logo, as ocupações agrícolas do CAI canavieiro são mais heterogêneas, demandando que sejam abordados grupos de ocupações ao invés de apenas algumas delas. São considerados então dois subgrupos entre 2000 e 2002 e os correspondentes para o período seguinte, entre 2003 e 2008: Sub Grupo 62 - Trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados e Sub Grupo 63 - Trabalhadores agrícolas especializados; 2003 a 2008: Sub Grupo 621 - Trabalhadores na exploração agropecuária em geral e Sub Grupo 622 - Trabalhadores agrícolas.

Cabe ressaltar também que a maioria dos trabalhadores em todos os anos era ocupada em atividades de Cultivo e nos subgrupos 63 para 2000 a 2002 e 622 para 2003 a 2008. Os subgrupos de produtores e o de administradores, capatazes ou supervisores das atividades agrícolas não são

contabilizados. Na Tabela 6 são registrados apenas os ocupados em São Paulo porque as especificidades do mesmo em relação ao país como um todo foram abordadas a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 e das Penais.

Verifica-se um relevante crescimento do número de trabalhadores ocupados em tarefas agrícolas do CAI canavieiro, apesar da importante redução do ritmo de crescimento entre 2006 e 2008. De 2000 a 2008, o número de empregados agrícolas cresceu 9,6% ao ano, mais do que duplicando o tamanho dessa população, sendo idêntico ao crescimento registrado para o total de trabalhadores: também 9,6% ao ano no mesmo período³². Este aumento pode ser explicado através da expansão do CAI canavieiro paulista na década de 2000, abordada por Szmrecsányi *et al.* (2008), entre outros. Abordar a redução do ritmo registrada entre 2006 e 2008 significa considerar, por um lado, a redução dos investimentos devido à crise financeira ocorrida em 2008 (Torquato e Bini, 2009), por outro lado, os reflexos da mecanização das atividades agrícolas, processo expressivo nas dinâmicas da principal área produtora do CAI canavieiro, o estado de São Paulo (Balsadi, 2007 e 2010; Ramos, 2007; Szmrecsányi *et al.*, 2008).

Tabela 6: Total de ocupados agrícolas e Percentual em relação ao total de trabalhadores do CAI canavieiro, São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Empregados Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816
Total de trabalhadores	246.577	292.553	335.550	465.466	514.700
% Agrícola	59,5	61,8	61,7	63,8	59,2
TCG anual (%)		11,0	7,0	19,7	1,3
TCG (%) anual – 2000 a 2008					9,6

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego

Os percentuais das ocupações agrícolas em relação ao total de trabalhadores do CAI também trazem questões relevantes. Sua importância é destacada pelo fato de manterem em torno a 60% dos ocupados no CAI canavieiro em toda a série histórica, ainda que tenha havido uma importante expansão do emprego nas atividades industriais. No final do período se verifica uma pequena redução da participação relativa dos trabalhadores agrícolas, com destaque ao diferencial

³² Disponível na tabela 3 – página 66.

entre 2006 e 2008, representando possivelmente o início da redução de postos de trabalho em decorrência da mecanização do corte, principal atividade realizada por esses trabalhadores.

O último aspecto que merece destaque a partir das informações da RAIS é a distinção com relação às tendências verificadas através das informações das PNADs. Acompanhando a série histórica das PNADs durante a década de 2000 foi registrado um processo mais intenso de redução da participação dos trabalhadores agrícola nos totais do CAI canavieiro: 62,6% em 2002 e 51% em 2008. A RAIS demonstrou uma redução de 61,8% em 2002 para 59,2% em 2008. Estas diferenças podem ser decorrentes do caráter amostral das PNADs ao contrário da RAIS, que registra o conjunto das informações absolutas fornecidas pelos empregadores.

Os números de trabalhadores agrícolas obtidos nas três fontes de dados compõem a população abordada nas partes seguintes deste capítulo. A natureza diferenciada das formas de coleta dos dados implica em valores distintos, porém em função das possibilidades e limites existentes em cada uma das fontes é necessário utilizar as três. A RAIS é a fonte com as informações mais relevantes por possibilitar uma abordagem das características e dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro, especialmente no estado de São Paulo, em função do seu relevante grau de formalização dos trabalhadores (Dedecca e Mendes, 2009). Porém, a ausência de informações sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores traz a necessidade de utilizar as informações das outras fontes. As características sociodemográficas, de trabalho e renda e aquelas da mobilidade espacial constituem as próximas partes desse trabalho, no qual são destacados seus elementos fundamentais e a dinâmica registrada na década de 2000.

2.3 Perfil sociodemográfico

A compreensão da mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana no estado de São Paulo envolve o destaque ao perfil sociodemográfico desta população, através da abordagem de suas características de sexo, idade e nível de escolaridade. Logicamente, outras características poderiam ser consideradas, mas estas três são aquelas mais relevantes em termos das dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro.

O estabelecimento desse perfil permite ressaltar dimensões sobre quem busca trabalho e quem são as pessoas demandadas nas atividades agrícolas do complexo, questão vinculada à mobilidade de trabalhadores originários das regiões mais pobres do país (Silva, 1999; Alves, 2007; Novaes, 2007). Após destacar a importância e as especificidades do estado de São Paulo

em termos da concentração das atividades e por conseqüência, dos trabalhadores do CAI canavieiro no Brasil, a análise se concentra nas características da população empregada nas atividades agrícolas localizadas no referido estado, foco deste estudo.

As três fontes de dados consideradas trazem informações sobre estas dimensões, faz-se necessário destacar as três em virtude das limitações existentes em todas elas, já que assim é possível explorar melhor suas possibilidades. As informações das distintas fontes convergem para um perfil semelhante, que é estabelecido a partir da identificação de cada uma das características e da verificação das suas dinâmicas ao longo da década de 2000.

2.3.1 Participação de homens na atividade canavieira

As informações censitárias, ainda que restritas ao ano 2000, apontam a característica fundamental da distribuição por sexos dos empregados agrícolas do CAI canavieiro: a predominância marcante da população masculina. Entre os 86.236 empregados em São Paulo, 85,8% eram homens. Esta característica também se verifica nas séries históricas disponíveis para a década de 2000 nas PNADs e na RAIS. Ainda que compostas por informações de distintas naturezas em ambas se pode verificar a concentração de homens entre os trabalhadores (tabela 7).

Tabela 7: Participação relativa (%) de homens no total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Fontes	Informações	2000	2002	2004	2006	2008
PNAD	% Homens	ND	80,7	80,3	86,2	85,7
	Total de Emp. Agríc.	ND	139.276	152.579	152.769	190.251
RAIS	% Homens	87	88,6	88,8	87,5	86,4
	Total de Emp. Agríc.	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observação: a PNAD não é realizada em anos censitários.

Fonte: FIBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego

Na década de 2000, a concentração esteve sempre acima dos 80%, ocorrendo um ligeiro incremento de acordo com as tendências apontadas pelas PNADs, porém não observada nos dados da RAIS, que registraram variações pouco significativas para o período. Essa predominância de homens entre a população agrícola do CAI canavieiro paulista, decorre das árduas condições de trabalho e da alta produtividade demandada (Silva, 2004), expressa principalmente através da extenuante rotina e do pagamento pela quantidade cortada.

Fundamentalmente são os empregadores que concentram sua demanda na população de homens, porém não se pode ignorar que a busca por emprego em tais atividades também se concentra entre estes.

2.3.2 Estrutura etária

A distribuição etária da população empregada nas atividades agrícolas do CAI canavieiro paulista também reflete a demanda por trabalhadores em boas condições físicas em função da extenuante rotina de trabalho e do pagamento por produtividade (Menezes e Saturnino, 2007; Novaes, 2009). Para as informações disponíveis em todas as fontes de dados consideradas é possível verificar a concentração em trabalhadores com mais de 20 e menos de 40 anos, com destaque aos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

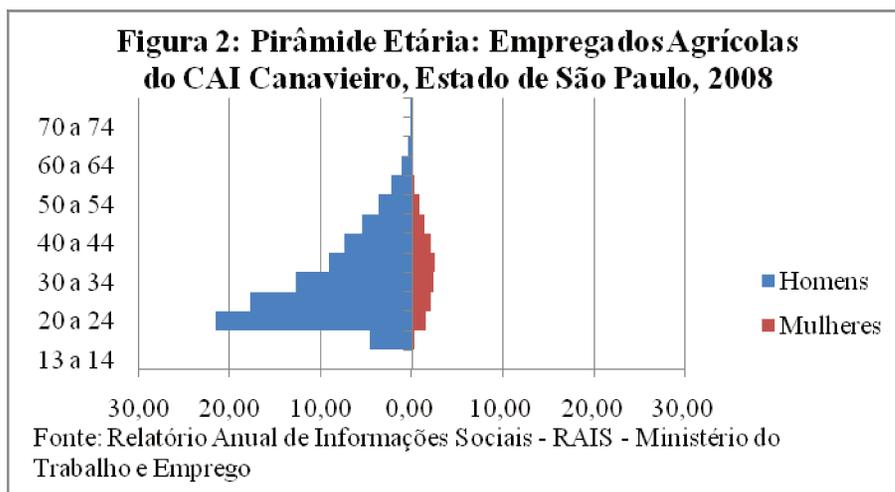
As informações censitárias de 2000 registram os seguintes percentuais para os grupos etários predominantes: 20 a 24 anos – 19,35%; 25 a 29 – 17,24%; 30 a 34 – 14,74%; e 35 a 39 – 12,52%. De um total de 86.236 trabalhadores, 55.058 ou 63,85% tinham entre 20 e 39 anos. Esta concentração em torno ou acima de 60% se verifica também nas informações das PNADs e da RAIS para a década de 2000 (Tabela 8).

Tabela 8: Percentuais dos grupos etários predominantes, Total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Fontes	Informações	2000	2002	2004	2006	2008
PNADS	20 a 24 anos -%	ND	15,1	12,4	17,8	15,3
	25 a 29 anos -%	ND	26,5	18,0	10,3	14,4
	30 a 34 anos -%	ND	16,3	15,7	16,1	15,3
	35 a 39 anos -%	ND	10,2	10,7	10,3	14,8
	20 a 39 anos -%	ND	68,1	56,7	54,6	59,7
	Total de Emp. Agríc.	ND	139.276	152.579	152.769	190.251
RAIS	20 a 24 anos -%	22,3	22,8	22,9	23,6	23,0
	25 a 29 anos -%	18,9	19,6	19,7	19,7	19,8
	30 a 34 anos -%	15,3	15,3	15,1	15,0	15,2
	35 a 39 anos -%	12,5	12,4	12,4	11,9	11,6
	20 a 39 anos -%	69,0	70,1	70,2	70,3	69,6
	Total de Emp. Agríc.	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fontes: PNADs 2002, 2004, 2006 e 2008 e Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego

As características registradas para a distribuição etária dos empregados agrícolas no CAI canavieiro durante a década de 2000 permitem destacar a importância daqueles entre 20 e 39 anos. Se a concentração é bastante relevante nas informações censitárias e da PNADs, é ainda maior nos dados da RAIS, que captam o número efetivo de trabalhadores com registro formal no complexo. Por esse motivo, é possível desconsiderar as flutuações verificadas nas características apontadas pelas PNADs, decorrentes do caráter amostral de tais pesquisas.



A pirâmide etária (Figura 2) construída a partir das informações da RAIS para o último da série histórica considerada, 2008, ilustra tanto a concentração nos grupos etários de adultos jovens, quanto entre os homens. Nenhum dos grupos etários femininos alcançou 5% dos trabalhadores e entre os homens apenas os grupos de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 registraram participações relativas superiores a 10%.

Verifica-se através dos registros das idades uma combinação entre a demanda por trabalhadores com maior resistência física à árdua rotina do trabalho agrícola no CAI canavieiro (Silva, 2004; Alves, 2007) e a disponibilidade de tais pessoas em função das dificuldades de se obter outras ocupações (Carneiro *et al.*, 2007) e do valor que os mesmos conferem ao trabalho físico pago de acordo com a quantidade produzida (Novaes, 2007). Nesse contexto cabe ressaltar outra dimensão das informações registradas, especialmente pela RAIS, que é a concentração nos grupos etários mais jovens, entre 20 e 29 anos, sempre acima de 40% dos empregados agrícolas, registrada tanto na tabela quanto na pirâmide etária.

2.3.3 Níveis educacionais

O Censo Demográfico 2000 registrou 15,3% dos 86.236 trabalhadores em São Paulo como sem instrução ou com menos de 1 ano de escolaridade. Completaram 3 anos de escolaridade porém sem completar nenhum ciclo educacional 31,1%, sendo que o maior grupo é daqueles que terminaram a 4ª série mas não haviam completado a 8ª (4 a 7 anos), 40,5%.

Neste contexto é fundamental comparar estas informações com a distribuição dos níveis educacionais da população em geral, considerando as pessoas com mais de 15 anos, que são a absoluta maioria dos trabalhadores do setor, como destacado anteriormente, o que possibilita ao menos reduzir o efeito das diferenças da distribuição etária entre as populações comparadas. Para a população de 15 anos e mais no estado de São Paulo, o Censo Demográfico 2000 registrou 6,7% como sem instrução ou com menos de 1 ano de escolaridade, 11,7% não completaram 3 anos de escolaridade e o maior grupo também é o de pessoas que terminaram a 4ª série mas não haviam completado a 8ª: 31,2%. Verifica-se que enquanto para a população acima de 15 anos em geral, 49,5% não havia terminado o Ensino Fundamental, entre os trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista o valor correspondente era de 86,9%, indicativo da maior relevância de baixos níveis de escolaridade entre estes.

Diferentemente das seções anteriores nas quais as informações das PNADs e da RAIS foram apresentadas conjuntamente, a forma distinta de classificação e disseminação das informações sobre escolaridade dificulta a comparação direta que aquelas sobre sexo e distribuição etária possibilitam. Enquanto as informações da PNAD se referem aos anos de estudo, aquelas da RAIS são baseadas nos graus de instrução.

Tabela 9: Grupos de anos de estudo dos empregados agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2002 a 2008

Escolaridade	2002	2004	2006	2008
Sem instrução e menos de 1 ano	19,3	21,3	15,5	16,7
1 a 3 anos	28,3	17,4	21,3	20,8
4 a 7 anos	34,9	42,1	35,1	32,4
8 a 10 anos	7,8	14,0	17,8	15,3
11 a 14 anos	9,6	4,5	9,2	14,8
15 anos ou mais	0,0	0,0	1,1	0
Não determinados	0,0	0,6	0,0	0,0
Total de Empregados Agrícolas	139.276	152.579	152.769	190.251

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

As tendências indicadas pelas PNADs da década de 2000 demonstram poucas variações nos níveis de escolaridade dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro. São verificadas características semelhantes às observadas no Censo Demográfico 2000, com relevante concentração nos grupos menos escolarizados (até 7 anos), que variou de 82,5% em 2002 a 69,9% em 2008, embora seja destacada uma tendência de diminuição. Faz-se relevante comparar as características verificadas para esses trabalhadores com aquelas da população total acima de 15 anos (Tabela 10).

Verifica-se que a concentração nos grupos menos escolarizados (até 7 anos) é menor do que entre os trabalhadores agrícolas acima destacados. Em 2002, 45,6% da população acima de 15 anos tinha até 7 anos de escolaridade, participação que foi reduzida para 35,5% em 2008. Ainda que em patamares bastante inferiores, também se destacou uma redução da concentração nesses grupos. Desta maneira, se registra a maior predominância de menores níveis educacionais entre os trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro em relação à média da população estadual acima dos 15 anos.

Tabela 10: Grupos de anos de estudo da população acima de 15 anos, estado de São Paulo, 2002 a 2008

Escolaridade	2002	2004	2006	2008
Sem instrução e menos de 1 ano	7,5	7,4	6,3	6,3
1 a 3 anos	9,8	8,6	8,2	7,4
4 a 7 anos	28,4	25,2	24,3	21,8
8 a 10 anos	20,1	20,5	19,4	19,9
11 a 14 anos	25,6	29,2	32,3	34,4
15 anos ou mais	8,4	8,7	9,6	10,1
Não determinados	0,3	0,4	0,1	0,1
População acima de 15 anos	28.629.962	30.195.980	31.671.740	31.911.139

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

As informações da RAIS (Tabela 11) permitem uma interpretação mais acurada das transformações dos níveis educacionais dos trabalhadores agrícolas pois não foram registradas as flutuações observadas nos dados das PNADs, provavelmente decorrentes do seu caráter amostral.

Tabela 11: Grau de instrução dos empregados agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008

Grau de Instrução	2000	2002	2004	2006	2008
Analfabeto	5,6	4,8	4,3	4,1	3,4
4a série incompleta	43,1	40,6	37,2	32,4	28,5
4a série completa	30,8	30,4	28,7	25,8	27,7
Fundamental incompleto	14,0	15,1	15,6	18,2	19,3
Fundamental Completo	3,5	4,6	7,8	10,2	11,3
Médio incompleto	1,8	2,4	3,1	4,1	3,9
Médio completo	1,1	1,9	3,2	4,9	5,7
Superior incompleto	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Superior completo	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
Total de Emp. Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observação: As informações para 2008 têm como referência nove anos no ensino fundamental, ou seja, os ciclos se dividem entre 1ª a 5ª séries e de 6ª a 9ª séries. Para o registro nesta tabela foram compatibilizadas às informações dos anos anteriores. Assim sendo, no caso de 2008, 4ª série completa ou incompleta se refere à 5ª série completa ou incompleta.

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego

As informações da RAIS convergem com as do Censo Demográfico 2000 e aquelas das PNADs no sentido do perfil de escolaridade dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, apontando a relevância dos grupos de menor escolaridade, mais significativa do que para a população de 15 ou mais em geral, como destacado a partir das informações censitárias e das PNADs³³. A participação daqueles com o fundamental incompleto se destacou em todo período, porém diminuiu de 93,5% em 2000 para 78,9% em 2008, convergente com as tendências verificadas na série da PNAD. Distintamente, são bastante relevantes as mudanças verificadas entre esses grupos: enquanto aqueles até a 4ª série completa reduziram sua participação, os que atingiram alguma das séries do 2º ciclo do Ensino Fundamental aumentaram. Os percentuais dos que terminaram o Fundamental e frequentaram ou finalizaram o Ensino Médio também registraram crescimento, o que indica a melhoria dos níveis de escolaridade, tendência que também se observa entre as PNADs, mas as flutuações nos dados desta fonte dificultam sua abordagem.

Verifica-se a melhoria dos níveis de escolaridade através da diminuição dos analfabetos e daqueles que concluíram a 4ª série, mesmo num contexto de aumento do número de

³³ Não são registradas as informações da distribuição do grau de instrução para a população total a partir da RAIS em virtude de não haver obtido estas informações até o momento. Futuramente, em momento oportuno e sujeito à acessibilidade aos dados desta fonte, poderão ser apresentadas estas relevantes comparações. A convergência com as características observadas no Censo Demográfico 2000 e nas PNADs possibilita prescindir dessa comparação sem a perda de questões importantes.

trabalhadores. Tal aumento reflete a melhoria do acesso a educação no país, porém não se pode negligenciar o fato de que a absoluta maioria dos trabalhadores não tinha o Fundamental completo mesmo com a distribuição etária concentrada entre os 20 e os 39 anos e a idade média em 2008, de acordo com os dados da RAIS, ser de 33,7 anos.

A baixa qualificação desses trabalhadores registra, por um lado, dimensões anteriores a obtenção do trabalho no corte da cana em São Paulo, já que este se apresenta como uma possibilidade importante para estas pessoas (Novaes, 2007). Também se destaca enquanto desafio em função da mecanização do corte presente no horizonte próximo da principal área produtora do país, o estado de São Paulo (Silva, 2004). Os desdobramentos de suas trajetórias e as estratégias para a obtenção de outras ocupações se colocam como questões bastante relevantes para os próximos anos.

Resumindo, o perfil sociodemográfico dos empregados agrícolas do CAI canavieiro paulista a partir da sua distribuição por sexo, grupos de idade e nível de escolaridade indica: predominam os homens, entre 20 e 39 anos, com nível de escolaridade inferior à finalização do Ensino Fundamental ou seja, com baixa qualificação. Semelhante às características dos trabalhadores apontadas por autores como Moraes (2007), Ramos (2007) e Balsadi (2007 e 2010), tal perfil se vincula tanto a oferta, quanto à demanda de mão de obra para o CAI canavieiro.

As características desses trabalhadores, especialmente em termos de seus níveis educacionais, demonstram sua baixa qualificação. O processo de mecanização do corte da cana no estado de São Paulo representa considerável desafio nesse sentido, já que nas palavras de um trabalhador captadas por Silva (2004, p. 26): “um cortador de cana não passa de um cortador de cana, ele não é outra coisa”.

Faz-se importante ressaltar a questão da demanda por trabalhadores com o perfil acima destacado. A extenuante rotina aliada ao pagamento por produtividade (Silva, *op cit.*) implica na necessidade de trabalhadores em boas condições físicas, por isso a predileção por homens com idade entre 20 e 39 anos. Em geral, são as pessoas com menores níveis de escolaridade e conseqüentemente baixa qualificação, que se dispõem a trabalhar nessas atividades (Silva, 1999; Novaes, 2007), sendo assim demandados pelos empresários do complexo. Buscar trabalhadores, estimulando a mobilidade através de estratégias variadas marca as ações das empresas e

empresários do CAI canavieiro (Alves, 2007). Compreender condições, características e tendências de trabalho, emprego e renda constitui o passo seguinte.

2.4 Características do Trabalho, Emprego e Renda

A compreensão das articulações entre trabalho no CAI canavieiro e mobilidade espacial envolve a necessidade de entendimento a respeito de características do trabalho e do emprego. Não se apresenta uma análise exaustiva de múltiplos indicadores sobre tais dimensões, apenas são registrados aqueles considerados relevantes no contexto do presente estudo. Assim, são destacadas as seguintes dimensões: Posição na ocupação; Formalização; Faixas de renda mensal; e, Características do vínculo empregatício. As três fontes utilizadas permitem abordagens das características e dinâmicas do trabalho do CAI canavieiro, destacando obviamente aquele localizado no estado de São Paulo.

2.4.1 Posição na Ocupação

As PNADs trazem informações a respeito da posição que os trabalhadores agrícolas aqui considerados na ocupação que exercem. As características amostrais de tal pesquisa permitem destacar apenas as tendências de tal questão para o Brasil e para o contexto específico abordado, o estado de São Paulo, durante a década de 2000 (Tabela 12).

Tabela 12: Posições na ocupação dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Brasil e estado de São Paulo, 2002 a 2008

	Posições	2002	2004	2006	2008
Brasil	Permanentes – (%)	49,1	43,7	45,7	55,3
	Temporários – (%)	42,2	44,6	43,5	36,6
	Outras – (%)	8,6	11,6	10,8	8,1
	Total de Empregados (100%)	423.433	444.767	454.656	558.204
São Paulo	Permanentes – (%)	47,6	42,7	61,5	72,3
	Temporários – (%)	48,2	54,5	35	25,4
	Outras – (%)	4,2	2,8	3,4	2,4
	Total de Empregados (100%)	133.403	148.294	147.501	185.743

Fonte: FIBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

As posições de Empregados Permanentes e Empregados Temporários concentraram a absoluta maioria dos trabalhadores agrícolas do complexo, sempre com valores agregados em torno ou superiores a 90% tanto no país como um todo, quanto no estado de São Paulo. Neste tal característica foi ainda mais acentuada, já que as duas categorias sempre somaram mais de 95% dos trabalhadores.

O estado de São Paulo se distingue da média nacional pela mudança verificada no período considerado. Nos dois primeiros anos da série a maioria era de Empregados Temporários (48,2% em 2002 e 54,5% em 2004), porém nos dois outros anos houve um importante crescimento dos Empregados Permanentes, que passaram a ser mais de 70% do contingente em 2008. Para o total nacional foram observadas variações dos maiores percentuais nos três primeiros anos da série com uma variação da categoria predominante, sendo o de Empregados Temporários maior em 2004 e muito próximo àquele de Empregados Permanentes em 2002 e 2006, estes últimos ganham um caráter de maior relevância em 2008, quando sua participação foi de 55,3%.

As tendências observadas expressam as mudanças pelas quais o CAI vem passando nos últimos anos, no sentido. Dedecca e Mendes (2009) destacam as pressões do Ministério Público no sentido de melhorar as condições de trabalho dos cortadores de cana, especialmente no estado de São Paulo. Efetivá-los como Empregados Permanentes está entre as dimensões desse processo e o referido estado enquanto principal área produtora, parece ser aquele no qual as mudanças ocorrem primeiramente e/ou de maneira mais intensa.

2.4.2 Formalização

As tendências de formalização dos trabalhadores são verificáveis nas informações das PNADs da década de 2000 (Tabela 13). A relevância do estado de São Paulo nesse contexto é demonstrada também no Censo Demográfico 2000 e ambas as informações permitem destacar a RAIS como fonte valiosa de informações para a compreensão do mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista.

Tabela 13: Formalização dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002 a 2008

Formalização		2002	2004	2006	2008
Brasil	Sim – (%)	68,2	67,4	62	79,7
	Não – (%)	31,8	32,6	38	20,3
	Total de Empregados	423.433	444.767	454.656	558.204
São Paulo	Sim – (%)	95,6	85,4	91,1	93,8
	Não – (%)	4,4	14,6	8,93	6,2
	Total de Empregados	133.403	148.294	147.501	185.743

Observação: Os totais divergem daqueles de trabalhadores agrícolas em função da existência de outras posições ocupacionais distintas de empregados.

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

Dois pontos se destacam: o ganho de relevância do trabalho formal, especialmente para o país como um todo, destacado principalmente a partir do crescimento de 62% em 2006 para 79,7% em 2008; e maior importância da formalização no contexto paulista, sempre acima de 85%, valor superior ao máximo atingido pela média nacional. Verificou-se uma tendência de crescimento da formalização dos trabalhadores no país como um todo. Mesmo com as oscilações registradas entre 2002 e 2006, o último ano da série registrou uma importante expansão das ocupações formais no complexo, com 93,8% na principal área produtora.

As características do estado de São Paulo demonstram a maior importância da formalização dos trabalhadores, já que fora a oscilação verificada em 2004: queda de 95,6% em 2002 para 85,4%; os percentuais de trabalhadores com carteira assinada sempre estiveram acima de 90%. Tal característica é destacada por autores como Ramos (2007) e Dedecca e Mendes (2009) enquanto distinção fundamental do mercado de trabalho no estado de São Paulo em relação às outras regiões produtoras do país.

A oscilação verificada tanto no contexto paulista, quanto no país como um todo, demonstrada através da redução da participação dos empregados com contratos formais a partir de 2002, estaria relacionada à grande expansão da produção logo após a implantação dos veículos *flex-fuel*, que em função da expansão de investimentos implicou na demanda por um aumento da quantidade de trabalhadores sem garantir a formalização. A defasagem temporal entre o estado de São Paulo e o país expressa o maior ímpeto da expansão recente na área mais consolidada, que posteriormente se espalhou para as outras áreas.

Ainda que não permita uma avaliação temporal, os dados do Censo Demográfico 2000 também expressam a importância do trabalho formal no CAI canavieiro em São Paulo em comparação com o país como um todo (Tabela 14).

Tabela 14: Formalização do trabalho agrícola no CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000

	Brasil	São Paulo
Empregado Formal – (%)	66,8	86,8
Empregado Informal – (%)	27,0	12,2
Outros – (%)	6,2	1
Total	232.379	86.236

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

As características e tendências destacadas a partir do Censo Demográfico 2000 e das PNADs da década de 2000 demonstram a relevância de se trabalhar com as informações da RAIS, para a abordagem do mercado de trabalho do CAI canavieiro no contexto paulista. Por outro lado, é importante destacar as mudanças observadas, pois ainda que São Paulo venha registrando um maior grau de formalização, o país como um todo também apresentou tais características, o que demonstra alguma melhoria nas condições de trabalho das ocupações agrícolas do CAI canavieiro (Dedecca e Mendes, 2009).

2.4.3 Faixas de renda mensal

As faixas de renda mensal dos trabalhadores do CAI canavieiro são importantes para a compreensão das características e tendências recentes do trabalho do complexo, ao permitirem destacar dimensões fundamentais, como a concentração entre baixas remunerações. Além disto, permitem verificar se a recente expansão tem refletido em melhores rendimentos para os trabalhadores.

As três fontes de dados aqui consideradas trazem informações sobre a renda dos trabalhadores, por isto a abordagem dessa dimensão é colocada antes de questões que se articulam àquelas que vinham sendo tratadas acima (Posição na ocupação e Formalização), porém só estão disponíveis na RAIS (Características do vínculo empregatício). Cabe destacar que

as informações das três fontes foram classificadas nas faixas considerando os valores do salário mínimo vigentes em cada um dos anos registrados³⁴ (Tabela 15).

Tabela 15: Faixas de Rendimento Mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%) – Brasil e estado de São Paulo, 2000

Faixas (Salário Mínimo)	Brasil	São Paulo
Até 1	36,1	13,3
Entre 1 e 2	45,2	50,3
Entre 2 e 5	18,0	34,8
Entre 5 e 10	0,7	1,4
Mais de 10	0,1	0,1
Total de trabalhadores	232.379	86.236

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

As informações censitárias permitem destacar a concentração dos rendimentos dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro nas faixas de rendimentos menos significativas ou seja, aquelas com até dois salários mínimos de renda. A maior capitalização do CAI canavieiro na principal área produtora, o estado de São Paulo, se reflete na menor concentração nas duas faixas de menores rendimentos, enquanto no referido estado 63,6% tem renda até 2 salários mínimos, para o total nacional esse valor é 81,3%. Outra indicação dos melhores rendimentos em São Paulo é o fato da classe entre dois e cinco salários mínimos ser mais significativa do que aquela inferior a um salário mínimo. Como já apontado, tão importante quanto indicar a concentração nessas faixas de rendimento, é abordar sua evolução ao longo da década, tarefa possibilitada pelas PNADs (Tabela 16) e pela RAIS.

As tendências registram semelhanças com o observado através do Censo Demográfico: concentração nas faixas de rendimento menos significativo em todos os anos considerados e uma situação melhor para os trabalhadores paulistas do que para o conjunto dos trabalhadores do país. Tal diferenciação também está expressa na menor concentração nas faixas até dois salários mínimos e nos percentuais dos grupos de rendimento mais baixo e entre dois e cinco salários mínimos.

³⁴ Valores do Salário Mínimo: 2000 – R\$ 151; 2002 – R\$ 200; 2004 – R\$ 260; 2008: R\$ 350; e, 2008 – R\$ 415.

Tabela 16: Faixas de rendimento mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), Brasil e Estado de São Paulo, 2002 - 2008

Faixas (Salário Mínimo)		2002	2004	2006	2008
Brasil	Até 1	44,6	42,5	43,6	37,9
	Entre 1 e 2	41,1	35,3	38,6	42,6
	Entre 2 e 5	8,3	12,4	7,5	13,9
	Entre 5 e 10	0,1	0,1	0,0	0,1
	Sem declaração	0,1	0,3	0,5	0,2
	Não assalariados	5,7	9,4	9,7	5,3
	Total de Trabalhadores	463.505	503.160	509.508	607.702
São Paulo	Até 1	15,1	11,8	10,3	6,9
	Entre 1 e 2	62,0	59,0	61,5	63,4
	Entre 2 e 5	22,3	28,7	27,0	28,7
	Entre 5 e 10	0,0	0,0	0,0	0,5
	Sem declaração	0,6	0,6	0,6	0,0
	Não assalariados	0,0	0,0	0,6	0,46
	Total de Trabalhadores	139.276	152.579	152.769	190.251

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

O mais importante das informações das PNAD da década de 2000 é a tendência de mudanças pouco significativas no período em termos da renda dos trabalhadores. As duas faixas de menor renda sempre agregaram mais de 80% dos trabalhadores no país e em torno a 70% no estado de São Paulo.

Embora se perceba uma diminuição do grupo de renda inferior a um salário mínimo, não se verifica especialmente no caso paulista um crescimento dos percentuais da faixa entre dois e cinco salários. Verifica-se, então, que não necessariamente o crescimento dos investimentos no complexo implica em melhoria da situação de renda dos trabalhadores, mesmo na principal área produtora do país. Os dados da RAIS ampliam a análise das características para o estado de São Paulo (Tabela 17)³⁵ e, inclusive, permitem um aprofundamento ao destacar os rendimentos do universo dos trabalhadores agrícolas com contratos formais, sem o caráter amostral das PNADs

³⁵ Não foi possível obter estas mesmas informações para o conjunto dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro em nível nacional.

Tabela 17: Faixas de renda média mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008

Faixas (Salário Mínimo)	2000	2002	2004	2006	2008
Sem renda	1,8	2,5	1,3	2,7	3,0
Até 1	2,1	3,8	4,2	5,9	4,8
Entre 1 e 2	31,4	41,7	41,2	48,4	48,8
Entre 2 e 5	59,8	50,7	52,5	42,0	42,5
Entre 5 e 10	3,8	1,0	0,7	0,9	0,7
Acima de 10	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1
Não informado	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

Semelhante às tendências verificadas a partir das informações das PNADs da década de 2000, os dados da RAIS para o mesmo período indicam poucas mudanças no perfil de renda dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista. Porém, ao contrário daquela série, verifica-se uma diminuição do percentual daqueles com rendimentos entre dois e cinco salários mínimos, de 59,8% em 2000 para 42,5% em 2008 e o aumento da faixa entre 1 e 2 salários mínimos: de 31,4% para a 48,8% entre os mesmos anos. Destaca-se assim, um achatamento do perfil dos rendimentos, concentrando-os nos valores até 2 salários mínimos. As informações abaixo permitem captar outras dimensões importantes da renda dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista (Tabela 18).

Tabela 18: Média do Rendimento médio mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (R\$) e Valor do salário mínimo (R\$), Estado de São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Média do Rendimento Mensal Médio - R\$	383,93	435,03	566,1	690,26	820,24
Valor do Salário Mínimo - R\$	151	200	260	350	415

Observação: apesar da média não ser indicada para distribuições assimétricas, caso da renda, optou-se pela sua utilização em virtude da distribuição dos valores de rendimentos mensal dos trabalhadores agrícolas ser mais concentrada do que em outros grupos populacionais

Fonte: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego

Observa-se que o aumento do rendimento médio mensal, de R\$ 383,93 em 2000 para R\$ 820,24 em 2008, que acompanhou a evolução dos valores do salário mínimo no período considerado. Assim, se destaca que mesmo com a concentração nas faixas salariais menores, foi registrado um aumento da média dos rendimentos dos trabalhadores agrícolas a partir de suas

relações com os valores do salário mínimo. Porém, é importante abordar seus significados em comparação à contextos mais amplos.

O destaque aos baixos dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro envolve a necessidade de contextualizá-los em relação aos rendimentos médios da população ocupada brasileira e do estado de São Paulo. Cabe neste contexto registrar a evolução destes ao longo da década de 2000, por isso são utilizadas as informações das PNADs, que permitem apontar tendências da distribuição dos rendimentos³⁶ (Tabela 19).

Tabela 19: Faixas de rendimento mensal das pessoas ocupadas (%), Brasil e Estado de São Paulo, 2002 - 2008

	Faixas (Salário Mínimo)	2002	2004	2006	2008
Brasil	Até 1	31,3	31,6	35,3	32,7
	Entre 1 e 2	30	32,3	33,5	34,6
	Entre 2 e 5	25,2	23,5	19,9	22,4
	Entre 5 e 10	7,9	7,1	6,8	5,6
	Acima de 10	4,3	3,8	3	2,8
	Sem declaração	1,3	1,6	1,5	1,9
	Total Absoluto	68.692.154	74.780.356	79.347.653	83.211.105
São Paulo	Até 1	13,8	14,4	18,7	15,2
	Entre 1 e 2	29,5	33,7	37	38,7
	Entre 2 e 5	35,7	33,7	27,6	31,8
	Entre 5 e 10	12,3	10	9,6	7,6
	Acima de 10	6,6	5,7	4,4	3,8
	Sem declaração	2,1	2,5	2,7	2,9
	Total Absoluto	16.604.812	17.645.889	19.257.490	19.796.997

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

Comparando as informações acima com aquelas registradas na Tabela 16³⁷ verifica-se uma menor concentração nas faixas de menor rendimento mensal na média da população ocupada do que entre os trabalhadores agrícolas, tanto entre o total brasileiro, quanto no estado de São Paulo. Entre os canavieiros no país como um todo, as faixas até dois salários mínimos concentraram 85,7% dos trabalhadores em 2002, atingindo 80,5% em 2008, em São Paulo esses mesmos valores foram respectivamente 77,1% e 70,3%. Para o total da população ocupada no Brasil estas

³⁶ Não foi possível obter estas mesmas informações para o conjunto dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro em nível nacional.

³⁷ Página 86.

faixas agregaram 61,3% em 2002 e 67,3% em 2008 e em São Paulo, 43,3% em 2002 e 53,9% em 2008. Assim, se ressaltam as piores condições dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro quando comparadas à média da população ocupada.

As poucas variações quanto à distribuição assemelha as características do total da população ocupada no Brasil e no estado de São Paulo àquelas dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro. Além da menor concentração nas faixas de menor renda, a maior relevância das faixas acima de cinco salários mínimos também as distingue, sendo que não foram registradas participações significativas da faixa superior a dez salários mínimos entre os canavieiros. Assim como no caso dos trabalhadores agrícolas analisados, a distribuição da renda por faixas do salário mínimo aponta melhores condições para o estado de São Paulo do que para a média nacional.

A baixa remuneração é mais uma dimensão das más condições de trabalho, já que há uma concentração dos trabalhadores nas faixas salariais inferiores a dois salários mínimos (mais de 50% em 2008). Destaca-se que embora tenha havido um aumento do valor médio dos rendimentos quando se consideram os valores do salário mínimo na década de 2000, houve também um importante incremento da produtividade exigida para a manutenção do emprego (Silva, 2004 e 2007). Segundo a autora, entre a década de 1990 e o final da década de 2000 a produtividade demandada aumentou de 10 para entre 12 e 15 toneladas diárias, o que permite questionar a relevância da melhoria dos valores recebidos.

Estas condições salariais se relacionam por um lado, a um perfil específico de trabalhadores, especialmente em termos educacionais, por outro a demanda por pessoas que supram a necessidade de mão de obra mesmo com as más condições características (Novaes, 2007; Moraes *et al*, 2009). A mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana em São Paulo tem como uma de suas dimensões as más condições de trabalho, assim como de remuneração, que implica na dificuldade de obter número suficiente de pessoas na própria região produtora (Alves, 2007).

2.4.4 Características do vínculo empregatício

As informações sobre características do vínculo empregatício dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro estão disponíveis na RAIS. Três variáveis são relevantes nesse sentido: Tipo do Vínculo, Emprego em 31 de dezembro (se o vínculo se manteve de um para o outro) e Mês do

Desligamento (no caso de não empregados em 31 de dezembro)³⁸. Questões relativas à sazonalidade do trabalho são verificáveis nesse contexto.

A primeira informação registrada diz respeito ao tipo de vínculo empregatício, que não permite explorações mais diretas, porém quando articulados às outras duas variáveis consideradas permitem abordar pontos importantes. A quase totalidade dos vínculos no estado São Paulo é regida pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho, assim outras classes não registram relevância (Tabela 20).

Tabela 20: Participação dos tipos de vínculo empregatício (%)– trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro - Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Tipos de Vínculo	2000	2002	2004	2006	2008
CLT R/PJ IND	29,4	46,6	27,8	31,2	35,8
CLT R/PF IND	19,6	31,8	23,6	22,4	23,8
CLT R/PJ DET	25,8	0,0	19,2	17,3	11,7
CLT U/PJ IND	12,1	12,2	10,8	12,4	11,7
CLT R/PF DET	11,3	0,0	9,7	8,3	5,3
CLT U/PJ DET	0,5	2,6	3,3	2,5	4
CLT U/PF IND	1,0	3	4,4	4,1	3,2
CLT U/PF DET	0,1	0,9	0,7	1,3	0,5
Outros	0,0	2,9	0,1	0,3	0,1
Total de Empregados	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observações: CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; U ou R: Urbano ou Rural; PJ ou PF: Pessoa Jurídica e Pessoa Física; e, IND ou DET: Tempo Indeterminado ou Tempo Determinado.

A categoria Outros inclui contratos de tempo ou prazo determinado e temporários não regidos pela CLT.

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego

Verifica-se a predominância de trabalhadores vinculados como rurais por tempo indeterminado, que eram 62,2 em 2000, atingindo 74,6% em 2008. Poucas variações são significativas, com a concentração sempre mantida nos dois primeiros tipos, que inclusive aumentou (de 49% em 2000 para 59,6 em 2008). Apenas a diminuição dos trabalhadores com vínculos por tempo determinado se destaca: eram 37,8% em 2000, passando a 21,5 em 2008. A atuação do Ministério Público com o intuito de melhorar as condições de trabalho teve como um de seus efeitos a redução dos contratos por tempo determinado, porém isso não significa que eles

³⁸ Não foi possível obter estas informações para o total nacional de trabalhadores, apenas para o estado de São Paulo. Futuramente, sujeito às possibilidades de acesso aos dados, poderão ser efetuadas comparações relevantes com as características do país como um todo.

durem para além do período da safra, o que é ressaltado a partir das informações registradas na Tabela 21.

Tabela 21: Emprego em 31 de Dezembro do Ano (%), Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Não	70,5	74,0	68,9	67,9	69,6
Sim	29,5	26,0	31,1	32,1	30,3
Total de Emp. Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego

Destaca-se a predominância dos vínculos que terminam antes do final do ano, com percentuais estabilizados em torno a 70% dos empregados. Quando comparados aos trabalhadores não agrícolas, é possível ressaltar ainda mais essa dimensão: em 2000, 60% mantinha o vínculo em 31 de dezembro, enquanto em 2008 eram 65,2%. O término do vínculo antes do final do ano não é característico de todo CAI canavieiro paulista, se concentrando entre os agrícolas, o que compõe outra dimensão da instabilidade ou fragilidade de seus empregos.

O caráter de instabilidade é reforçado pelo fato de que aqueles contratados por tempo indeterminado (74,6% em 2008 como pode ser verificado na tabela 20) também estarem concentrados entre aqueles cujo vínculo termina ao final de cada ano. Para exemplificar basta destacar que em 2008 dos 227.292 trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado, 145.051, ou 63,8%, não tinham mais o emprego ao final do ano. Logicamente os mesmos percentuais para aqueles contratados por tempo determinado são ainda maiores: 86,8% em 2008.

Contratar trabalhadores por tempo indeterminado responde às pressões do Ministério Público, mas não necessariamente implica em melhores condições para os trabalhadores como pode ser verificado acima. A grande diferença diz respeito aos encargos maiores que os empregadores têm que pagar no caso de vínculos por tempo indeterminado.

Dimensão fundamental dos vínculos empregatícios diz respeito à sazonalidade do trabalho, já que a finalização dos vínculos não se distribui uniformemente ao longo dos anos. O término da safra é a questão fundamental nesse âmbito, como pode ser observado na tabela 22.

Aspectos essenciais destas informações dizem respeito: às mudanças na finalização da safra, aos desligados no início da safra e aos percentuais daqueles não desligados durante o ano. No período considerado houve uma extensão do período de safra, devido ao aumento da produção, assim como às mudanças genéticas na própria planta que permitiram aumentar o

período para a colheita (Silva, 1999; Szmrecsányi *et al.*, 2008). Nesse sentido, verifica-se que entre 2002 e 2004 o mês predominante passou a ser dezembro. Ainda que muitas vezes respondendo a dimensões climáticas, extensão da safra em anos chuvosos e diminuição em anos mais secos, o mês de dezembro passou a ser aquele em que ocorrem mais desligamentos (Moraes, 2007).

Tabela 22: Meses do desligamento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008

Meses	2000	2002	2004	2006	2008
Dezembro	8,9	12,7	34,4	21,6	21,6
Novembro	21,4	22,3	8,2	16,6	16,6
Outubro	14,3	11,2	1,8	4,0	4,0
Setembro	3,1	2,0	1,9	2,5	2,5
Agosto	1,8	2,0	2,4	2,5	2,5
Julho	3,4	2,4	3,8	2,9	2,9
Junho	3,4	4,4	2,4	4,0	4,0
Maiο	4,1	5,8	2,9	4,0	4,0
Abril	5,8	6,4	6,5	4,6	4,6
Março	1,3	2,3	2,1	2,5	3,3
Fevereiro	1,5	1,2	1,9	1,3	1,7
Janeiro	1,7	1,5	0,7	1,4	2,1
Não desligado	29,5	26,0	31,1	32,1	30,4
Total	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observação: A ordem dos meses está invertida para destacar os meses do final do ano, que são aqueles nos quais ocorre o maior número de desligamentos.

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego

A concentração do término dos contratos se expande quando se agrega o mês de novembro, já que houve um ligeiro incremento nos percentuais do conjunto (30,3% em 2000 e 38,2% em 2008). A redução dos desligados no mês de outubro também é indicativa da concentração em novembro e dezembro, já que em 2000 seus percentuais eram mais elevados do que aqueles de dezembro e em 2008 são semelhantes àqueles do início da safra. Os percentuais dos meses de março, abril e maio estão vinculados aos trabalhadores descartados (Silva, 1999) em função de não atingirem as metas de produtividade nos primeiros meses da safra.

Cabe destacar aqueles trabalhadores não desligados durante o ano, para os quais se registrou um aumento em termos absolutos, mas mantendo seus percentuais em torno a 30%. Verifica-se que os empregadores mantêm de um ano para outro apenas um total inferior a um terço da mão de obra utilizada para a safra, que durante a entressafra atua em outras atividades do

complexo, como a limpeza e o plantio (Moraes, 2007; Ramos, 2007). Destaca-se a predominância, assim como a preferência por uma mão de obra que possa ser descartada ao final da safra e como apontam autores como Silva (1999 e 2004), Alves (2007), Moraes *et al.* (2009), Ramos (2007), Szmrecsányi *et al.* (2008) e Novaes (2009), composta eminentemente por trabalhadores migrantes provenientes das regiões mais pobres do país, como o interior nordestino e o nordeste de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha).

Com o número de trabalhadores desligados ao longo do ano, especialmente entre os meses da safra, de março/abril até os últimos meses de cada ano, construiu-se o grau de circulação do trabalhador no complexo. Além de registrar aspecto relevante da precariedade do emprego, este indicador tem caráter fundamental ao destacar uma característica bastante relacionada aos trabalhadores migrantes (Tabela 23).

Logicamente não é possível afirmar que todos os trabalhadores desligados ao longo dos anos são migrantes, porém usar estas informações como uma forma de indicação do tamanho dessa população é relevante dada à importância dos mesmos no contexto do mercado de trabalho do CAI canavieiro. Isto decorre, por um lado, do fato de que o emprego no corte da cana é acessível a trabalhadores pouco escolarizados, com dificuldades de obter ocupações mais valorizadas e de garantir a reprodução familiar ou mesmo individual através de atividades da agricultura familiar. Por outro lado, os empregadores buscam trabalhadores dispostos a uma atividade de intenso desgaste físico, precariedade em termos de condições e baixa remuneração. Trabalhadores originários das regiões mais pobres do país preenchem os requisitos dessa demanda e por isso mesmo são requeridos pelos empresários (Silva, 2004; Alves, 2007).

Há que se ressaltar que a utilização do grau de circulação do trabalhador enquanto expressão do significado da mão de obra migrante no CAI canavieiro diz respeito a estes trabalhadores enquanto grupo social mais do que aos indivíduos. Muitos trabalhadores são recontratados anualmente, porém é marcante a rotatividade dos trabalhadores ao longo do tempo, em função da exigência de alta produtividade e do decorrente desgaste físico da mão de obra, característica que autores como Silva (2004) e Novaes (2009) relacionam diretamente à mobilidade espacial dos trabalhadores, já que sua “utilidade” diminui com o avanço da idade, o que implica na necessidade de reposição constante da mão de obra, principalmente nas regiões onde a produção é mais capitalizada.

Tabela 23: Grau de circulação do trabalhador (%), Número de desligados durante período de safra, Crescimento geométrico médio anual (%), Total de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Grau de circulação do trabalhador	67,4	71,3	66,2	65,2	65,8
Crescimento Geométrico Médio Anual -%		14,2	3,1	18,7	1,8
Número de desligados durante a safra	98.956	129.044	137.230	193.480	200.656
Total de trabalhadores	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observações: Grau de circulação do trabalhador: Percentual da População desligada entre os meses de safra (março a dezembro) e o Total dos trabalhadores agrícolas do complexo. O crescimento médio foi calculado entre o ano considerado e o ano anterior registrado.

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego

O grau de circulação do trabalhador passou por pequenas variações no período considerado, mantendo certa estabilidade em torno a dois terços da mão de obra agrícola: seu valor foi de 67,4% em 2000, chegando a 65,8% em 2008; mesmo com o incremento do número de trabalhadores e daquele de trabalhadores desligados durante a safra, de 98.956 em 2000 para 304.816 em 2008. Verifica-se então, que a expansão das atividades do CAI canavieiro teve como uma de suas dimensões a contratação de mais trabalhadores pelo período de safra, compondo a absoluta maioria da força de trabalho utilizada nas atividades agrícolas, além da alta circulação de trabalhadores.

As flutuações do ritmo de crescimento anual dos trabalhadores desligados (máximo de 18,7% ao ano entre 2004 e 2006 e mínimo de 1,8% ao ano entre 2006 e 2008), estão relacionadas às diferenças ocorridas entre os anos em termos da contratação de trabalhadores, devido ao tamanho da safra em função das características climáticas anuais e a novos ou reiterados investimentos realizados, guardando vinculações com as variações do ritmo de crescimento do total de trabalhadores agrícolas³⁹. Por outro lado, a redução do ritmo de crescimento, especialmente ao final da série, é um indicativo da redução dos postos de trabalho no corte da cana em função da mecanização, referida por autores como Silva (2004), Moraes *et al.* (2007), Ramos (2007) e Alves (2009), que afeta sobretudo os trabalhadores migrantes.

Compreender a conexão do mercado de trabalho do CAI canavieiro com as dinâmicas migratórias envolve abordar especialmente as origens dos fluxos e os lugares de residência anterior. Seria muito interessante ter informações como estas para os trabalhadores desligados em

³⁹ Crescimento Geométrico Médio Anual do total de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro: 2000 a 2002: 11,02%; 2002 a 2004: 7%; 2004 a 2006: 19,7%; e, 2006 a 2008: 1,35%.

cada um dos anos registrados pela RAIS, porém tais dimensões não são consideradas neste registro administrativo.

As informações do Censo Demográfico 2000 e das PNADs compõem os dados disponíveis para destacar as dinâmicas migratórias. Ainda que não permitam expressar diretamente as características, já que os números registrados estão bastante distantes daqueles observados através da RAIS, que considera apenas o trabalho formal; sua utilidade reside na possibilidade de considerar as tendências da mobilidade espacial para o trabalho no complexo. São destacadas a seguir as características fundamentais de tal movimento populacional que podem ser avaliadas a partir de informações secundárias.

2.5 As características da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas

Após havermos constituído um indicativo do número de trabalhadores agrícolas migrantes no CAI canavieiro a partir do número de trabalhadores desligados durante o ano, que se manteve acima de 65% dos trabalhadores durante a década de 2000, se faz necessário retornar às informações menos precisas disponíveis nas outras duas fontes: Censo Demográfico 2000 e PNADs. Por este motivo, são abordadas principalmente as características e tendências dessa mobilidade, mais do que aquelas dos trabalhadores migrantes no CAI canavieiro paulista.

Os dados sobre migração disponíveis no Censo Demográfico 2000 e no conjunto das PNADs para a década de 2000 registram naturezas distintas e por isso mesmo, possibilidades distintas em termos da compreensão da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro. As informações censitárias permitem abordar unidades de federação e municípios de residência daqueles que trabalhavam em municípios paulistas. O caráter amostral das PNADs permite a reflexão sobre tendências desta mobilidade, considerando unidades da federação anteriores e de nascimento. Sua vantagem é a possibilidade de avaliar o caráter dinâmico das questões por ser realizada anualmente. Em função das diferenças entre as fontes, sua análise é registrada separadamente.

A possibilidade de destacar informações a respeito de trabalhadores que residem em outros estados e declararam trabalhar em atividades agrícolas do CAI canavieiro paulista⁴⁰ permite separar os dados sobre mobilidade espacial entre esses e os que residiam no próprio estado de São Paulo. 78.254, ou 90,7%, dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista

⁴⁰ Censo Demográfico 2000 - Variável 4276: Código do município e Unidade da Federação ou País Estrangeiro que trabalha ou estuda.

residiam no mesmo estado (Tabela 24), enquanto 7.982, ou 9,26%, tinham outros estados como lugar de residência.

Tabela 24: Lugar de nascimento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro residentes no estado de São Paulo (%), 2000

Estados	Lugar de Nascimento (%)
São Paulo	58,2
Minas Gerais	13
Paraná	11,1
Bahia	6,3
Piauí	2,5
Pernambuco	2,2
Ceará	1,8
Alagoas	1,4
Outros	3,4
Total	78.254

Observação: se refere ao conjunto dos trabalhadores do CAI canavieiro paulista

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

As informações sobre lugar de nascimento para aqueles que residem em São Paulo demonstram a predominância dos que nasceram no próprio estado. Minas Gerais e Paraná se destacam enquanto unidades da federação de nascimento, porém os estados nordestinos também registram percentuais significativos nessa população. A predominância daqueles que nasceram no próprio estado decorre da forma como as informações são coletadas, considerando os domicílios como unidade de análise⁴¹. Os trabalhadores migrantes sazonais são registrados em seus estados de origem, mas na grande maioria não registram o trabalho em municípios paulistas.

A dimensão temporal também é importante neste contexto, porém também possibilita destacar a dificuldade de se trabalhar com estas informações para analisar populações temporárias. Entre os 51.825 trabalhadores que residiram em outros municípios além daqueles nos quais nasceram, 69,95% residiam há 10 anos ou mais nos municípios nos quais estavam na data do Censo, 13,24% entre 5 e 9 anos e 16,80% moravam há menos de 5 anos. Daqueles que

⁴¹ A definição de morador no Censo Demográfico 2000 destaca esta característica: Morador é a pessoa que tem o domicílio como sua residência habitual, e estava presente na data de referência do Censo ou temporariamente ausente por motivo de viagem, negócio, internação em colégio, internação temporária em hospital, detenção sem sentença definitiva, embarque de marítimos, etc., desde que por período de afastamento não superior a um ano. (Documentação dos Microdados da Amostra – Censo Demográfico 2000).

residiam há menos de 10 anos é possível destacar as Unidades da Federação de residência anterior (Tabela 25).

Tabela 25: Unidade da Federação de residência anterior dos Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Estado de São Paulo - 2000

Estados	Trabalhadores	%
Minas Gerais	4.095	26,3
Bahia	2.786	17,9
Paraná	2.266	14,5
Piauí	1.543	9,9
Ceará	784	5
Pernambuco	691	4,4
Alagoas	565	3,6
Paraíba	404	2,6
Mato Grosso	383	2,4
Outros	2.053	13,2
Total	15.571	100

Observação: o total se refere àqueles que residiam há menos de 10 anos em São Paulo (19,9% do total de trabalhadores do CAI canavieiro paulista registrado nesta fonte: 78.254 em 2000.

Fonte: Censo Demográfico, 2000 (microdados)

Verifica-se que os estados de residência anterior são semelhantes àqueles de nascimento no que tange aos predominantes quando não consideramos o próprio estado de São Paulo. Assim, novamente Minas Gerais (26,3%), Bahia (17,9%), Paraná (14,5%) e Piauí (9,9%) se destacam, sendo que registraram, respectivamente, 13%, 6,3%, 11,1% e 2,5% dos lugares de nascimento (Tabela 24).

Ainda comparando com as informações sobre os lugares de nascimento dos trabalhadores o Ceará registrou percentual mais significativo do que Pernambuco (5% e 4,4 respectivamente) em termos das etapas mais recentes da mobilidade, ao contrário do verificado em relação aos lugares de nascimento (1,8% e 2,2%), questão que se observa também com relação à Bahia em comparação com o Paraná, como destacado acima.

Os estados que se destacam como lugares de nascimento e de residência anterior dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro são marcados em sua maioria, por importantes fluxos direcionados ao estado de São Paulo durante as últimas décadas. Baeninger (2005) registra entre os fluxos migratórios mais importantes aqueles originados na região Nordeste (especialmente nos

estados da Bahia, Piauí, Pernambuco e Maranhão), em Minas Gerais, no Paraná e no Mato Grosso. Os movimentos dos trabalhadores agrícolas do corte da cana registram relevantes semelhanças em relação aos fluxos em geral, sendo as distinções decorrentes da concentração de trabalhadores com o perfil demandados pelo CAI canavieiro, que implicam nas variações da sua “cartografia migratória” (Silva, 2004, p.30).

Além das informações sobre etapas migratórias, as de data fixa, ou seja, lugar de residência cinco anos antes da data do Censo Demográfico⁴², também são importantes ao destacar para um momento específico no tempo uma das etapas migratórias. Os totais se referem obviamente às pessoas que migraram para São Paulo no período entre 1995 e 2000, que são 16,75% dos trabalhadores registrados nessa fonte (Tabela 26).

Tabela 26: Unidade da Federação em 31 de julho de 1995, Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000

Estados	Trabalhadores	%
São Paulo	5.603	42,7
Minas Gerais	2.032	15,5
Bahia	1.367	10,4
Piauí	1.081	8,2
Paraná	753	5,7
Pernambuco	409	3,1
Alagoas	304	2,3
Outros	1.559	11,9
Total	13.108	100

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 2000 (microdados)

As informações registradas reiteram as características observadas em relação às unidades da federação de nascimento e de residência anterior, ou seja, a predominância de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Paraná entre os migrantes que em 2000 trabalhavam em atividades agrícolas do CAI canavieiro em São Paulo, já que seus percentuais foram, respectivamente, 15,5%, 10,4%, 8,2% e 5,7%. Destaca-se a relevância das 5.603 pessoas que residiam em municípios paulistas em 1995, mas migraram para out entre este ano e 2000⁴³, o que demonstra a intensa mobilidade espacial desses trabalhadores.

⁴² Data de referência do Censo Demográfico 2000: 1 de agosto de 2000.

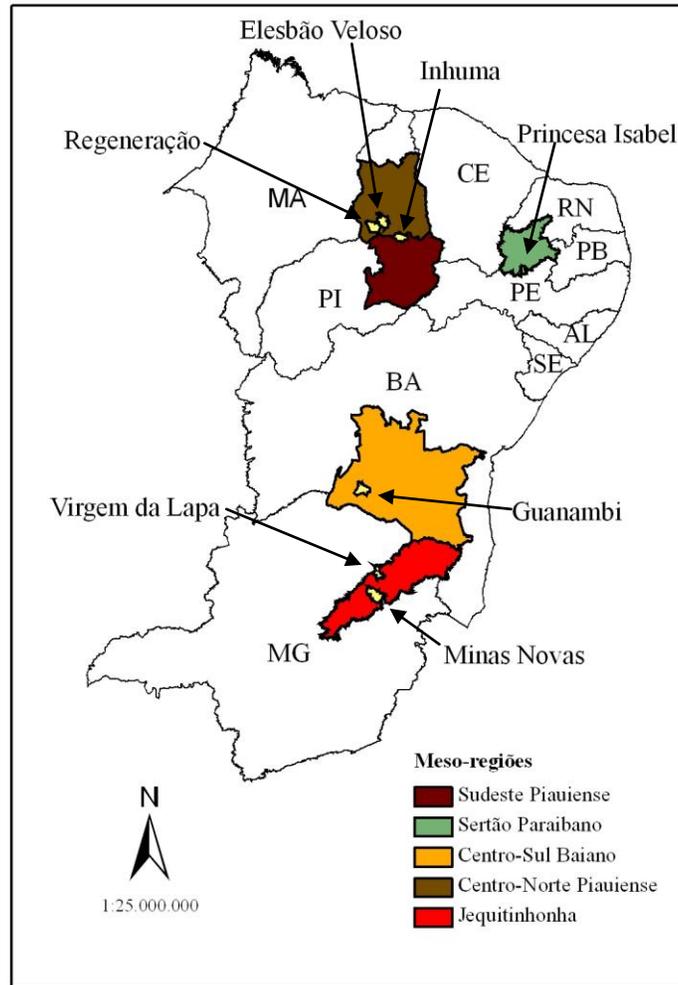
⁴³ A questão sobre a Unidade da Federação de residência em 31 de julho de 1995 do Censo Demográfico só é realizada para os declararam não residir sempre no mesmo município e que residiam em outro município cinco anos antes da data do Censo Demográfico 2000. Logo, aqueles que residiam.

Para complementar as informações a respeito da mobilidade espacial dos 78.254 trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista registrados em São Paulo, as informações sobre município de residência em 31 de julho de 1995 permitem destacar de maneira bastante superficial a questão das redes migratórias constituídas nos lugares de origem, exemplificadas em Massey (1986) para o caso da imigração de mexicanos para os EUA. As trocas de informações, os contatos e o suporte mútuo se relacionam a concentração das origens dos migrantes em locais bastante específicos, como por exemplo os municípios.

Logicamente observar percentuais bastante elevados para o conjunto dos trabalhadores analisados é bastante difícil, especialmente por se tratarem de trabalhadores provenientes de pequenos municípios do interior do Nordeste e de Minas Gerais (Silva, 1999; Novaes, 2007, Carneiro *et al.*, 2007; Pereira, 2007). Ainda assim, algumas localidades se destacaram com percentuais entre 1 e 1,3%: Inhuma, Regeneração e Elesbão Veloso no Piauí; Minas Novas e Virgem da Lapa em Minas Gerais; Guanambi na Bahia; e, Princesa Isabel na Paraíba, registradas na Figura 3 com suas respectivas meso-regiões.

Conexões e vínculos entre trabalhadores migrantes de um mesmo tipo de atividade econômicas são bastante marcantes na literatura, podem ser exemplificados através do trabalho de Massey (1986), daqueles analisados em Massey *et al.* (1993), além daqueles de Krissman (2002 e 2005). Nesse sentido, questões como a obtenção de trabalho, o deslocamento para o lugar de destino e o suporte neste mesmo, expressam dimensões fundamentais.

Figura 3: Residência em 31/07/1995 (municípios predominantes)
Trabalhadores do CAI canavieiro, São Paulo, 2000



Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 - Organizado pelo autor (2011)

As informações censitárias permitem a abordagem de outra questão bastante relevante da mobilidade espacial dos trabalhadores do CAI canavieiro. Com base na variável que pergunta sobre o município de trabalho ou estudo (V4276 no Censo Demográfico 2000), é possível captar as informações dos trabalhadores que residem em outros estados e trabalham em municípios paulistas. Enquanto dimensão fundamental do mercado de trabalho do CAI canavieiro, a mobilidade temporária de trabalhadores para a safra da cana-de-açúcar envolve grande número de trabalhadores (Silva, 1999 e 2004; Alves, 2007; Novaes, 2007; e, Moraes *et al.*, 2009). Com relação a estes trabalhadores o Censo Demográfico 2000 captou 7.982 pessoas através da referida variável. Dada a relevância desta questão, cabe registrar as características de sua mobilidade (Tabela 27).

Tabela 27: Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro de acordo com estados de residência, estado de São Paulo, 2000

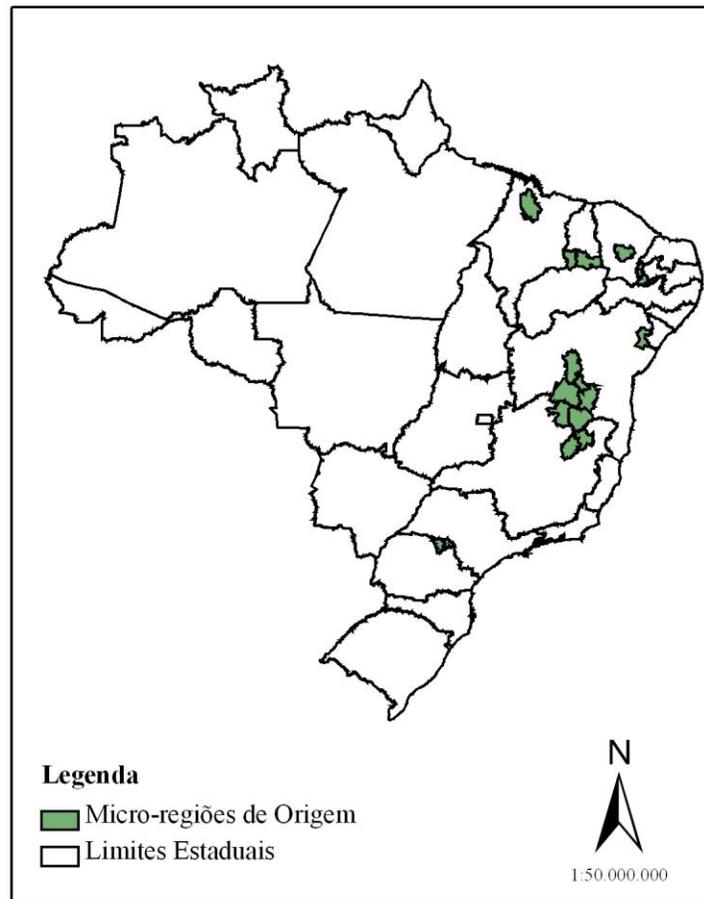
Estado	Trabalhadores	%
Minas Gerais	2.582	32,3
Bahia	1.827	22,9
Paraíba	1.203	15,1
Piauí	710	8,9
Paraná	623	7,8
Ceará	520	6,5
Maranhão	178	2,2
Pernambuco	169	2,1
Alagoas	108	1,3
Mato Grosso do Sul	25	0,3
Sergipe	19	0,2
Rio Grande do Norte	14	0,2
Mato Grosso	2	0,0
Total	7.982	100

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

Predominam trabalhadores provenientes dos estados que também se destacam como origem daqueles captados no próprio estado de São Paulo: Minas Gerais (32,3%); Bahia (22,9%), Paraíba (15,1%), Piauí (8,9%), Paraná (7,8%) e Ceará (6,5%). As origens principais dos que declararam trabalhar em municípios paulistas são corroboradas pelos trabalhos de autores como Silva (1999 e 2004), Alves (2007) e Novaes (2009).

Além dos estados de origem é possível destacar unidades espaciais mais restritas: as microrregiões indicam áreas que concentram número significativo desses trabalhadores. Logicamente unidades mais restritas espacialmente também permitem destacar questões semelhantes, mas o número de trabalhadores envolvidos seria muito pouco significativo, além do número de municípios ser muito maior. A Figura 4 destaca as principais microrregiões de residência dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista.

Figura 4: Microrregiões de Origem, 2000



Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000. Organizada pelo autor (2011).

As microrregiões que mais se destacaram foram: Capelinha (MG) – 17,3% desses trabalhadores; Guanambi (BA) – 13,2%; Serra do Teixeira (PB) – 7,3%; Cajazeiras – 6,0%; Araçuaí (MG) – 5,8%; Valença do Piauí (PI) – 5,7%; Sertão de Senador Pompeu (CE) – 4,6%; Cornélio Procópio (PR) – 4,5%; e, Janaúba (MG) – 4,1%⁴⁴. Se estas informações não podem ser tomadas como uma representação absoluta do número de trabalhadores migrantes, indicam tendências importantes quanto às origens dos fluxos.

Em relação a outros indicadores de mobilidade espacial, verifica-se que entre estes trabalhadores predominam os que moravam no município onde nasceram e foram registrados pelo Censo Demográfico 2000: 6.330, ou 79,3%. Esta informação indica que a mobilidade para o

⁴⁴ Além destas o mapa inclui outras microrregiões que registraram ao menos 1% do total de trabalhadores considerados: Brumado, Boquira e Ribeira do Pombal (BA); Médio Parnaíba Piauiense (PI); Salinas (MG); Baixada Maranhense (MA); Jacarezinho (PR); e, Itaporanga (PB).

trabalho no corte da cana em São Paulo era a principal experiência migratória dos mesmos até aquele momento.

As informações das PNADs da década de 2000 não podem ser tomadas de acordo com os números em si mesmo dado o seu caráter amostral. Ainda assim permitem ressaltar algumas tendências da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista, especialmente em função de sua periodicidade.

A absoluta maioria dos trabalhadores nasceu no próprio estado de São Paulo como se verifica na tabela 28, já sua participação cresceu de 48,2% em 2002 para 61,1% em 2008, o que permite destacar que houve uma tendência de incremento da absorção destes trabalhadores.

Tabela 28: Lugar de nascimento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2002 a 2008

Lugar de Nascimento	2002	2004	2006	2008
São Paulo	48,2	65,2	62,1	61,1
Bahia	12,6	11,8	14,4	9,2
Paraná	15	9	6,3	9,2
Paraíba	1,2	1,1	4,6	7,4
Minas Gerais	9,6	3,4	6,9	5,1
Alagoas	3	0,5	1,1	2,8
Pernambuco	3	3,4	1,1	1,9
Outros	7,2	5,6	3,4	3,2
Totais	139.276	152.579	152.769	190.251

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

Destacam-se como lugares de nascimento nesta fonte os mesmos estados verificados através das informações censitárias: Bahia, Paraná, Paraíba e Minas Gerais. A evolução das participações demonstrou variações entre eles: a Bahia registrou 12,6% em 2002, aumentando para 14,4% em 2006, porém diminuindo para 9,2% em 2008; o Paraná tinha o valor mais significativo em 2002: 15%, porém se igualou ao percentual registrado pela Bahia em 2008, tendo sua menor participação em 2006: 6,3%; Minas Gerais apresentou comportamento semelhante, com a maior participação em 2002: 9,6%, atingindo seu menor valor em 2004: 3,4%, que aumentou para 6,3% em 2006, diminuindo para chegar a 5,1% no último ano da série.

Distintos são os comportamentos da Paraíba e do conjunto dos estados com participação inferior a 1% em 2008. Enquanto o primeiro registrou incremento no período, de 1,2% em 2002 para 7,4% em 2008, o conjunto dos Outros estados reduziu a participação de 7,2% em 2002 para

3,2% em 2008. Esta última informação indica uma tendência de concentração dos lugares de origem num conjunto de sete estados: São Paulo, Bahia, Paraná, Paraíba, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco.

Tanto os estados nordestinos que concentram percentuais relevantes enquanto origem dos trabalhadores, quanto Minas Gerais e Paraná estão as principais áreas de origem de imigrantes para o estado de São Paulo em geral (Baeninger, 2005). Nas informações compiladas por esta autora (*op. cit.*, p. 87), Pernambuco aparece com mais destaque do que Paraíba e Alagoas em termos dos totais populacionais envolvidos, o que pode expressar a concentração de pessoas originárias de determinados estados em atividades econômicas específicas.

As informações sobre última etapa migratória, referentes às pessoas com menos de dez anos de residência em São Paulo, também permitem destacar tendências importantes da mobilidade espacial dos trabalhadores considerados. Os totais se referem às pessoas que não nasceram no estado de São Paulo ou paulistas que já haviam residido em outras unidades da federação e retornaram ao seu estado (Tabela 29).

Tabela 29: Não naturais de São Paulo e Unidade da federação de residência anterior dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2002 a 2008

Estados	2002	2004	2006	2008
Paraná	30,3	27,3	21,5	31,9
Bahia	22,5	31,8	30,4	19,6
Paraíba	3,4	3	8,8	16,5
Minas Gerais	19,1	12,1	19	11,3
Alagoas	6,7	1,5	2,5	8,2
Pernambuco	2,2	7,6	6,3	2
Outros	15,7	16,7	11,4	10,3
Total	74.672	56.569	69.361	85.387

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008

Os estados que se destacam são os mesmos que concentram a maioria dos lugares de nascimentos, fora o próprio estado de São Paulo: Paraná, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco, demonstrando as conexões diretas entre ambas as informações em função da predominância de movimentos únicos, tendo como primeira e única etapa anterior o próprio estado de nascimento. As tendências observadas ao longo da série são semelhantes ao registrado quanto aos lugares de nascimento: Paraná, Bahia e Minas Gerais variando sua participação, com

crescimento do primeiro entre os dois últimos anos considerados, de 21,5% para 31,9%, após uma redução importante entre 2002 e 2006, enquanto os dois últimos registram acentuada queda entre 2006 e 2008: de 30,4% para 19,6% e de 19% para 11,3% respectivamente. A Bahia reduziu sua participação a partir de 2004, quanto tinha 31,8%, já Minas Gerais passou por uma redução entre os dois últimos anos considerados.

Verifica-se o crescimento da participação relativa dos provenientes da Paraíba e de Alagoas ao longo da série, especialmente após 2004. O primeiro estado aumentou seu percentual de 3% em 2004 para 16,5% em 2008, enquanto o segundo registrou 1,5% em 2004, expressando relevante diminuição com relação ao registrado em 2002: 6,7%, aumentando sua participação para 8,2% em 2008. Também se destaca o aumento da concentração das últimas etapas migratórias nos seis estados que concentram a maioria dos lugares de nascimento, ressaltada a partir da diminuição da participação do conjunto dos outros estados, de 15,7% em 2002 para 10,3% em 2008.

Para complementar o registro das informações sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro cabe ressaltar as informações referentes ao lugar de residência cinco anos antes da data de referência das PNADs da década de 2000. Os totais se referem às pessoas que migraram no período compreendido entre a data da pesquisa e os cinco anos anteriores⁴⁵ (Tabela 30).

Tabela 30: Unidade da Federação de residência cinco anos antes, Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, 2002 a 2008

Estados	2002	2004	2006	2008
São Paulo	18,7	6,7	18,2	22,7
Bahia	18,7	46,7	46,1	22,7
Alagoas	0,0	0,0	3,8	18,2
Paraíba	0,0	0,0	15,4	13,6
Ceará	0,0	6,7	0,0	9,1
Paraná	25	6,7	3,8	9,1
Minas Gerais	12,5	6,7	7,7	4,5
Outros	25	26,6	4,8	0,0
Total	13.424	12.857	22.828	19.367

Fonte: Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

⁴⁵ Datas de referências: 2002 – 28/09/2002; 2004 – 25/09/2004; 2006 – 30/09/2006; e 2008 – 27/09/2008. Considera a mesma data cinco anos antes para esse questionamento.

As informações de data fixa também destacam a concentração e as tendências de crescimento observadas nas tabelas anteriores: relevância variável de Bahia, que registrou diminuição de 46,1% em 2006 para 22,7% em 2008; Paraná, cuja participação diminuiu de 25% em 2002 para 3,8% em 2006 e aumentou para 9,1% em 2008; e, Minas Gerais, que teve seu pico de 12,5% em 2002, reduzindo para 6,7% em 2004 e de 7,7% para 4,5% entre 2006 e 2008. Alagoas e Paraíba incrementariam sua participação no período considerado, já que depois de registrarem participação nula em 2002 e 2004, atingiram respectivamente 18,2% e 13,6% em 2008. Distinguem-se pelo fato de que Alagoas aumentou sua participação entre 2006 e 2008 e a Paraíba diminuiu, já que seus percentuais naquele ano foram de 3,8% e 15,4%.

Entre os trabalhadores considerados que migraram em períodos próximos aos anos da série, os cearenses se destacaram apenas nos anos de 2004 e 2008, já que em 2002 e 2006 seu percentual foi nulo, o que não foi registrado nas outras duas informações utilizadas: Lugar de Nascimento e Unidade da Federação de residência anterior. Os percentuais daqueles que residiam cinco anos antes no próprio estado de São Paulo que, a parte a importante redução de 18,7% para 6,7% entre 2002 e 2004, foi de 18,2% em 2006 e 22,7% em 2008, demonstram a intensa mobilidade espacial desses trabalhadores, através de constantes idas e vindas.

As informações censitárias e das PNADs da década de 2000 aqui registradas permitem apontar tendências da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro. Os números verificados são bastante distantes daqueles registrados pela RAIS, que traz informações sobre trabalhadores com vínculos formais, porém não destaca características da mobilidade populacional. Isso decorre da natureza da coleta das informações censitárias e das PNADs, mas também da própria dificuldade em coletar informações sobre populações com intensa mobilidade espacial, especialmente importante nesse contexto (Silva, 2004; Alves, 2007). Por estes motivos é que referência é feita sempre em relação às tendências da mobilidade e não aos seus números observados, ainda que muitos dos trabalhadores residentes no próprio estado de São Paulo tenham sido migrantes anteriormente.

Os estados de origem que mais se destacaram foram Bahia, Minas Gerais e Paraná em todas as informações consideradas. O Piauí registrou valores significativos no Censo Demográfico, tanto para aqueles trabalhadores captados em São Paulo, quanto para os residentes no Piauí, porém foram pouco representados nas informações das PNADs. Paraíba e Alagoas

foram estados que se destacaram nos últimos anos da série considerada através das PNADs da década de 2000, refletindo seu ganho de importância enquanto área de origem.

Em relação às principais tendências observadas se faz necessário ressaltar novamente que elas se vinculam àquelas dos movimentos migratórios para o estado de São Paulo em geral, abordados por autores como Baeninger (1999 e 2005) e Cunha e Baeninger (2007). Estados destacados no CAI canavieiro, porém com importância mais restrita nas características gerais da imigração interestadual refletem a presença dos perfis de trabalhadores demandados pelo CAI canavieiro nos mesmos, este é o caso de estados como Piauí, Paraíba e Alagoas.

As informações sobre residentes em outros estados que declararam trabalhar em São Paulo⁴⁶ registradas pelo Censo Demográfico 2000 trazem dimensões importantes dessa mobilidade espacial. Ainda que os números obtidos estejam distantes da realidade dos engajados nesse processo, a concentração das origens em determinados estados e mais ainda em regiões específicas indicam características relevantes. Os estados que se destacam são os mesmos que registram as maiores concentrações nas outras informações censitárias sobre mobilidade espacial dos trabalhadores do complexo: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Piauí. Este último estado e a Paraíba chamam a atenção em virtude de terem menor destaque no contexto geral das migrações para São Paulo, mas serem significativos entre os que migram para o trabalho agrícola no CAI canavieiro.

As informações sobre as mesorregiões de origem desses trabalhadores são relevantes por darem uma precisão maior das origens sem serem demasiadamente desagregadas como escalas mais restritas espacialmente. Destacam-se regiões menos dinâmicas do Nordeste, assim como de Minas Gerais, inclusive referenciadas nas análises de diversos autores sobre a mobilidade espacial desses trabalhadores (Silva, 1999 e 2004; Alves, 2007; Carneiro *et al.*, 2007; Menezes e Saturnino, 2007; e, Moraes *et al.*, 2009).

Silva (1999) destaca o processo de estruturação da mobilidade espacial de pessoas da região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, enquanto em outro trabalho refere-se à mudança da “cartografia migratória” (Silva, 2004, p. 31) dos trabalhadores do CAI canavieiro, com algumas áreas ganhando importância no período mais recente, dentre as quais se destacam Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas.

⁴⁶ Ver tabela 25.

Alves (2007) analisa o estímulo à mobilidade de trabalhadores das regiões mais pobres do Maranhão e do Piauí como uma estratégia dos empregadores para a obtenção de uma mão de obra menos organizada em relação à busca por seus direitos. Os trabalhadores provenientes do Maranhão também são analisados por Carneiro *et al.* (2007), em termos das redes sociais constituídas para propiciar a mobilidade espacial com destino a São Paulo.

Menezes e Saturnino (2007) abordam a mobilidade espacial de trabalhadores do sertão paraibano para as atividades do CAI canavieiro paulista em termos das motivações e interesses dos que se engajam nesse movimento. Já Moraes *et al.* (2009) analisam os significados da migração de trabalhadores do município de Pedra Branca no sertão cearense em termos de seus significados na origem, assim como no destino, o município de Leme no interior paulista.

Estes exemplos corroboram o que foi verificado a partir das informações censitárias e das PNADs em termos das origens da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista e de sua importância nesse contexto. Ainda que possam ser abordadas diversas questões sobre o perfil migratório dessas pessoas, o aspecto fundamental se refere às especificidades das origens e os trabalhos elencados, mesmo baseados em outras fontes ou estruturados sob outras metodologias, apontam para a relevância do que se verificou, que assim compõe mais uma dimensão essencial do perfil dos trabalhadores da cultura canavieira em São Paulo. Antes de explorar esse perfil, é importante destacar em termos comparativos algumas características das regiões consideradas: Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

2.6 Expressões regionais do mercado de trabalho do CAI canavieiro

As regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente⁴⁷ no estado de São Paulo estão atualmente entre as principais áreas produtoras de cana-de-açúcar e seus derivados. A primeira se enquadra como a mais importante do país nas últimas décadas, tanto se considerarmos o tamanho

⁴⁷ Consideradas a partir das regiões de governo definidas pelo Governo do Estado de São Paulo. A região de Governo de Ribeirão Preto compreende os municípios de Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. A região de Presidente Prudente inclui os seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabaí e Teodoro Sampaio.

do parque produtivo (22 usinas ou destilarias em 2011)⁴⁸, quanto a quantidade de pessoas empregadas (63.786 em 2008, 12,4% do total estadual, maior proporção registrada⁴⁹). Por sua vez, a região de Presidente Prudente se enquadra como uma área de expansão do CAI canavieiro na década de 2000 com grande expansão da área produtora e do número de empregos, registrando 9 usinas ou destilarias, em 2011, e 22.051 trabalhadores, em 2008: 4,3% do total estadual e 8ª maior proporção entre as regiões de governo do estado.

O recente processo expansivo do CAI canavieiro tem significados e expressões distintas em função das características anteriores das duas regiões: na região de Ribeirão Preto representa uma reiteração ou um aprofundamento do já existente, enquanto na região de Presidente Prudente registra um caráter de novidade, em função da implantação de novas estruturas e da substituição de atividades pré-existentes. Ressalta-se que nesta última, existia a cultura canavieira e a produção de açúcar e álcool anteriormente, porém com caráter menos significativo do que se observa nos últimos anos.

Dentre o conjunto de transformações verificadas nas duas regiões, se destacam as relacionadas ao mercado de trabalho, articuladas àquelas da mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas. Por esse motivo, se faz necessário registrar as características dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro nas duas regiões. Como as dimensões abordadas foram discutidas quando apresentadas as características do estado de São Paulo, são registradas apenas as dimensões fundamentais de cada um das regiões, o que permite destacar os seus elementos marcantes através do Quadro 2.

⁴⁸Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/> - Acesso em 2 de dezembro de 2011.

⁴⁹ Informações da RAIS 2008.

Quadro 2: Síntese regional das informações censitárias de 2000

Ocupações	Cultivo de Cana	% Total SP	Ocupações Agrícolas	% Agrícolas	% Total SP
Ribeirão Preto	23.067	23,7	19.186	83,2	22,2
Presidente Prudente	2.194	2,3	1.951	88,9	2,3
Sociodemográficas – referem-se aos totais dos ocupados agrícolas					
	Ribeirão Preto	Presidente Prudente	Rendimentos -%	Ribeirão Preto	Presidente Prudente
% Homens	86,3	81,8	Até 1 Salário Mínimo	9,3	21,3
% 20 a 29 anos	36,8	39,6	De 1 a 2 Salários Mínimos	46,3	58,5
% 30 a 39 anos	29,5	26,3	De 2 a 5 Salários Mínimos	42,0	18,9
Escolaridade -%			Carteira Assinada		
Sem instrução e menos de 1 ano	17,9	8,8	Empregado Formal -%	90,2	84,5
1 a 4 anos	54,8	47	Empregado Informal -%	9,2	14,6
5 a 8 anos	22,3	29,3			
Migração - Região de Ribeirão Preto			Migração - Região de Presidente Prudente		
<i>Lugar de Nascimento -%</i>			<i>Lugar de Nascimento -%</i>		
São Paulo	50		São Paulo	62,4	
Minas Gerais	25,6		Paraná	16,3	
Paraná	10,2		Minas Gerais	5,0	
Bahia	5,7		Pernambuco	3,6	
<i>UF anterior -%: referente a 4.297 que residiam há menos de 10 anos na UF</i>			<i>UF anterior -%: referente a 246 que residiam há menos de 10 anos na UF</i>		
Minas Gerais	47,3		Paraná	27,4	
Bahia	15,4		Mato Grosso	24,4	
Paraná	9,9		Alagoas	13,6	
Piauí	5,3		Paraíba	6,3	
Alagoas	4,4		Pernambuco	4	
<i>UF de residência 5 anos antes -%: referente aos 2.853 que migraram</i>			<i>UF de residência 5 anos antes -%: referente aos 328 que migraram</i>		
São Paulo	34,1		São Paulo	51,5	
Minas Gerais	30,5		Mato Grosso	15,0	
Bahia	9,9		Paraná	14,7	
Piauí	5,0		Alagoas	13,2	

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados)

Para esta análise foram constituídos dois quadros sintéticos das informações das duas fontes cujos registros apresentam maior nível de detalhamento espacial: o Censo Demográfico 2000 e a RAIS. As PNADs permitem no máximo analisar estados, regiões metropolitanas e o conjunto do interior do estado, como o interesse se dá pela escala regional, esta fonte não é útil para tais comparações.

A respeito das ocupações, verifica-se o peso diferenciado em relação ao total do mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista: tanto em relação ao total de ocupações, quanto em relação às agrícolas, a região de Ribeirão Preto concentra acima de 20% dos trabalhadores, enquanto a região registrou percentuais de 2,3%. Outra distinção importante diz respeito à participação dos agrícolas, ligeiramente menor em função da maior quantidade de trabalhadores industriais.

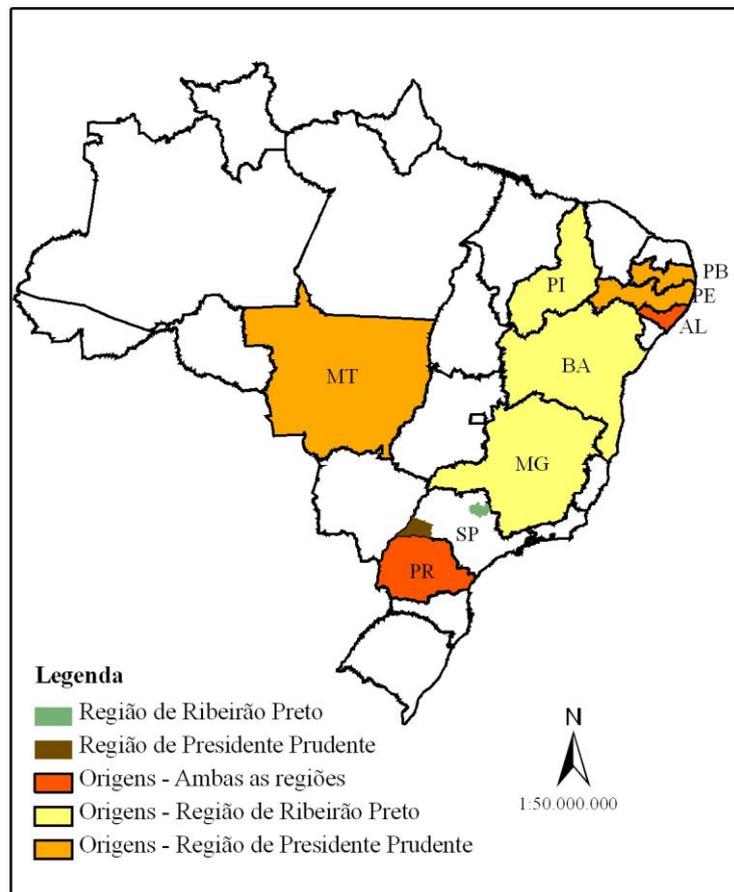
Com relação ao perfil sócio-demográfico, verifica-se que as distribuições etárias são semelhantes às observadas para o estado de São Paulo como um todo. O percentual de homens da região de Ribeirão Preto (86,3%) é maior do que a média estadual (85,8%), enquanto o da região de Presidente Prudente é menor (81,8%), o que possivelmente está relacionado à maior capitalização do CAI canavieiro da primeira região, o que demandaria maior produtividade, dificultando o acesso das mulheres aos postos de trabalho. Já em relação à escolaridade, verifica-se que há uma menor concentração entre aqueles de menor escolaridade na região de Presidente Prudente, tanto em relação à outra região considerada, quanto em relação à média estadual.

A distribuição das faixas salariais indica melhores condições para os trabalhadores agrícolas da região de Ribeirão Preto, já que há uma menor concentração nas faixas salariais menores, que observa também em relação ao total estadual, questão relacionada às maiores capitalização e rentabilidade nesta região. Esta mesma região registrou maior proporção de empregos formais em relação à média estadual e a região de Presidente Prudente, que registraram características semelhantes.

Os indicadores da mobilidade espacial dos trabalhadores indicaram semelhanças no caráter das origens predominantes em termos da última etapa, já que em ambas as regiões são estados próximos às mesmas: Minas Gerais no caso da região de Ribeirão Preto e Paraná e Mato Grosso naquela de Presidente Prudente. Distinguem-se pelas informações sobre data fixa, já que esta última região registra menor diversificação, concentrando 94,1% em quatro estados, enquanto a informação correspondente para a primeira foi de 79,5%. Há que se ressaltar os múltiplos movimentos destas pessoas, já que ambos os casos o estado de São Paulo se destacou como Unidade da Federação de residência em 1995.

A partir das informações do Censo Demográfico 2000 a respeito da Unidade da Federação de Residência Anterior, que corresponde à última etapa migratória, e da Unidade da Federação de Residência em 1995, relativa à data fixa, construiu-se um mapa das origens predominantes de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente em 2000 (Figura 5). Com este, busca-se ilustrar os movimentos predominantes.

Figura 5: Origens predominantes dos trabalhadores migrantes do CAI canavieiro, Regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, 2000



Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados).
Organizada pelo autor (2011)

Quadro 3: Síntese regional das informações da RAIS, 2000 a 2008

Ocupados	Ribeirão Preto					Presidente Prudente					
	2000	2002	2004	2006	2008	2000	2002	2004	2006	2008	
Atividades Agrícolas	41.364	51.437	58.040	67.074	63.786	4.882	8.663	9.793	13.601	22.051	
% Estado	16,8	17,6	17,3	14,4	12,4	2,0	3,0	2,9	2,9	4,3	
Ocupações Agrícolas	23.330	27.842	33.560	39.492	34.515	1.860	3.988	6.184	9.225	14.443	
% Agrícola Regional	56,4	54,1	57,8	58,9	54,1	38,1	46,0	63,1	67,8	65,5	
% Agrícola Estado	15,9	15,4	16,2	13,3	11,3	1,3	2,2	3,0	3,1	4,7	
Perfil Sociodemográfico - Empregados Agrícolas											
		Ribeirão Preto				Presidente Prudente					
	2000	2002	2004	2006	2008	2000	2002	2004	2006	2008	
% Homens	90,7	91,6	91,0	91,6	91,1	82,5	85,5	85,5	86,6	78,7	
% até 4 anos de estudo	71,7	79,5	75,4	73,2	70,5	86,5	60	37,7	45,7	44,5	
% 20 a 29 anos	44,5	44,5	45,1	45,8	44,5	36,1	33,1	36,6	36,1	38,3	
% 30 a 39 anos	27,7	28,0	28,1	27,2	27,5	27,8	31,1	30,5	30,9	27,7	
Rendas - Faixas de Salários Mínimos Predominantes -% - Empregado Agrícolas											
		Ribeirão Preto				Presidente Prudente					
	2000	2002	2004	2006	2008	2000	2002	2004	2006	2008	
Entre 1 e 2	20,4	25,9	30,5	37,6	36,8	74,0	70,0	71,4	72,2	58,3	
Entre 2 e 5	73,3	69,9	66,7	56,7	57,9	18,9	21,0	16,9	13,6	22,5	
Trabalho -% Empregados Agrícolas											
		Ribeirão Preto				Presidente Prudente					
	2000	2002	2004	2006	2008	2000	2002	2004	2006	2008	
Vínculos											
	Tempo Indeterminado	67,3	95,7	66,4	75,8	70,9	97,8	100	74,4	82,8	96,3
	Tempo Determinado	32,7	4,3	33,6	24,2	29,1	3,2	0	25,6	17,2	3,7
Grau de Circulação		61,2	69,5	64,2	66,5	63,8	71,1	80,1	71,8	53,1	52,4
Desligados em Outubro		16,8	10,8	1,7	7,6	1,5	1,3	17,8	5,0	2,7	15,4
Desligados em Novembro		17,6	23,3	5,8	19,8	14,4	44,8	1,3	16,4	14,9	3,9
Desligados em Dezembro		8,3	14,7	39,9	23,7	32,9	0,1	10,2	30,4	19	3,9

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego

As informações da RAIS possibilitam verificar como as características foram alteradas durante a década de 2000 (Quadro 3). As mudanças mais marcantes dizem respeito ao número de ocupados agrícolas: a região de Ribeirão Preto registrou reduções nos números (de 39.492 para 34.515 trabalhadores entre 2006 e 2008) e nas participações em relação ao total estadual (16,2% em 2002 e 11,3% em 2008); enquanto a região de Presidente Prudente registrou aumentos tanto do número de trabalhadores: 1.860 empregados agrícolas em 2000, 14.443 em 2008, com a participação relativa aumentando de 1,3% para 4,7% no mesmo período. Tais características expressam os distintos graus de consolidação do CAI canavieiro nas regiões, pois a de Presidente Prudente é marcada por sua expansão, enquanto a região de Ribeirão Preto é das com maior predomínio deste complexo nas últimas décadas, por isto uma expansão para novas áreas só poderia significar a redução dos seus percentuais no total estadual.

Silva (2004, p. 25) aponta os motivos para a redução dos empregos agrícolas na região de Ribeirão Preto: “(...) considerada uma das mais ricas do país, e responsável por capitanear o atual processo de modernização das usinas de açúcar e álcool, mediante a mecanização do corte da cana (...)”. O maior grau de mecanização não impacta apenas o total de empregos agrícolas, como também o número geral de pessoas em atividades agrícolas do CAI canavieiro regional.

A predominância de homens é mais significativa na região de Ribeirão Preto (91,8% em 2008) do que na região de Presidente Prudente (78,7% em 2008), inclusive quando comparada à média estadual, 86,4% no mesmo ano. Expressa a demanda por maior produtividade e a conseqüentemente demanda por trabalhadores com maior capacidade física, que se verifica também com relação aos grupos etários predominantes, já que se observa maior concentração entre os 20 e os 39 anos, com uma participação mais importante das pessoas entre 20 e 29 anos. O momento de expansão das atividades na região de Presidente Prudente implica nas maiores possibilidades de mulheres e pessoas de outros grupos etários obterem emprego, já que houve inclusive uma redução da predominância de homens.

As diferenças quanto aos níveis de escolaridade também se destacam, já que o grupo predominante destacado no quadro (com até 4 anos de estudo), registrou sempre uma concentração na maior na região de Ribeirão Preto, 70,5% em comparação com 44,5% da região de Presidente Prudente em 2008. Isto expressa a recorrente demanda por novos trabalhadores, sempre com grandes dificuldades de inserção em outras atividades econômicas que exigem maior qualificação, por parte do CAI canavieiro da região.

Os rendimentos dos trabalhadores avaliados a partir das faixas salariais marcam as distinções entre as duas regiões. A região de Ribeirão Preto manteve sua concentração da maioria dos empregados na faixa entre dois e cinco salários mínimos (73,3% em 2000 e 57,9% em 2008), enquanto a de Presidente Prudente sempre registrou a maior quantidade na faixa entre um e dois salários (74% em 2000 e 58,3% em 2008), o que reflete a maior capitalização das atividades do CAI canavieiro na primeira região (Elias, 1997; Silva, 2004), característica relacionada à maior consolidação do CAI canavieiro regional em virtude de sua maior antiguidade. Há que se ressaltar a tendência ao achatamento salarial na região de Ribeirão Preto, expressa tanto pela redução da participação da faixa entre dois e cinco salários, como pelo aumento da participação da faixa entre um e dois. Ainda que os percentuais se mantenham bastante diferenciados, a tendência contrária é observada na região de Presidente Prudente, se vinculando com o aumento da rentabilidade do CAI canavieiro na região.

O maior percentual do estabelecimento de contratos por tempo determinado na região de Ribeirão Preto reflete o maior interesse em reduzir encargos com os trabalhadores nesta região (Silva, 2007). A relevância de tais contratos é inclusive maior do que a média estadual, demonstrando sua importância na região que durante todo o período concentrou a maior parcela dos vínculos empregatícios do CAI canavieiro em nível estadual

O percentual de trabalhadores desligados durante os meses de safra (março/abril a novembro/dezembro), indicado pelo grau de circulação do trabalhador, é bastante significativo nas duas regiões. Porém, enquanto a de Ribeirão Preto manteve os percentuais estabilizados acima de 60%, a de Presidente Prudente, a partir de níveis mais elevados no começo da série, 80,1% em 2002, diminuiu seus percentuais ao longo da década (52,4% em 2008). Tais características indicam a maior utilização de uma mão de obra que possa ser desligada ao final da safra na região de Ribeirão Preto, o que também se relaciona à maior quantidade de trabalhadores migrantes.

Estruturantes do grau de circulação do trabalho, os números de trabalhadores agrícolas desligados em cada um dos meses também trazem questões relevantes quando tratados de maneira isolada. Foram registrados os três meses que vem agregando a maioria dos desligamentos no estado de São Paulo: outubro, novembro e dezembro. A região de Ribeirão Preto tem características semelhantes às do Estado como um todo: mudança do final da

safra para dezembro no período considerado e aumento da concentração dos desligamentos no mesmo mês (eram 8,3% em 2000 passaram a 32,9% em 2008).

A região de Presidente Prudente apresentou uma flutuação na distribuição dos desligamentos nos anos considerados, não sendo perceptíveis padrões definidos como no caso da região de Ribeirão Preto, já que em 2000 a maioria (44,8%) foi desligada em novembro, assim como em 2006: 14,9%, o mês de outubro foi o predominante nos anos de 2002 (17,8%) e 2008 (15,4%), enquanto dezembro registrou os maiores percentuais em 2004: 30,4%. As características da região de Presidente Prudente estão relacionadas à maior variabilidade da finalização da safra, tanto como efeito de uma menor capacidade de resposta às diferenças climáticas entre os anos, como do desinteresse ou impossibilidade de as empresas estenderem o período de safra.

As regiões consideradas se diferenciam no contexto do CAI canavieiro paulista não apenas em função da estrutura produtiva, do conjunto de articulações que se estabelece entre vários setores do complexo e das quantidades dos produtos. Até como resultado dessas diferenciações, são relevantes as distinções das características do mercado de trabalho e dos trabalhadores. A região de Ribeirão Preto com investimentos e estrutura mais consolidados (Elias, 1997), registra um perfil de trabalhadores mais específico, rendimentos ligeiramente maiores e uma grau mais acentuado de circulação do trabalho, o que indica a maior importância da mobilidade espacial para as atividades agrícolas do CAI. Por sua vez, a região de Presidente Prudente registrou certa flutuação das características registradas, em função do CAI canavieiro regional estar em um processo de consolidação e estruturação da produção. Há indicativos da importância da utilização da mão de obra de trabalhadores migrantes, porém de maneira menos relevante do que na região de Ribeirão Preto.

Síntese do Capítulo

O recente processo expansivo do CAI canavieiro significou o crescimento do número de trabalhadores em todas as suas atividades, agrícolas e industriais. Neste contexto se destacam os empregados nas atividades agrícolas, vinculadas especialmente ao corte da cana. Estes, compõem o maior número de empregados assalariados agrícolas no país (Balsadi, 2007; Szmrecsányi *et al.*, 2008), porém são afetados diretamente pelo processo de mecanização da atividade, que vem implicando redução dos postos de trabalho (Silva, 2004; Moraes, 2007; Novaes, 2007).

O estado de São Paulo se apresenta como a principal área produtora do CAI canavieiro, em decorrência dos capitais investidos, das quantidades produzidas, da estrutura existente, assim

como pelo maior número de empregos em nível nacional, porém sendo caracterizado pelo grau mais avançado de mecanização. Dado aos múltiplos significados do conjunto dinâmico das transformações recentes, destaca-se o caráter essencial do mercado de trabalho paulista no sentido da compreensão das articulações entre características do trabalho no CAI canavieiro e o perfil dos que são demandados e/ou oferecem sua força de trabalho.

O trabalho no corte manual da cana é marcado pela exigência de alta produtividade, especialmente nas áreas de maior capitalização, como é o caso do estado de São Paulo, nas quais se estabelece uma média de cana cortada/dia para a manutenção do emprego (Silva, 2007). A mesma autora relata que: “(...) durante a década de 1980, a *média* exigida era de cinco a seis toneladas diárias; esses números passam para dez, durante os anos de 1990, e atualmente giram em torno de 12 a 15 (p. 76)⁵⁰.” Em geral, o pagamento é feito de acordo com a quantidade cortada por dia e com a qualidade da mesma, o que implica no aumento do ritmo de trabalho, se relacionando ao intenso desgaste físico dos trabalhadores e à conseqüente necessidade de reposição da força de trabalho, além dos casos extremos de óbitos dos mesmos em virtude de questões ocupacionais.

A precariedade dos vínculos é dimensão fundamental nesse contexto, já que mesmo entre os trabalhadores contratados por tempo indeterminado predomina o desligamento ao final ou durante o período de safra, como demonstrado através do grau de circulação do trabalho. Os rendimentos dos trabalhadores expressam outra dimensão dessa precariedade, já que mesmo num contexto de expansão do CAI canavieiro, os salários aumentaram sua concentração nas faixas inferiores, inclusive reduzindo a razão relativa aos salários mínimos. Também importante nesse contexto são as condições de moradia e alimentação daqueles que são alojados pelas empresas ou por empreiteiros de mão de obra, ressaltadas por autores como Novaes (2007) e Silva (2007).

Respondendo a essas características se define um perfil de trabalhadores, requerido por um lado, mas que se disponha por outro. Requerido pois precisa manter alta produtividade e ter boas condições físicas (Silva, 2004; Alves, 2007). Deve se dispor a vínculos precários, rendimentos médios inferiores a dois salários mínimos, rotina extenuante e em muitos casos, más condições de moradia e alimentação (Novaes, 2007; Silva, 2007). A articulação das duas dimensões revela a importância da mobilidade espacial de trabalhadores originários de regiões

⁵⁰ Grifo da autora.

pobres do país. Destacam-se tanto os trabalhadores temporários, quanto migrantes das mesmas regiões que se estabeleceram nas regiões produtoras em São Paulo.

Estes trabalhadores compõem uma força de trabalho que pode ser repostada facilmente com pessoas que buscam no trabalho no corte da cana. A necessidade de ampliar os recursos além daqueles obtidos com a pequena produção agrícola, as dificuldades de inserção em atividades urbanas nas pobres cidades das áreas de origem e as estratégias para obtenção de outros trabalhos rurais ou urbanos se aliam ao que aponta Novaes (2007, p. 111) com respeito a esses migrantes: “(...) todos valorizam o trabalho no corte da cana, onde o ganho é pela produção. Quanto mais se corta mais se ganha”(...).

A necessidade de reposição se apresenta por diversos motivos: diminuição do vigor físico dos trabalhadores; poder contestatório de trabalhadores sindicalizados (Alves, 2007); ou mesmo da perda de interesse dos próprios trabalhadores em retornar a determinadas empresas que atrasam ou não realizam o pagamento como destaca Oliveira (2009). Para todos esses casos, as atenções se voltam ao vasto reservatório de trabalhadores: homens jovens residentes em regiões pobres do país. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a idéia de cartografia migratória (Silva, 2004), que aponta as mudanças nas origens dos trabalhadores do CAI canavieiro em função da contínua busca por trabalhadores do perfil desejado, especialmente nas regiões de maior produtividade.

A importância da reflexão que articule características do trabalho e perfis dos trabalhadores se expressa em três dimensões: no tamanho da população empregada no corte da cana em escala nacional e mais ainda estadual; na importância da mobilidade espacial de trabalhadores para tais atividades em suas áreas de maior capitalização, como o caso do estado de São Paulo; e, em relação ao possível fim de tais ocupações em função da prevista mecanização total do corte, o que implica na necessidade de trabalhadores pouco qualificados buscarem outras ocupações.

A partir da demonstração da relevância dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista, as dimensões ressaltadas motivam e embasam a abordagem dos significados, trajetórias e desdobramentos da mobilidade espacial para esse trabalho agrícola. Causas, motivações, arranjos e suas expressões ou repercussões sob as dinâmicas urbano-regionais em duas áreas produtoras distintas sob diversos aspectos (Ribeirão Preto e Presidente Prudente) constituem o objeto das partes seguintes.

CAPÍTULO 3: MOBILIDADE ESPACIAL DOS CORTADORES DE CANA: DIMENSÕES E SIGNIFICADOS RECENTES

A mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas é constituinte fundamental do mercado de trabalho do CAI canavieiro no Brasil (Alves, 2007; Moraes *et al.*, 2009). O estado de São Paulo, principal área produtora, se destaca também no âmbito dessa mobilidade. Trabalhadores originários das regiões mais pobres do país, como o interior nordestino e o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais se destinam às regiões produtoras, respondendo à demanda por trabalhadores pouco qualificados nessa atividade (Silva, 1999; Szmrecsányi *et al.*, 2008).

A relevância desta mobilidade tem três dimensões essenciais: a articulação com a expansão das atividades do CAI canavieiro na década de 2000; a importância no contexto da força de trabalho agrícola no país (Balsadi, 2010); e, as tendências de extinção de postos de trabalho nos próximos anos (Ramos, 2007; Alves, 2009).

A década de 2000 foi marcada por um novo momento expansivo das atividades do CAI canavieiro, em decorrência do crescimento do mercado internacional para o açúcar e o etanol, assim como do aumento da demanda interna por este combustível, em função da introdução dos veículos *flex-fuel* (Szmrecsányi *et al.*, 2008). A expansão das atividades se expressa através do aumento dos investimentos, da ampliação da área produtora, do crescimento da estrutura produtiva, assim como através do tamanho da população ocupada em suas atividades. Em função da importância da mão de obra migrante nesse contexto (Silva, 1999; Alves, 2007), se reitera a relevância da mobilidade desses trabalhadores.

As atividades vinculadas à produção de cana-de-açúcar concentram a maioria dos assalariados agrícolas no país (Balsadi, 2010) e mais ainda no estado de São Paulo, onde compõem também a maioria dos trabalhadores agrícolas em geral (incluindo os não assalariados). Tal característica também se relaciona aos deslocamentos de trabalhadores, já que a produção canavieira registra uma demanda de mão de obra mais ampla do que outras culturas (Szmrecsányi *et al.*, 2008; Balsadi, 2010).

A terceira dimensão está relacionada à mecanização das atividades agrícolas, que embora no horizonte desde as greves de 1984 e 1985 (Silva, 1999), levou à extinção de postos de trabalho ligados ao corte manual de maneira significativa na última década (Ramos, 2007; Silva, 2004; Alves, 2009). Constituindo uma das escassas opções em termos de emprego para uma mão de

obra com baixa qualificação, como é o caso dos migrantes que se engajam nessa atividade, a redução dos postos de trabalho no corte da cana-de-açúcar tem impactos relevantes sobre as trajetórias dessas pessoas (Alves, 2009; Novaes, 2009)

A partir destas dimensões, a abordagem da mobilidade espacial dos cortadores de cana tem significados quanto à realidade dos trabalhadores de pouca qualificação no Brasil. Estes deslocamentos estão relacionados às desigualdades regionais marcadas por distinções quanto à inserção à divisão do trabalho em múltiplas escalas espaciais, sendo assim relevante também em termos da reflexão mais ampla a respeito das causas e consequência dos movimentos populacionais. Há que se destacar que esta não é uma forma nova de deslocamento (Silva, 1999 e 2004; Alves, 2007), mas sim uma reiteração que ganha novos contornos em decorrência das características recentes da economia e da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a extinção dos postos de trabalho ocupados por essas pessoas se coloca como um desafio, em termos das suas perspectivas. Nesse sentido, a compreensão das características e tendências dessa forma de mobilidade espacial nos primeiros anos do século XXI constitui o objetivo deste capítulo.

Considera-se que a divisão espacial do trabalho explica a mobilidade dos cortadores de cana, já que as regiões de origem e destino são enquadradas distintamente em escala nacional, o que fundamenta as causas, consequências e tendências a partir do aporte teórico proposto. Como aponta Singer (1973), as desigualdades regionais são o “motor” das migrações, o que é corroborado por autores como Hobsbawn (1977), Massey (1984) e Harvey (1990a). Tanto em nível dos estrangulamentos estruturais, quanto em termos das ações individuais em resposta a estes (Massey *et al.*, 1993), a mobilidade se expressa nas relações entre demanda por trabalhadores e a oferta de mão de obra, vinculadas às articulações entre processos sociais, econômicos e políticos que ocorrem em diversas escalas.

O estado de São Paulo constitui laboratório essencial para a compreensão de processos e dinâmicas vinculadas ao CAI canavieiro, já que é a principal produtora no país e por isso mesmo concentra grande parte do emprego. Duas regiões deste estado são relevantes na presente análise: Ribeirão Preto e Presidente Prudente. A primeira concentra diversas atividades do setor, sendo o centro dinâmico da economia canavieira desde a implantação do PROALCOOL em meados da década de 1970, constituindo uma área de aprofundamento ou reiteração das características. A segunda é área de expansão recente do CAI canavieiro, com a substituição de outras atividades no decorrer da década de 2000.

As informações da Tabela 31 registram informações sobre o número de empregados agrícolas nas regiões do Estado de São Paulo consideradas, além da própria Unidade da Federação durante a década de 2000. Verifica-se o crescimento do número de empregados agrícolas do CAI canavieiro.

Tabela 31: Empregados agrícolas do CAI canavieiro, regiões de Ribeirão Preto e Presidente e Estado de São Paulo, 2000 a 2008

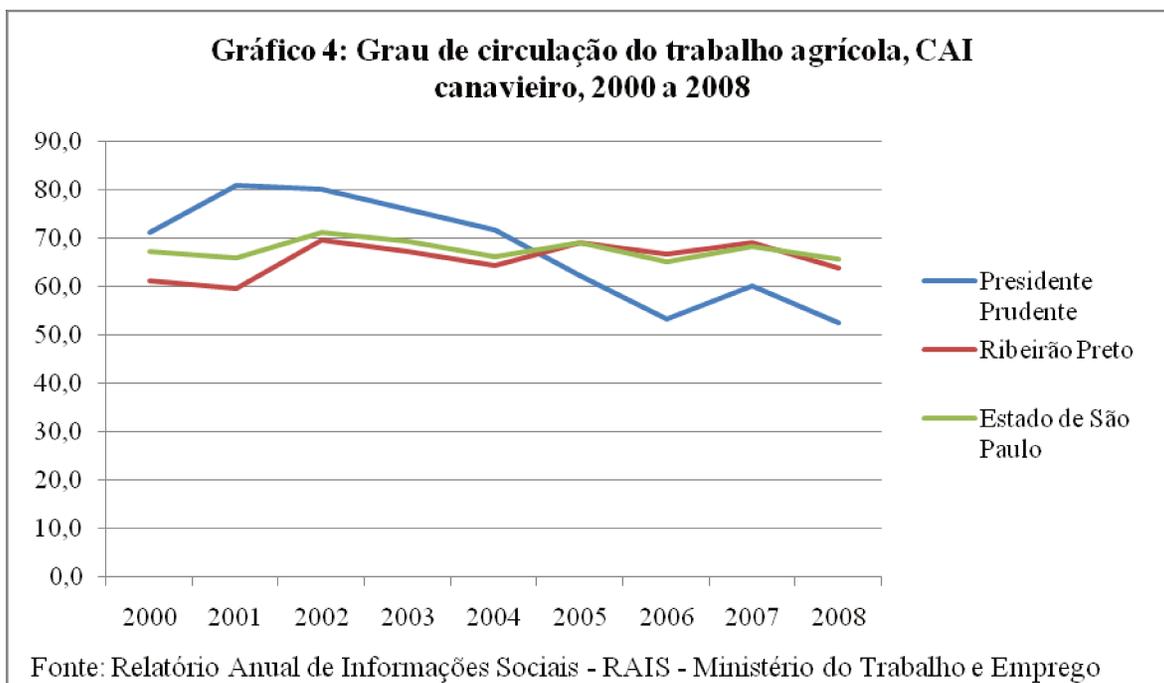
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Pres. Prudente	1.860	3.781	3.988	6.059	6.184	6.563	9.225	13.198	14.443
Ribeirão Preto	23.330	21.811	27.842	34.901	33.560	34.764	39.492	41.776	34.515
Est. São Paulo	146.789	159.129	180.935	192.267	207.145	243.667	296.776	324.404	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego

A região de Ribeirão Preto manteve-se como a área com maior número de empregados (variou de 23.330 em 2000 para 34.515 em 2008), ainda que tenha havido uma relevante redução entre 2007 e 2008, já que o número registrado para este último é inclusive inferior ao valor de 2005: 34.764. Esta diminuição pode estar relacionada aos impactos da crise de 2008 sobre o setor (Torquato e Bini, 2009), mas também à mecanização, já que esta região é marcada pela intensidade da extinção de postos de trabalho agrícolas (Silva, 2007).

O caráter expansivo do CAI canavieiro na região de Presidente Prudente se verifica pelo continuado crescimento do número de empregados, aumentando de 1.860 em 2000 para 14.443 trabalhadores em 2008. Os números regionais foram incrementados mesmo entre 2007 e 2008: de 13.198 para 14.443, quando foram registrados decréscimos na região de Ribeirão Preto (41.776 para 34.515) e na escala mais ampla, o estado de São Paulo, para o qual se verifica uma diminuição de 324.404 trabalhadores em 2007 para 304.816 em 2008.

O Gráfico 4 demonstra a quantidade de trabalhadores desligados durante a safra, conforme destacado no Capítulo 2. Este indicador auxilia a reflexão sobre os trabalhadores migrantes, já que estes constituem parte importante dos trabalhadores que perdem o vínculo nesse período. Logicamente, não são todos migrantes, porém é possível apontar as tendências quanto à relevância dessa mão de obra.



As características do estado de São Paulo e da principal área produtora, a região de Ribeirão Preto, são bastante semelhantes. Comportam-se de maneira bastante próxima a partir do ano de 2002, com uma tendência de estabilidade entre 65 e 70% de trabalhadores agrícolas desligados entre os meses de março e dezembro, obviamente concentrados nos últimos meses do ano. A região de Presidente Prudente apresenta características divergentes, com uma tendência de queda no número de trabalhadores desligados, o que expressa duas dimensões: a menor utilização de mão de obra migrante; assim como o fato de que muitos dos novos investimentos na região são altamente mecanizados⁵¹, logo os empregos agrícolas não estão concentrados apenas no período de safra.

3.1 Considerações Teóricas

A compreensão sobre as características de um processo de mobilidade espacial vai muito além de sua quantificação ou quando esta não é diretamente possível, de sua estimação. Faz-se necessário abordar sua estruturação em termos de causas e motivações, assim como seus desdobramentos. Além disso, é relevante analisá-la enquanto processo social cujas dimensões

⁵¹ Usina Conquista do Pontal, pertencente ao grupo ETH Bioenergia, vinculado à ODEBRECHT, que iniciou suas operações em 2007 no município de Mirante do Paranapanema.

estão expressas nas trajetórias dos indivíduos, que assim permitem detalhar as características e dinâmicas desse tipo de deslocamento.

A mobilidade espacial de cortadores de cana se enquadra na definição de Zelinsky (1971, p. 226) com relação a movimentos distintos da migração em si, exemplificados pela circularidade: *“a great variety of movements, usually short-term, repetitive, or cyclic in nature, but all having in common the lack of any declared intention of a permanent or long-lasting change in residence”*⁵². A distinção se refere especialmente ao caráter temporário de determinadas formas de mobilidade, que por esse motivo não podem ser abordadas da mesma maneira que formas mais “permanentes”.

Esta definição é relevante no sentido de captar a dimensão essencial dessa mobilidade, porém a construção teórica desenvolvida pelo autor se baseia em etapas evolutivas. Para Zelinsky (1971), as formas temporárias de mobilidade espacial seriam formas de transição para movimentos mais duradouros, que envolveriam a mudança definitiva no local de residência, mas que não necessariamente se verifica. Outro problema é que o mecanismo que embasaria tal transição da mobilidade se baseia em estágios de desenvolvimento, os quais carecem de uma explicação mais complexa de possíveis transformações relacionadas a estes estágios.

A crítica a respeito das idéias de Zelinsky pode ser verificada em Skeldon (1990), que traz reflexões mais refinadas sobre a transição da mobilidade, especialmente considerando a dinâmica circulatória. Sua contribuição está em destacar distintas formas de mobilidade espacial sem apontar a ocorrência de evoluções entre as formas. Apesar de o autor trazer algumas idéias interessantes, distantes dos estágios de desenvolvimentos progressivos ou evolucionários que caracterizam a abordagem de Zelinsky (1971), é difícil compreender sua proposição como um possível arcabouço para outras análises, já que registra um caráter eminentemente descritivo. O principal problema é a falta de possíveis explicações da dinâmica dos movimentos circulatórios que possam ser úteis para outros estudiosos.

A ausência de um arcabouço conceitual e teórico sobre as características da mobilidade circular pode ser verificada na maior parte da literatura sobre a questão, exemplificada através dos trabalhos de Chapman e Prothero (1985), Mitchell (1985), Mukherji (1985), Roberts (1981) e Palmer (1995). Em geral os autores embasam suas análises em teorias originalmente

⁵² (tradução livre): uma grande variedade de movimentos, em geral de curta duração, repetitivo ou cíclico em sua natureza, mas sempre tendo em comum a falta de qualquer intenção declarada de uma mudança permanente ou de longa duração no lugar de residência.

desenvolvidas para o estudo de outras modalidades ou tipos de migração, tendo como exemplos significativos os trabalhos de Haberfeld *et al.* (1999) e Spaan (1999).

O processo de mobilidade espacial dos cortadores de cana pode ser interpretado a partir de suas conexões com formas de mobilidade existentes em outros países e abordadas na literatura internacional, mas também se destacam aportes provenientes da literatura brasileira sobre migrações internas. Os trabalhos de Durham (1973) e Singer (1973b) constituem as análises essenciais do processo de êxodo rural, dinâmica migratória marcante na realidade brasileira durante a maior parte do século 20.

Os dois trabalhos registram, inclusive, um caráter complementar no sentido da interpretação do êxodo rural. Enquanto Singer (*op cit.*) aborda questões de natureza estrutural em termos das causas deste processo migratório, Durham (1973) discute as dimensões de caráter individual, familiar e comunitário, ou seja, as motivações daqueles que se engajam no processo de mobilidade. Embora tragam questões e dimensões bastante relevantes para a análise da mobilidade dos cortadores de cana, ambos concentram seu foco nos movimentos rural-urbano, assim não permitindo uma interpretação direta de mobilidade com temporalidades e espacialidades distintas.

A insuficiência dos arcabouços teóricos diretamente relativos à análise da circularidade e o foco das discussões teóricas sobre migrações internas no Brasil na abordagem dos movimentos rural-urbano implicaram na necessidade de constituir um campo específico de questões conceituais e teóricas para a interpretação da mobilidade dos cortadores de cana.

A bibliografia nacional sobre a mobilidade espacial dos cortadores traz elementos bastante interessantes para a elaboração de um arcabouço baseado em teorias sobre a migração, apesar de na maioria dos casos não se referir a estas. Constituem exemplos relevantes os trabalhos de Silva (1999) com relação às origens e as redes constituídas em torno a essa mobilidade, Alves (2007) que destaca características das origens e a demanda por trabalhadores migrantes pelos empresários do CAI canavieiro, além de Novaes (2007) que aponta aspectos relacionados às motivações dos engajados nessa mobilidade.

Existem trabalhos que se utilizam de teorias voltadas à análise das migrações, como Menezes e Saturnino (2007) e Moraes *et al.* (2009). O primeiro deles é focado nas origens dos processos no sertão paraibano e nas motivações que se processam através destas. Já o segundo analisa o deslocamento de pessoas do município de Pedra Branca (CE) para o corte de cana em

Leme (SP) a partir de pressupostos neoclássicos que apontam apenas o nível micro, das decisões individuais. Há, contudo, a necessidade de ampliar para o caso brasileiro o campo conceitual, a partir das teorias sobre migração, buscando articular dimensões macro e micro e processos nas origens e nas áreas de destino.

No âmbito internacional, entre as reflexões teóricas mais complexas a respeito de dinâmicas da mobilidade espacial, se destacam àquelas originalmente voltadas à compreensão das migrações internacionais, destacadas por Massey *et al.* (1993). Nesse sentido, se estrutura uma adaptação das mesmas, destacando a sua relevância para a análise das questões aqui abordadas.

Dimensão fundamental na adaptação proposta é a articulação entre os níveis macro e micro da mobilidade espacial. Os níveis se expressam através das causas e das motivações de acordo com as proposições de Singer (1973b). Causas estão relacionadas aos determinantes sociais, econômicos e políticos que estruturam os movimentos. Motivações se relacionam as respostas das pessoas aos constrangimentos impostos pela estrutura ou como indivíduos, famílias e comunidade agem no sentido do engajamento em processos de mobilidade espacial (Massey *et al.*, 1993).

A articulação dos níveis macro e micro da mobilidade espacial requer a integração de diferentes perspectivas teóricas. Isto se deve ao que autores como Wood (1982) e Massey *et al.* (1993) destacam: perspectivas estruturais não permitem uma abordagem aprofundada das dimensões individuais, familiares e comunitárias, além dos desdobramentos das trajetórias; por outro lado, as perspectivas que privilegiam o nível micro são limitadas no sentido da compreensão de causas e determinantes mais amplos da mobilidade. Por último, cabe ressaltar a necessidade de enfatizar a conexão entre os dois níveis mediada pelas redes sociais (Massey, 1986; Massey *e al.*, 1993; Krissman, 2005).

O estudo da migração baseado na teoria do Sistema-Mundo propicia uma forma mais complexa de reflexão sobre esta mobilidade, principalmente no que tange à origem desta “força de trabalho móvel” em uma perspectiva mais ampla (Massey *et al.*, 1993; Spaan, 1999). Porém, dada à necessidade de se considerar o nível micro é necessário discutir outras abordagens. As proposições da Nova Economia das Migrações (Stark e Bloom, 1985; Katz e Stark, 1986; Stark e Taylor, 1989) trazem relevantes possibilidades com relação às opções e propensões a migrar e as

perspectivas futuras dos trabalhadores, em termos de seu engajamento em outros ciclos econômicos ou da diminuição de seus deslocamentos espaciais.

Outra contribuição relevante está relacionada às idéias sobre redes migratórias (Massey, 1986; Massey *et al.*, 1993; Krissman, 2000 e 2005). Neste contexto, se destaca a relação entre aqueles que demandam trabalhadores e os que o oferecem, avaliada a partir da abordagem desenvolvida por Krissman (2000 e 2005), enquanto crítica à abordagem mais tradicional estabelecida por Douglas Massey em diversos estudos. A relevância das redes no sentido proposto por Krissman para o estudo da mobilidade espacial de cortadores de cana-de-açúcar decorre da necessidade de destacar a demanda por trabalhadores migrantes, apontada no contexto no mercado de trabalho do CAI canavieiro por diversos autores como Silva (1999 e 2004) e Alves (2007).

Um exemplo interessante de estudo que busca integrar distintas perspectivas teóricas para a análise da mobilidade populacional é o trabalho de Spaan (1999). Avaliando as diversas formas de mobilidade (sazonal/temporária; inter-regional; internacional) da população da região de Java Ocidental na Indonésia, o autor estruturou sua abordagem teórica com base numa integração entre perspectivas macro e micro: histórico-estrutural; nova economia das migrações; e, teoria do capital social, destacando a questão das redes.

Apesar de haver em comum com o trabalho de Spaan (1999) o fato de estruturar um arcabouço teórico com contribuições de diferentes perspectivas, há distinções importantes quanto ao foco. Enquanto o referido autor objetiva compreender as estratégias domiciliares envolvidas nos interesses e padrões de mobilidade espacial da população, o foco da presente pesquisa está nas relações entre características sociais, econômicas e espaciais mais amplas da mobilidade originária das regiões mais pobres do país para São Paulo para o corte da cana-de-açúcar. O interesse em trajetórias, origens e destinos dos migrantes é baseado nas causas e conseqüências sociais mais do que naquelas individuais.

A premência do nível macro na análise dessa mobilidade espacial não implica na irrelevância do entendimento de questões em nível micro, o que demanda a integração de perspectivas. Origens, trajetórias e o engajamento nos processos de mobilidade espacial têm muito a ver com características individuais e domiciliares, assim como com a forma que os macro-processos as afetam (Stark e Bloom, 1985; Massey *et al.*, 1993). Além disto, o futuro desenvolvimento desse fluxo não pode ser considerado apenas através de uma abordagem macro.

Estes elementos apontam para a necessidade de considerar os elementos fundamentais da Nova Economia das Migrações e a integração entre origens e destinos, que demonstram a relevância das redes. As contribuições das três perspectivas para a presente análise e as relações com a literatura sobre a mobilidade de cortadores de cana no Brasil, com destaque ao estado de São Paulo, constituem o que se apresenta a seguir.

3.1.1 O nível macro

A compreensão dos significados da mobilidade espacial de cortadores de cana-de-açúcar que se busca estruturar está baseada na suas articulações com dimensões sociais, econômicas, políticas e geográficas em nível macro e nas relações entre processos que ocorrem em diversas escalas espaciais. Assim, o conjunto de pressupostos que Massey *et al.* (1993 e 1998) apontam a respeito das relações entre teoria do Sistema-Mundo e migrações corresponde à melhor forma de lidar com tais questões. Apesar da inexistência de uma teoria diretamente voltada à migração constituída a partir da perspectiva do Sistema-Mundo, Massey *et al.* (1993, p.444-448), desenvolveram com base em vários estudos anteriores um quadro conceitual básico que se adapta de maneira relevante ao estudo das diversas formas de mobilidade espacial interna. A idéia fundamental partir da qual são estruturados os pressupostos é expressa da seguinte maneira: “(...) *migration is a natural outgrowth of disruptions and dislocations that inevitably occur in the process of capitalist development (...)*⁵³” (Massey *et al.*, 1993, p. 445).

O primeiro pressuposto é relacionado às mudanças na estrutura agrária nos lugares de origem que contribuem para a criação de uma força de trabalho móvel (traduzido de Massey *et al.*, 1998, p. 37), processo que autores como Silva (1999), Alves (2007), Menezes e Saturnino (2007) e Carneiro *et al.* (2007) apontam como fundamental para a origem da mobilidade espacial de cortadores de cana-de-açúcar. O primeiro trabalho a relaciona ao estabelecimento de reflorestamentos comerciais no norte de Minas Gerais, o segundo a expansão da soja no interior do Nordeste. O terceiro e o quarto se referem à concentração das melhores terras nas mãos de poucos proprietários no sertão paraibano e no interior maranhense respectivamente.

Estas considerações podem ser relacionadas ao conceito de mudança enquanto fator fundamental para a criação de uma força de trabalho móvel desenvolvido por Singer (1973b). A mudança se deve à penetração de relações capitalistas na agricultura, o que causa um aumento da

⁵³ (Tradução livre): migração é uma consequência das rupturas e deslocamentos que inevitavelmente ocorrem com o processo de desenvolvimento capitalista.

concentração fundiária, além da introdução de técnicas que reduzem a demanda por trabalhadores.

A articulação com as idéias de Singer (*op cit.*) propicia uma vinculação com o segundo pressuposto desenvolvido por Massey *et al.* (1993):

*The extraction of raw materials for sale on global markets requires industrial methods that rely on paid labour. The offer of wages to former peasants undermines traditional forms of social and economic organization based on norms of reciprocity and fixed role relations and creates incipient labour markets based on new conceptions of individualism, private gain, and social change (...)*⁵⁴ (p. 445).

Novamente, a penetração de relações capitalistas altera formas prévias de relações sociais e econômicas, exemplificado não apenas nos trabalhos de Silva (1999) e Alves (2007), mas por outros artigos disponíveis no mesmo livro que este último, editado por Novaes e Alves (2007).

A terceira idéia fundamental definida por Massey *et al.* (1993), se refere diretamente à questão do trabalho e seus pressupostos podem ser interpretados com relação à migração interna com referências à completa penetração de relações sociais e econômicas capitalistas em todo o território. A divisão internacional do trabalho é estruturada através de hegemonias e hierarquias entre lugares e escalas (Doreen Massey, 1984 e Brandão, 2007), que se espalham ao redor do mundo, estruturando o controle dos territórios mediante relações assimétricas. Desta maneira, os vínculos entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento no caso da migração internacional podem ser estendidos às relações entre regiões mais ricas e mais pobres em um país e este é o caso do Brasil.

A partir da década de 1930 as regiões com maior grau de penetração capitalista no país estabeleceram uma integração de um mercado nacional com as diferentes regiões tendo papéis específicos em uma divisão nacional do trabalho, sob a dominância de São Paulo (Gonçalves, 1998). Regiões periféricas foram transformadas pela introdução da agricultura comercial e de relações capitalistas, recrutada como mão de obra barata para as regiões mais ricas, que passavam por um processo combinado de industrialização e urbanização. Apesar de ser bastante simplista,

⁵⁴ (Tradução livre): A extração de matérias-primas para a venda em mercados globais requer métodos industriais baseados no trabalho assalariado. A oferta de salários para antigos agricultores de subsistência mina formas tradicionais de organização social e econômica baseadas em normas de reciprocidade e relações com papéis fixos e cria mercados de trabalho incipientes baseados em novas concepções de individualismo, ganho privado e mudança social.

esta é uma possível interpretação da consideração de Massey *et al.* (1998, p. 446): “*The same economic processes that create migrants in peripheral regions simultaneously attract them into developed countries*”⁵⁵, necessitando apenas da troca da referência a países por regiões “mais desenvolvidas”.

O fato de que a maioria das atividades econômicas mais capitalizadas do Brasil, incluindo as agrícolas, está localizada nas regiões mais ricas, dá significado à demanda por mão de obra barata e a “disponibilidade” destes está concentrada nas regiões mais pobres, estabelecendo movimentos mais ou menos “permanentes” entre o Nordeste e o Sudeste do país. Em relação ao mercado de trabalho do CAI canavieiro a demanda por esses trabalhadores está relacionada não apenas aos baixos salários, mas também às más condições de trabalho (Silva, 1999 e 2004, Alves, 2007 e Szmrecsányi, T. *et al.*, 2008), que incluem o pagamento pela quantidade cortada por dia (Silva, 1999 e Novaes, 2007) e o decorrente grande número de acidentes e mortes neste setor (Silva, 2007).

Completando estas conexões diretas com a mobilidade espacial de cortadores de cana no Brasil, as elaborações de Massey *et al.* (1993) a respeito das relações entre migração e trabalho trazem outras questões detalhadas que fazem dos vínculos entre lugares de origem e de destino aspectos relevantes. São quatro tipos de vínculos: materiais; militares; ideológicos; além da importância de cidades globais. Apenas as conexões militares não podem ser relacionadas ao processo específico que se analisa, porque seu significado direto diz respeito à migração para os EUA com origens em países ocupados militarmente ou nos quais existem bases militares desse país.

Os vínculos materiais entre regiões distantes “(...) *not only facilitate the movements of goods, products, information, and capital, they also promote the movement of people by reducing the costs of movement*”⁵⁶ (Massey *et al.*, 1993, p.446). Assim, a integração do território brasileiro sob a hegemonia do Sudeste, especialmente do estado de São Paulo (Gonçalves, 1998 e Brandão, 2007), torna mais fáceis os deslocamentos ao expandir os fluxos de bens e capitais. A mobilidade populacional se relaciona a estes fluxos, porém na direção contrária como Massey *et al.* (1993) apontam. Tal fato ocorreu largamente na história brasileira depois de 1930, com

⁵⁵ (Tradução livre): Os mesmos processos econômicos que “criam” migrantes nas regiões periféricas simultaneamente os atraem para os países desenvolvidos.

⁵⁶ (Tradução livre): não apenas facilitam os movimentos de bens, produtos, informação e capital, eles também promovem os movimentos de pessoas ao reduzir seu custo.

destaque aos grandes fluxos em direção ao Sudeste, um processo analisado por Durham (1973), Singer (1973b) e Cunha e Baeninger (2007).

Os vínculos ideológicos podem ser relacionados ao processo de estruturação de um mercado nacional e de uma divisão espacial do trabalho em nível nacional sob a hegemonia do Sudeste. Autores como Gonçalves (1998) e Faria (1991) trataram da questão e a partir das suas interpretações é possível afirmar que a migração oriunda no Nordeste com destino ao Sudeste teve como uma de suas bases os vínculos culturais, reforçados pela comunicação de massas e a propaganda como Massey *et al.* (1993) se referem no caso das migrações internacionais.

O último tipo de conexão é relacionado à existência e atratividade de Cidades Globais, interpretação baseada especialmente no trabalho de Sassen (1988 e 1991). Ainda que Massey *et al.* (1993) estejam se referindo à mobilidade direcionada a estas cidades, a mobilidade de cortadores de cana-de-açúcar pode ser relacionada através da polarização que uma cidade com extensos vínculos externos, São Paulo, exerce sobre o território e a economia brasileira, interpretação baseada no trabalho de Brandão (2007).

Massey *et al.* (1993) não incluíram São Paulo como uma das Cidades Globais, porém outras classificações como a de Sassen (1998) e GaWC (2008) o fazem, entendendo que na inserção do Brasil em uma divisão internacional do trabalho, a referida cidade é o mais importante ponto nodal entre o território brasileiro e os mercados globais. Assim, mesmo sendo um movimento predominantemente rural-rural ou entre pequenas cidades, a mobilidade espacial para o corte de cana pode ser abordada através das conexões territoriais estruturadas a partir de uma cidade internacional como São Paulo.

Outro importante aspecto da compreensão de São Paulo como uma cidade internacional com fortes vínculos externos, é propiciado pelo fato de que o estado é a mais importante área de produção de cana-de-açúcar. Uma das razões para isto é a proximidade em relação ao maior mercado consumidor no Brasil, devido à densa urbanização em torno à região metropolitana de São Paulo

A abordagem das questões estruturais da mobilidade espacial de cortadores de cana através da perspectiva do Sistema-Mundo envolve compreender os seguintes aspectos: características das áreas de origem da mobilidade espacial; processos sociais, econômicos e espaciais que determinam a necessidade de engajamento nos deslocamentos para o trabalho no corte da cana; e, dimensões políticas e ideológicas relacionadas a estes movimentos

3.1.2 O nível micro

As questões de nível macro compõem fundamentalmente o arcabouço conceitual desenvolvido, porém a mobilidade espacial dos cortadores de cana não pode ser entendida sem uma compreensão de processos e dimensões em nível micro. Duas motivações embasam tal necessidade: aqueles que se engajam nessa mobilidade e os seus domicílios têm algumas especificidades que os diferencia em relação àqueles que não migram (Katz e Stark, 1986; Massey *et al.*, 1993; VanWey 2005); dimensões macro permitem algumas reflexões prospectivas, porém o nível micro compõe melhores indicadores dos possíveis desdobramentos das trajetórias destas pessoas (Massey *et al.*, 1993). Assim, é importante apresentar as idéias fundamentais sobre este nível e a perspectiva da Nova Economia das Migrações provê as mais interessantes.

O pressuposto básico de Moraes *et al.* (2009) enquanto principal motivação para as pessoas se engajarem nesta mobilidade é questionável através das idéias dos autores fundamentais da referida perspectiva (por exemplo Stark e Bloom, 1985 e Katz e Stark, 1986). Para estes autores, diferenças em salários e na taxa de desemprego, aspectos determinantes das idéias neoclássicas, não explicam o engajamento em processos de mobilidade pois é possível que as pessoas migrem mesmo quando o ganho esperado no destino é inferior ao do lugar de origem. Outra idéia importante contradiz o pressuposto que a decisão de migrar é feita por indivíduos isolados, o que foi sintetizado a partir de outros autores por Massey *et al.* (1993, p. 436):

*(...) migration decisions are not made by isolated individual actors, but by larger units of related people – typically families or households, but sometimes communities, in which people act collectively not only to maximize expected income, but also to minimize risks and to loosen constraints associated with various kinds of market failures, apart from those in the labour market (...)*⁵⁷.

As falhas de mercado que podem motivar as pessoas a se engajar em processos de mobilidade estão relacionadas às más condições ou à ausência de seguros de colheita e de mercados futuros, de capitais e crédito, além de seguros desemprego e dos benefícios de aposentadoria. Nas regiões mais pobres o acesso aos referidos mercados e formas de seguros podem ser problemáticos, especialmente porque aqueles determinados pelo mercado são dirigidos

⁵⁷ (Tradução livre): a decisão de migrar não é feita de maneira isolada por atores individuais, mas por unidades maiores de pessoas inter-relacionadas – tipicamente famílias ou domicílios, mas algumas vezes comunidades, nas quais as pessoas agem coletivamente para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar riscos e reduzir restrições associadas com vários tipos de falhas de mercados, distintas daquelas do mercado de trabalho.

a cultivos e regiões mais capitalizadas, fato que pode ser relacionado à estagnação rural como uma causa da migração, idéia proposta por Singer (1973b).

Outro conceito importante nessa perspectiva é a idéia de privação relativa⁵⁸ (Stark e Taylor, 1989). Embora os autores estejam se referindo diretamente à importância desta idéia para a compreensão da migração internacional, tal proposição pode ser estendida ao tipo específico de mobilidade sob análise. Percepção de uma má condição em relação a outras pessoas em termos do acesso a formas de renda e diferentes bens, considerando apenas as pessoas de sua própria comunidade ou vilarejo, pode gerar a necessidade de se engajar em um trabalho temporário ou sazonal em outras regiões.

A estratégia para obter mais recursos em outros lugares é o objeto da análise de Katz e Stark (1986, p. 136): “*the decision-making entity is often the family, of which the individual is a member. Migration by a family member is then warranted when it facilitates reduction in total familial risk via diversification of earning sources*”⁵⁹. Falta de recursos é uma questão tratada mais por famílias do que por indivíduos, assim a estratégia para obter incrementos envolve a escolha de um indivíduo que possa conseguir mais e a criação de condições para reduzir os riscos relacionados a esta mobilidade. No caso dos cortadores de cana-de-açúcar este apoio pode ser a manutenção de alguns cultivos de subsistência na pequena propriedade familiar e a garantia da sua reprodução.

A mobilidade espacial para o trabalho rural na Índia é abordada por Haberfeld *et al.* (1999) a partir dos pressupostos da Nova Economia das Migrações. Demonstrando a relevância do foco nos domicílios como unidade decisória e da mobilidade enquanto estratégia para redução dos riscos envolvidos na pequena produção agrícola, este trabalho constitui relevante exemplo da adaptação de uma perspectiva teórica originalmente voltada à análise das migrações internacionais para a análise de processos de mobilidade interna. Novaes (2007) destaca questões semelhantes a respeito das motivações dos trabalhadores migrantes para o corte da cana, caracterizando-as enquanto estratégias para diversificação ou redução de riscos, além das decisões constituídas por grupos mais amplos do que apenas o indivíduo.

⁵⁸ *Relative deprivation* no original.

⁵⁹ (tradução livre): a unidade de tomada de decisão é geralmente a família, da qual o indivíduo é membro. Migração de um membro familiar é desta maneira garantida quando facilita a redução dos riscos aos quais a família se expõe através da diversificação de fontes de renda.

A relevância dessa perspectiva micro não está relacionada apenas às motivações e bases para tal mobilidade em si mesma, já que as perspectivas futuras desta e especialmente as dos migrantes também apresentam relevância. Uma situação continuada de baixa renda poderia ser enfrentada com o engajamento em outros fluxos ou através de uma “fixação” em algum lugar, ou até de um retorno “definitivo” aos lugares de origem, sobrevivendo através de atividades básicas de subsistência e/ou suporte de programas governamentais. As possibilidades de uma efetiva melhoria de sua situação podem requerer a obtenção de níveis educacionais mais significativos, que poderiam embasar a busca por melhores empregos em determinados destinos depois de decidir pelo estabelecimento “permanente” num determinado lugar.

Os outros dois tipos de desdobramentos em suas situações estão mais relacionados às ações governamentais em vários níveis administrativos. O retorno às áreas de origem sem o aumento da escolaridade pode ser “apoiado” por programas de transferência de renda ou pelo aumento das possibilidades de atingir mercados consumidores com seus produtos agrícolas, além de acessar mercados de capitais que pudessem embasar suas atividades rurais. A manutenção do movimento de busca de outras ocupações com baixa qualificação na construção civil ou em outras produções agrícolas depende do apoio governamental e do interesse de investidores nestas atividades, o que pode constituir uma demanda renovada por uma mão de obra móvel e barata.

A partir dos pressupostos da Nova Economia das Migrações são analisadas questões relativas: aos arranjos para o engajamento na mobilidade espacial; estratégias familiares e domiciliares nesse contexto; e, questões relativas aos desdobramentos das trajetórias dos trabalhadores migrantes.

3.1.3 A questão das redes migratórias

Os contatos entre os trabalhadores para a obtenção de trabalho e no suporte ao deslocamento e à instalação nos lugares de destino, além da demanda por mão de obra implicam na necessidade de incorporar outro conceito relevante de uma perspectiva diferente dos estudos migratórios: as redes. A primeira questão a respeito das redes migratórias é abordada por Massey (1986), quando o autor trata da organização social da migração de mexicanos para os Estados Unidos a partir das relações estabelecidas nas comunidades de origem.

A questão da demanda por trabalhadores se estrutura a partir do trabalho de Krissman (2005), no qual são desenvolvidas críticas relevantes à perspectiva das redes migratórias a partir do “modelo de Douglas Massey”, como o autor define, apontando a falta de considerações sobre

o lado da demanda por trabalhadores nos estudos sobre redes nas migrações de mexicanos para os EUA. Além do papel dos empregadores norte-americanos, Krissman (*op cit.*) enfatiza as redes externas à comunidade migrante baseada nas mesmas origens, o que revela que não apenas os contatos com norte-americanos, mas também a natureza das relações, que em muitas situações não é tão positiva, simétrica ou sem hierarquias como a maioria dos trabalhos baseados no modelo de Douglas Massey demonstram.

O interesse nesta perspectiva se baseia na abordagem das relações entre trabalhadores de mesma origem no contexto do mercado de trabalho do CAI canavieiro e nas conexões entre migrantes “oferecendo” seu trabalho em troca de baixa remuneração e os empregadores no setor sucroalcooleiro, que buscam uma fonte de trabalho barato. Há um complexo conjunto de relações entre diversos agentes, compondo a rede dos cortadores de cana e vinculando origens específicas a destinos específicos.

A importância do trabalho de Krissman (2005) está em sua ênfase na necessidade de entendimento da demanda por trabalhadores e das relações assimétricas que se articulam na mobilidade de pessoas para o trabalho no corte da cana-de-açúcar. Além dos migrantes e empregadores há uma variedade de agentes nesse processo, que inclui: contatos na comunidade de origem; empreiteiros; “gatos” – intermediários; ONGs que apóiam migrantes (especialmente as pastorais religiosas); inspetores das condições de trabalho, entre outros.

Análise bastante relevante das articulações por meio de relações assimétricas no contexto da mobilidade e do trabalho nas atividades agrícolas do CAI canavieiro é realizada por Silva (1999), que destaca as transformações nos papéis de “gatos”, empreiteiros e agenciadores na contratação de trabalhadores na região de Ribeirão Preto. Outros exemplos de trabalhos que destacam a relevância destas relações são aqueles de Alves (2007) que aponta o papel dos empregadores na busca por trabalhadores migrantes do Maranhão e o de Carneiro *et al.* (2007) que demonstra o papel dos contatos entre trabalhadores de mesma origem (Timbiras – MA) no sentido do deslocamento para o trabalho no corte da cana em São Paulo. A idéia de rede expressa neste último permite articulá-lo a questão das redes no sentido proposto por Massey (1986).

Apesar de não estar diretamente interessado em analisar todas as relações e o desenvolvimento desta rede, é relevante observar os agentes envolvidos no estabelecimento e dinâmica de tal movimento, especificamente aqueles relacionados à troca de informações e à busca, “obtenção” e contratação de trabalhadores, com o intuito de obter uma melhor

compreensão das características e padrões recentes da mobilidade dos cortadores de cana. Por último, as questões prospectivas relacionadas às trajetórias dos trabalhadores também são expressas através dos contatos entre os mesmos, já que a obtenção de outras ocupações muitas vezes está relacionada ao fato de ter trabalhadores da mesma origem em outros lugares ou também outras atividades.

A abordagem das questões relacionadas à articulação das perspectivas macro e micro demanda uma metodologia específica. Para compreender causas, arranjos, estratégias e trajetórias, é necessário interpretar as narrativas das pessoas envolvidas na mobilidade espacial para o trabalho do corte da cana. A maneira como as narrativas foram obtidas e as questões metodológicas relacionadas às possibilidades de interpretação dos processos é o que se registra a seguir.

3.2 Metodologia: pesquisa de campo

A conexão entre as dimensões macro e micro da mobilidade espacial dos cortadores de cana se expressa em suas trajetórias e experiências. Antecedentes da mobilidade em termos da realidade dos lugares de origem, os arranjos e estratégias envolvidas nos deslocamentos e os desdobramentos em função daquilo que se observa no presente compõem as expressões fundamentais desta conexão. Sua compreensão envolve a interpretação das narrativas sobre as experiências de mobilidade espacial.

No sentido proposto por Weiss (1995, p. 1): *“Interviewing gives us access to the observations of others. Through interviewing we can learn about places we have not been and could not go and about settings in which we have not lived (...)”*⁶⁰, é que foram efetuadas as entrevistas para captação das narrativas. Há muitos trabalhos que se utilizam das narrativas dos migrantes para a compreensão de diferentes tipos de mobilidade espacial. Durham (1973) as utiliza para a abordagem da migração rural-urbana, já Silva (1999), Novaes (2007) e Menezes e Saturnino (2007) são exemplos relevantes de trabalhos que as utilizam para a compreensão de aspectos da mobilidade de trabalhadores para o corte da cana em São Paulo.

As entrevistas realizadas foram do tipo semi-estruturado com questões que nortearam as narrativas dos trabalhadores migrantes a respeito das suas experiências. A partir das questões baseadas nos aportes teóricos anteriormente destacados foi estabelecido um roteiro para as

⁶⁰ (Tradução livre): Entrevistar nos dá acesso às observações de outros. Através das entrevistas podemos aprender sobre lugares onde não estivemos e não podemos ir e sobre contextos em que não vivemos.

entrevistas com os trabalhadores migrantes (anexo I) considerando os seguintes aspectos da mobilidade espacial: características da origem, arranjos para o engajamento no movimento, motivações, redes e contatos, além de intenções e perspectivas para o futuro.

A estruturação da reflexão sobre a mobilidade espacial dos cortadores envolveu a realização de outros dois tipos de entrevistas semi-estruturadas. O primeiro se refere a representantes de órgãos administrativos municipais e estaduais, sindicatos e pastorais, considerados como informantes-chave devido ao seu trabalho direto com questões relativas ao CAI canavieiro das regiões, aos respectivos mercados de trabalho, assim com os próprios trabalhadores migrantes. O roteiro (anexo II) inclui questões relativas à dinâmica expansiva recente do CAI canavieiro nas respectivas regiões, o mercado de trabalho relacionado, as articulações com a mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas e as tendências para o futuro.

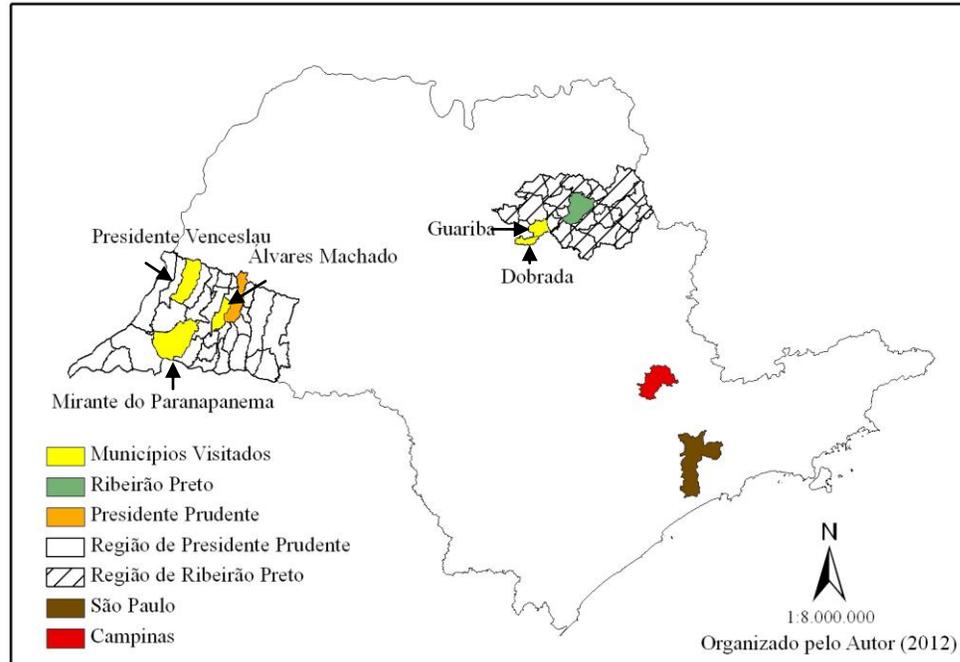
O outro tipo se refere aos trabalhadores do CAI canavieiro residentes na região de Ribeirão Preto, a partir daqui denominados “bóias-frias” a partir da definição utilizada por autores como Mello (1976), Saint (1980) e Silva (1999). A intenção ao entrevistá-los é ter uma referência comparativa com as experiências dos trabalhadores migrantes, especialmente porque os residentes na região são originários de regiões pobres do país, em muitos casos as mesmas dos migrantes mais recentes. Privilegiou-se a região de Ribeirão Preto em função do caráter mais antigo, estruturado e capitalizado do CAI canavieiro, considerando que isto se vincula a trabalhadores com uma trajetória concentrada em suas atividades. As questões do roteiro (anexo III) incluem: chegada e fixação no município de residência, características do lugar de origem (no caso de terem perfil migrante), ocupações na região, atividades na entressafra e desdobramentos de suas trajetórias, em termos de perspectivas.

As entrevistas na região de Ribeirão Preto foram realizadas nos meses de junho e julho de 2011, no município de Guariba, sede da Pastoral dos Migrantes e lugar histórico na luta dos canavieiros por melhores condições de trabalho e pagamento, especialmente em função das greves de 1984 e 1985 (Silva, 1999; Alves, 2007; Vitorassi, 2007). O contato com os trabalhadores migrantes foi propiciado por agentes da Pastoral e seis entrevistas foram realizadas nas casas dos mesmos, situadas em bairros periféricos da cidade.

Os informantes-chave entrevistados nessa região foram o padre coordenador e uma freira que trabalha na Pastoral dos Migrantes, o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba, além do único entrevistado em outro município, o presidente do Sindicato dos

Empregados Rurais de Dobrada, também vice-prefeito do município. Também foram entrevistados três “bóias-frias” contatados através do apoio do Sindicato de Guariba. A Figura 6 registra os municípios visitados durante o trabalho de campo em ambas as regiões.

Figura 6: Municípios visitados - Trabalho de Campo (Junho e Julho de 2011)



No mês de julho de 2011 foram realizadas as entrevistas na região de Presidente Prudente em vários municípios, porém concentradas em Presidente Venceslau, sede do sindicato de trabalhadores rurais mais atuante na região. Neste município foram entrevistados quatro trabalhadores migrantes com o apoio de membros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da UNESP/Presidente Prudente, e principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista. Os trabalhadores foram entrevistados em hotéis situados na região central da cidade⁶¹, nos quais os migrantes estavam residindo durante o período de safra na região. Três deles foram entrevistados logo ao chegar das fazendas ainda cobertos com a fuligem da cana queimada, enquanto o outro estava de licença por conta de um machucado no pé.

⁶¹ Segundo os sindicalistas locais, a hospedagem dos migrantes nos hotéis se deve às multas que a usina levou por conta das más condições de um barracão na periferia da cidade onde os trabalhadores foram hospedados em safras anteriores. Apesar das melhores condições, a hospedagem em hotéis implicou na redução do valor pago aos trabalhadores.

Enquanto informante-chave foi entrevistado em Presidente Venceslau o presidente do sindicato referido acima. Além dele foram entrevistados o Secretário de Agricultura do município de Mirante do Paranapanema, importante área de expansão da cana-de-açúcar na região, representantes do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) também nesse município e o padre conselheiro da Comissão Pastoral da Terra no estado de São Paulo (CPT) em Álvares Machado.

Os representantes do ITESP entrevistados foram o Analista de Desenvolvimento Agrário da sede do município Mirante do Paranapanema e o Diretor Adjunto de Políticas de Desenvolvimento do órgão, que estava no município no dia da realização das entrevistas. Apesar de não trabalharem diretamente com questões relacionadas ao CAI canavieiro regional, o interesse em contatá-los se deveu ao fato de Mirante do Paranapanema concentrar um grande número de assentamentos rurais, assim se buscou verificar as possíveis relações da expansão da cana e das ocupações em suas atividades com as áreas e os residentes destes locais.

As informações essenciais são aquelas das entrevistas dos trabalhadores migrantes. As outras informações são utilizadas de maneira articulada as primeiras com o intuito de ressaltar determinadas questões a respeito das características e dinâmicas recentes. No caso das entrevistas com os “bóias-frias”, o enfoque de sua utilização é a comparação de suas experiências com aquelas dos migrantes.

A partir das informações obtidas com os diferentes tipos de entrevistas são destacadas, a seguir, as quatro dimensões consideradas fundamentais para a compreensão da mobilidade espacial dos cortadores de cana no período recente: características da origem; motivações; arranjos familiares e domiciliares; e, redes e contatos. Para a análise destas dimensões utiliza-se material bibliográfico a respeito de dimensões teóricas das migrações, além de diversos trabalhos sobre a mobilidade espacial dos cortadores de cana e a migração rural-urbana. Também no sentido de destacar as dimensões da mobilidade dos cortadores de cana, são utilizadas informações de duas pesquisas do IBGE que tratam de questões vinculadas à produção agrícola: os Censos Agropecuários de 1995 e 2006; e, o registro da Produção Agrícola Municipal, fornecido anualmente pelas Prefeituras. Indicadores constituídos a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 também permitem avaliar dimensões relevantes.

Antes do registro das dimensões da mobilidade espacial aqui abordada, cabe destacar uma última questão metodológica. Obviamente as narrativas obtidas através das entrevistas não são

tomadas como estatisticamente representativas dos migrantes cortadores de cana em São Paulo. Porém Weiss (1995, p. 26 a 28) aponta questões importantes quanto à generalização a partir dos achados de amostras de conveniência⁶²:

1) Entrevistados destacam a generabilidade das experiências: pessoas de grupos sociais semelhantes, neste caso vinculado especialmente às origens, apontam que sua experiência não é única, mas semelhante à de conterrâneos, familiares e outros;

2) Similaridade de dinâmicas e restrições: grupos sociais com origens semelhantes têm dinâmicas e “sofrem” constrangimentos que determinam comportamentos semelhantes entre seus membros;

3) Profundidade: idéia de que há uma universalidade na estrutura e no funcionamento essencial das ações dos membros de grupos sociais específicos;

4) Teoria independente dos qualificadores: não há razão para apontar que as questões teóricas que estruturam as dimensões analisadas e sua interpretação permitem destacar exclusivamente as características dos entrevistados;

5) Corroboração a partir de outros estudos sobre a temática: várias outras análises sobre a mobilidade espacial dos cortadores de cana, também não amostrais, apontam características e tendências próximas às verificadas. Exemplo: Silva (1999), Alves (2007), Novaes (2007), Menezes e Saturnino (2007), entre outros.

3.3 Dimensões da mobilidade espacial dos cortadores de cana

3.3.1 Origens

As características das origens são fundamentais para a compreensão da mobilidade espacial. A partir de Singer (1973b) se destaca que as origens têm caráter essencial com relação às causas e determinantes estruturais que condicionam a ação ou o comportamento dos indivíduos. As condições das áreas de origem implicam em dificuldades para ampliar recursos domiciliares ou individuais ou até mesmo a própria sobrevivência. Migrar se coloca como uma resposta a estes problemas.

⁶² Esta não é uma citação textual do trecho referido do livro de Weiss (1995), mas uma síntese dos principais pontos desenvolvidos pelo autor entre as páginas 26 e 28, direcionada à análise do mobilidade espacial dos cortadores de cana.

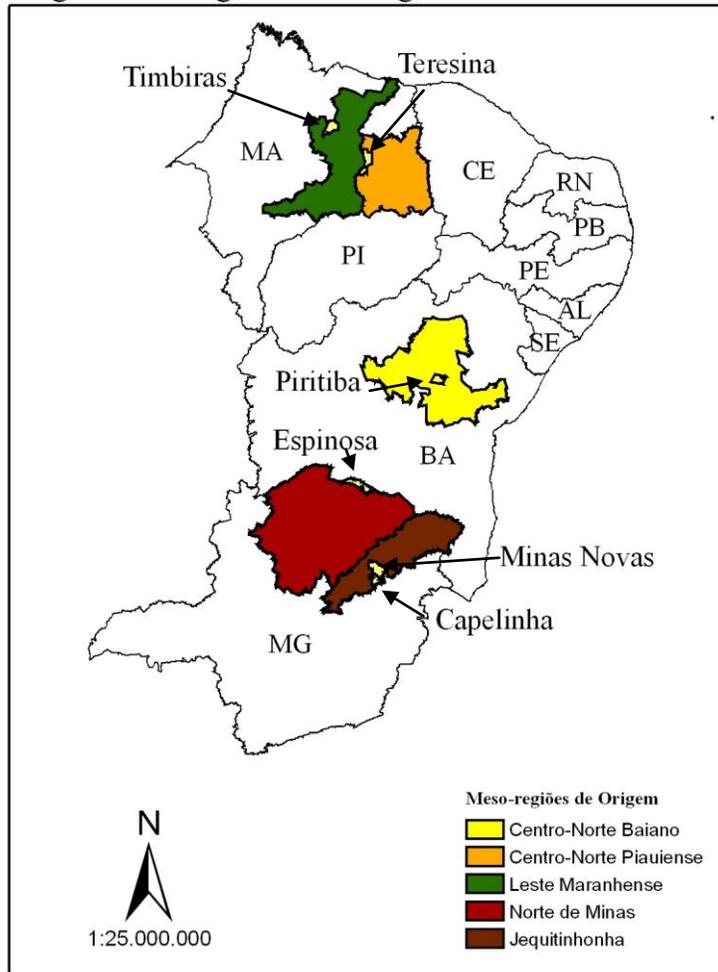
Para destacar as características das origens, cabe inicialmente localizá-las. Foram entrevistados dez trabalhadores migrantes, seis em Guariba e quatro em Presidente Venceslau. Os municípios de origem dos entrevistados em Guariba destacam: três originários de Timbiras – MA, dois de Piritiba – BA e um de Teresina – PI. Em Presidente Venceslau os quatro entrevistados são de Minas Gerais: dois de Capelinha, um de Minas Novas e outro de Espinosa.

A Figura 7 registra não apenas a localização dos municípios de origem, mas também suas respectivas meso-regiões. Estas foram registradas em função de se não serem os municípios que se caracterizam individualmente enquanto áreas de origem dos migrantes, mas as regiões onde estão localizados, já que as características determinantes da mobilidade tanto na origem, quanto no destino são regionais.

O caráter regional das origens está expresso em Singer (1973b), quando o autor define as desigualdades regionais como o motor das migrações. As condições de difícil ampliação de recursos, concentração da propriedade fundiária, inserção problemática a divisões do trabalho envolve conjuntos de municípios. Autores como Silva (1999 e 2004), Goza *et al.* (1997), Alves (2007), Novaes (2007), Carneiro *et al.* (2007) e Menezes e Saturnino (2007) destacam esse caráter regional das áreas de origem dos cortadores de cana em São Paulo.

Por outro lado, em relação aos destinos é possível verificar seu caráter regional através da territorialização do CAI canavieiro e de sua constituição histórica, questão abordadas no capítulo seguinte. Elias (1997), Alves (2002), Silva (2004 e 2007), entre outros, tratam do aspecto do complexo na região de Ribeirão Preto, enquanto Thomaz Jr. (2007 e 2009) e Oliveira (2009) o fazem para a região de Ribeirão Preto.

Figura 7: Origens dos Migrantes Entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo - Guariba e Presidente Venceslau - SP - Junho e Julho de 2011 - Organizada pelo autor

Para captar os significados das características das origens no contexto da mobilidade espacial dos trabalhadores que se dirigem às áreas produtoras de cana-de-açúcar no interior paulista, as falas dos migrantes permitem a reconstituição de diversas questões essenciais. Por este motivo é que são registradas a seguir:

No que as pessoas trabalham por lá (*na origem*)?⁶³

Lá eles trabalham na lutinha deles lá mesmo, lavrador, toca uma criaçãozinha, toca uma ou outra lutinha, troca umas coisas uns com os outros.

⁶³ As perguntas são registradas em estilo normal com referências ao que foi dito indiretamente em itálico. As respostas dos trabalhadores migrantes são destacadas em itálico.

(João, 25 anos, maranhense de Timbiras)

Por que você começou a vir (*cortar cana na região de Ribeirão Preto*)?

Porque pelo menos aqui dá ganhar uns trocadinhos meio a mais dá pra ganhar, porque lá pra onde a gente mora é bem difícil, dá pra passar, mas é um pouco bem difícil, na Bahia da gente lá é mais difícil das pessoas conseguir as coisas.

(...)

Como era a vida no teu lugar de origem?

Lá na Bahia era bem difícil, negócio de trabalho lá era bem pouco, era bem difícil lá, mas se acolá num arranja trabalho, dá pra arranjar aqui.

(Gustavo, 25 anos, baiano de Piritiba)

Onde você mora lá (*na origem*)?

Eu moro numa comunidade que pertence a Minas Novas, comunidade chamada Devotos, uma comunidade assim de umas 120 famílias mais ou menos, aí eu sou lá, só que o município pertence a Minas Novas, que fica a uns 40 quilômetros de onde nós mora.

(Juliano, 21 anos, mineiro de Minas Novas)

As três falas registradas destacam características essenciais das áreas de origem dos cortadores de cana. Verifica-se que os migrantes são oriundos de comunidades rurais: marcadas pela predominância de atividades agrícolas familiares em pequenas propriedades, baseada na subsistência e na troca de alguns produtos na vizinhança; com escassas ou mesmo nenhuma possibilidade de trabalho em outras atividades; e, situadas em lugares de difícil acesso, mesmo para as pequenas cidades das regiões. Essas dimensões ressaltam uma inserção complexa à divisão do trabalho em escala nacional, já que não há atividades econômicas com maior capitalização, o que dificulta o acesso a bens e serviços, além de não permitir novos e outros investimentos nas atividades agrícolas.

Um indicador importante para destacar a inserção problemática a divisões do trabalho em múltiplas escalas espaciais (regional, estadual e nacional), é o grau de urbanização (Tabela 32). No Censo Demográfico de 2010, o percentual de população urbana registrado para o país foi de 84,4%, para as regiões Nordeste e Sudeste: 73,1 e 93% respectivamente e para os estados de

origem dos migrantes acima destacados: Maranhão (63,1%), Bahia (72,1%) e Minas Gerais (85,3%)⁶⁴. A tabela abaixo registra informações sobre os municípios.

Tabela 32: Grau de urbanização e população total, municípios de origem, 2010

Municípios	Grau de urbanização - %	População Total
Capelinha – MG	71,1	34803
Espinosa – MG	57,9	31113
Minas Novas – MG	40,9	30794
Piritiba – BA	67,7	22399
Timbiras – MA	62,4	27997

Notas: Apesar de um dos migrantes ter destacado Teresina – PI, ele próprio fez esse destaque de uma maneira genérica, apontando sua residência no entorno à capital piauiense ainda que sem maiores especificações apesar da solicitação de maiores detalhes. Por isto, optou-se não considerar as características desse município nessa análise.

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 2010.

Verificam-se em todos os municípios baixos graus de urbanização, ainda que muito distintos entre si. O menor valor foi registrado para o município de Minas Novas (MG): 40,9% e o maior foi o de Capelinha (MG): 71,1%; mesmo o maior valor é inferior à média do seu estado e do país. Todos eles se caracterizam por serem inferiores às médias nacional, regionais e estaduais, o que indica limitações em termos de um desenvolvimento urbano que possibilitasse a ampliação do mercado de trabalho.

Nessas localidades com significativo percentual de população rural, variando de 28,9% em Capelinha (MG) a 59,1% em Minas Novas (MG), as características da estrutura fundiária registram dimensões relevantes quanto ao seu caráter de origem de dinâmicas de mobilidade espacial, o que pode ser verificado nos trabalhos de Durham (1973) e Singer (1973b) num sentido mais amplo e naqueles de Silva (1999), Alves (2007), Carneiro *et al.* (2007) e Menezes e Saturnino (2007) em relação aos trabalhadores do corte da cana em São Paulo.

As informações registradas na tabela 33 são relevantes para compreender características da estrutura fundiária dos municípios de origem. Em todos eles a maioria das propriedades tem menos de cinco hectares, porém a área ocupada por estas é bastante restrita. Verifica-se que as propriedades de mais de 500 hectares concentram grandes porções da área agrícola dos municípios, com grande destaque para o município de Minas Novas. A última dimensão relevante

⁶⁴ Ver tabela 202 – SIDRA – IBGE – www.sidra.ibge.gov.br – Acesso em 1 de dezembro de 2011.

dessas informações está no número de produtores sem área no município de Timbiras (MA), indicando pessoas que trabalham em atividades rurais sem possuir um estabelecimento agropecuário, característica destacada no trabalho de Carneiro *et al.* (2007).

Tabela 33: Distribuição relativa do número de estabelecimentos agropecuários e área correspondente em Hectares (Ha), municípios de origem, 2006

Área em Hectares	Capelinha (MG)		Espinosa (MG)		Minas Novas (MG)		Timbiras (MA)		Piritiba (BA)	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Até 5	33,53	2,1	45,5	3,21	57,3	4,8	59,4	3,4	39,0	1,72
5 a 10	19,07	3,1	14,1	3,4	16,1	4,7	0,5	0,2	13,5	2,6
10 a 50	32,86	17,5	28,3	22,7	18,1	15,5	3,4	4,0	29,3	17,0
50 a 100	5,64	9,5	6,1	14,7	1,8	4,6	3,2	10,7	6,7	11,5
100 a 500	6,01	28,7	4,2	28,5	0,8	6,6	3,8	37,3	6,8	37,0
500 a 1000	0,59	9,2	0,3	5,9	0,1	3,1	0,5	16,8	1,4	24,0
Mais de 1000	0,14	29,9	0,3	21,7	0,2	60,7	0,3	27,7	0,2	6,2
Produtor sem área	2,15	0,0	1,3	0,0	5,7	0,0	28,8	0,0	3,1	0,0
Totais	1.348	54.609	3.267	87.627	3.321	78.066	2.797	54.455	1.859	74.366

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário 2006

A compreensão dessas características em sua relação com as dinâmicas da mobilidade espacial de trabalhadores passa pela necessidade de incorporar os fatores de expulsão destacados por Singer (1973b). Os primeiros são os fatores de mudança, vinculados a penetração de relações capitalistas no campo, tendo como uma dos efeitos a concentração de terras. Os outros são os de estagnação, apontados pelo autor como área com importância dos minifúndios de baixa produtividade e focados na produção agrícola familiar, marcados por uma pressão demográfica, decorrente de uma fecundidade elevada à época (anos 1960 e 1970), em que a emigração aparecia como necessidade. Este fator é reinterpretado através da pouca articulação das áreas de origem a circuitos produtivos de maior rentabilidade, consequência de uma inserção problemática à divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas.

Abordar as áreas dos migrantes entrevistados a partir de apenas um dos fatores de expulsão é problemático em função do dinamismo dos processos que impelem a mobilidade espacial. As características dos três municípios mineiros (Capelinha, Espinosa e Minas Novas) se articulam às transformações ocorridas na região do Jequitinhonha muito bem analisadas por Silva (1999). As melhores áreas foram ocupadas nas décadas de 1960 e 1970 por áreas de

reflorestamento destinado ao fornecimento para as siderúrgicas do estado, implicando na expropriação e expulsão de muitos trabalhadores agrícolas, processo que se expressa nas origens dos três trabalhadores residentes na região de Ribeirão Preto entrevistados: todos são originários do Jequitinhonha, residindo em Guariba desde o início dos anos 1980.

As características do Jequitinhonha se articularam a processos de mudança há algumas décadas atrás, porém na atualidade se destacam fatores de estagnação. Isto porque se “cristalizou” uma situação de concentração da propriedade das melhores terras e de um grande número de pequenas propriedades de baixa produtividade, com produtos voltados à economia local e regional.

Piritiba (BA) se enquadra como uma área de estagnação já que se verifica uma importante concentração dos estabelecimentos nas classes de menor área e se destacam em termos da área colhida em 2010 produtos vinculados à produção familiar e/ou com pouca rentabilidade. Entre as lavouras temporárias se destacaram: feijão – 35,7%, mandioca, 26,8% e milho com 26,8% dos 2.800 hectares colhidos em 2010 de acordo com as informações da Produção Agrícola Municipal⁶⁵. Esta mesma fonte registra informações sobre as lavouras permanentes, nas quais o sisal registrou 62% e a banana 23,9% dos 335 hectares colhidos em 2010⁶⁶.

As características do município de Timbiras (MA) indicam uma mescla de situações em termos das causas, registradas anteriormente por Carneiro *et al.* (2007). Estes autores e a fala de João destacada acima apontam para fatores de estagnação. Porém, Carneiro *et al.* (*op. cit.*) também se referem a mudanças na propriedade das terras, com importante concentração, o que se articula ao grande número de produtores sem área, registrado na tabela 33. A expressividade desses últimos indica um grande número de trabalhadores agrícolas com dificuldades para obter trabalho no próprio município, questão que se destaca na fala abaixo:

Você começou a vir por quê? Como estava a situação lá em Timbiras?

A situação lá é meia ruim, assim porque para botar roça também, porque as vezes nós no Maranhão trabalha com arroz, milho, feijão, essas coisa assim, mandioca, mas aí a maioria é fazenda e aí o espaço ficou curto para quem trabalha de roça (...)

(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras).

⁶⁵ Disponível em www.sidra.ibge.gov.br – tabela 1612 – acesso em 1 de dezembro de 2011.

⁶⁶ Disponível em www.sidra.ibge.gov.br – tabela 1613 – acesso em 1 de dezembro de 2011

Esta fala expressa a dificuldade de conseguir trabalho na região em virtude da mudança na estrutura fundiária. A concentração das terras tem ampliado as dificuldades daqueles que não tem acesso direto às mesmas e vinham trabalhando como parceiros ou arrendatários. A expansão de cultivos de alto valor comercial também expressa fatores de mudança nas áreas de origem, ao implicar na concentração fundiária. Apesar de nenhum dos migrantes entrevistados ter se referido a questões como esta, o padre coordenador da Pastoral dos Migrantes destacou distinções entre os municípios maranhenses de origem da maioria dos trabalhadores migrantes que se destinam a Guariba.

Timbiras, Codó e Bacabal (MA) se assemelham quanto à predominância de uma agricultura de subsistência com baixa produtividade, Chapadinha (MA) é área de expansão da soja. De acordo com informações da Produção Agrícola Municipal⁶⁷, a área colhida de soja representava 0,7% da área ocupada com lavouras temporárias no município em 2003 passando a 14,7% em 2010. O valor da produção aumentou de 167 mil reais para 3.932.000 reais no mesmo período, o que significou o aumento em sua participação no total do valor das lavouras temporárias de 1,2% para 37,5%.

Uma característica essencial das origens é o fato de serem regiões caracterizadas pela emigração temporária de pessoas em busca de trabalho em outras regiões do país. As falas abaixo destacam tal questão:

Você conhece pessoas de Timbiras (MA) que migram para trabalhar em outros lugares?
(...) tem muitos amigos que trabalha fora, e aqui mesmo tem muitos amigos de Codó, de Coroatá, de Timbiras mesmo, tem muita gente aqui de Timbiras (...) às vezes tem pessoas que é difícil encontrar lá, a gente encontra no meio da rua aqui (...)
(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras)

O pessoal dessa comunidade onde você vive trabalha no que?

A maioria é no corte de cana.

Corte de cana aqui?

A maior parte é no estado de São Paulo e Mato Grosso, Paraná, Bahia, mas estado de São Paulo principalmente

⁶⁷ www.sidra.ibge.gov.br – tabela 1612 – acesso em 1 de dezembro de 2011.

(...)

A maior parte do pessoal lá (*na origem*) está migrando?

A maior parte, numa época dessa aqui se você chega lá precisando de dez homens para um serviço, de 20 a 30 anos, você não acha, pai de família, solteiro, tudo quanto é forma procura ganhar a vida fora (...)

(Gustavo, 21 anos, mineiro de Minas Novas)

Regiões tradicionais de mobilidade espacial para o trabalho no corte da cana em São Paulo como o Jequitinhonha abordado por Silva (1999) ou com um caráter mais recente como o Maranhão (Alves, 2007, Carneiro *et al.*, 2007) expressam o dinamismo temporal e espacial deste processo. Áreas que passam por transformações sociais, econômicas, culturais múltiplas ao longo do tempo constituem uma fonte fundamental de mão de obra barata para o CAI canavieiro e os determinantes das mudanças quanto à composição dos trabalhadores migrantes predominantes em cada lugar de destino são destacados por Silva (2004):

(..) A explicação que pode ser dada para a mudança da cartografia migratória⁶⁸ reside no fato de que houve uma enorme intensificação do ritmo do trabalho, traduzida em termos da média de cana cortada, em torno de dez toneladas diárias. Esse fato está diretamente relacionado à capacidade física, portanto à idade, na medida em que, acima dos 30 anos de idade, os trabalhadores encontram mais dificuldades de serem empregados. Dessa sorte, a vinda desses outros migrantes cumpre a função de repor, por meio do fornecimento de maior força de trabalho, o consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior (p. 31).

A demanda por uma mão de obra altamente produtiva implica na necessidade de sempre incorporar novos trabalhadores e uma fonte importante está em novas origens de migrantes. Nas regiões incorporadas a essa mobilidade espacial se encontra mão de obra excedente em função de determinantes estruturais, que se expressam através da limitação dos mercados de trabalho rural e urbano, da concentração fundiária ou pela expansão de culturas agrícolas de caráter comercial que empregam poucas pessoas.

⁶⁸ A autora se refere ao aparecimento de novos estados como origens dos migrantes cortadores de cana em São Paulo. Anteriormente predominavam Minas Gerais, Bahia e Paraná, que mantiveram sua importância, porém outros também passaram a se destacar a partir dos anos 1990: Maranhão, Alagoas, Ceará, Piauí.

Os pressupostos de uma teoria migratória baseada na teoria do Sistema-Mundo, estruturados por Massey *et al.* (1993), são fundamentais para a compreensão das características ressaltadas: penetração de relações capitalistas que alteram formas prévias de relações sociais e econômicas; mudanças na estrutura agrária nos lugares de origem que contribuem para a criação de uma força de trabalho móvel; a articulação de um território a partir das relações entre regiões com diferentes inserções a divisões do trabalho, implicando em que os mesmos processos que criam migrantes em regiões periféricas (caso do interior nordestino e da região do Jequitinhonha) simultaneamente os atraem para as regiões mais desenvolvidas (São Paulo), que concentra boa parte das atividades econômicas mais capitalizadas do país, inclusive as agrícolas.

Os determinantes estruturais da mobilidade espacial de cortadores de cana são fundamentados nas características das regiões de origem. Estas, destacadas nas falas dos trabalhadores, expressam os pressupostos teóricos acima registrados, revelando as múltiplas articulações entre distintos processos mediante as transformações dinâmicas da divisão espacial do trabalho.

O processo de expansão espacial das relações capitalistas, tanto econômicas quanto sociais, se expressa através da sua contínua penetração em novas regiões. Áreas incorporadas nas relações produtivas ou que se inserem apenas constituindo mercado para produtos das regiões mais desenvolvidas, nas quais é gerada uma mão de obra excedente. A demanda por esses trabalhadores em atividades que demandam a constante renovação da força de trabalho em busca de mais produtividade, gera o dinamismo da cartografia migratória dos cortadores de cana, em que sempre são incorporadas novas áreas periféricas ao capitalismo nacional como fontes de mão de obra.

A partir das características das origens que estruturam a mobilidade espacial, cabe compreender como os indivíduos e as famílias atuam frente às dificuldades inerentes a vida nessas regiões. Compreendendo a mobilidade para o corte da cana em São Paulo como uma das possíveis estratégias, cabe verificar como as motivações para o deslocamento se articulam às causas na constituição das trajetórias.

3.3.2 Motivações

As motivações para o engajamento na mobilidade espacial aparecem como respostas aos constrangimentos impostos pelas causas estruturais presentes nas origens (baseado em Singer, 1973b). Como se verificou anteriormente, as causas nas origens são diversificadas apesar das suas conseqüências tornarem as regiões afetadas semelhantes. As motivações também são variadas, não se limitando apenas à falta de oportunidades de trabalho como apontam Moraes *et al.* (2009), baseados em premissas neoclássicas, principalmente no trabalho de Harris e Todaro (1970).

O que interessa no contexto da análise das motivações dos cortadores de cana é o destaque à amplitude dos motivos, que incluem as falhas de mercados distintos daquele de trabalho. Esta questão é sintetizada na análise de Massey *et al.* (1993) enquanto dificuldade para o desenvolvimento da produção agrícola em função dos escassos recursos financeiros e técnicos, além do pouco acesso a mercados mais amplos. Outro ponto fundamental é a mobilidade espacial enquanto uma estratégia para a ampliação de recursos familiares ou domiciliares, constituindo uma forma de redução dos riscos de atividades pouco produtivas através do estabelecimento de outras fontes de recursos (Katz e Stark, 1986).

As narrativas dos trabalhadores migrantes apontaram três questões fundamentais enquanto motivações para o engajamento no fluxo migratório destinado ao trabalho no corte da cana em São Paulo: dificuldades para conseguir trabalho nas áreas de origem, apoio às atividades agrícolas desenvolvidas também nestas regiões e estratégia para determinados objetivos específicos. Em todas é possível estabelecer conexões com as idéias dos autores da Nova Economia das Migrações.

A fala de Gustavo registrada anteriormente⁶⁹, no contexto da análise sobre as características das origens, indica a falta de oportunidades de empregos como motivação para a mobilidade espacial. Porém, a partir das narrativas de outros trabalhadores é possível destacar dimensões e detalhes da dificuldade de conseguir trabalho ou ainda ocupações mais rendosas.

(Respondendo a respeito das condições de trabalho em Timbiras – MA)

(...) Serviço de pedreiro nós também trabalhava lá, eu trabalhava como servente, mas pra isso como o prefeito não é muito bom, as construções lá ele traz pessoas de fora.

⁶⁹ Ver página 138.

Fica desempregado quem é da cidade...

É, aí muitos vão trabalhar com pão, vendendo pra ganhar pouquinho, 20 reais por dia e outros vai pra roça nos interior como eu ainda fui ainda (...)

(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras)

Por que você começou a vir (*cortar cana na região de Ribeirão Preto*)?

Lá na Bahia tem trabalho mas é mais devagar, a diária lá é 18 conto, 20, mais devagar, aqui tem dia que tem dia que faz uma diária de 40 conto, 30, até 50 conto (...)

(Adaílton, 33 anos, baiano de Piritiba)

Por que você começou a vir (*cortar cana na região de Presidente Prudente*)?

Pra inteirar mais um pouco, lá tem trabalho, mas paga pouco.

No que você trabalhava lá (*na origem*)?

Trabalhava na terra do meu pai, depois trabalhei dois anos puxando aluno...

Com o que?

Transporte de aluno, mas pagava muito pouco, aí eu comecei a vir.

(Devanir, 32 anos, mineiro de Capelinha)

As três falas registradas acima ressaltam dimensões das motivações interpretáveis a partir das proposições dos autores da Nova Economia das Migrações. A mobilidade não se relaciona apenas ao desemprego na origem, já que há empregos como destacado nas falas de Luís, Adaílton e Devanir, porém com salários baixos ou dificuldades de outras naturezas, como a falta de apoio do poder público. Os baixos ganhos se vinculam à baixa rentabilidade das atividades agrícolas registradas nas falas de Adaílton e Devanir, resultado da inserção problemática ao mercado em múltiplas escalas espaciais, caracterizada pela dificuldade de acesso a melhorias técnicas, a crédito e outros, questão apontada por Stark e Bloom (1985). A ausência de atividades urbanas mais desenvolvidas implica na pouca disponibilidade de trabalho, assim como nos baixos rendimentos dessas atividades quando existentes e acessíveis, questões destacadas respectivamente nas falas de Luís e Devanir.

Durham (1973) analisando as narrativas dos trabalhadores rurais que emigraram para a capital paulista na década de 1960 aponta que: “(...) a imigração não decorre, em geral, de uma

situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. (p. 113)”. A mobilidade espacial para o trabalho no corte aparece na fala dos trabalhadores também como resposta a condições normais de existência, podendo assim ser articulada às idéias de Katz e Stark (1986), que destacam a migração como uma estratégia para a redução dos riscos associados a atividades produtivas de baixa rentabilidade, caso da produção agrícola nas áreas de origem dos migrantes.

Entre os dez trabalhadores migrantes entrevistados, cinco afirmaram possuir terras ou que suas famílias as possuíam. Tal fato corrobora o que VanWey (2003) registra com relação à migração originada na província de Nang Rong na Tailândia, em que a propriedade de terras aparece como determinante da mobilidade espacial com caráter temporário, em que esta aparece como uma estratégia de diversificação de fontes de renda. Vincula-se a estas considerações o que Novaes (2007, p. 111) registra: “O trabalho no eito da cana pode representar um complemento viabilizador da pequena produção agrícola ou uma estratégia para viabilizar outras ocupações rurais ou urbanas”. As falas registradas abaixo destacam estas questões:

Por que você começou a vir (*cortar cana na região de Presidente Prudente*)?

Vim ganhar dinheiro né...

Como é a situação de trabalho lá (*na origem*)?

Não tem muito não e quando tem paga pouco.

(...)

Onde você vive lá (*na origem*)?

No sítio.

Com quem?

Com meu pai e minha mãe.

Você ajuda eles com o que ganha cortando cana?

A gente tem sempre que ajudar os pais né...

(Jânio, 25 anos, mineiro de Espinosa)

O que você pretende fazer quando não tiver mais trabalho no corte (manual) da cana?

Quero abrir um comércio lá em Timbiras, tô buscando juntar dinheiro pra isso.

(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras)

Por que você começou a vir pra (cortar cana na região de Presidente Prudente)?
Eu vim mesmo no interesse de tirar carta, só nessa intenção
(João Paulo, 21 anos, mineiro de Capelinha)

Essas três últimas falas revelam outros aspectos da diversidade das motivações para a mobilidade espacial abordada. Jânio tem uma motivação genérica referente à ampliação de recursos e ao apoio às atividades rurais desenvolvidas na origem, constituindo expressão de estratégias familiares, questão que será melhor abordada a seguir. Esta motivação está relacionada à primeira parte do que aponta Novaes (2007). As falas de Luís e João Paulo expressam a segunda parte, ou seja, o trabalho no corte da cana como estratégia para a viabilização de outras atividades ou ocupações. João Paulo foi bastante enfático quanto à sua motivação: tirar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), sua intenção está voltada à obtenção de trabalho em outras atividades, para as quais ter a CNH ajudaria muito.

As motivações correspondem à ação individual frente aos constrangimentos impostos pelas causas da mobilidade espacial. Originários de regiões caracterizadas pela falta de ocupações rendosas, dificuldade de acesso a terra, predomínio de uma agricultura com baixa produtividade, mercado de trabalho urbano incipiente, para esses migrantes, em geral com baixa qualificação, o trabalho no corte da cana representa uma resposta às suas demandas. Isto porque constitui possibilidade de aumento da renda baseada no esforço físico, o que valoriza tal atividade, já que quanto mais se corta mais se ganha. Para os empresários representam uma “fonte” bastante ampla de mão de obra, qualificada em função desta valorização do trabalho físico e que pode ser acessada sempre que necessário, como é o momento atual de expansão das atividades do CAI canavieiro. O engajamento nesta mobilidade não envolve apenas dimensões individuais, a consolidação deste projeto requer arranjos mais amplos, especialmente familiares e domiciliares, cabe então destacá-los.

3.3.3 Arranjos familiares e domiciliares

Os teóricos da denominada Nova Economia das Migrações criticaram a abordagem neoclássica tradicional não apenas em termos das motivações, que autores como Harris e Todaro (1970) relacionavam apenas ao desemprego nas áreas de origem. Autores como Stark e Bloom

(1985) e Katz e Stark (1986) apontam que a mobilidade espacial tem nas estratégias familiares e domiciliares aspecto fundamental, em termos da decisão, dos arranjos e do suporte ao deslocamento. As estratégias de redução dos riscos relacionados à mobilidade constituem o aspecto essencial do papel das famílias, o que é ressaltado no trabalho de Katz e Stark (*op cit.*).

Os trabalhadores migrantes entrevistados destacaram os arranjos e estratégias familiares como elementos fundamentais em sua mobilidade espacial, tanto como membro do núcleo familiar dos pais, quanto constituindo seu próprio núcleo, vinculado a esposa e filhos. Dentre os entrevistados havia casos tanto de migração familiar, especialmente os entrevistados em Guariba, quanto individual, destacado entre os que foram entrevistados em Presidente Venceslau. Entre os primeiros, após a constituição de um novo domicílio, o deslocamento para o trabalho em São Paulo aparece como estratégia do mesmo, já que envolveu a mudança da esposa e dos filhos ou da maior parte deles. Nos casos de migração individual, os trabalhadores se vinculam ao núcleo anterior, mais amplo, constituído com pais e irmãos. O único que constitui um novo núcleo com esposa e filhos, mas não migrou junto com eles foi José. As diferentes dimensões das estratégias vinculadas aos domicílios e famílias se expressam nas falas a seguir:

Por que você começou a vir para cá (*cortar cana na região de Ribeirão Preto*)

(...) eu vim pra cá e aí eu tenho minha mãe e minha família lá e eu não sei cara, guardar um dinheiro numa conta e ver a família precisando, a criança precisa do material escolar, precisa da alimentação. Minha mãe não tem emprego, meu pai também não tem emprego, foi aí que eu decidi vir, pra que eu vou ficar fazendo despesa lá?

Você tem filhos?

Não, eu ajudo eles lá (...) Porque no caso lá tem duas crianças⁷⁰ que estudam, já me sinto ruim de não ter estudo, me sinto mal e aí eu quero ajudar eles a ter um estudo (...) Quando eles conseguirem o estudo que eles tão atrás, pode ser que eles arranjam um serviço assim, um chega a comprar uma fazenda, já bota eu pra tocar um serviço pra eles...

(João, 25 anos, maranhense de Timbiras)

Eles (*seus familiares*) trabalham na agricultura (*na origem*)?

⁷⁰ Irmãos mais novos.

A mãe tá em casa só, meu pai e o meu irmão tão aqui em Nova Andradina onde eu tava trabalhando ano passado.

Em Mato Grosso do Sul?

Mato Grosso do Sul, Nova Andradina, numa usina chamada Santa Helena⁷¹.

(Juliano, 21 anos, mineiro de Minas Novas)

Como você começou a vir pra cá? Quem te indicou?

Tenho uma irmã que mora aqui, aí minha sogra veio pra cá também, que ela tem a irmã que veio mais o esposo dela, que trabalha já há cinco anos aí, também corte de cana, aí ela veio visitar eles aqui⁷², eles viram lá como tava a situação lá em Timbiras e falaram com minha irmã que falou que se for preciso eu pago até a passagem dele pra ele vim, aí que foi isso mesmo que ela pagou minha passagem, aí eu vim e aí minha sogra pagou a da filha dela (...) aí nós viemos juntos, com as criancadas, três crianças, ficou agora um lá com minha sogra, tá estudando.

(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras)

As três falas registradas destacam a importância das estratégias familiares no contexto dessa mobilidade espacial e a diversidade de situações. Distinguem-se pelo fato de que enquanto a migração de João e Juliano envolve deslocamentos de um ou mais membros do domicílio, mantendo a referência daquele núcleo familiar na origem, a mobilidade de Luís envolveu o deslocamento do núcleo domiciliar constituído com sua esposa e filhos.

A família de João mantém uma pequena produção agrícola com a participação dos seus pais e irmãos menores durante todo o ano e a mobilidade espacial do mesmo envolve a diversificação de fontes de renda baseada em um só indivíduo. Todo mês João envia uma parte dos seus ganhos a seus familiares.

A estratégia da família de Juliano expressa a utilização a migração para ampliar recursos de maneira mais ampla. Apenas a mãe reside no lugar de origem, mantendo a pequena propriedade agrícola na qual Juliano, seu pai e o irmão, também cortadores de cana, trabalham durante a entressafra. Os recursos obtidos por meio desta estratégia mais ampla são destinados

⁷¹ O pai e o irmão também são cortadores de cana.

⁷² A sogra de Luís veio visitar a irmã dela e o esposo

não apenas a complementar e viabilizar a pequena produção agrícola, mas também à aquisição de bens de preço maior, como carros e motos citados por Juliano.

No domicílio de Luís apenas ele trabalha, porém por haver constituído um núcleo familiar com esposa e filhos, a estratégia domiciliar é distinta daquelas de João e Juliano. Ele e a esposa decidiram que toda a família migraria para São Paulo, para ficar junto dele e para que ela pudesse ter um melhor acompanhamento médico, já que estava grávida (junho de 2011). Constitui-se em torno ao trabalho de Luís toda a vida familiar, já que ele se encarrega de obter recursos para abrir loja em Timbiras, município de origem no Maranhão. Para além desta intenção, há outro indicativo do foco no retorno à origem: o filho mais velho ficou em Timbiras para estudar, morando com a avó.

As distintas estratégias familiares registradas permitem destacar sua importância no contexto da mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana. Sob diferentes formas e com objetivos e intenções variadas, sua principal qualidade está vinculada à redução dos riscos envolvidos no deslocamento dessas pessoas. Definitivamente essa mobilidade não é individual no sentido da decisão e efetivação, mesmo quando apenas um dos membros dirige-se às regiões produtoras.

3.3.4 O papel das redes

Os contatos entre trabalhadores de mesma origem e com organizadores de turmas que trabalham diretamente para as usinas constituem dimensão fundamental nas narrativas. Tanto a trajetória passada e presente, quanto às tendências para o futuro permitem ressaltar a sua importância. Todos os entrevistados ressaltaram a importância dos contatos no contexto da mobilidade espacial para o trabalho no corte da cana em São Paulo e para abordar seus significados abaixo são registrados alguns exemplos:

Como você chegou até aqui (*em Guariba*)?

Eu vim com um outro colega, que veio de lá pra cá, aí primeiro o cunhado dele veio, aí trabalhou aqui, onde os irmãos dele já estava, daí trouxe ele e ele me trouxe.

(Gustavo, 25 anos, baiano de Piritiba)

Como você começou a vir trabalhar aqui?

Lá do nosso lugar já vem de muito tempo, de geração que o povo sai pra trabalhar e um parente falou comigo pra eu ir com eles lá pra Guararapes aqui no estado de São Paulo em 2009, aí eu peguei e vim, precisava pra trabalhar, aí em 2010 fui trabalhar lá em Nova Andradina e esse ano vim pra cá.

(...)

Quem te contratou pra trabalhar aqui?

O cara faz o contato lá comigo e num dia vai o encarregado daqui da usina lá, já ficha nós lá.

Faz a ficha lá?

É, nós já sai de lá fichado, sabe onde vai trabalhar.

(...)

Você conhece pessoas do teu lugar que trabalham fora também?

Conheço vixe... principalmente os parentes da gente trabalham fora também, tio, primo, várias pessoas, tem pessoal do lugar da gente, que não vem com a gente, mas vai pra outros lugares, uns que vai pro estado do Paraná, aqui no estado de São Paulo deve ter umas quatrocentas pessoas lá da nossa região que a gente conhece (...)

(Juliano, 21 anos, mineiro de Minas Novas)

Como você foi contratado para este trabalho? Como você chegou a ele?

Esse trabalho na Santa Rita? Rapaz, esse trabalho na Santa Rita, eu tava em Goiás no corte de cana, aí lá qual o problema... não me dei bem lá era alojamento, a comida era... eu não combinei com a comida, pra mim não tava bem, aí não dava pra morar, o alojamento era lá pra dentro, no meio do mato, 4 km do alojamento pra cidade (...) aí de lá eu liguei pra cá, pro rapaz pra quem eu trabalhei a primeira vez e aí ele disse: 'rapaz tô fechando uma turminha aqui pra Santa Rita e eu não tenho vaga, mas tem uns colega que tem vaga, se quiser vim pra cá capaz de você arrumar', aí eu vim pra cá e me arrumei (...)

(João, 25 anos, maranhense de Timbiras)

Como você veio trabalhar aqui? Quem te indicou?

Foi um encarregado de uma outra cidade lá de Minas, o encarregado trouxe eu e eu comecei a vir. Primeiro ele indicou, depois eu comecei a vir sozinho.

Você sempre veio sozinho?

Nada, é sempre junto com um encarregado que vem

(...)

Como você foi contratado?

A usina foi lá buscar nós, mandou um ônibus

Fez os exames lá?

Fez os exames médicos tudo direitinho.

(Jânio, 26 anos, mineiro de Espinosa)

Como você começou a vir trabalhar aqui?

Os amigos meus me chamaram, eles chamaram eu pra sair com eles, falaram que aqui era melhor, que dava pra ganhar um dinheiro aqui

(...)

Da tua região, lá de Capelinha, tem muita gente que trabalha em outros lugares?

Tem, muito...

Trabalhando com o quê?

Tem muita gente que trabalha na construção civil em São Paulo mesmo, eu mesmo trabalhei com construção civil em São Paulo uns dois anos

(Devanir, 32 anos, mineiro de Capelinha)

Você conhece gente lá tua região que migra pra outros lugares, pra trabalhar em outras coisas?

Tem muita gente, tem um irmão meu que tá lá em Rondônia trabalhando de servente na construção civil, ele trabalhou em cana aqui também, num to lembrado em qual usina ele trabalhou, ele morou uns dois anos aqui trabalhando em Dumont, aí foi esse ano passado que ele saiu, foi em dezembro (...), quando deu em janeiro ele viajou lá pra Rondônia, tá

trabalhando lá (...) e mesmo amigo meu, que fomo nascido tudo numa mesma região, conhecido e crescido junto, já tem família também, tá trabalhando mais ele lá (...)

(Luís, 34 anos, maranhense de Timbiras)

Diversas dimensões expressam o caráter fundamental das redes no contexto da mobilidade espacial dos cortadores de cana. Nas falas acima estão registrados três níveis dessas dimensões: a primeira se refere ao suporte à obtenção de trabalho, ao deslocamento espacial em si e ao estabelecimento no lugar de destino; a segunda envolve a questão das relações assimétricas, marcadas pelas figuras do encarregado e do fiscal; e a última ressalta possíveis perspectivas de ocupações em outras atividades ou lugares.

Massey (1986) refere-se aos contatos entre pessoas de uma mesma origem como parte da organização social da migração. Os diferentes tipos de suporte são essenciais nesse contexto, questão também destacada por Truzzi (2008). Em relação à mobilidade espacial dos cortadores de cana os trabalhos de autores como Carneiro *et al.* (2007) e Menezes e Saturnino (2007) ressaltam aspectos dessa organização.

O apoio à obtenção do trabalho se destaca principalmente nas falas de Juliano, Devanir e Gustavo, baseando-se nos contatos por meio de parentes e amigos. O fato das áreas de origem serem marcadas pela mobilidade espacial também é expressa em termos de sua importância no estabelecimento das redes. O suporte ao deslocamento e ao estabelecimento no lugar de destino por familiares e amigos é registrado nas falas de Juliano e Luís (na sessão anterior⁷³). Também se verificou a facilidade para mudar de trabalho e inclusive de região produtora através dos contatos como destacado por João.

As falas de João e Jânio estabelecem a “ponte” com a segunda dimensão das redes: as relações assimétricas. Tanto um, quanto o outro apontaram encarregados da formação de turmas⁷⁴ como os contatos para a obtenção do trabalho, e no caso do primeiro, seu caráter essencial no deslocamento dos trabalhadores para as regiões de destino, questão que também aparece no trabalho de Menezes e Saturnino (2007).

A assimetria de poder nas redes de migrantes é abordada por Krissman (2005) em uma relevante crítica à perspectiva das redes migratórias no sentido proposto por Massey (1986).

⁷³ Página 150.

⁷⁴ Grupo de trabalhadores que em conjunto realiza as atividades determinadas pela usina. São organizados por encarregados que contatam os trabalhadores e tem o trabalho controlado pelos fiscais, mais diretamente vinculados à usina. Em muitas situações os dois papéis são realizados pela mesma pessoa. Sobre o assunto ver Silva (1999) e Menezes e Saturnino (2007).

Krissman destaca que este autor concentra muito seu enfoque nas redes de relações entre iguais (pessoas de mesma origem – amigos e/ou parentes), como se não houvesse assimetrias de poder no estabelecimento das mesmas. A fala de Jânio revela essa dimensão ao destacar a importância do encarregado da usina na sua contratação e no seu deslocamento. Mesmo sendo da mesma origem dos trabalhadores, o encarregado exerce poder ao escolher os que serão contratados e ao estimular ou apoiar sua demissão em algumas situações.

Os encarregados ou os antigos “gatos” realizam a intermediação entre os interesses da usina e aqueles dos trabalhadores, constituindo assim parte fundamental da exploração destes últimos (Silva, 1999). Por um lado, constituem as turmas requeridas pelas usinas, por outro são procurados pelos trabalhadores que buscam emprego nessas atividades, constituindo assim seu poder, já que muitas vezes é deles que os trabalhadores dependem para continuar trabalhando em safras posteriores.

Cabe um adendo à distinção que se constituiu entre o encarregado, também conhecido como turmeiro, e o “gato”. O primeiro tem suas atividades expostas nas falas dos migrantes e no trabalho de Menezes e Saturnino (2007), o segundo é profundamente analisado por Silva (1999), que aborda o seu surgimento, assim como a constituição da categoria dos encarregados. Este, realiza o agenciamento dos trabalhadores, cuja contratação se realiza na origem como pode se verificar nas falas de Jânio e Juliano. Conforme destacou o coordenador da Pastoral dos Migrantes, as usinas têm feito os exames médicos e a contratação nas origens visando garantir que os trabalhadores estejam em boas condições físicas, evitando mortes nos canaviais como as que ocorreram em meados da década de 2000 (Silva, 2007), além de responder às pressões do Ministério Público pela formalização dos trabalhadores.

O “gato” atua ou atuava na contratação de trabalhadores de maneira informal, contatando os mesmos e os organizando para trabalhar para as usinas nas áreas produtoras. Segundo o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba, esta figura deixou de atuar na região, graças à atuação do Ministério Público e do próprio sindicato. O coordenador da Pastoral dos Migrantes corroborou tal informação, mas destacou que os “gatos” permanecem atuando de maneira distinta, agenciando trabalhadores migrantes que chegam à Guariba sem contrato acertado para o trabalho em outras áreas produtoras. Também de acordo com o referido coordenador, muitos antigos “gatos” se tornaram encarregados.

Alves (2007) aponta o deslocamento de trabalhadores originários do Maranhão e do Piauí como uma estratégia dos empresários do CAI canavieiro para obtenção de uma mão de obra barata e desarticulada politicamente, visando à reposição de trabalhadores de outras origens. A relevância dos empresários nesse contexto se articula ao que Krissman (2005) aborda com relação aos migrantes mexicanos no sul dos Estados Unidos: ainda que os trabalhadores organizem o deslocamento e a obtenção de trabalho em suas relações com encarregados, fiscais e agenciadores, não se pode deixar de vincular esta mobilidade às estratégias de reprodução dos complexos agroindustriais, determinadas pelos empresários. Assim, se destaca que a rede envolvida no deslocamento de trabalhadores proveniente de áreas pobres do país para o trabalho no corte da cana em São Paulo se estende da necessidade de trabalho pelos migrantes até a demanda pelos empresários, sendo mediada pelos contatos com agentes intermediários, que executam a efetivação da articulação entre os extremos.

A última dimensão importante relativa à questão das redes aparece principalmente nas falas de Juliano, Devanir e Luís. Além de possibilitar o destaque a relevância da mobilidade espacial entre as pessoas de suas áreas de origem, suas narrativas se relacionam às trajetórias e possíveis desdobramentos das mesmas. O trabalho em outras regiões e atividades, especialmente na construção civil, faz parte das experiências assim como das possíveis estratégias para o futuro. Ter familiares e conterrâneos cortando cana em outras áreas ou trabalhando em outras atividades pode constituir solução quando não for possível continuar trabalhando nos lugares atuais.

O significado desta questão se vincula à extinção de postos de trabalho agrícolas no CAI canavieiro paulista em decorrência da mecanização das atividades de corte (Silva, 2004 e Ramos, 2007). Muitas vezes expressa nas próprias trajetórias individuais, o trabalho migrante em outras regiões produtoras e mesmo em outras atividades reflete as transformações na “cartografia migratória” apontada por Silva (2004), que tem nas redes seu elemento dinâmico no tempo e no espaço, ao concretizar o acesso aos trabalhadores pelo lado dos empresários, e aos postos de trabalho pelos migrantes. Não é à toa que predominam origens específicas em destinos específicos: maranhenses em Guariba; baianos em Sertãozinho; paraibanos em Pradópolis; mineiros em Presidente Venceslau⁷⁵.

As redes estabelecem a conexão entre as dimensões macro e micro da mobilidade espacial (Massey *et al.*, 1993), ao constituir parte fundamental de sua organização a partir do atendimento

⁷⁵ Além do que foi verificado no trabalho de campo, a respeito dos municípios de Guariba e Presidente Venceslau, o padre coordenador da Pastoral dos Migrantes destacou as origens predominantes em Sertãozinho e Pradópolis.

às demandas geradas a partir das motivações individuais, ao mesmo tempo em que respondem à necessidade de trabalhadores decorrente da expansão de determinadas atividades econômicas. A rede constituída em torno à migração para o trabalho no corte da cana exemplifica essa mediação, articulando empresas, “gatos” – empreiteiros de mão de obra, encarregados de turmas e trabalhadores, além de agentes externos que atuam diretamente nas relações estabelecidas entre as partes, como os representantes do Ministério Público, da Fiscalização do Trabalho, dos Sindicatos, do trabalho pastoral da Igreja Católica, entre outros.

3.4 Os significados recentes da mobilidade espacial dos cortadores de cana

As dimensões estabelecidas acima permitem definir um quadro da mobilidade espacial dos cortadores de cana. As causas estruturais remontam às origens, marcadas por processos de transformação social, econômica ou cultural ou caracterizadas por uma estagnação econômica, ainda que padrões culturais e de consumo já tenham sido alterados. São as dinâmicas da divisão territorial do trabalho relacionadas ao contínuo movimento expansivo do capital (Brandão, 2007), que incorporam o que há de rentável ou apenas expandem as fronteiras dos mercados consumidores, que alteram ou reiteram características regionais, definindo neste movimento áreas fontes de mão de obra barata.

Estratégia de ampliação ou diversificação dos recursos, meio para fins específicos, transição para outras ocupações, a mobilidade dos cortadores de cana está relacionada a arranjos familiares, tanto em função do deslocamento de apenas de um ou mais membros, quanto do núcleo como um todo, de acordo com o verificado nas entrevistas. Ainda enquanto movimento de jovens interessados em se desvincular do núcleo constituídos pelos pais, como abordado por Menezes e Saturnino (2007) e Novaes (2009), também se vincula às características dos arranjos familiares.

A obtenção de trabalho e os múltiplos suportes necessários ao deslocamento e ao estabelecimento nas regiões produtoras têm nas redes migratórias sua efetivação. Amigos e familiares, fundamentalmente pessoas de mesma origem, compõem o básico destas redes, mas além desses há que se ressaltar os envolvidos nesse contexto que estabelecem relações assimétricas com os trabalhadores. Enquadram-se os empresários, definidores dessa recorrente estratégia de obtenção de mão de obra, e seus mediadores nas relações com os trabalhadores: encarregados, fiscais, agenciadores e “gatos”.

Os elementos definidores do quadro compõem uma totalidade em movimento, não sendo possível com o dinamismo conexo que a realidade expressa em diversos níveis separá-los sem o risco de obscurecer questões determinantes. Considera-se que esta mobilidade só pode ser entendida em sua complexidade a partir da articulação entre os níveis macro e micro. A partir desse quadro, cabe questionar quais são os significados recentes dessa mobilidade em diversos níveis: modalidade de movimento espacial; trajetórias individuais e dos grupos sociais envolvidos; desdobramentos; e repercussões em termos da necessidade de ações programáticas em diversos níveis, mas fundamentalmente enquanto contribuição para o debate a respeito da mobilidade espacial em suas diversas expressões.

Em primeiro lugar, cabe definir seu caráter essencial de mobilidade espacial, não podendo ser entendido como migração, sendo esta uma das expressões da mobilidade. Não é migração como destacado por Goza *et al.* (1997), Alves (2007), Menezes e Saturnino (2007) e Moraes *et al.* (2009), pois não envolve apenas uma origem e um destino na trajetória dos grupos sociais envolvidos, assim como não se enquadra na definição proposta por Billsborrow (1998, p.3): *For a movement to be considered a migration, it must be across a political or administrative boundary, and involve a change of 'usual residence'*⁷⁶. A mobilidade dos cortadores de cana ocorre através das fronteiras entre os estados brasileiros, porém não envolve a mudança do lugar de residência.

A definição de circularidade proposta por Zelinsky (1971), anteriormente registrada⁷⁷, permite um melhor enquadramento, principalmente por destacar que mesmo com o deslocamento não há uma intenção declarada de mudança duradoura do lugar de residência. Assim, define-se a mobilidade espacial dos cortadores de cana enquanto uma forma de circularidade, voltada especificamente ao trabalho em uma atividade econômica.

A circularidade em termos das trajetórias individuais pode até envolver uma origem e um destino específico, mas considerando a migração como um processo social (Singer, 1973b), se faz necessário considerar os grupos sociais envolvidos (definidos a partir das origens), que têm múltiplos destinos como destacado nas falas dos trabalhadores. O que efetivamente varia é a “cartografia migratória” no sentido proposto por Silva (2004): origens específicas se destinando a distintas áreas produtoras caracterizando-se pelo dinamismo ao longo do tempo. A dimensão

⁷⁶ (tradução livre): Para um movimento ser considerado migração, precisa ser através de fronteiras políticas ou administrativas e envolver uma mudança de residência habitual.

⁷⁷ Ver página 119.

temporal é destacada por Alves (2007), que registra as mudanças dos estados de origem predominantes entre os trabalhadores migrantes do CAI canavieiro paulista a partir da década de 1960, até a década de 2000.

A partir da especificação da mobilidade espacial enquanto uma forma de circularidade, é relevante desconstruir outras concepções sobre a mesma a partir das suas características intrínsecas e das narrativas dos trabalhadores: a sazonalidade, o caráter temporário e a restritiva definição enquanto bóias-frias ou volantes. A cultura da cana-de-açúcar apresenta um caráter sazonal em função do seu ciclo de crescimento, em geral o período de corte, para o qual é contratada a maioria dos trabalhadores migrantes, se estende de março/abril a novembro/dezembro, variando regionalmente e de acordo com a possibilidade dos empresários e produtores investirem em variedades que permitem um período de safra mais extenso (Silva, 1999; Szmrecsányi *et al.*, 2008).

Autores como Goza *et al.* (1997), Menezes e Saturnino (2007) exemplificam o uso do caráter sazonal da cultura agrícola para a definição da mobilidade espacial, porém as estratégias temporais dos trabalhadores são bastante variadas. Os trabalhadores entrevistados demonstram esta diversidade, pois enquanto Juliano, Devanir, João Paulo e José destacaram uma vinculação de suas idas e vindas com o período de safra, João e Jânio regressariam às origens após trabalharem duas safras em áreas produtoras do Centro-Sul. Luís, Gustavo e Adailton afirmaram a intenção de trabalhar algumas safras no estado de São Paulo antes de retornarem às regiões de origem e Antônio destacou seu interesse em se estabelecer na região de Ribeirão Preto. O coordenador da Pastoral dos Migrantes apontou que muitos trabalhadores ao final da safra da cana-de-açúcar se deslocam para o trabalho na colheita de outros produtos agrícolas no próprio Sudeste, mas também nas regiões Sul e no Nordeste do país, retornando às origens apenas para as festas de fim de ano.

As estratégias de mobilidade espacial dos trabalhadores migrantes também permitem questionar seu caráter temporário, presente em autores como Martins (1988), Moraes *et al.* (2007) e Szmrecsányi *et al.* (2008), já que ao contrário os deslocamentos parecem ser a constante nas experiências e trajetórias. Temporário é o trabalho específico em uma determinada unidade produtora. Caracteriza um tipo de “permanência”, expressa nas idas e vindas entre origens e destinos, na circulação entre áreas produtoras, entre atividades econômicas e mesmo unidades produtoras situadas nas mesmas regiões (Silva, 1999). Também nesse sentido, se destaca a

relevância de pensar a mobilidade dos cortadores de cana enquanto uma modalidade circular. Antes de avançar na exploração das possibilidades de pensá-la desta maneira, é relevante apontar uma última questão: as distinções quanto aos bóias-frias.

Mello (1976) e Saint (1980) apontam dimensões semelhantes ao definirem os bóias-frias, também conhecidos como volantes, também analisados conceitualmente por Vicente (1999): trabalho rural, residência em periferias urbanas, deslocamento cotidiano aos locais de trabalho por meio de veículos das empresas ou de intermediários, que também os contatam ou até mesmo contratam. São estas as dimensões que permitem a utilização desse conceito em relação às características do trabalho no CAI canavieiro no período atual.

Os trabalhadores migrantes se caracterizam como bóias-frias enquanto trabalham no corte da cana, não podendo ser permanentemente caracterizados como no caso dos trabalhadores residentes nas regiões produtoras. Silva (1999) realiza esta distinção entre os residentes nestas regiões – “do lugar” e os migrantes – “de fora”, analisando as interações entre estas categorias e outras divisões existentes entre os trabalhadores agrícolas da região de Ribeirão Preto. Sua abordagem permite caracterizar os residentes nas regiões como os efetivos bóias-frias, cuja distinção se amplia em função de suas trajetórias e intenções.

Faz-se relevante destacar dimensões das trajetórias e intenções dos cortadores de cana residentes nas regiões em virtude de as diferenças verificadas possibilitarem captar aspectos essenciais da mobilidade espacial dos cortadores de cana. Não se registram falas, apenas são sintetizadas as características de suas trajetórias consideradas relevantes.

1) Celestina tem 51 anos, nasceu em um vilarejo próximo a Monte Formoso, município do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Vive desde 1986 em Guariba, para onde migrou por influência da irmã e do cunhado (também cortador de cana), que haviam migrado anos antes. Começou trabalhando como babá e depois de se casar em 1989 passou a trabalhar como cortadora de cana Usina São Carlos do grupo Louis Dreyfus, ocupação que mantém atualmente. Regressou algumas vezes à região de origem para visitar parentes. Tem a intenção de permanecer trabalhando como cortadora até obter a aposentadoria;

2) João tem 52 anos, nasceu em Turmalina, também no Vale do Jequitinhonha. Migrou para Guariba em 1976, seguindo os passos dos irmãos, que vieram anteriormente também

para o trabalho no corte da cana. Desde que chegou trabalha em atividade ligadas ao CAI canavieiro, foi cortador de cana entre 1976 e 2007, quando em função de problemas na coluna, comuns entre os trabalhadores do setor (Silva, 2004), pediu aposentadoria por invalidez. Porém, a solicitação foi negada pelo INSS e João teve que permanecer trabalho, mas em outra atividade: desde então trabalha no almoxarifado da Usina Bonfim (grupo Raízen – *joint-venture* dos grupos COSAN e SHELL) distribuindo Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os cortadores. Viaja a região de origem apenas para visitar parentes e tem a intenção de permanecer na atual ocupação até obter a aposentadoria. Atualmente é diretor do Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba;

3) Vicente tem 35 anos, é natural de Água do Boa, região do Vale do Jequitinhonha, vive desde os 4 anos de idade em Guariba ou seja, desde de o ano de 1980. Migrou com os pais e irmãos para a região, nunca regressou à região de origem. Não é em todas as safras que trabalha como cortador de cana, sempre que consegue trabalha em outras atividades. No ano de 2010 trabalhou viajando com uma empresa de montagem industrial, quando o serviço terminou já em 2011, passou a trabalhar como cortador de cana. Tem a intenção de deixar de trabalhar como cortador, mas sempre recorre a esta atividade quando não consegue.

São verificadas importantes semelhanças entre as trajetórias dos cortadores de cana residente na região de Ribeirão Preto e os migrantes entrevistados. A região de origem dos três é o Vale do Jequitinhonha, marcada por seu papel fundamental na cartografia migratória dos cortadores de cana (Silva, 1999 e 2004; Alves, 2007). Além disto, estratégias familiares de migração e as redes de contatos tiveram caráter essencial em seus deslocamentos. No caso destes trabalhadores, pode-se considerar sua mobilidade enquanto migração, já que houve um movimento através de fronteiras e de fato ocorreu uma mudança no lugar de residência habitual, quando partimos da definição de Billsborrow (1998)⁷⁸.

A mudança no lugar de residência habitual é o aspecto mais relevante para a definição das distinções entre os residentes em Guariba e os migrantes do período atual. Estes, não o realizaram e apontam como lugar de residência as origens, lugares com os quais mantêm laços profundos e

⁷⁸ Ver página 158.

para os quais tem a intenção de regressar, que se efetiva ao final da safra ou após um período mais longo nos lugares de destino, questões destacadas nas narrativas dos trabalhadores migrantes.

O retorno efetivado ou apenas intencionado às regiões de origem é fundamental para distinguir os trabalhadores migrantes daqueles residentes nas áreas de produção, ainda que estes últimos tenham sido migrantes anteriormente. Enquanto os residentes podem ser efetivamente definidos como bóias-frias, os migrantes recentes o são enquanto trabalham nas regiões produtoras de cana-de-açúcar. Porém, sua mobilidade espacial é mais ampla, sendo tal período parte de um processo maior de circulação para o trabalho.

A circularidade espacial desses trabalhadores tem na origem seu elemento fundamental. Ainda que nestas regiões passem menos tempo do que naquelas onde trabalham, a referência em termos do lugar de residência e a intenção de retorno ou de criação de possibilidades de não necessitar mais migrar em busca de trabalho, as definem como o lugar a partir do qual os trabalhadores circulam. Esta circulação envolve não apenas áreas produtoras de cana-de-açúcar, mas também lugares específicos onde trabalham em atividades que exijam baixa qualificação, como as ocupações auxiliares na construção civil, questão destacada nas falas dos trabalhadores migrantes tanto com relação a si mesmos, como falando de familiares ou outras pessoas de mesma origem.

A necessidade de compreender as migrações como um processo social apontada por Singer (1973b), torna relevante destacar que essa circularidade se expressa para os grupos sociais envolvidos, nem sempre nas trajetórias específicas dos indivíduos. A variedade de destinos dos trabalhadores originários no Vale do Jequitinhonha, cuja importância no contexto do mercado de trabalho do CAI canavieiro foi destacada por Silva (1999) e Alves (2007) e cuja presença se destaca em novas áreas produtoras e em outras atividades econômicas, como apontaram as falas dos migrantes assim como a do presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, ressalta o caráter circulatório de sua mobilidade.

As falas dos originários do Maranhão (município de Timbiras), quanto aos contrerâneos trabalhando na cana em outras regiões, assim como na construção civil no Norte e no litoral nordestino também destacam essa circularidade. O padre coordenador da Pastoral dos Migrantes fez referências à circulação entre áreas produtoras, assim como ao fato de que muitos trabalhadores da construção civil em cidades médias do interior paulista, mas também em

grandes obras ao redor do país, são ex-cortadores de cana. Para o padre, que tem longo trabalho de acompanhamento das condições de vida dos migrantes cortadores de cana tanto nas áreas de origem, quanto nas de destino, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal constitui uma “trégua” em relação à extinção de postos de trabalho no CAI canavieiro em função da mecanização.

A interpretação da circularidade dos trabalhadores migrantes a partir de suas origens envolve a necessidade de abordar suas dimensões temporais e espaciais. A temporalidade é constituída de múltiplos usos do tempo com relação ao retorno para a origem como já destacado anteriormente. Há situações de um retorno após duas ou mais safras nas áreas produtoras, há intenções de ficar por mais de uma safra nestas regiões e o retorno sempre ao final do período de safra, talvez o único que possa ser definido como sazonal. Nesta diversidade de situações, a circularidade dos cortadores de cana registra um caráter unificador: o retorno, expressando-o diretamente como constitutivo da mobilidade espacial à maneira de Sayad (2000).

A partir do essencial retorno à origem, ainda que muitas vezes apenas intencionado, é possível destacar as dimensões espaciais da circularidade dos cortadores de cana. Tarrus (2000) traz um conceito muito relevante para a compreensão desta mobilidade espacial: os territórios circulatorios. Para o autor, território é:

“(...) una construcción consubstancial de la llegada a forma y luego a visibilidad social de un grupo, de una comunidad o de cualquier otra colectividad cuyos miembros pueden emplear un “nosotros” que los identifique. Es condición y expresión de un vínculo social” (Tarrus, op cit., p. 54)⁷⁹.

A partir desta definição, o autor expressa a idéia de que: *“la noción de territorio circulatorio constata la socialización de espacios según lógicas de movilidad”⁸⁰* (p. 55/56). A figura 8 traz os territórios circulatorios relacionados a mobilidade espacial dos cortadores de cana.

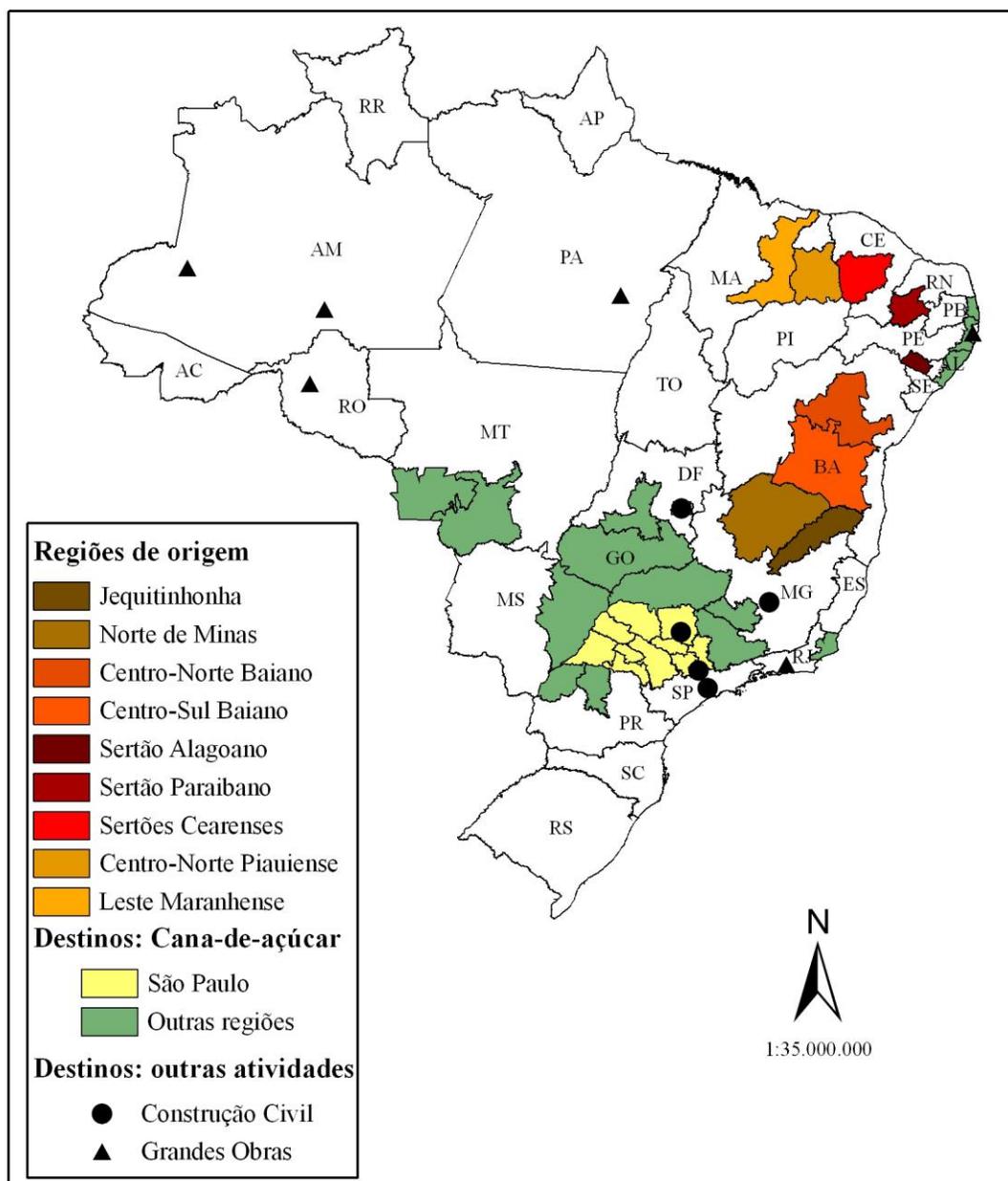
⁷⁹ (tradução livre): uma construção consubstancial da constituição e em seguida da visibilidade social de um grupo, de uma comunidade ou de qualquer outra coletividade cujos membros possam empregar um “nós” que os identifique. É condição e expressão de um vínculo social.

⁸⁰ (tradução livre): A noção de território circulatorio constata a socialização de espaços segundo lógicas de mobilidade.

A concepção de Tarrius (2000) permite ressaltar a espacialidade característica da circularidade dos trabalhadores migrantes do corte da cana, que constitui territórios circulatorios a partir dos grupos sociais definidos com base nas origens. A socialização que conforma territórios, que para outros grupos sociais em geral é baseada em lógicas de estabilização ou assentamento em determinados lugares, entre esses migrantes se constitui a partir do contínuo movimento.

Para as regiões de origem sempre se retorna ou sempre se busca estruturar maneiras de retornar. Nelas é que são encontradas as causas que motivam a utilização da mobilidade enquanto estratégia para ampliação ou diversificação de recursos. A efetivação de estratégias familiares e a utilização de redes de contatos também são estabelecidas a partir das origens. Estas, guardam uma dinâmica relacionada às transformações da cartografia migratória (Silva, 2004), que se vincula às transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais ocorridas ao longo do tempo, implicando na variação das origens predominantes desde a década de 1950 até o período recente como registrado por Alves (2007).

Figura 8: Territórios Circulatórios dos cortadores de cana



Fonte: Trabalho de campo (Junho e Julho de 2011); UNICA - www.unica.com.br; Alves (2007), Silva, (1999 e 2004); DNIT/UFPR (2011). Organizada pelo autor.

Os destinos se dividem entre áreas produtoras de cana e lugares onde são desenvolvidas outras atividades econômicas que demandam mão de obra com baixa qualificação e afeita ao trabalho físico, como a construção civil em diversas cidades ou em grandes obras, como

hidrelétricas, complexos petroquímicos, portos, entre outros⁸¹. Esta mão de obra constituída a partir de processos na origem, é demandada nas áreas de destino, tornando-a uma força de trabalho móvel, que conta com o engajamento de novos trabalhadores e é requerida em múltiplas atividades.

Para o trabalho em atividades agrícolas do CAI canavieiro se verifica que a partir de áreas de mobilidade tradicional como o Jequitinhonha se estendem redes que, dada a dinâmica do mercado de trabalho do complexo e das características da demanda por trabalhadores, atingem as áreas produtoras com investimentos mais recentes. As áreas de origem mais recente se vinculam às regiões com maior capitalização, já que nessas há uma recorrente necessidade de aumento da produtividade, o que implica na necessidade de reposição constante de trabalhadores que muitas vezes tem que ser buscados em novas regiões de origem. Ainda que não constituam uma amostra dos trabalhadores migrantes nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, suas origens demonstram as distinções acima referidas: a primeira, principal área produtora no país, onde há uma reiteração de investimentos, registrou uma diversidade maior do que na outra, região de expansão recente do CAI canavieiro, para onde se destinam trabalhadores provenientes de áreas mais tradicionais, como o Jequitinhonha.

As outras atividades econômicas são registradas em função de constituírem parte fundamental dos territórios circulatórios dos cortadores de cana. As trajetórias tanto dos ex-cortadores, quanto daqueles que trabalham em algumas safras de cana-de-açúcar, depois migram para trabalhar na construção civil e regressam ao CAI canavieiro, possibilitam destacar a sua importância nas atividades da construção civil.

A noção de território circulatório expressa o caráter fundamental das novas espacialidades nessa modalidade de deslocamento. Autores como Baeninger (1999; 2005 e 2008) e Cunha e Baeninger (2007) apontam a relevância do destaque a essa dimensão no contexto dos estudos da mobilidade interna no Brasil. A espacialidade que se efetiva confere especificidade a esse movimento, que assim não pode ser entendido como migração em si ou confundido com outros tipos de deslocamento que vem se desenvolvendo ou reiterando no momento histórico atual.

⁸¹ As cidades registradas no mapa dos territórios circulatórios: Ribeirão Preto, Campinas, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília foram destacadas nas entrevistas realizadas em campo, assim como as grandes obras destacadas: Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em Itaboraí-RJ, Porto de Suape – PE, Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio em Rondônia, além da constituição de portos e vias de circulação fluvial na região Amazônica (Amazonas e Pará).

A constituição de uma força de trabalho móvel, que constitui territórios circulatórios, permite a incorporação das dimensões políticas do paradigma para a compreensão das migrações internas proposto por Brito (2009), ainda que sob outra perspectiva. A mobilidade desses trabalhadores se apresenta como compulsória dadas as condições de vida na origem (Alves, 2007), mas não existem as restrições ao deslocamento, na realidade estas são colocadas em torno a uma efetiva integração à vida social nas regiões de destino. Preconceito, estigmatização, segregação social e espacial (Silva, 1999) se colocam como dimensões fundamentais da mobilidade dessas pessoas.

A circulação a partir das origens em direção a diferentes destinos onde há investimentos em atividades com grande de mão de obra barata reflete as articulações entre circulação do capital e circulação do trabalho (Gaudemar, 1977). Nestas conexões não é possível ressaltar uma efetiva causalidade, pois com base em Massey *et al.* (1993) se destaca que os mesmos processos que geram migrantes nas áreas periféricas em uma divisão inter-regional do trabalho, os atraem para as áreas que comandam essa divisão ou para onde os capitais são investidos em determinadas atividades vinculadas aos centros polarizadores. No caso da cana-de-açúcar, especialmente no estado de São Paulo, sua área mais desenvolvida, os reiterados e novos investimentos implicaram na necessidade de mais trabalhadores migrantes, que foram “buscados” nas regiões periféricas do país, conectando assim movimentos do capital e do trabalho.

A dinâmica circular dos cortadores de cana tem um caráter de novidade no que diz respeito à expansão dos seus espaços (Baeninger, 1999). Porém, num sentido geral é um processo que expressa há longo tempo, já que muitos autores a vem registrando direta ou indiretamente desde os anos 1970 (Mello, 1976; Martins, 1988; Goza *et al.*, 1988; Silva, 1999; entre outros), numa temporalidade expressa através das predominâncias de cada região de origem, apontada por Alves (2007).

Os processos causais dessa circularidade de trabalhadores são encontrados nas origens, ainda que a demanda por essa mão de obra esteja bastante distribuída espacialmente. Provavelmente sem a necessidade de se mobilizar para o trabalho em outras regiões em função das dificuldades inerentes à vida nas origens, não se constituiria uma força de trabalho móvel e barata, disposta a se engajar para a obtenção de trabalho onde seja possível.

Reforma agrária, constituição e implantação de políticas de apoio e crédito à agricultura familiar, que sejam acessíveis aos trabalhadores aparecem como elementos fundamentais da

melhoria das condições nas origens conforme autores como Carneiro *et al.* (2007), Alves (2009) e Oliveira (2009). A grande questão é que como aponta Singer (1973b), a desigualdade regional é o motor das migrações e esta é historicamente constituída, tendo caráter fundamental na estruturação da sociedade brasileira da articulação do território nacional (Singer, *op cit.*; Faria, 1991; Brandão, 2007).

Compreender como se articulam escalas espaciais no sentido da expansão do CAI canavieiro e da conseqüentemente mobilização de trabalhadores das regiões periféricas, que compulsoriamente se engajam nessa circularidade em direção às regiões produtoras constitui a tarefa seguinte. Em torno aos movimentos e às transformações da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas é que são abordadas as decisões, ações, dinâmicas e evidentemente suas conexões. Regiões de produção (destacando aquelas de Ribeirão Preto e Presidente Prudente), regiões de origem dos trabalhadores migrantes, os territórios circulatórios que estes constituem, o apelo internacional dos biocombustíveis, a importância do açúcar no mercado internacional, as ações governamentais em diversas escalas e as expressões da ação dos empresários do CAI canavieiro revelam o caráter complexo desse conjunto de relações a ser analisado.

CAPÍTULO 4: A ARTICULAÇÃO DAS DINÂMICAS REGIONAIS A PROCESSOS MULTI-ESCALARES: SITUANDO A MOBILIDADE ESPACIAL RECENTE DOS CANAVIEIROS

O complexo agroindustrial (CAI) canavieiro é característica fundamental da realidade das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente nesta primeira década do século XXI. Constituindo-se historicamente de maneiras distintas, já que a primeira é a mais importante área produtora do país (Elias, 1997; Silva, 1999 e 2004) e a segunda vem se constituindo como uma das áreas de expansão mais importantes (Thomaz Jr., 2007), seu desenvolvimento se vincula profundamente às dinâmicas sociais, econômicas e políticas regionais.

Destacou-se no primeiro capítulo que as dinâmicas regionais têm registrado cada vez mais amplas conexões com processos multi-escalares, que têm nos movimentos da divisão espacial do trabalho seu elemento fundamental (Massey, 1984; Santos, 1996; Brandão, 2007). Movimentos transformadores, expressos em valorizações, revalorizações e desvalorizações de determinadas atividades em determinados lugares, concretizam as inserções regionais a divisões do trabalho mais amplas espacialmente.

O mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista e logicamente aqueles das regiões consideradas, tem a mobilidade espacial de trabalhadores como um de seus elementos fundamentais. Dessa forma, constituem parte dos “territórios circulatórios” (Tarrius, 2000) dessa força de trabalho que se mobiliza em função da inserção problemática das origens, destinando-se às áreas que recebem reiterados ou novos investimentos nesse contínuo processo de (re) territorialização do capital (Gaudemar, 1976; Harvey, 1990a; Brandão, 2007; Oliveira, 2009).

Conectando regiões historicamente tão diferenciadas em termos de suas inserções às divisões do trabalho, este estudo avança no sentido de indicar que a mobilidade espacial dos trabalhadores do CAI canavieiro se enquadra como um movimento que articula territórios a partir dessas inserções. Porém, esta conexão apenas materializa o nível mais visível das articulações. Situar a mobilidade espacial recente dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro nessa constelação de relações e processos, requer ampliar o escopo de seus determinantes e condicionamentos, destacando escalas e os agentes que as concretizam. Esta ampliação possibilita aprofundar a compreensão tanto da mobilidade espacial específica envolvida, quanto das dinâmicas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Articulá-las a processos que se

desdobram de maneira a integrar escalas, revela seus significados mais amplos, que não se produzem em si mesmos, tampouco são isolados em um mundo caracterizado por territórios fragmentados e isolados.

Os objetivos deste capítulo envolvem compreender os processos multi-escalares materializados em seus agentes concretos que, expressos através da mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas, caracterizam as dinâmicas sócio-espaciais recentes das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. São buscadas convergências, diferenças e tendências entre estas duas expressões regionais das relações entre dinâmicas econômicas e mobilidade espacial.

A concretização desses objetivos envolve uma síntese das metodologias dos capítulos, ou seja, não há novidades em termos de como se realiza a análise. Assim, as características estruturadas a partir dos dados secundários utilizados no segundo capítulo, são combinadas ao material das entrevistas que norteiam o terceiro capítulo e, a partir da literatura que concretiza o primeiro capítulo e permeia os outros dois, se constitui a articulação dos processos regionais a um mundo em movimento fundado nas divisões do trabalho em múltiplas escalas (Massey, 1984; Brandão, 2007).

O capítulo está organizado a partir das escalas espaciais e dos agentes que nelas operam, em termos das ações que articulam as dinâmicas regionais do CAI canavieiro e, principalmente, relacionadas à mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas. Os sentidos da ordem global compõem os primeiros registros, seguidos pelos significados do que se processa em escala nacional. Em sequência, é que se efetiva a abordagem das dinâmicas regionais de Ribeirão Preto e Presidente Prudente de maneira comparada, nas quais também estão incluídos os elementos de ordem local. São ressaltadas as dimensões que se desdobram percorrendo todo o espectro escalar considerado, que assim constituem definições e redefinições dos espaços regionais considerados. Faz-se necessário considerar nesses desdobramentos os sentidos das hierarquizações que se processam, especialmente em função das dimensões decisórias, que assim limitam qualquer possibilidade de entender o regional pelo regional e o local pelo local.

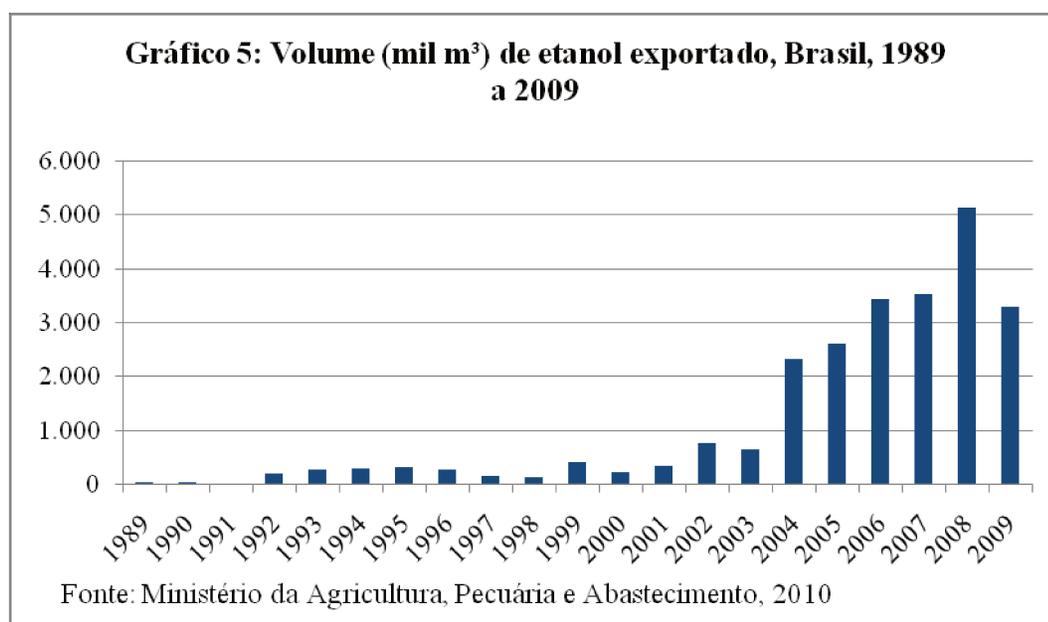
4.1 Dimensões e significados dos processos globais no CAI canavieiro

A expansão recente do CAI canavieiro em nível nacional tem na escala global dimensões fundamentais. Estas são constituídas pelo interesse internacional em seus produtos mais destacados, o açúcar e o álcool (Carvalho e Oliveira, 2006; Jank e Rodrigues, 2007; Goes *et al.*, 2008; Milanez *et al.*, 2008; Szmrecsányi *et al.*, 2008). Seus efeitos de desdobram nos

investimentos de grupos internacionais no complexo (BNDES/CGEE, 2008; OS GRINGOS, 2010; DESNACIONALIZAÇÃO, 2011), através de fusões com grupos nacionais, aquisição dos mesmos ou investimentos diretos na implantação de novas unidades produtivas.

Szmrecsányi *et al.* (2008) destacam a demanda pelo etanol em nível internacional como fundamental na atual expansão do CAI canavieiro, especialmente em termos das possibilidades futuras em função das “(...) potencialidades de o etanol se tornar um produto viável no mercado internacional, principalmente favorecido por suas condições de emissão de gases menos impactantes sobre o efeito estufa, quando relacionado ao uso de combustíveis fósseis” (p. 13).

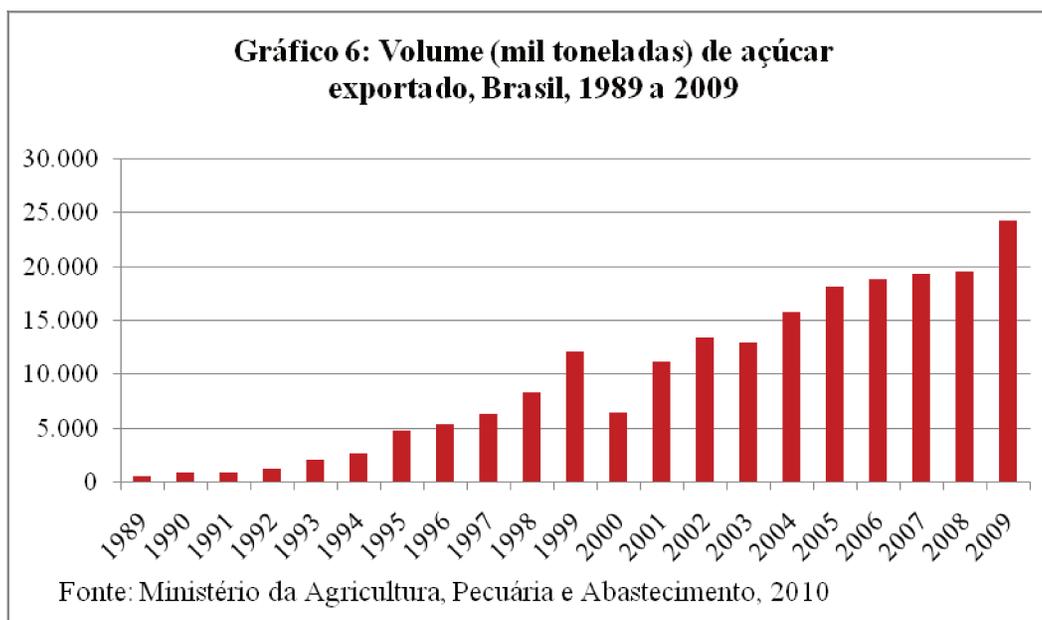
Jank e Rodrigues (2007), o estudo BNDES/CGEE (2008) e Milanez *et al.* (2008a) também trazem considerações nesse sentido, destacando o aumento dos preços dos derivados do petróleo e a busca por fontes de energia renováveis e/ou limpas como características determinantes do dinamismo da produção de etanol no Brasil. A importância da demanda internacional por este produto pode ser verificada no Gráfico 5 que registra o volume exportado em cada ano entre 1989 e 2009.



Verifica-se um importante crescimento das exportações de etanol no período, principalmente na década de 2000, caracterizada pela expansão do CAI canavieiro em nível nacional. O momento marcante ocorreu entre os anos de 2003 e 2004, quando o volume exportado aumentou de 656 mil m³ para 2.321 mil m³. Os anos seguintes registraram incrementos

na quantidade destinada aos mercados internacionais, porém entre os dois últimos anos da série considerada ocorreu uma redução: do pico atingido no período, 5.124 mil m³ em 2008 para 3.296 mil m³ em 2009. A partir de Torquato e Bini (2009), é possível destacar a crise financeira de 2008 como uma das responsáveis essenciais desta queda nas exportações entre 2008 e 2009, em função da redução dos investimentos e da demanda por biocombustíveis.

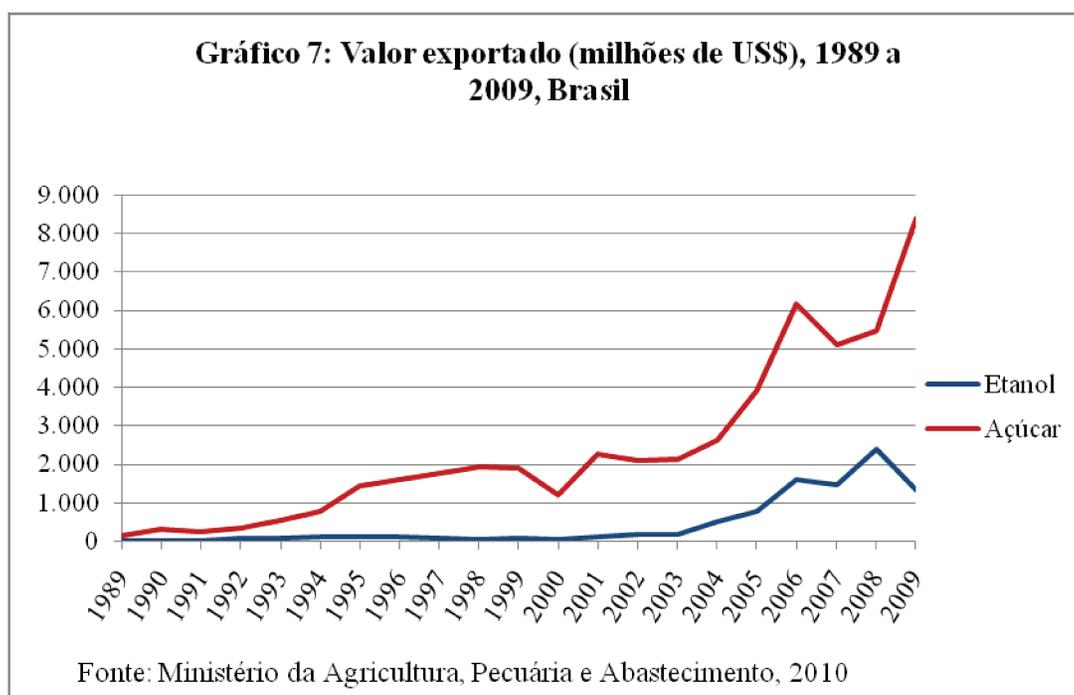
Apesar do destaque que autores como Jank e Rodrigues (2007) e Szmrecsányi *et al.* (2008) dão à produção de etanol como o elemento dinâmico da expansão recente do CAI canavieiro, o interesse internacional pelo açúcar não poder ser subestimado nesse contexto. Goes *et al.* (2008) aponta a importância desse produto em função do aumento dos seus preços no mercado internacional. Carvalho e Oliveira (2006) apontam processos de médio e longo prazos como fundamentais para o crescimento do mercado internacional para o açúcar brasileiro: crescimento do mercado interno decorrente do aumento do consumo em função de melhorias na distribuição de renda; abertura de novos mercados na Ásia e na África; e, efeitos concretos da redução das barreiras protecionistas, em especial na União Européia. Mesmo em curto prazo é possível verificar o crescimento das exportações de açúcar, através do Gráfico 6.



As exportações de açúcar também registraram crescimento no período considerado, porém seu início foi anterior ao do etanol, já que ao longo de toda a série houve incrementos, ainda que seu maior destaque possa ser situado a partir do ano de 1995. Neste ano foram exportadas 4.800 mil toneladas, 2.057 mil a mais do que a quantidade exportada no anterior: 2.743 mil toneladas.

Mesmo com a redução entre 1999 e 2000: de 12.100 mil para 6.502 mil toneladas, se registrou no período um importante aumento nestas exportações, que em 1989 foram de 549 mil toneladas, atingindo 24.294 mil toneladas em 2009.

Estas informações demonstram a importância da exportação de açúcar para o CAI canavieiro, ainda que o etanol seja considerado seu elemento dinâmico na atualidade. Apesar de não ser possível comparar as quantidades exportadas em virtude das diferenças das unidades de mensuração, o valor exportado em milhões de dólares (US\$) permite registrar distinções (Gráfico 7).



Verifica-se que os valores exportados de açúcar foram no período considerado, sempre superiores àqueles do etanol. Destacam também as distintas temporalidades do início do crescimento das exportações, já que para o etanol o aumento do valor exportado é iniciado em 2003 (158 milhões de dólares), enquanto que os valores do açúcar cresceram de 329,82 milhões em 1992 para 550,06 milhões de dólares em 1993 e desde então cresceram. Também no caso do açúcar significou uma mudança na tendência, com uma inflexão positiva do valor exportado, ainda que entre 2006 e 2007 tenha havido uma diminuição de 6.166 milhões para 5.100,44 milhões de dólares.

Em termos da demanda internacional pelos produtos do CAI canavieiro do Brasil o açúcar vem se destacando mais do que o etanol, mesmo com a demanda crescente por fontes alternativas de energia, apontada por Szmrecsányi *et al.* (2008) e no estudo BNDES/CGEE (2008). O mercado global de biocombustíveis se encontra ainda em constituição (Jank e Rodrigues, 2007; Szmrecsányi *et al.*, 2008), o que torna a produção e exportação do açúcar o lastro do CAI canavieiro.

A outra dimensão essencial dos processos globais no atual momento do CAI canavieiro no Brasil é profundamente relacionada à demanda internacional por açúcar e etanol: a entrada de grupos multinacionais e do capital internacional. O estudo BNDES/CGEE (2008) destaca entre as transformações recentes do CAI canavieiro as mudanças na origem dos capitais investidos, porém um maior detalhamento deste processo é provido em reportagens: OS GRINGOS (2010) da revista *Carta Capital* e DESNACIONALIZAÇÃO (2011) da revista *Caros Amigos*. Destaca-se a importância crescente de empresas multinacionais de combustíveis (exemplo: SHELL), grupos que atuam no setor de *commodities* agrícolas (exemplos: Louis Dreyfuss e Bunge), além de fundos de investimentos (exemplos: Arion Capital e Clean Energy).

As estratégias dos grupos internacionais são bastante diversificadas envolvendo: associações com grupos nacionais, aquisição dos mesmos ou investimentos diretos na implantação de novas unidades produtivas. Na principal área produtora, o estado de São Paulo, verifica-se a atuação de diversos grupos internacionais no CAI canavieiro:

-SHELL, multinacional petrolífera de origem holandesa, constituiu em 2011 uma *joint venture*⁸² com um dos principais grupos do CAI canavieiro brasileiro (COSAN), constituindo a RAÍZEN⁸³. Esta associação tem 21 unidades produtoras no estado de São Paulo. Considerando as regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, apenas a Usina Bonfim em Guariba pertence à RAÍZEN;

-Louis Dreyfuss Commodities, multinacional de origem francesa, que através de uma empresa do grupo (LDC-SEV) começou a operar no CAI canavieiro no ano de 2000⁸⁴.

⁸² *Joint venture*: forma de integração de capitais entre empresas com objetivos específicos, podendo ser ou não definitiva, em que nenhuma delas perde sua personalidade jurídica.

⁸³ www.raizen.com – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁸⁴ www.ldcsev.com – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

Inicialmente adquiriu usinas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, em 2008 iniciou as operações da Usina Rio Brillhante, que construiu em Mato Grosso do Sul. Momento importante da sua atuação foi a aquisição de 60% das ações do Grupo Santa Elisa Vale no ano de 2009. Possui sete unidades produtoras no estado de São Paulo, sendo três na região de Ribeirão Preto: Usina Jardest em Jardinópolis; Usina São Carlos em Jaboticabal; e, Usina Santa Elisa em Sertãozinho;

-Tereos Internacional, multinacional de origem francesa, que opera nos setores de alimentos e bioenergia, passou a atuar no CAI canavieiro brasileiro em 2002 a partir da aquisição da maioria das ações da Açúcar Guarani⁸⁵. Possui sete unidades de processamento de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e uma em Moçambique. A Usina Andrade em Pitangueiras (região de Ribeirão Preto) é a única situada nas regiões consideradas;

-UMO Bioenergy, multinacional de origem norueguesa com investimentos em múltiplas áreas que vão de transporte marítimo a restaurantes⁸⁶. Em 2008 adquiriu a Destilaria Paranapanema Ltda. do Grupo Albertina, com o qual havia se associado em 2007⁸⁷ passando a controlar suas duas unidades produtivas situadas na região de Presidente Prudente: UMO Bioenergy I em Narandiba e UMO Bioenergy II em Sandovalina;

-ETH Bioenergia, empresa do grupo multinacional de origem brasileira Odebrecht, que atua em múltiplas áreas além do CAI canavieiro: construção, química, petroquímica, etc... A ETH foi constituída em 2007 a partir da aquisição da Usina Alcídia em Teodoro Sampaio (SP) e da Usina Eldorado em Rio Brillhante (MS). Construiu outras três unidades em Goiás, duas em Mato Grosso do Sul, uma em Mato Grosso e outra em São Paulo, a Usina Conquista do Pontal em Mirante do Paranapanema. Esta última e a Usina Alcídia estão localizadas em municípios da região de Presidente Prudente;

⁸⁵ www.tereosinternacional.com.br – Acesso em 27 de dezembro de 2011 e www.aguarani.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

⁸⁶ www.umobioenergy.com – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

⁸⁷ <http://www.investe.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=1199&c=1> – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

-Cargill, multinacional de origem estadunidense com atuação em diversas áreas, desde alimentos até serviços financeiros⁸⁸. Atua no CAI canavieiro paulista desde 2006, quando adquiriu participações na Usina Itapagipe (MG) e constitui uma *joint venture* com uma associação de produtores de cana para controlar a Usina Cevasa em Patrocínio Paulista (SP). Não possui unidades produtoras nas regiões consideradas;

-Bunge, multinacional de origem estadunidense que atua em diversas áreas ligadas a agricultura e serviços portuários⁸⁹. Em 2007 adquiriu a Usina Santa Juliana (MG), iniciando sua atuação no CAI canavieiro. Incorporou os ativos do grupo MoemaPar, com três usinas em São Paulo e duas em Minas Gerais. Além disso, inaugurou em 2011 a Usina Pedro Afonso em Tocantins. Não possui unidades produtoras nas regiões consideradas;

-Shree Renuka Sugars, multinacional de origem indiana que investe na produção de açúcar e etanol na Índia e no Brasil⁹⁰. Iniciou sua atuação no Brasil em 2008, com a aquisição da Usina Vale do Ivaí no Paraná e da maioria das ações da Equipav S.A., que possui duas usinas em São Paulo. Não possui unidades produtoras nas regiões consideradas.

Longe de esgotar todos os grupos ou empresas multinacionais que atuam no CAI canavieiro do conjunto do país, são destacadas algumas das principais a títulos de ilustração. Foram privilegiadas aquelas que atuam nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Além destas, se faz necessário registrar duas empresas multinacionais de origem brasileira, que sem necessariamente participar do processo produtivo de açúcar e álcool se constituem enquanto agentes globais no contexto do complexo: a COPERSUCAR e a Petrobrás Biocombustíveis.

A COPERSUCAR é uma empresa de comercialização de açúcar e álcool que atua em escala global⁹¹. Esta empresa tem a exclusividade de comercialização do açúcar e do álcool de 48 unidades produtoras nos estados de São Paulo, a grande maioria empresas de menor porte e/ou de

⁸⁸ www.cargill.com.br – Acesso em 30 de dezembro de 2011.

⁸⁹ www.bunge.com.br/acucar - Acesso em 29 de dezembro de 2011.

⁹⁰ www.renukasugars.com – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

⁹¹ www.copersucar.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

capital nacional. Na região de Ribeirão Preto são associadas à COPERSUCAR as seguintes empresas: Da Pedra Agroindustrial (usinas em Serrana e Santa Rosa do Viterbo); Pitangueiras Açúcar e Álcool em Pitangueiras; Usina Santa Adélia em Jaboticabal; Usina Santo Antônio e Usina São Francisco (Grupo Balbo) em Sertãozinho; Viralcool Açúcar e Álcool (usinas em Pitangueiras e Sertãozinho). Na região de Presidente Prudente as associadas são: Cocal II em Narandiba e UMOE Bioenergy (usinas em Narandiba e Sandovalina), sendo este último o único grupo multinacional vinculado.

A Petrobrás Biocombustíveis é uma subsidiária da multinacional petrolífera brasileira. Além da comercialização do etanol, tem atuado na constituição de projetos em associação com empresas do setor. Tem 31,4% das ações da empresa Açúcar Guarani, cujo sócio majoritário é a multinacional Tereos Internacional⁹². Associada ao grupo nacional São Martinho, atuante na região de Ribeirão Preto (Pradópolis), a Petrobrás Biocombustíveis têm investido no crescimento da produção de etanol em Goiás através da sociedade denominada Nova Fronteira Bioenergia S.A. na qual tem 49% das ações, enquanto o grupo nacional tem 51%⁹³.

O Governo Federal brasileiro também se constitui um agente de alcance global no contexto do CAI canavieiro. Em termos gerais essa atuação se refere à promoção do etanol e açúcar brasileiros no mercado internacional, sintetizada em ICTSD (2011) para os Governos Lula (2003 - 2006 e 2007 – 2010) e Dilma (a partir de 2011). Esse apoio está focado principalmente na abertura de mercados para o etanol, em função das suas possibilidades de substituir combustíveis fósseis, e na redução de barreiras tarifárias através das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e com governos estrangeiros.

Outro exemplo relevante da atuação do Governo brasileiro é a participação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil)⁹⁴. Desde 2008 esta agência tem um projeto de promoção do etanol brasileiro em conjunto com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)⁹⁵, organização representativa do setor.

A temporalidade da atuação dos grupos multinacionais no CAI canavieiro representa dimensão relevante. Dentre os agentes globais registrados acima, apenas a atuação da COPERSUCAR é anterior à década de 2000. A Petrobrás Biocombustíveis foi criada em 2008⁹⁶ e

⁹² Ver nota 85 – página 175.

⁹³ www.saomartinho.ind.br – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

⁹⁴ www.apexbrasil.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

⁹⁵ www.unica.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

⁹⁶ www.petrobras.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

a APEX - Brasil em 2003, enquanto seu acordo com a UNICA foi estabelecido em 2008. As empresas multinacionais elencadas passaram a atuar no CAI canavieiro brasileiro durante a década de 2000, sendo a inserção mais antiga a da Louis Dreyfuss Commodities, que em 2000 adquiriu a Usina Cresciumal em Leme (SP) e os eventos mais recentes a constituição da *joint venture* RAÍZEN entre a COSAN e a SHELL em 2011, mesmo ano em que foram inauguradas usinas dos grupos BUNGE e ETH Bionenergia (grupo Odebrecht) em estados das regiões Centro-Oeste e Norte.

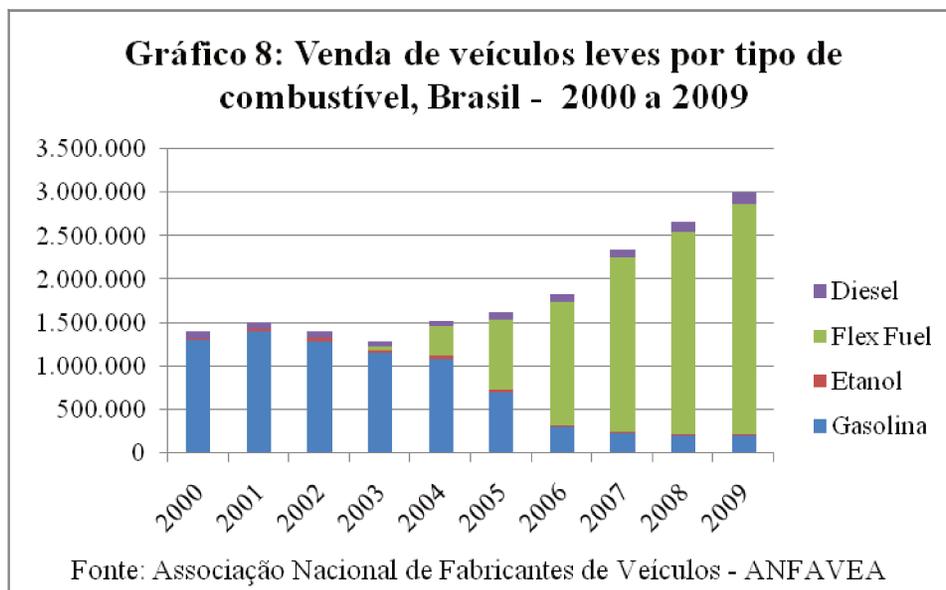
Os agentes que articulam o CAI canavieiro brasileiro e paulista à dinâmicas globais ampliam as dimensões do conjunto de relações que estruturam o complexo. Nesse contexto, ampliar dimensões significa o distanciamento dos espaços decisórios em relação aos lugares de produção, estabelecendo hierarquias que perpassam diversas escalas espaciais (Massey, 1984; Harvey, 1990a; Brandão, 2007; DESNACIONALIZAÇÃO, 2011). Decisões que envolvem o que produzir, quando, em que quantidade, destinado a quais mercados impactam as ações em escala nacional, regional e local, logo articular-se a processos globais significa vincular-se a processos cujas expressões se dão em múltiplas escalas. O caráter recente desta articulação marca a expansão recente do CAI canavieiro, conferindo distintivo em relação à história anterior do mesmo (BNDES/CGEE, 2008).

4.2 A escala nacional: articulações entre Estado e empresários do CAI canavieiro

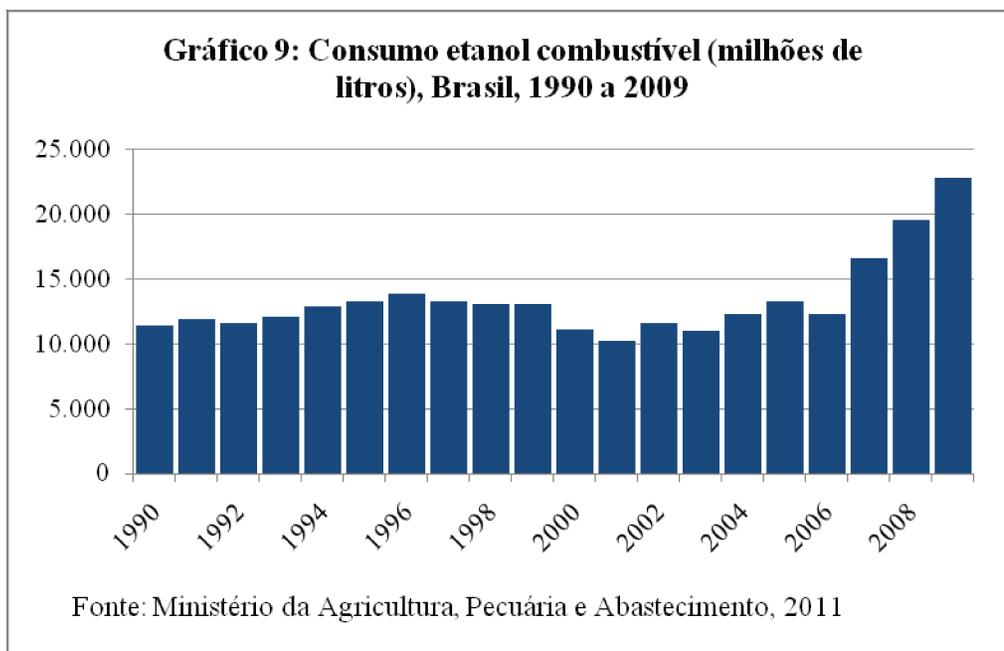
As dimensões da escala nacional no contexto do CAI canavieiro envolvem as ações dos governos nas mais diversas escalas, as empresas do setor de caráter nacional e as articulações entre as mesmas. Embora a demanda internacional por etanol e açúcar tenha aumentado nos últimos anos (Jank e Rodrigues, 2007; BNDES/CGEE, 2008; Szmrecsányi *et al.*, 2008), é o mercado interno que vem conferindo um importante “lastro” à demanda pelos produtos do complexo, principalmente pelo etanol (Milanez *et al.*, 2008b). O Gráfico 8 traz informações relevantes sobre a demanda nacional pelo etanol, a partir do crescimento das vendas de veículos *flex-fuel*.

Veículos *flex-fuel* são aqueles que podem usar em distintas proporções tanto gasolina, quanto etanol, o que significa ser possível variar o combustível utilizado de acordo com as flutuações dos preços. Teixeira (2005) aponta que após um longo período de pesquisas desenvolvidas por empresas privadas sobre as possibilidades deste tipo de motor, a Volkswagen lançou o primeiro veículo *flex-fuel* em 2003. Esta ação foi seguida pelas outras grandes empresas

automobilísticas que operam no mercado brasileiro como a FIAT, FORD, GM, Renault, Peugeot e outras.



Verifica-se que desde seu lançamento em 2003, a participação dos veículos *flex-fuel* no total das vendas no mercado brasileiro vêm sempre aumentando. A mudança do tipo de combustível predominante entre os veículos vendidos no país se destaca pelo fato de que em 2003 foram vendidos 1.152.463 veículos leves à gasolina e 48.178 *flex-fuel*. No último ano da série considerada foram vendidos 221.732 veículos à gasolina e 2.652.298 *flex-fuel*. Esta dinâmica provocou um aumento na demanda por etanol, o que explica a importância do mercado nacional na recente expansão do CAI canavieiro. O Gráfico 9 demonstra o aumento do consumo de etanol combustível no país.



Verifica-se o aumento no consumo de etanol combustível no país, que após um período de oscilações entre 1990 e 2003, passa a apresentar uma variação positiva em 2004, atingindo 13.294 milhões de litros em 2005. No ano seguinte foi registrada uma redução para 12.295 milhões, passando a crescer até 2009, quando atinge o pico do período: 22.823 milhões de litros.

Apesar da relevância do etanol no contexto da recente expansão do CAI canavieiro, não se pode descartar o crescimento no consumo de açúcar como dimensão fundamental. De acordo com dados publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em seu Anuário Estatístico da Agroenergia 2010⁹⁷ (2011, p. 73), o consumo de açúcar (de cana-de-açúcar) no Brasil aumentou de 9,5 milhões de toneladas em 1999 para 15 milhões em 2008, crescendo 5,2% ao ano no período.

De acordo com esta mesma fonte, o mercado brasileiro foi responsável por 9% do total consumido no mundo em 2008, participação que era de 7,5% em 1999. Apenas a Índia e o conjunto dos países da União Européia tiveram quantidades participações maiores. No período considerado, o crescimento anual do consumo brasileiro (5,2%) foi o mais significativo no conjunto dos maiores consumidores, já que suplantou a média mundial do período (3% ao ano) e os dois principais mercados consumidores: Índia – 4,2% ao ano e União Européia – 3,1% ao ano.

⁹⁷ Disponível em: www.agricultura.gov.br – Acesso em 19 de dezembro de 2011.

O aumento do consumo de etanol e açúcar é característico da fase mais recente de expansão do CAI canavieiro. Esta fase se distingue das anteriores em função das mudanças com relação ao papel do Estado (Barros e Moraes, 2002; Veiga Filho e Ramos, 2006; BNDES/CGEE, 2008), sendo este um dos principais elementos da escala nacional no contexto de articulações do CAI canavieiro.

A atuação estatal marca o complexo desde a década de 1930, quando foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com o papel de incentivar o consumo e regular o mercado de açúcar e álcool (BNDES/CGEE, 2008). Em função da crise do petróleo de 1973, foi criado o Programa Nacional do Alcool que marca uma nova fase de intervenção estatal (Veiga Filho e Ramos, 2006), com a intenção de promover a produção e o consumo do álcool.

A fase mais recente, que é a que nos interessa, é marcada pela finalização do processo de desregulamentação do setor, iniciada em 1996 e concluída em 1999 (Barros e Moraes, 2002; Veiga Filho e Ramos, 2006). A total liberalização dos preços marcou o fim do referido processo, caracterizado pela intensa disputa entre os agentes do setor (produtores de açúcar e álcool das diferentes regiões produtoras, fornecedores de cana e trabalhadores), que levaram o governo a adiar diversas vezes a sua finalização (Barros e Moraes, 2002).

Oliveira (2009, p. 367) sintetiza a atuação recente do Estado Brasileiro em seus diversos níveis através das seguintes ações: “(...) estabelecendo alianças com o capital, apoiando no discurso e dando suporte financeiro para o projeto expansionista”. Expressões destas ações são: a criação de câmaras setoriais; programas específicos de apoio às atividades do complexo; os estímulos à expansão por meio de discursos de apoio aos empresários; e, os mecanismos estatais de financiamento. Assim como no caso dos agentes da escala global, longe de esgotar os programas e as formas de apoio à expansão do CAI canavieiro, são exemplificadas ações e discursos dos governos Federal e do Estado de São Paulo nesse contexto.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool foi instalada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2003⁹⁸. Agregando representantes dos diversos interesses, atua na proposição, apoio e acompanhamento das ações para o desenvolvimento desta cadeia. Tomando a ata da última reunião ordinária⁹⁹, é possível ter uma idéia de quem atua na

⁹⁸ Disponível em: www.agricultura.gov.br – Acesso em 30 de dezembro de 2011.

⁹⁹ Realizada em 18 de agosto de 2011. A ata está disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/camaras_setoriais/Acucar_e_alcool/19RO/Ata_19RO_Alcool.pdf – Acesso em 30 de dezembro de 2011.

definição das políticas do setor: membros de órgãos governamentais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério das Minas e Energia, Agência Nacional do Petróleo - ANP e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB); de órgão de representação dos empresários (União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA, União dos Produtores de Bioenergia – UDOP, União Nordestina dos Produtores de Cana – UNIDA, Associação dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil – ORPLANA), entre outros.

O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar é outro exemplo da atuação do Governo Federal no contexto da expansão do CAI canavieiro. Elaborado pela Embrapa, este zoneamento definiu as áreas aptas à expansão do plantio de cana-de-açúcar, em função das condições ambientais e da aptidão econômica da região¹⁰⁰. Foram definidas como áreas onde não pode haver o plantio de cana a Amazônia, o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai (MT).

O Governo do Estado de São Paulo tem o Programa Cana, que apóia os produtores paulistas, através de orientação técnica e da oferta de melhoramentos genéticos desenvolvidos pelo Instituto Agrônômico de Campinas – IAC¹⁰¹. Cabe ressaltar também os acordos de cooperação entre o governo estadual e a UNICA, no sentido de promover a extinção da queima da palha da cana-de-açúcar em São Paulo¹⁰²

O apoio nos discursos dos governantes também compõe dimensão fundamental de seu papel enquanto agentes das articulações do CAI canavieiro. Com relação ao Governo Federal, uma síntese do apoio discursivo se encontra em ICTSD (2011), no qual são apontadas as ações dos Governos Lula e Dilma no sentido da divulgação das potencialidades do etanol no mercado internacional.

Em relação ao governo estadual de São Paulo, exemplo importante do apoio discursivo está na fala do ex-governador José Serra durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em Copenhague (Dinamarca) entre 7 e 18 de dezembro de 2009¹⁰³. Além de contextualizar e ressaltar a importância do etanol no contexto da mudança do paradigma energético global, há uma síntese das políticas estaduais para o setor: fomento ao

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acesso em 31 de dezembro de 2011.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.agricultura.sp.gov.br/programas/136-programa-cana> - Acesso em 31 de dezembro de 2011.

¹⁰² Disponível em: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=2922> – Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹⁰³ Disponível em: www.unica.com.br/search – Acesso em 2 de janeiro de 2012.

desenvolvimento científico e tecnológico; formação e capacitação de recursos humanos; cumprimento do zoneamento agro-ambiental para a cana-de-açúcar no estado; criação do protocolo agro-ambiental do setor; e, eliminação antecipada da queima da cana em relação ao restante das áreas produtoras.

O Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo¹⁰⁴ também constitui exemplo da atuação do governo paulista no contexto das articulações do CAI canavieiro. Este material foi produzido pelas Secretarias estaduais de Agricultura e Abastecimento e de Meio Ambiente, constituindo um maior detalhamento em relação ao zoneamento em escala nacional, já que especifica as características e restrições ambientais no estado de São Paulo.

O principal mecanismo estatal de financiamento das atividades do CAI canavieiro é analisado por Milanez *et al.* (2008a, 2008b e 2010). Estes autores apontam e destacam o papel relevante do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) nos investimentos para a expansão do setor sucroalcooleiro, em função de ser a principal fonte de empréstimos de longo prazo (Milanez *et al.*, 2008b). De acordo com Milanez *et al.* (2008a), o crescimento da demanda de recursos para o setor sucroalcooleiro levou o BNDES a criar o Departamento de Biocombustíveis – DEBIO em setembro de 2007. A tabela 34 registra informações sobre os desembolsos do BNDES para o setor.

Tabela 34: Desembolsos do BNDES para o CAI canavieiro e Participação (%) destes com relação ao total desembolsado, Brasil, 2004 a 2009

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Desembolsos (Bilhões R\$)	0,6	1,1	1,98	3,59	6,5	6,44
Participação (%)	1,5	2,3	3,9	5,5	6,9	4,6

Fonte: Milanez *et al.* (2010)

Verifica-se o crescimento dos desembolsos do BNDES no período, considerando 2004 como o ano inicial em virtude de ser o primeiro em que foram feitas solicitações específicas para o CAI canavieiro. Ainda que tenha havido uma pequena redução entre 2008 e 2009, o valor dos

¹⁰⁴ Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/bioenergia/legislacao/zoneamento_agroambiental_cana_.pdf – Acesso em 2 de janeiro de 2011.

desembolsos neste último ano (6,44 bilhões de R\$), manteve-se dez vezes maior do que os desembolsos de 2004: 600 milhões.

O BNDES não apenas financia grupos do CAI canavieiro, já que tem uma subsidiária denominada BNDES Participações (BNDESPar), constituída como uma sociedade de ações, que tem como objeto a realização de operações de capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados¹⁰⁵. No contexto do CAI canavieiro se destaca sua atuação na compra de ações do grupo SantaElisa Vale no ano de 2008¹⁰⁶.

A participação em relação ao total dos desembolsos também é relevante ao destacar o aumento dos percentuais dos recursos destinados ao CAI canavieiro. Foi registrado um importante crescimento entre 2004 e 2008, ainda que o percentual em 2009, tenha sido inferior aos de 2007 e 2008. Mesmo com essa diminuição da participação, observou-se que os valores absolutos de 2009 foram superiores aos de 2007, o que indica na realidade o aumento do total geral desembolsado pelo BNDES.

Os beneficiários das políticas de apoio e dos mecanismos de financiamento são os grupos econômicos, que compõem outro tipo de agente da escala nacional no âmbito do CAI canavieiro. Além dos grupos nacionais articulados ao capital multinacional, se faz relevante destacar os grupos de caráter fundamentalmente nacional, que tem expandido suas áreas de atuação para além do estado onde se originaram, característica que Vian *et al.* (2007) apontam para os grupos nordestinos, mas que Oliveira (2009) ressalta também para os grupos paulistas, paranaenses e goianos.

Dentre os grupos nacionais articulados ao capital multinacional há exemplos de *joint-ventures*, mas principalmente de aquisições da maior parte das ações por grupos internacionais. O principal exemplo de *joint-venture* é o estabelecimento da RAÍZEN entre os grupos COSAN e SHELL. O Grupo COSAN iniciou suas atividades em 1936 com a Usina Costa Pinto¹⁰⁷, localizada em Piracicaba (SP). Na atualidade tem 19 unidades produtoras em São Paulo, uma em Goiás e outra em Mato Grosso do Sul, e como referido anteriormente, nas regiões consideradas possui a Usina Bonfim em Guariba.

¹⁰⁵ http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndespar.html – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

¹⁰⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u360982.shtml> - Acesso em 3 de janeiro de 2012.

¹⁰⁷ www.cosan.com.br – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

Três grupos nacionais que se destacavam no CAI canavieiro paulista tiveram a maioria de suas ações adquiridas por grupos multinacionais: SantaElisa Vale, Açúcar Guarani e Moema Participações. O Grupo SantaElisa Vale foi criado em 2007 a partir da fusão da Companhia Energética Santa Elisa e da Companhia Açucareira Vale do Rosário, ambos os grupos da região de Ribeirão Preto. Em 2009 a multinacional francesa Louis Dreyfuss Commodities, através de sua subsidiária LDC-SEV, passou a ser a controladora do grupo através da aquisição de 60% das suas ações, tendo o BNDESPar como um de seus parceiros. Possui três usinas na região de Ribeirão Preto¹⁰⁸.

A empresa Açúcar Guarani S.A. foi fundada na década de 1960 no município de Severínia (SP) e em 2001 foi adquirida pelo grupo TEREOS Internacional, que na atualidade controla o grupo em parceria com a Petrobrás Biocombustíveis S.A.¹⁰⁹. Possui a Usina Andrade situada no município de Pitangueiras, na região de Ribeirão Preto.

A empresa Moema Participações, possuidora de quatro unidades produtoras em São Paulo e Minas Gerais é outro exemplo de empresa nacional adquirida por grupos internacionais. No ano de 2009 foi incorporada ao grupo estadunidense BUNGE, que atualmente possui 8 usinas¹¹⁰, sendo que nenhuma delas nas regiões de Ribeirão Preto ou Presidente Prudente.

No contexto do CAI canavieiro é importante destacar os grupos de caráter nacional, já que estes marcam a história do mesmo (Ramos, 1999), seja por seus reiterados e novos investimentos nas regiões de origem, seja pela mobilidade dos seus capitais, que passam a se deslocar para as principais regiões produtoras do país (Vian *et al.*, 2007; Oliveira, 2009). Dada à diversidade ainda maior do que os grupos internacionais envolvidos, são ressaltados especialmente aqueles que atuam nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente:

-São Martinho: iniciou sua atuação na década de 1930 na região de Limeira com a produção de açúcar na Fazenda Boa Vista e em 1937 adquiriu a destilaria Iracema em Iracemápolis (SP). Atualmente possui três usinas: Iracema, São Martinho e Boa Vista, localizada em Quirinópolis (GO). A São Martinho está localizada em Pradópolis (SP) na região de Ribeirão Preto, na safra 2010/2011 atingiu o recorde mundial de moagem de

¹⁰⁸ Ver página 175.

¹⁰⁹ www.aguarani.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

¹¹⁰ www.bunge.com.br/acucar - Acesso em 28 de dezembro de 2011.

cana-de-açúcar com 8,4 milhões de toneladas. A Usina Boa Vista integra a empresa Nova Fronteira Bioenergia S.A., *joint venture* constituída com a Petrobrás Biocombustíveis¹¹¹;

-Balbo: iniciou suas atividades em 1946 a partir da instalação da Usina Santo Antônio no município de Sertãozinho (SP). Em 1956 adquiriu a Usina São Francisco no mesmo município, que tem uma segunda unidade em Barrinha (SP). Atualmente, além destas três que estão situadas na região de Ribeirão Preto, possui a Usina Uberaba no município homônimo em Minas Gerais¹¹². Caracteriza-se pela produção de açúcar e álcool orgânicos.

Os grupos acima são os principais de caráter nacional a atuar nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Oliveira (2009) destaca dimensões importantes da territorialização do CAI canavieiro nos últimos anos, demonstrando os deslocamentos de grupos para outras e novas regiões produtoras. Bastante interessante é uma figura que a autora registra (p. 116) com as origens e destinos dos investimentos. Para os grupos paulistas, são ressaltados os seus deslocamentos para o próprio estado, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, verificáveis através das estratégias dos grupos São Martinho e Balbo, acima referidos. No sentido inverso, a autora aponta os investimentos de grupos pernambucanos, alagoanos e paraenses em São Paulo. Vian *et al.* (2007) registram que especialmente no caso dos grupos nordestinos, esta estratégia está relacionada às maiores possibilidades de crescimento nas áreas produtoras de São Paulo.

Enquanto área de expansão do setor, a região de Presidente Prudente vem recebendo investimentos de grupos originários de outros estados. Exemplos disto são a Destilaria Caiuá, no município homônimo e a Usina Alto Alegre, situada em Presidente Prudente. A primeira foi instalada em 2004 pelo grupo Olival Tenório¹¹³, de origem alagoana. Iniciou as operações no CAI canavieiro em 1958 e atualmente tem duas usinas além da situada em Caiuá, localizadas em Campo Alegre (AL).

¹¹¹ <http://www.saomartinho.ind.br/> - Acesso em 29 de dezembro de 2011.

¹¹² http://www.nativealimentos.com.br/pt-br/organizacao_balbo/index.html - Acesso em 30 de dezembro de 2011.

¹¹³ <http://www.grupoolivaltenorio.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2011. De acordo com Oliveira (2009, p. 270) a aquisição da mesma foi realizada em 2000, após crise que afetou os antigos proprietários da destilaria instalada em 1980. A informação da instalação em 2004 é do *site* do grupo.

Originária do Paraná, a Usina Alto Alegre iniciou suas atividades em 1978 em Colorado, município desse estado. Em 1996 inaugurou a Usina Floresta, situada em Presidente Prudente. Possui duas outras unidades também no Paraná. Em 2006 transferiu sua sede administrativa para Presidente Prudente, o que expressa o ganho de importância da região no contexto do CAI canavieiro em escala nacional¹¹⁴.

Grupos originários de estados do Centro-Sul (Vian *et al.*, 2007), como Paraná, Goiás e São Paulo se deslocaram para outras áreas, especialmente estados da própria macro-região. Porém, Oliveira (2009, p. 116) aponta maiores movimentos para grupos situados na região Nordeste, que se destinam não apenas à própria região, mas também a estados do Centro-Sul e até mesmo do Norte do país, como Pará e Acre.

As entidades representativas dos empresários do CAI canavieiro também são importantes agentes da escala nacional. No estado de São Paulo duas se destacam: UNICA e UDOP. A União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA foi constituída em 1997 a partir da fusão de diversas organizações setoriais. As empresas associadas são de seis estados diferentes: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Sediada em São Paulo (SP), tem representações em Washington (EUA) e Bruxelas (Bélgica), além de Ribeirão Preto. Conforme registrado anteriormente tem convênio com a APEX – Brasil, voltado à promoção da imagem dos produtos do CAI canavieiro no exterior¹¹⁵.

A União dos Produtores de Bioenergia – UDOP é uma entidade constituída em 1985 para representar empresários industriais do CAI canavieiro. Suas associadas são dos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, sendo algumas também vinculadas à UNICA como a ETH Bionergia e a Virálcool. Sua atuação foi iniciada no Oeste paulista, assim tem grande representatividade na região. Sediada em Araçatuba (SP), é voltada à representação, comunicação e treinamento para as empresas representadas¹¹⁶.

Os agentes da escala nacional do CAI canavieiro expressam as conexões entre processos globais e a efetiva materialização das relações envolvidas nas atividades deste complexo, constituídas regional e localmente. A sua atuação é demonstrada a partir das históricas relações entre Estado e os empresários do CAI canavieiro. Não registra um caráter de novidade como aquele apresentado pelo interesse de grupos multinacionais, já que ao menos desde 1933 com a

¹¹⁴ www.usinaaltoalegre.com.br – Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹¹⁵ www.unica.com.br – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

¹¹⁶ www.udop.com.br – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, o governo vem interferindo nas dinâmicas da produção de açúcar e álcool (BNDES/CGEE, 2008). Este fato já aponta a temporalidade mais ampla dos processos da escala nacional em comparação com o que ocorre globalmente.

Autores como Ramos (1999 e 2001), Barros e Moraes (2002), Veiga Filho e Ramos (2006) e o estudo BNDES/CGEE (2008) destacam que o momento mais marcante de intervenção estatal foi o período do Programa Nacional de Alcool (1975 – 2000). Motivado por questões de ordem mundial, principalmente a crise do petróleo de 1973, esse programa apoiou a expansão das atividades vinculadas à cana-de-açúcar, com destaque a produção de álcool e ao mercado de veículos que utilizassem esse combustível (Veiga Filho e Ramos, 2006; BNDES/CGEE, 2008).

A consulta aos históricos dos grupos do CAI canavieiro acima elencados¹¹⁷, demonstra a importância do PROÁLCOOL no início de suas atividades ou na expansão de suas estruturas e produções iniciadas anteriormente, corroborando a relevância que Veiga Filho e Ramos (2006) e BNDES/CGEE (2008) apontam. Nos mesmos históricos verifica-se a importância do atual momento expansivo do CAI canavieiro, que também registra relevantes articulações com as ações do Estado.

A atuação do Estado de maneira interventiva, controlando preços e estoques, foi finalizada com a total desregulamentação do setor, concluída em 1999 (Barros e Moraes, 2002; Veiga Filho e Ramos, 2006). Moraes (2002) relaciona esse processo à crise fiscal dos anos 1980, que diminuiu a capacidade coordenadora e indutora do Estado sobre a economia, assim como ao processo de globalização e a abertura de mercados vinculada. Porém, embora o Estado não atue de maneira direta, seu papel se transforma na atualidade.

A síntese dos papéis atuais do Estado foi elaborada por Oliveira (2009) e registrada anteriormente¹¹⁸. Os programas de apoio dos governos federal e estadual, muitos estabelecidos na década de 2000, os discursos de presidentes e governadores no mesmo período e o financiamento, exemplificadas nas formas de atuação do BNDES que também se processam após 2003 constituem as articulações recentes entre Estado e os empresários do CAI canavieiro. Estas vinculações expressam o caráter fundamental da escala nacional na atual expansão do CAI canavieiro.

Ainda que muitos dos grupos aqui registrados tenham expressão marcadamente regional, suas diversas articulações com o Estado os colocam como agentes da escala mais ampla, já que

¹¹⁷ Disponíveis nos *sites* dos mesmos.

¹¹⁸ Página 181.

sua atuação vincula a estrutura materializada nas regiões a processos que se desdobram global e nacionalmente. A ação do governo do estado de São Paulo também o expressa como um agente da escala nacional, pois não apenas concentra a produção, os capitais e os novos investimentos (Milanez *et al.*, 2008b), como seu apoio discursivo se expressa internacionalmente, o que se destaca a partir da fala do ex-governador José Serra na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas realizada em Copenhague (Dinamarca) entre 7 e 18 de dezembro de 2009.

4.3 As dinâmicas regionais e locais do CAI canavieiro: materializações das articulações multi-escalares

As dinâmicas regionais e locais do CAI canavieiro materializam o conjunto de articulações entre processos desdobrados em escalas espaciais mais amplas, questão fundamental na abordagem da divisão espacial do trabalho por autores como Massey (1984), Harvey (1990a) e Brandão (2007). O apelo internacional por açúcar e álcool, os investimentos de grupos internacionais, as articulações entre o Estado brasileiro e os grupos empresariais ganham expressão material nas características regionais e locais.

Corrêa (1996) explora os sentidos da região de uma maneira que permite contextualizar as dinâmicas recentes do CAI canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente:

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração de elementos comuns numa dada porção do espaço e de difusão que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas. (p. 192)

No sentido dos processos de inércia, coesão e difusão que as caracterizam distintamente é que as regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente expressam territorialidades do CAI canavieiro. Regiões que se inserem de maneira diferenciada no contexto das atividades do complexo, revelando como as articulações recentes entre escalas espaciais repercutem regionalmente e localmente. A partir de processos que estabelecem hegemonias e hierarquias fundados nos movimentos das divisões do trabalho (Massey, 1984; Harvey, 1990a; Brandão,

2007), são estabelecidas configurações regionais específicas com base nas dinâmicas espaciais do capital e do trabalho (Harvey, 1990a).

Consideram-se as dinâmicas locais como enquadradas nas regionais, já que os processos operam nesta última escala. Logicamente há especificidades locais, mas estas se relacionam à dinâmica mais ampla da rede urbana, que articula o território regional com base em especializações e hierarquias (Faria, 1978; IBGE, 2008). Com base nas características regionais e nas hierarquias constituídas na rede urbana, é que são destacadas as convergências e as fundamentais diferenças entre as regiões produtoras.

Tendências homogeneizadoras que seriam decorrentes do processo de globalização, negadas em Corrêa (1996), tampouco são verificadas entre as duas regiões, apesar de existirem convergências se considerarmos o nível mais amplo das relações articuladoras do CAI canavieiro. Ambas se enquadram como regiões importantes no atual contexto de expansão da produção de açúcar e álcool, receberam aportes de capitais multinacionais na década de 2000 e além disto, constituem destinos relevantes no âmbito dos “territórios circulatórios” (Tarrus, 2000) dos trabalhadores migrantes originários de outras regiões do país. Fundamentalmente, são as diferenças quanto os agentes determinantes e as características anteriores que marcam as regiões.

Essencialmente importante é o significado da expansão do CAI canavieiro nas duas regiões. Autores como Elias (1997), Alves (2002 e 2007), Silva (2004 e 2007), além de Oliveira (2009) ressaltam a importância histórica da região de Ribeirão Preto no complexo, caracterizando-a como a mais importante área produtora no país e até no mundo. Assim, o momento atual expressa uma reiteração de características pretéritas, acentuando a importância da região no conjunto do CAI canavieiro através da incorporação de novas áreas (Camargo *et al.*, 2008), do aumento da produtividade (Silva, 2004; Oliveira, 2009) e ampliação da capacidade do parque produtivo, exemplificada pelo recorde mundial de moagem de cana na safra 2010/2011 da Usina São Martinho¹¹⁹, localizada no município de Pradópolis.

A região de Presidente Prudente é considerada uma das principais áreas de expansão do CAI canavieiro no período (Thomaz Jr., 2007; Oliveira, 2009), apesar de haver anteriormente usinas e destilarias na região. Dimensão importante é registrada por Camargo *et al.* (2008): as áreas ocupadas com cana-de-açúcar na região de Presidente Prudente aumentaram de 99.959 ha

¹¹⁹ Ver página 185.

em 2001 para 211.895 em 2006, incremento superior a 100%¹²⁰. A implantação de novas unidades também é característica desta área de expansão, já que não houve a instalação de novas usinas na região de Ribeirão Preto, enquanto que a ETH – Bioenergia concluiu a Usina Conquista do Pontal em Mirante do Paranapanema. Além disto, Oliveira (2009) aponta que o grupo Olival Tenório tem um projeto para implantar uma nova unidade da Destilaria Caiuá S.A. (DECASA) no município de Presidente Epitácio.

A região de Presidente Prudente, também conhecida como Pontal do Paranapanema, é caracterizada pelos conflitos fundiários, o que confere especificidades à expansão regional do CAI canavieiro. Nesse sentido, Thomaz Jr. (2007 e 2009) aponta um elemento fundamental da incorporação de novas áreas na região: as alianças entre a elite latifundiária regional, envolvida na “grilagem” de terras, e o capital agroindustrial canavieiro. Esta união constitui uma estratégia para considerar produtivas áreas em disputa, o que em tese aceleraria sua legalização. Thomaz Jr. (*op cit.*) relata inclusive, a importância do Projeto Lei nº 578 de 2007 nesse contexto. Proposto pelo governo do Estado de São Paulo, advoga a regularização de todas as terras com pendências jurídicas acima de 500 hectares. Este projeto ainda se encontra em tramitação na Assembléia Legislativa estadual e é particularmente relevante para as dinâmicas daquela região, já que entre as empresas canavieiras há uma preferência por áreas extensas para a produção de cana-de-açúcar (Veiga Filho e Ramos, 2006).

Os representantes do ITESP entrevistados em Mirante do Paranapanema¹²¹ relataram que as relações percebidas entre assentados em áreas coordenadas pelo órgão e a expansão do CAI canavieiro regional se refere ao emprego destas pessoas nas usinas da região. Não houve destaque ao plantio de cana nos assentamentos, ao menos naqueles de Mirante do Paranapanema, questão reforçada pelo secretário da Agricultura do município.

O destaque aos agentes regionais do CAI canavieiro envolve o registro dos grupos que têm esta escala espacial como *locus* de operação. Diferente dos grupos multinacionais e nacionais, suas ações se concentram em regiões do interior paulista. A importância destes grupos é revelada por suas articulações em termos das entidades de representação (UNICA e UDOP),

¹²⁰ As informações destacadas por Camargo *et al.* (2008) se referem aos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) vinculados à Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Para obter as informações para a região de Governo de Presidente Prudente foram agregadas as referentes aos EDRs de Presidente Prudente e Presidente Venceslau.

¹²¹ As pessoas entrevistadas e seu contexto estão registrados no capítulo 3.

assim como com o Estado, que lhes apóia com programas e discursos, além de financiar, ações exemplificadas nos agentes que operam em escala nacional. Constituem grupos de ação regional:

-Pedra Agroindustrial: suas operações foram iniciadas em 1931 com a Usina da Pedra, localizada no município de Serrana, na região de Ribeirão Preto. Nesta mesma região, possui também a Usina Ibirá, arrendada em 1998 e situada no município de Santa Rosa do Viterbo. Além desta, possui duas outras unidades nos municípios paulistas de Buritizal e Nova Independência¹²²;

-Virálcool: iniciou suas operações em 1984 com a Usina Virálcool em Pitangueiras, na região de Ribeirão Preto, na qual possui também a Destilaria Santa Inês, situada em Sertãozinho. Além destas, possui a Virálcool II em Castilho (SP)¹²³;

-Usina Santa Adélia: iniciou suas operações a partir da instalação da Usina Santa Adélia em Jaboticabal, na região de Ribeirão Preto. Em 2004 iniciou as operações da Usina Interlagos, situada no município de Pereira Barreto¹²⁴;

-Companhia Albertina, possui a Usina Albertina situada em Sertãozinho, região de Ribeirão Preto. Apesar de não haver mais informações disponíveis sobre esse grupo, destaca-se a sua associação com o grupo norueguês UMOE Bioenergy em 2007, que no ano seguinte adquiriu suas operações na região de Presidente Prudente: Destilaria Paranapanema em Narandiba¹²⁵.

-COCAL: iniciou suas operações em 1984 com a instalação da Cocal Açúcar e Álcool no município de Paraguaçu Paulista, que possui uma filial na região de Presidente Prudente, localizada em Narandiba¹²⁶;

¹²² <http://www.pedragroindustrial.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹²³ <http://www.viralcool.com.br/site/localizacao.php> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹²⁴ <http://www.usinasantaadelia.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹²⁵ <http://www.investe.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=1199&c=1> – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

¹²⁶ <http://www.cocal.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

-Central Energética Moreno Açúcar e Álcool: tem duas usinas no estado de São Paulo, sendo a sede no município de Luís Antônio, na região de Ribeirão Preto, e a filial no município de Monte Aprazível no mesmo estado. Não foi possível obter maiores informações sobre essa empresa;

-Bazan, grupo que possui duas usinas no município de Pontal, região de Ribeirão Preto. Não foi possível obter mais informações sobre esse grupo.

Além destes, há que se destacar a existência de empresas de menor porte com um caráter mais local e autônomo, dentre as quais podem ser destacadas: Pitangueiras Açúcar e Álcool (município homônimo), Destilaria Santa Clara (Jaboticabal), Usina Carolo (Pontal), Destilaria Lopes da Silva (Sertãozinho) na região de Ribeirão Preto; Atena - Tecnologias em Energia Natural Ltda. (Martinópolis) e Alvorada do Oeste (Santo Anastácio) na região de Presidente Prudente.

Os grupos empresariais também expressam diferenças entre as duas regiões, já que embora o capital multinacional tenha chegado a ambas em função da recente expansão do CAI canavieiro, vide LDC-SEV, RAÍZEN (COSAN/SHELL) e TEREOS na região de Ribeirão Preto e ETH Bioenergia e UMOE Bioenergy na região de Presidente Prudente, as empresas nacionais e regionais expressam diferenças. A região de Ribeirão Preto é a origem de grupos de relevância nacional como São Martinho, Balbo, além do grupo SantaElisa Vale, cuja maioria das ações foi adquirida em 2009 pela LDC-SEV, subsidiária da multinacional Louis Dreyfuss Commodities. Além disso, são originários da região grupos de importante expressão regional como Da Pedra, Virálcool e Usina Santa Adélia. Este fato reitera a importância dos capitais desta região no CAI canavieiro.

A região de Presidente Prudente é caracterizada pelos investimentos de capitais estabelecidos inicialmente em outras regiões. Os maiores empreendimentos recentes estão relacionados a grupos multinacionais, além disto se destacam grupos de outros estados: Olival Tenório (AL) e Usina Alto Alegre (PR); e de outra região do estado de São Paulo: COCAL, estabelecido em Paraguaçu Paulista. Verifica-se nessa região o caráter expansivo de grupos de outras origens.

Os agentes do CAI canavieiro ganham substância nas articulações entre os grupos multinacionais, nacionais e regionais e o Estado em suas diferentes expressões e ações, conferindo características às regiões. A partir de Corrêa (1996), verifica-se que estes agentes se envolvem de maneira essencial na combinação entre processos de inércia, coesão e difusão.

Inércia no sentido do previamente existente, a partir do qual novas relações se expressam. Na região de Ribeirão Preto os processos recentes conferem reiteraões e aprofundamentos de dinâmicas já existentes, já que desde o estabelecimento do PRÓALCOOL na década de 1970 é uma das mais importantes áreas produtoras do complexo. Por sua vez, na região de Presidente Prudente, a partir de características calcadas na produção agropecuária e marcadas pelos conflitos fundiários históricos, a expansão do CAI canavieiro transforma relações e características, definindo um novo caráter, de região canavieira.

Revela coesão no sentido de tornar mais densas as relações sustentadoras da economia canavieira na região de Ribeirão Preto, acentuando seu caráter de área essencial da mesma (Silva, 2004 e 2007; Oliveira, 2009). A coesão na região de Presidente Prudente se expressa nas articulações entre CAI canavieiro, latifundiários da região e Estado (Oliveira, *op cit.*; Thomaz Jr., 2009) e nos investimentos de capitais de diversas origens, que vem conformando as características da economia regional. Destacam-se as oportunidades de desenvolvimento apontadas pelo secretário de Agricultura do município de Mirante do Paranapanema¹²⁷.

Em ambas o caráter de difusão se expressa no aumento do predomínio em termos da área cultivada (Camargo *et al.*, 2008) e na expansão das atividades industriais em todo o território regional. Na região de Ribeirão Preto, verifica-se também na importância que os grupos regionais vão ganhando nacional e internacionalmente e no caráter de referência das características do CAI canavieiro que vem reforçando.

Os constantes movimentos e redefinições das divisões multi-escalares do trabalho articulam processos que configuram territórios (Massey, 1984; Harvey, 1990a; Brandão, 2007). Nesse sentido, o apelo internacional pelos produtos do CAI canavieiro (açúcar e álcool), os capitais multinacionais que vem sendo investidos se articulam às já históricas relações entre Estado e grupos empresariais canavieiros, expressas de múltiplas formas, configurando reiteraões ou novidades. Materializam-se regiões canavieiras de distintas espécies, envolvidas numa hierarquia de inserções a divisões inter-regionais, nacionais e globais do trabalho, em que

¹²⁷ Entrevista contextualizada no capítulo 3.

decisões e definições partem de lugares hegemônicos específicos (Brandão, 2007), e através de “mecanismos de desencaixe” (Giddens, 1991) conectam regional e local a processos muito mais amplos.

Enquanto forma espacial articuladora de territórios (Corrêa, 1988), as transformações e cristalizações da rede urbana expressam regionalmente o conjunto de articulações multi-escalares. Se há hierarquias globais, nacionais e inter-regionais (Harvey, 1990b; Brandão, 2007), há também as que se expressam no contexto das redes urbanas regionais. Dessa maneira é que se estabelecem diferenciações, especializações dos centros urbanos articuladores dos territórios (Faria, 1978; IPEA *et al.*, 2001a; IBGE, 2008), conectando e posicionando as distintas inserções locais à divisão regional do trabalho, fundada na idéia de que todas elas articulam territórios, mesmo que apenas o rural do próprio município (Singer, 1973a).

No âmbito do conjunto de relações articuladoras constituídas a partir do CAI canavieiro, as regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente expressam as distinções dos complexos em nível regional. Assim, se diferenciam em termos de sua estruturação, da densidade das relações que possibilitam maior definição e das temporalidades. Nesse sentido é que são registrados os significados das redes urbanas regionais no momento histórico atual.

Ribeirão Preto exerce alto grau de centralidade sobre a rede urbana de sua região, no estudo IPEA *et al.* (2001a e b) é considerada um centro regional, cujas características podem ser resumidas a partir do Quadro 2 (IPEA *et al.*, 2001a, p. 50): média centralidade em termos de hierarquização exercida sobre sua área de influência; baixa presença de centros decisórios e fluxos de relações com a rede urbana em escalas espaciais mais amplas; média dimensão do processo de urbanização; média diversificação/complexidade da economia urbana; e, média diversificação do terciário.

Em uma classificação mais recente registrada no estudo Regiões de Influência das Cidades 2007 (IBGE, 2008), Ribeirão Preto é definida como uma Capital Regional B, o que significa “capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (p. 11). A subdivisão B está relacionada a um padrão de localização mais regionalizado, o que distingue das Capitais Regionais A, que incluem as capitais estaduais não metropolitanas e Campinas, de alcance mais amplo.

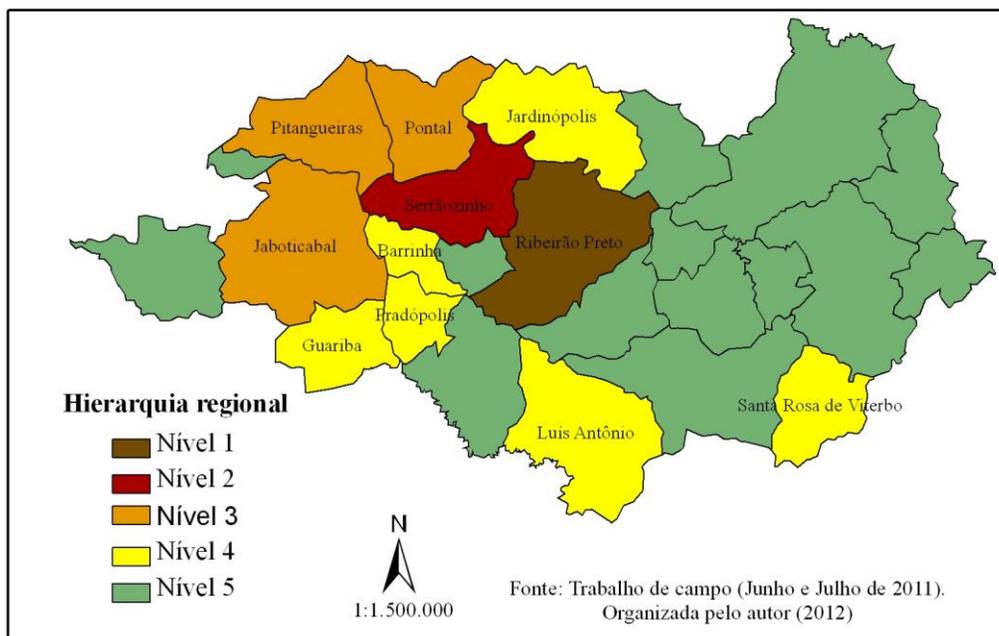
O estudo IPEA *et al.* (2001 a e b) classifica Presidente Prudente como um Centro Sub-regional de nível 1, expressando desta maneira: baixa centralidade em termos da hierarquização urbana regional; baixa dimensão do processo de urbanização; baixa complexidade/diversificação da economia urbana; e, média diversificação do terciário. Já o REGIC 2007 (IBGE, 2008) define o município como uma Capital Regional C, diferenciada da classificação atribuída a Ribeirão Preto em função do menor tamanho populacional e menor quantidade de relacionamentos referidos por outros municípios, ou seja, uma polarização dos serviços menos significativa em seu contexto regional.

A partir destas características, constituídas ao longo do processo histórico regional (Gonçalves, 1998), articulado a processos operantes em outras escalas espaciais (Massey, 1984; Brandão, 2007), Ribeirão Preto e Presidente Prudente se estabeleceram como os principais centros urbanos de suas respectivas regiões. Distinguindo-se pela maior centralidade regional e conexões com escalas espaciais mais amplas, Ribeirão Preto expressa uma maior relevância em termos de seu papel nas redes urbanas estadual e nacional, assim como em suas articulações a redes globais. A importância do CAI canavieiro se vincula a essa relevância, estabelecendo conexões mais coesas entre os centros urbanos constituintes dessa rede regional, o que se diferencia do seu papel na região de Presidente Prudente, na qual vem tendo papel transformador. Definem-se a partir das relações inerentes ao complexo canavieiro distintas redes urbanas nas duas regiões.

4.3.1 A rede urbana da região de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto constitui o principal centro urbano de uma região que, ao menos, desde os anos 1970, vem registrando grande importância do CAI canavieiro, sendo para autores como (1997), Silva (2004 e 2007), o *locus* fundamental desse complexo em nível nacional e de acordo com Oliveira (2009), até internacional. Por isto, papéis e inserções são bastante específicos, demonstrando especializações e sua diversidade no sentido apontado por Faria (1978). São definidos cinco níveis de inserção, sintetizados na Figura 9.

Figura 9: Rede urbana: CAI canavieiro, Região de Governo de Ribeirão Preto, 2011



Nível 1: o principal centro urbano da região se insere como um centro de serviços diversificados para os municípios do entorno. No contexto do CAI canavieiro, Ribeirão Preto é sede de serviços técnicos, financeiros e comerciais. Não à toa sedia um Terminal Multimodal da COPERSUCAR¹²⁸, além de um escritório da principal organização representativa dos empresários do complexo: UNICA¹²⁹. De acordo com Elias (1997), constitui o centro de uma região que expressa o Brasil agrícola moderno, fundado nos Agronegócios. O crescimento do interesse e dos investimentos na década de 2000 acentua o seu caráter de centro urbano articulador do território fundamental da cana.

Nível 2: o segundo tipo de inserção é bastante específico, tendo repercussões que extravasam os limites regionais. Sertãozinho é centro industrial destacado no processamento de cana-de-açúcar, já que seis usinas estão instaladas no município, maior quantidade entre os municípios do país, de acordo com as informações do Departamento da Cana-de-açúcar e

¹²⁸ www.copersucar.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

¹²⁹ www.unica.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹³⁰. Porém, a especificidade do município é mais ampla do que a concentração de atividades industriais do CAI canavieiro.

Localizam-se em Sertãozinho diversas indústrias de fabricação de equipamentos para a indústria sucroalcooleira. Originadas a partir de oficinas voltadas à manutenção e conservação do maquinário das usinas de açúcar e etanol do município¹³¹, tornaram-se indústrias importantes no ramo de equipamentos, conferindo novas especificidades à economia local. Para exemplificar estas indústrias podem ser citadas: Dedini, CALDEMA, Fundação Moreno; e CAMAQ¹³². Todas estas são fabricantes de equipamentos para a produção de açúcar e etanol, atuantes nos mercados nacional e internacional. A Dedini integra o grupo Dedini de Indústrias de Base, originado e sediado em Piracicaba (SP). As outras três empresas foram criadas e têm sede em Sertãozinho.

Nível 3: caracterizados pela presença de mais de uma unidade de processamento de cana-de-açúcar, três municípios compõe o terceiro nível da hierarquização urbana fundada nas articulações regionais do CAI canavieiro: Jaboticabal, Pitangueiras e Pontal. Caracterizam-se pela distinção em relação aos municípios com apenas uma unidade em função de estarem envolvidos em uma maior quantidade de relações do complexo. Jaboticabal é o terceiro município mais populoso da região (71.625 em 2010), atrás apenas de Ribeirão Preto (603.774) e Sertãozinho (109.936)¹³³, o que lhe confere um caráter diferenciado nesse contexto em virtude de ter uma estrutura comercial e de serviços mais ampla, além de um mercado de trabalho mais diversificado.

Nível 4: o quarto grupo é o daqueles municípios que possuem ao menos uma usina em seu território. Fazem parte deste grupo seis municípios: Barrinha, Guariba, Jardinópolis, Luiz Antônio, Pradópolis, Santa Rosa de Viterbo e Serrana. Guariba é o centro urbano com especificidades em termos da circulação de trabalhadores na região, destacadas em sessão posterior.

Nível 5: o último grupo é dos municípios envolvidos nas relações do CAI canavieiro regional apenas em função de terem áreas ocupadas com a plantação de cana-de-açúcar. Possivelmente muitos deles também são espaços de residência de trabalhadores do complexo.

¹³⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

¹³¹ www.sertaozinho.com/industrias - Acesso em 5 de janeiro de 2012.

¹³² Respectivamente: www.dedini.com.br, www.caldema.com.br; www.moreno.ind.br e www.camaq.com.br - Acesso em 5 de janeiro de 2011.

¹³³ Informações do Censo 2010 – www.ibge.gov.br - Acesso em 5 de janeiro de 2012.

Fazem parte deste grupo: Altinópolis, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapar, Monte Alto, Santa Cruz da Esperança, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul e Taquaral.

Neste contexto, Monte Alto  o mais diferenciado dos municípios, pois além de apresentar um maior tamanho populacional em 2010¹³⁴, 46.616 habitantes, sendo que todos os outros dessa categoria tinham menos de 25 mil,  considerado um Centro de Zona B na classificao do REGIC 2007 (IBGE, 2008), enquanto todos os outros são Centros Locais. Isto significa que Monte Alto exerce influência sobre os municípios do seu entorno imediato, enquanto os outros se limitam ao seu próprio território.

4.3.2 A rede urbana da região de Presidente Prudente

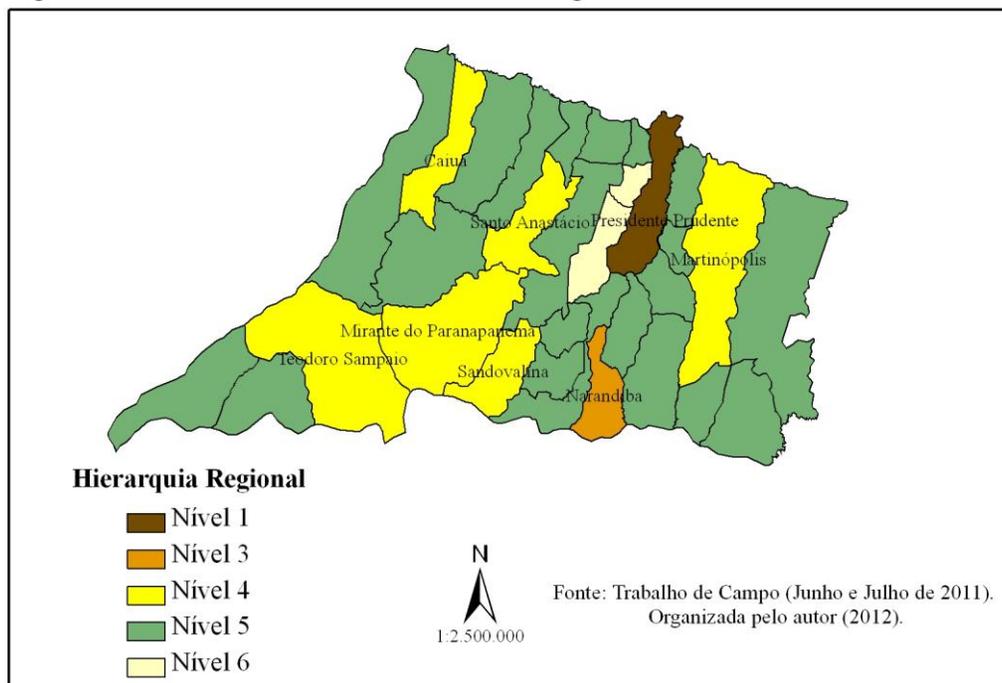
A região de Presidente Prudente  área de expansão fundamental do CAI canavieiro (Oliveira, 2009; Thomaz Jr., 2009), especialmente por possibilitar a incorporao de novas áreas (Camargo *et al.*, 2008), estando situado no estado caracterizado pela maior participao da produo do complexo em nível nacional. Enquanto rea de expansão não tem características de insero tão definidas quanto aquelas da região de Ribeirão Preto, ou seja, as atividades desenvolvidas não permitiram até o momento uma diversificao relevante das atividades e mesmo uma especializao dos centros urbanos.

A hierarquizao verificada está mais relacionada com processos inerciais de características pré-existentes, constituídas ao longo do processo histórico regional (Gonçalves, 1998). Há também cinco níveis de insero a rede urbana do CAI canavieiro regional, porém não existe o Nível 2, já que não há centros urbanos com indústrias voltadas ao complexo e registra-se um Nível 6, de municípios sem registro de produo de cana-de-aucar de acordo com a pesquisa Produo Agrícola Municipal¹³⁵. A Figura 10 registra os níveis existentes na região de Presidente Prudente.

¹³⁴ Informaoes do Censo 2010 – www.ibge.gov.br - Acesso em 5 de janeiro de 2012.

¹³⁵ Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br - Acesso em 5 de janeiro de 2012.

Figura 10: Rede urbana: CAI canavieiro, Região de Presidente Prudente, 2011



Nível 1: o principal centro urbano regional constitui esse nível, porém tem características bastante distintas. Na atualidade Presidente Prudente não constitui uma referência do CAI canavieiro como Ribeirão Preto, já que a maior parte das relações que articula estão relacionadas à própria região, em decorrência de características anteriores a um maior desenvolvimento do complexo canavieiro. No sentido da estruturação de relações do complexo é importante ressaltar que em 2006 a Usina Alto Alegre S.A., que já tinha uma unidade fabril em Presidente Prudente, transferiu sua sede para o município. Este fato aliado à instalação de novas unidades na região nos próximos anos (Camargo *et al.*, 2008; Oliveira, 2009; Thomaz Jr., 2009), pode conformar um papel aprofundado deste centro urbano no contexto mais amplo do CAI canavieiro.

Nível 3: apenas um centro urbano tem mais de uma unidade fabril do setor em seu território: Narandiba, município de apenas 4.283 habitantes em 2010 de acordo com as informações censitárias¹³⁶. Uma das unidades é filial de um grupo estabelecido em Paraguaçu Paulista, município próximo, situado na região de Governo de Assis. A outra é uma unidade do grupo norueguês UMOE Bioenergy, adquirida da Companhia Albertina, situada na região de Ribeirão Preto. Os municípios do Nível 3 nesta última região: Jaboticabal, Pitangueiras e Pontal,

¹³⁶ www.ibge.gov.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

têm unidades fabris originadas nos próprios municípios, ainda que posteriormente tenham sido adquiridas por grupos maiores, o que ressalta o caráter expansivo da instalação das usinas em Narandiba e vem conferindo a este um grau relevante de centralidade no contexto das articulações regionais do CAI canavieiro.

Nível 4: na região de Presidente Prudente seis municípios têm ao menos uma usina em seu território: Caiuá, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio. A existência destas unidades fabris permite ressaltar a centralidade destes municípios no CAI canavieiro regional, mesmo sendo todos de pequeno porte populacional: Martinópolis, o mais populoso, tinha 24.203 habitantes em 2010 e Caiuá, o menos populoso, 5.031¹³⁷.

Nível 5: constituído pelos municípios em que ao menos há produção agrícola do complexo e em muitos casos são espaços residenciais de trabalhadores. São 23 municípios: Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Nantes, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Expedito, Taciba e Tarabaí. Distinguem-se dos municípios de Nível 4 da região de Ribeirão Preto pelo fato de vários só passarem a registrar área colhida com cana-de-açúcar na década de 2000, o que não foi registrado nessa outra região de acordo com as informações da Produção Agrícola Municipal¹³⁸.

Os municípios de Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Rancharia se distinguem nesse contexto pelo fato de serem o 2º, 3º e 4º municípios mais populosos da região em 2010, com respectivamente 41.301, 37.905 e 28.804 habitantes, atrás apenas de Presidente Prudente (207.449)¹³⁹. Além disto, o REGIC 2007 (IBGE, 2008) os classifica como Centro de Zona B, caracterizados por possuírem uma área de influência maior do que o seu próprio território. Presidente Venceslau também se destaca enquanto espaço residencial de trabalhadores migrantes do CAI canavieiro regional, questão abordada na seção seguinte.

Nível 6: encontrado apenas nesta região, refere-se aos municípios que não registraram colheita de cana-de-açúcar ao longo da década de 2000¹⁴⁰. Dois municípios se encontram nesta

¹³⁷ www.ibge.gov.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

¹³⁸ Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

¹³⁹ www.ibge.gov.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

¹⁴⁰ Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

situação: Alfredo Marcondes e Álvares Machado. Suas características demonstram sua escassa conexão com a dinâmica do CAI canavieiro regional.

O complexo conjunto de articulações materializado nas dinâmicas regionais e locais do CAI canavieiro, expressa as relações entre processos ocorridos nestas escalas e o que ocorre nacional e globalmente. Estas articulações são reveladas através dos movimentos das divisões espaciais do trabalho. Significa nesse contexto (re) valorizações de lugares e atividades, que assim têm transformadas seus papéis nos processo de acumulação (Massey, 1984; Brandão, 2007).

Verifica-se como questão fundamental durante a década de 2000 a ampliação dos limites das escalas decisórias. Historicamente a produção de açúcar e álcool esteve articulada ao Estado brasileiro (Veiga Filho e Ramos, 2006; BNDES/CGEE, 2008). Na atualidade empresas multinacionais, organismos e governos internacionais vêm se envolvendo nas relações do complexo. Por isto, não surpreende a presença de capitais multinacionais em empresas brasileiras, a aquisição das mesmas por grupos internacionais, que assim passaram a marcar presença nas regiões produtoras. Desloca-se o poder decisório, que se distancia cada vez mais dos espaços da produção, a partir de hierarquias e hegemonias (Brandão, 2007), definidas por agentes de atuação global. Verificam-se desta maneira, expressões do processo de globalização, sobre o qual Giddens (2005, p. 61) aponta:

A globalização é muitas vezes retratada apenas como um fenômeno econômico. Muito disso se deve ao papel das corporações transnacionais (CTs), cujas operações massivas se expandem através de fronteiras nacionais, influenciando os processos de produção global e a distribuição internacional do trabalho.

A leitura marcadamente econômica do processo de globalização revela a importância da circulação de capitais e de sua influência nos processos desdobrados em escalas espaciais mais restritas. Porém, no âmbito das questões não abarcadas nesse retrato econômico estão fenômenos sociais, culturais, políticos, que se articulam ao econômico na produção de “configurações espaciais” (Harvey, 1990a). No contexto de articulações do CAI canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, como corolário da circulação de capitais, se verifica a circulação de trabalhadores (Gaudemar, 1977; Harvey, 1990a), para atender as demandas de mão

de obra em atividades como o trabalho agrícola no corte da cana. A seguir, são explorados os significados da circulação de trabalhadores, destacando especialmente a mobilidade espacial que tem as regiões consideradas como destinos na constituição de “territórios circulatórios” (Tarrius, 2000).

4.4 A mobilidade circular de trabalhadores e as articulações entre escalas espaciais

As regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente constituem destinos no contexto dos “territórios circulatórios” (Tarrius, 2000), dos cortadores de cana. A mobilidade espacial constituinte desta territorialidade tem caráter compulsório (Alves, 2007), em função das condições de vida na origem (Silva, 1999), o que fundamenta o seu nível macro, mas também se vincula às possibilidades de ampliar recursos para múltiplos usos (Novaes, 2007), característica básica do seu nível micro.

A demanda por trabalhadores braçais é relevante nas atividades agrícolas do CAI canavieiro, combinando-se à valorização que trabalhadores originários de áreas pobres do país conferem a ocupações que recompensem diferencialmente o esforço físico (Novaes, *op cit*), expressos no pagamento por produtividade. As redes migratórias através de seus vários agentes (Silva, 1999), conectam demandas dos empresários e interesses dos trabalhadores, arregimentando mão de obra e dando suporte ao deslocamento para as áreas produtoras e ao estabelecimento no destino.

A divisão espacial do trabalho é marcante nas relações entre origens e destino através de contínuo movimento de valorização de lugares e atividades que se processa através das articulações entre múltiplas escalas espaciais (Massey, 1984; Harvey, 1990a; Brandão, 2007). As áreas de origem são marcadas pela inserção problemática à divisão do trabalho, em função de processos de estagnação ou de mudança, que transformam relações previamente estabelecidas (Durham, 1973; Singer, 1973b). Estas formas de inserção implicam na necessidade de buscar em outras regiões os recursos necessários à manutenção de pequenas atividades agrícolas ou para determinados formas específicas de consumo (Novaes, 2007).

Nas áreas de destino o movimento do capital busca a reprodução contínua de seu processo acumulativo (Harvey, 1990a; Brandão, 2007), valorizando lugares e atividades. A produção de açúcar e etanol, historicamente importante no contexto nacional, ganha novos interesses devido à participação do capital multinacional. Logo, regiões produtoras ganham status de áreas preferenciais para novos ou reiterados investimentos. A circulação de capitais que beneficia o

CAI canavieiro, amplia áreas produtoras e quantidades produzidas, o que amplia a demanda por trabalhadores.

Conectam-se áreas de origem e áreas de destino, as primeiras como “fontes” de mão de obra e as últimas como *locus* de investimentos em atividades que as demandam. Como as dinâmicas do CAI canavieiro são caracterizadas por este conjunto de articulações entre processos multi-escalares, a mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas também se vincula a estas. Além de conectar áreas de origem e destino, tal deslocamento ocorre de maneira relacionada a processos de decisão de investimentos, estratégias quanto à mão de obra, apoio governamental e outros, que na maioria das vezes acontecem em lugares cada vez mais distantes.

Compreendendo a rede urbana como a forma espacial que condiciona e reflete a divisão espacial do trabalho nas mais variadas escalas espaciais (Corrêa, 1988), e constatando a importância que as articulações multi-escalares do CAI canavieiro têm nas dinâmicas das regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, verifica-se a relevância da mobilidade espacial dos trabalhadores também nas relações que reiteram ou transformam as redes urbanas. Duas questões são marcantes com relação a essa mobilidade, especialmente em termos comparativos: municípios que são espaços de residência; e, os deslocamentos intra-regionais de trabalhadores.

Diversos municípios das duas regiões são espaços de residência de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, sejam migrantes com perfil circulatório ou pessoas que migraram e se estabeleceram, assim como trabalhadores das próprias regiões. Certamente há migrantes nas cidades de maior porte populacional como Ribeirão Preto e Presidente Prudente, porém a maior parte dos migrantes reside nas pequenas cidades das regiões (Silva, 1999).

O trabalho agrícola leva à necessidade do deslocamento dos trabalhadores desde seus espaços residenciais até as áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Autores como Mello (1976) e Silva (1999) destacam esta questão, especialmente problemática quando o transporte era realizado por meio de caminhões “adaptados”. Questão relevante na atualidade é o fato de a maioria dos empregados trabalhar em várias áreas de cultivo ao longo da safra, já que os fornecedores das usinas muitas vezes estão separados espacialmente. João, cortador de cana maranhense entrevistado em Guariba¹⁴¹, relatou ter haver trabalhado muitas semanas em regiões distantes do município. A empresa para a qual trabalha, a Central Energética Moreno em Luiz Antônio, tem outra unidade em Monte Aprazível (SP), por isso em vários momentos da safra foi

¹⁴¹ Todas as entrevistas citadas deste ponto em diante estão melhor contextualizadas e detalhadas no Capítulo 3.

transportado para as áreas de colheita próximas a este último município, o que significava quatro horas de viagem na ida e mais quatro na volta.

As duas questões acima elencadas ressaltam o caráter mais visível das expressões da mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro. Porém, seus significados no âmbito das redes urbanas regionais são mais amplos, especialmente porque envolvem diferenças importantes entre as regiões consideradas.

Os pequenos municípios da região de Ribeirão Preto constituem a longo tempo espaços residenciais dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, o que lhes confere uma especificidade enquanto cidades-dormitório no contexto das articulações regionais. Seus papéis são definidos e refletem na criação de um mercado imobiliário específico para os migrantes. João, trabalhador agrícola residente em Guariba e diretor do Sindicato dos Empregados Rurais do município, relatou a existência de diversos proprietários de terrenos que constroem unidades habitacionais para alugar para os migrantes, situação que verifica também em outros municípios da região como Pradópolis, Barrinha, Dumont, entre outros.

Os municípios da região de Presidente Prudente não têm esse papel tão definido, mesmo que em alguns deles ocorra o mesmo tipo de situação. Ressaltando esse fato, verificou-se que os trabalhadores entrevistados no município de Presidente Venceslau, região de Presidente Prudente, estavam residindo em hotéis do município. Conforme relato do presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, anteriormente os trabalhadores mineiros contratados pela DECASA estavam residindo em um alojamento na periferia de Presidente Venceslau. A empresa, após ter sido autuada em virtude das más condições do local, preferiu na safra seguinte a instalação em pequenos hotéis na região central da cidade.

Verifica-se na situação observada uma dimensão de um conjunto de articulações do CAI canavieiro de caráter menos estruturado na região de Presidente Prudente: a necessidade das empresas terem se responsabilizar diretamente pelo alojamento. Logicamente isto também ocorre na região de Ribeirão Preto (Silva, 1999 e 2007), porém de maneira menos sistemática e em barracões localizados na periferia das cidades ou nas proximidades dos canaviais, dificilmente em hotéis.

O alojamento em hotéis de Presidente Venceslau permite destacar outra questão relevante: Caiuá, o município em que está sediada a DECASA (responsável pelo alojamento de

trabalhadores), tinha apenas 5.031 habitantes em 2010¹⁴², não tendo estrutura de hospedagem para os trabalhadores, logo eles foram instalados no município vizinho. A proximidade com Caiuá faz de Presidente Venceslau município de alojamento dos trabalhadores da DECASA, relação que não necessariamente ocorre na região de Ribeirão Preto.

Os municípios desta última são espaços de residência de migrantes que tem regiões ou municípios de origem semelhantes, porém não necessariamente os lugares de trabalho são os mesmos. Os seis trabalhadores migrantes entrevistados em Guariba são de três municípios: três de Timbiras (MA), dois de Piritiba (BA) e um de Teresina (PI). Entre os maranhenses, João e José trabalhavam na Central Energética Moreno em Luiz Antônio e Luís na Usina Bonfim do grupo RAÍZEN em Guariba. O baiano Gustavo trabalhava na Usina São Carlos (LDC-SEV) em Jaboticabal, enquanto seu conterrâneo Adailton na Usina Bonfim. O piauiense Antônio também trabalhava na Central Energética Moreno.

Entre os trabalhadores residentes em Guariba também há variações, pois enquanto João e Vicente trabalhavam na Usina Bonfim no próprio município, Celestina trabalhava na Usina São Carlos em Jaboticabal. Já os quatro trabalhadores entrevistados em Presidente Venceslau, provenientes de dois municípios do Jequitinhonha (Capelinha e Minas Novas) e um do Norte mineiro (Espinosa), trabalhavam todos na DECASA em Caiuá.

Verifica-se que enquanto Guariba registra uma quantidade igual de regiões de origem e lugares de trabalho, Presidente Venceslau concentrou trabalhadores de duas regiões de um mesmo estado (Minas Gerais, sendo limítrofes inclusive), em uma unidade produtiva. Este é um indicativo de que Guariba registra concentrações de origens específicas de trabalhadores, ressaltadas inclusive pelos próprios entrevistados. No entanto, os lugares de trabalho são diversificados, estando relacionados às conexões dos migrantes com outros cortadores, agenciadores, turmeiros (Silva, 1999). Sendo este processo que expressa a organização social da migração através das redes (Massey, 1986), assim como as relações assimétricas presentes nestas (Krissman, 2005). A organização em redes e as relações assimétricas também foram verificadas entre os trabalhadores migrantes entrevistados em Presidente Prudente, porém há um direcionamento para o trabalho na mesma empresa.

O caráter específico de determinadas origens em determinados lugares de destino foi ressaltado pelo padre coordenador da Pastoral dos Migrantes em Guariba ao apontar que, além da

¹⁴² www.ibge.gov.br – Acesso em 6 de janeiro de 2012.

predominância de maranhenses no próprio município, há concentrações de baianos em Sertãozinho, paraibanos em Pradópolis, demonstrando sua relevância regional. Distintamente, a região de Presidente Prudente registra concentrações em função das unidades produtivas, com os trabalhadores residentes em determinadas localidades trabalhando nas mesmas empresas.

O fato de as regiões serem distintas quanto à quantidade de cidades-dormitório, implica em que os fluxos de trabalhadores que a partir destas se deslocam para diversas áreas de cultivo de diferentes empresas em todo o âmbito da região de Ribeirão Preto também se coloque como questão relevante. Verificam-se maiores intensidade e diversidade de direções dos fluxos cotidianos.

Ainda no contexto das distinções entre as duas regiões produtoras em termos dos “territórios circulatórios” (Tarrus, 2000), se faz relevante destacar uma consideração do padre referido acima de que “Guariba é um entreposto de trabalhadores para o corte de cana”. A maioria dos migrantes que conseguem trabalho nas usinas do estado de São Paulo se desloca com contratos acertados desde a origem, como pode ser verificado nas narrativas registradas no terceiro capítulo, porém há um deslocamento de pessoas mais amplo. Muitos trabalhadores sem contrato, das mesmas origens, também se dirigem às regiões produtoras em São Paulo, buscando obter trabalho diretamente no lugar de destino. Em Guariba, muitos destes são agenciados para cortar cana em outras regiões produtoras, como o Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Através desta característica o município de Guariba, de reconhecida importância no contexto da mobilidade de trabalhadores relacionada ao CAI canavieiro (Silva, 1999; Alves, 2007; Vetorassi, 2007 e 2010), que em função disto é sede da Pastoral dos Migrantes, registra características que apontam sua relevância mais ampla no contexto de articulações do CAI canavieiro. Constituindo um entreposto de trabalhadores, as atividades nesse centro urbano possibilitam a obtenção de trabalhadores por empresários que atuam em regiões produtoras distantes.

As características acima elencadas não apenas destacam a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas como constituinte fundamental das articulações regionais do CAI canavieiro, como também a vinculam às relações estruturadoras das regiões. Verifica-se que as relações multi-escalares (Massey, 1984; Brandão, 2007), que articulam as dinâmicas do CAI canavieiro na atualidade também estão vinculadas aos deslocamentos de trabalhadores.

O caráter mais estruturado dos processos relacionados à mobilidade espacial de trabalhadores no contexto da região de Ribeirão Preto se relaciona à própria constituição mais antiga desta como território referencial do CAI canavieiro. As posições, hierarquias, especializações e diversificações contextualizam redes urbanas mais consolidadas em termos das relações do CAI canavieiro, sendo que também as expressões da mobilidade espacial de trabalhadores as definem. Cidades-dormitórios, intensos e variados deslocamentos cotidianos, entrepostos de mão de obra articulam relações que ultrapassam os limites regionais, demonstrando assim que também a mobilidade espacial caracteriza papéis na rede urbana regional. Verifica-se assim, mais um aspecto que aponta relações mais densas na região de Ribeirão Preto quando compara àquela de Presidente Prudente.

A circulação de capitais envolvida nas articulações regionais tem como corolário a circulação do trabalho (Gaudemar, 1977; Harvey, 1990a). Trabalhadores buscando a ampliação de seus recursos para diversos usos (Novaes, 2007), não havendo possibilidade de realizá-la na origem em função das condições de problemáticas de inserção à divisão do trabalho (baseado em Durham, 1973 e Singer, 1973b), se engajam compulsoriamente (Alves, 2007) na mobilidade para o trabalho no corte da cana. Este movimento constitui no período recente, parte fundamental dos “territórios circulatórios” (Tarrus, 2000) dos grupos sociais envolvidos.

O aumento da demanda por trabalhadores migrantes em decorrência da expansão do CAI canavieiro durante a década se contrapõe à redução dos postos de trabalho agrícolas em função da mecanização (Silva, 2004; Ramos, 2007). Resta uma questão: quais serão os desdobramentos das trajetórias destes migrantes no âmbito de suas territorializações? De difícil resposta, cobra em curto prazo resposta dos formuladores e implementadores de políticas sociais e regionais, não deixando estas pessoas à mercê de um capital com capacidade de circulação cada vez mais ampla, que em determinados momentos requer esta mão de obra para o trabalho em atividades de pouca qualificação e em condições problemáticas.

CONCLUSÕES

A elaboração desta tese levou à estruturação de conclusões em três níveis. O primeiro tem natureza metodológica, se refere ao próprio desenvolvimento da pesquisa em termos dos procedimentos para a sua realização. O segundo está relacionado aos resultados em si, ou seja, diz respeito à relevância das questões aqui descritas e analisadas. O terceiro trata das contribuições deste trabalho, tanto em relação aos debates teóricos mais amplos de mobilidade espacial da população e a questão regional, quanto os desdobramentos da abordagem proposta em relação a debates políticos pouco críticos, como vem sendo o caso dos biocombustíveis.

As conclusões de natureza metodológica têm como fundamento as possibilidades e limitações das fontes de informações estatísticas utilizadas e os novos olhares estruturados a partir das entrevistas com os cortadores de cana durante a realização do trabalho de campo. A impossibilidade de ter na mesma fonte informações completas sobre mercado de trabalho e migração, levou à necessidade de integrar três fontes de naturezas e características distintas: Censo Demográfico 2000, PNADs e RAIS da década de 2000. Apesar das dificuldades em articular informações tão variadas, foi constituído um painel das características do trabalho e dos trabalhadores do CAI. Essa análise reiterou a importância dos trabalhadores migrantes na dinâmica da expansão das atividades canavieiras no Brasil. A articulação de distintas pesquisas e o diálogo entre seus resultados revelou, por outro lado, a riqueza de uma abordagem complementar entre elas.

A realização de entrevistas qualitativas com os cortadores de cana foi fundamental para a compreensão das relações entre as dimensões macro e micro da mobilidade espacial na qual eles se engajam. Além de permitir o acesso a questões que não poderiam ser abordadas de outras formas, esta metodologia de pesquisa ampliou as possibilidades de compreensão dos processos de natureza estrutural, que interferem e se materializam em níveis individuais ou domiciliares. Captar as narrativas das pessoas diretamente envolvidas no processo constitui a melhor forma de compreender trajetórias, desdobramentos e perspectivas. Nesse sentido, as entrevistas possibilitaram uma abordagem mais integrada entre distintos níveis analíticos.

O desenvolvimento da tese envolveu a análise de diversas questões. Primeiramente destaca-se a relevância do conceito de divisão espacial do trabalho para a abordagem das dinâmicas regionais e especialmente da mobilidade espacial da população. Em segundo lugar

apontou-se a importância dos trabalhadores migrantes no contexto do CAI canavieiro paulista. Outra dimensão apresentada relaciona-se às características e tendências da mobilidade espacial dos cortadores de cana na atualidade. Por último observou-se as expressões da mobilidade espacial nas articulações multi-escalares que transformam o CAI canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

A divisão espacial do trabalho se mostra relevante para a análise das dinâmicas regionais, pois possibilita abordar as transformações das articulações multi-escalares ao longo do tempo. Entender as dinâmicas regionais e as redes urbanas a partir dos processos que as vem transformando envolve a necessidade de abordar os movimentos da divisão do trabalho. Esta se estrutura em torno de diversas questões: dimensões históricas, processos multi-escalares, agentes políticos ideológicos de suas inserções, à diversidade de estruturas produtivas e ocupacionais e interações espaciais.

A mobilidade espacial expressa as diversas dimensões relativas aos movimentos da divisão espacial do trabalho, constituindo articulações intra-regionais, inter-regionais e até internacionais. A questão mais importante para esta tese é que as regiões de origem dos cortadores se enquadram periféricamente nas divisões do trabalho mais amplas, enquanto as áreas produtoras (de destino) têm uma inserção mais favorável, sendo “beneficiadas” nos movimentos valorativos de territórios. Isto se relaciona, como foi discutido anteriormente, à circulação do capital.

A mobilidade espacial de trabalhadores é essencial para o mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista, considerando não apenas os trabalhadores que se deslocam das regiões mais pobres do país para as áreas produtoras no período de safra, mas também as pessoas originárias das mesmas regiões que se estabelecem nas pequenas cidades do interior paulista. Com relação aos primeiros cabe ressaltar a demanda dos empresários do complexo, ocasionada pela necessidade permanente de mais mão-de-obra. A demanda crescente se relaciona à alta produtividade exigida, o que dinamiza a “cartografia migratória” (Silva, 2004). Esta se expressa através das mudanças não apenas nas áreas de origem predominantes em geral, mas também em cada uma das áreas produtoras.

A partir da causalidade dos deslocamentos nas origens, que repercutem em motivações individuais e familiares, há um engajamento na mobilidade mediada por redes de suporte à obtenção de trabalho, ao deslocamento e ao estabelecimento nas regiões produtoras. Articulam-se

desta maneira dimensões macro e micro da mobilidade dos cortadores de cana, originada em regiões de inserção problemática a uma divisão nacional do trabalho, nas quais a ampliação dos recursos individuais ou domiciliares é dificultada ou mesmo impossibilitada. O trabalho nas atividades canavieiras, obtido mediante os contatos com conterrâneos, se coloca como possibilidade diante da demanda decorrente da expansão do complexo.

A mobilidade espacial dos cortadores de cana é histórica, porém na atualidade ganha novos contornos relacionados à sua espacialidade. Tendo a origem como referência, seus deslocamentos envolvem o trabalho em várias regiões produtoras de cana, mas também em outras atividades e em outros lugares. Outro elemento importante são as diferentes estratégias temporais em relação ao retorno, que acaba quase sempre ocorrendo. Esse quadro caracteriza uma mobilidade circular. Desta maneira, suas trajetórias estabelecem “territórios circulatorios” (Tarrus, 2000), que envolvem origem, lugares onde trabalham, além de possíveis outros destinos vinculados ao trabalho em distintas atividades. Neste contexto, tais espacialidades se referem aos grupos sociais definidos a partir das origens, não sendo necessariamente expressos por todos que se engajam na mobilidade para o trabalho no corte da cana.

O estabelecimento dessas espacialidades circulatorias permite discordar de algumas definições da mobilidade dos cortadores de cana consolidadas na literatura. A cana-de-açúcar é uma cultura sazonal, o que faz com que o trabalho nestas atividades possa representar apenas uma passagem em suas trajetórias de mobilidade. Seus deslocamentos são mais amplos temporalmente, o que impossibilita entendê-los como temporários. Por outro lado, esta mobilidade não pode ser entendida como migração, já que não envolve lugares de origem e destino específicos. Os “territórios circulatorios” (Tarrus, *op cit.*) dos cortadores de cana são uma abordagem mais adequada, pois destacam a existência de origens das trajetórias conectadas a diversos destinos. Esta diversidade está expressa nas narrativas analisadas, nas quais foram ressaltadas a mobilidade para o trabalho em outras atividades e em outros lugares. Além disto, outra dimensão observada nestas falas foram os deslocamentos para o próprio corte de cana em outras regiões produtoras e a mudança de área produtora na mesma safra através do acionamento de suas redes de contato.

A mobilidade circular dos cortadores de cana constitui parte fundamental dos processos multi-escalares que articulam as dinâmicas do CAI canavieiro nas regiões de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Em ambas o processo de expansão ocorrido na década de 2000 agregou

agentes da escala global a um contexto marcado por relações históricas entre empresários e Estado nas escalas nacional e regional. As articulações recentes operam sobre regiões produtoras bastante distintas, já que enquanto a de Ribeirão Preto é área de reiteração e aprofundamento do CAI canavieiro, aquela de Presidente Prudente consolida-se recentemente como área de expansão. Em virtude destas diferenças, as inserções dos centros urbanos às redes estabelecidas em torno às atividades do CAI canavieiro também registra distinções, já que na primeira região há especialidades e hierarquias mais definidas, enquanto na outra vem se operando um processo de estabelecimento destas características.

A consideração de ambas as regiões como áreas de destino no contexto dos “territórios circulatórios” (Tarrus, 2000) dos cortadores de cana é importante, mas a relevância dos deslocamentos de trabalhadores é mais ampla. Estes também se relacionam às hierarquias e posições estruturadas a partir de processos multi-escalares, definindo inserções e caracterizando especializações no contexto das redes urbanas regionais. Novamente, os processos mais aprofundados do CAI da região de Ribeirão Preto implicam em diferenciações, exemplificadas por cidades-dormitório e “entrepostos” de trabalhadores. Este é o caso de Guariba, que se conecta às articulações mais amplas do complexo, especialmente considerando outras regiões produtoras do Centro-Sul do país.

A mobilidade circular dos cortadores de cana está relacionada aos movimentos da divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas. Numa perspectiva mais ampla, este movimento conecta áreas de origem periféricas em relação à circulação de capitais com áreas produtoras de cana-de-açúcar valorizadas nesse contexto. Em escala regional, a mobilidade articula inserções locais às redes urbanas regionais. Desta maneira, essa mobilidade se enquadra como um fenômeno da realidade social vinculada aos processos que não apenas ocorrem, mas se impõe a partir de escalas espaciais mais amplas, constituindo parte das articulações que definem inserções locais, regionais, inter-regionais, nacionais e globais.

A compreensão da mobilidade dos cortadores de cana a partir deste contexto de vinculações entre escalas implica na possível contribuição deste trabalho ao debate sobre as dinâmicas migratórias na atualidade. A análise proposta aponta estes deslocamentos como um processo estruturante da sociedade (nas origens e nos destinos). Uma marca importante do fenômeno é seu caráter compulsório, caracterizado fundamentalmente pelas difíceis condições na origem. Os deslocamentos acontecem a partir de arranjos familiares, estratégias domiciliares e

redes de contatos. Deste modo, a circulação de capitais está diretamente relacionada à circulação do trabalho (Gaudemar, 1977; Harvey, 1990a). Nesse sentido, o enfoque proposto contrapõe-se a abordagens individualistas, baseadas exclusivamente em cálculos racionais e àquelas para as quais a motivação está em fatores no destino. Neste contexto, verifica-se a importância da articulação entre dimensões macro e micro, além da integração de teorias e metodologias.

A presente tese também constitui contribuição ao debate recente sobre a questão regional ao demonstrar a importância das articulações entre processos multi-escalares na estruturação do CAI canavieiro em ambas as regiões consideradas. As inserções de cada lugar são constituídas historicamente de maneira relacionada às inserções regionais, inter-regionais e nacionais, que cada vez mais se vinculam às lógicas globais. Não se verifica neste âmbito, espaço para endogenias, voluntarismos regionais ou locais, já que conforme foi destacado, empresas de âmbito multinacional vêm se inserindo no contexto da recente expansão.

Uma última dimensão importante trazida pelo trabalho são os desdobramentos políticos dos elementos aqui analisados para o debate acerca dos biocombustíveis. Contrapondo-se à valorização midiática, governamental e dos empresários do CAI canavieiro em relação às possibilidades do etanol e do Brasil enquanto produtor e exportador, este estudo aponta importantes impactos sociais das atividades canavieiras. Dentre estes se destacam: o desemprego dos trabalhadores residentes nas regiões produtoras; a diminuição da possibilidade dos migrantes circulares obterem trabalho no CAI canavieiro em função da mecanização; continuidade das trajetórias estruturadoras de “territórios circulatórios” (Tarrus, 2000) em direção a atividades caracterizadas por más condições de trabalho e pela importância do trabalho braçal.

Diante disto e das recentes notícias sobre a exploração extrema de trabalhadores do CAI canavieiro¹⁴³ e da significativa presença de empresas canavieiras na “Lista Suja do Trabalho Escravo”¹⁴⁴, constituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego, se colocam as seguintes questões: Por que não cortar benefícios e apoios estatais a empresas que, mesmo sem entrar na “Lista Suja”, se caracterizam pelos atrasos nos pagamentos dos trabalhadores, exigem uma produtividade perigosa à saúde dos mesmos e alojam migrantes em condições degradantes? Por que não investir no desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões expulsoras de população?

¹⁴³ <http://diplomatie.uol.com.br/multimedia.php?id=30>; <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1976>; <http://www.reporterbrasil.org.br/clipping.php?id=1843> – Acesso em 15 de janeiro de 2012;

¹⁴⁴ <http://www.reporterbrasil.com.br/listasuja/resultado.php?lingua=pt&busca=cana&submit=Buscar-fazendas> – Acesso em 16 de janeiro de 2012.

O modelo de desenvolvimento calcado nos agronegócios é sustentável a médio e longo prazos? Registra-se então como desafio nesse recorte da realidade, uma lógica que desnaturalize a primazia do capital e do desenvolvimentismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. Indo direto ao ponto. **RURIS**, v.3, n. 1, p. 153 – 178, 2009.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: Novaes, J. R.; Alves, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 21 – 54, 2007.

_____. Diagnóstico e propostas de políticas públicas para o Complexo Agroindustrial canavieiro na Macrorregião de Ribeirão Preto. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, p. 241 – 262, 2002.

AMIN, A.; ROBBINS, K. (1992). Regresso das economias regionais? In: BENKO, G. LIPIETZ, A. (Org.) **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, p. 77 – 101, 1994.

BACCARIN, J. G. ; GEBARA, J. J. ; FACTORE, C.O . Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007. **Informações Econômicas**, v. 39, p. 17-28, 2009.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

_____. São Paulo e suas Migrações no Final do Século 20. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p. 84 – 96, 2005.

_____. (coord.). Regiões e Cidades no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná. **Textos NEPO**, n. 48 (Disponível em www.nepo.unicamp.br). Campinas: Núcleo de Estudos de População – UNICAMP, 2004.

_____. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980 – 1996**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, UNICAMP, 1999.

BALSADI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992 – 2006. **Revista de Economia Agrícola**, v. 57, n. 1, p. 91 – 110, 2010.

_____. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004. **Informações Econômicas**, v. 37, p. 38-54, 2007.

BARROS, G. S. C.; MORAES, M. A. F. D. A desregulamentação do setor sucroalcooleiro. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 2, p. 156 – 173, 2002.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano. In: BENKO, G. LIPIETZ, A (Org.) **As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, p. 19 – 31, 1994.

BECKER, B. K. Fragmentação do espaço e formação de regiões – um poder territorial? In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. H. P.; MACHADO, L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: UnB/UFRJ, 1990.

_____. Questões sobre tecnologia e gestão do território no Brasil. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; BARTHOLO R.; EGLER, C. (Org.). **Tecnologia e Gestão do Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

BENKO, G. (1995). **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, HUCITEC, 1999.

BILLSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: BILLSBORROW, R. E. (Org.). **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. Norwell: Kluwer Academic Publishers, p. 1 – 56, 1998.

BNDES e CGEE. **Bioetanol de cana-de-açúcar : energia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: BNDES e CGEE, 2008.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para Discussão n. 366**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v.9, n.3, p. 46 – 53, 1995.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama nos últimos 50 anos. **Texto para Discussão nº 621 - IPEA**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARGO, A. M. M. P.; CASER, D. V. CAMARGO, F. P.; OLIVETTE, M. P. A. SACHAS, R. C. C. TORQUATO, S. A. Dinâmica e tendência de expansão da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuárias, Estado de São Paulo, 2001 – 2006. **Informações Econômicas**, v. 38, n. 3, p. 47 – 66, 2008.

CANO, W. (coord.). **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico em São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, 3v, 1988.

CARNEIRO, M. S.; SOUSA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais. Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no**

Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, p. 215 – 232, 2007.

CARVALHO, G. R.; OLIVEIRA, C. O. O setor sucroalcooleiro em perspectiva. **Embrapa – Circular Técnica 10.** Campinas, 2006.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the Third World. In: CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. (Org.) **Circulation in Third World countries.** Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1–26, 1985.

CORRÊA, R. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279 – 318, 1997.

_____. (1996) **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. (1988). O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15 – 57, 2006.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, v. 82, p. 33-67, 2007.

DEDECCA, C. S.; MENDES, M. M. B. O sistema de justiça, a regulação pública e a formalização do trabalho no complexo sucroalcooleiro. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região.** Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 207 – 225, 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT); UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). PIMENTA, A. F. F. (coord.); RATTON, E. (org.). **Atlas Multimodal: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.** Brasília: DNIT; Curitiba (UFPR). 64 p. 2011. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/coordenacao-geral-de-meio-ambiente/atlas-multimodal/itti-atlas-boneco-final-outubro.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2011.

DESNACIONALIZAÇÃO DO ETANOL PÕE EM RISCO SOBERANIA ENERGÉTICA. **Caros Amigos**, São Paulo, 10 a 14, 1 de julho, 2011.

DUARTE, F.; FREY, K. Redes urbanas. DUARTE, F.; QUANDT, C; SOUZA, Q. (org.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, p. 155 – 177, 2008.

DURHAM, E. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, D. Região de Ribeirão Preto: o Brasil Agrícola Moderno. **GEOUSP**, nº 1, p. 73 – 83, 1997.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29. São Paulo, 1991

_____. Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da metrópole paulista. **Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. v. 2. São Paulo: p. 745 – 775, 1980

_____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. **Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**, São Paulo: p.89-108, 1978.

_____. O sistema urbano brasileiro. Um resumo das características e tendências recentes. **Estudos CEBRAP**, 18, p. 93 – 115, 1976.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2002.

FURIÓ, E. **Evolución y cambio en la economía regional**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

FURTADO, C. (1959). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLOBALIZATION AND WORLD CITIES (GaWC) RESEARCH NETWORK. **The World according to GaWC 2008**". Globalization and World Cities (GaWC) Study Group and Network. Loughborough University, 2009. Disponível em: <http://www.lboro.ac.uk/gawc/world2008t.html>

GOES, T.; MARRA, R.; SILVA, G. S. Setor sucroalcooleiro no Brasil: situação atual e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, ano XVII, nº 2, p. 39 – 51, 2008.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, UNICAMP, 1998.

GOZA, F. W.; RIOS NETO, E. L. G. ; MCQUARIE, D. . Temporary workers in the labor process of the São Paulo sugar Industry. **Critical Sociology**, v. 23, n. 3, p. 33-64, 1997.

HABERFELD, Y.; MENARIA, R. K.; SAHOO, B. B.; VYAS, R. N. Seasonal migration of rural labor in India. **Population Research and Policy Review**, v. 18, p. 473–489, 1999.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. **American Economic Review**, v. 60, n. 1, 1970.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. La producción de configuraciones espaciales: las movilidades geográficas del capital y el trabajo. In: HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México DF, Fondo de Cultura Económica, p. 376 – 415, 1990a.

_____. Las crisis en la economía espacial del capitalismo. Dialéctica del imperialismo. In: HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México DF, Fondo de Cultura Económica, p. 416 - 447, 1990b.

_____. (1973). **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 2, n. 1, 1978.

HOBSBAWN, E. Os homens se põem a caminho. In: HOBSBAWN, E. **A era do capital. 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 207 – 219, 1977.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT (ICTSD). **De Lula a Dilma: fronteiras ao projeto brasileiro do etanol**. ICTSD (www.ictsd.org), v. 7, n. 1, 2011.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana**. v. 1. Brasília: IPEA, 2001a.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP/SEADE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste**. v. 5. Brasília: IPEA, 2001b.

JANK, M. S.; RODRIGUES, L. Dinâmica e agenda do setor sucroalcooleiro na próxima década. **Revista de Política Agrícola**, ano XVI, nº 4, p. 86 – 96, 2007.

KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in Less Developed countries. **Journal of Labor Economics**, v. 4, n. 1, p. 134–149, 1986.

KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “Migrant Network” fails to explain International Migration. **International Migration Review**, v. 39, n. 1, pp. 4-44, 2005.

_____. ¿Manzanas y naranjas?: cómo el reclutamiento de indígenas mexicanos divide los mercados laborales agrícolas en el oeste de EU. Conferência **“Indígenas Mexicanos Migrantes en Estados Unidos: Construyendo Puentes entre Investigadores y Líderes Comunitarios”**. Latin American and Latino Studies Department (LALS) - University of California, Santa Cruz, 2002.

_____. Immigrant labor recruitment: U.S. agribusiness and undocumented migration from Mexico. In: FONER, N.; RUMBAUT, R. G.; GOLD, S. J. (Org.). **Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives**. New York: Russel Sage, p. 277-300, 2000.

LEE, E. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 89 - 114, 1980.

LEFEBVRE, H. (1970). Da cidade a sociedade urbana. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 15 – 32, 1999.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo : Nobel, 1977.

MARTINELLI, F. SCHOENBERGER, E. (1992). Os oligopólios estão de boa saúde, obrigado! In: BENKO, G. LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, p. 103 - 119, 1994.

MARTINS, José de Souza . Migrações Temporárias - Problema Para Quem? **TRAVESSIA**, v. 1, n. 1, p. 5-8, 1988.

MASSEY, DOREEN. **Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production**. New York : Methuen, 1984.

MASSEY, DOUGLAS. The social organization of mexican migration to the United States. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 487, p. 102-113, 1986.

MASSEY, DOUGLAS; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Worlds in motion: understanding International Migration at the end of the millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. E. An evaluation of International Migration theory: the North-American Case. **Population and Development Review**, v. 20, n. 4, p. 699–751, 1994.

_____. **Theories of International Migration**. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MATA, M. Urbanização e migrações internas. In: MOURA, H. (org.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, ETENE, p. 807-844, 1980.

MATTOS, C. A. Evolución de las teorías del crecimiento económico y crisis de la enseñanza urbano-regional. **Cadernos IPPUR**, V. XII, nº 1, p. 15 – 29, 1998.

MELLO, M. C. D. **O Bóia-Fria: acumulação e miséria**. Petrópolis, Vozes, 1976.

MENEZES, M. A.; SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usina canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 233 – 256, 2007.

MILANEZ, A. Y.; CAVALCANTI, C. E. S.; FAVERET FILHO, P. S. C. O papel do BNDES no desenvolvimento do setor sucroenergético. In: Além, A. C.; GIAMBAGI, F. (Org.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, p. 335 – 349, 2010.

MILANEZ, A. Y.; FAVERET FILHO, P. S. C.; ROSA, S. E. S. Perspectivas para o etanol brasileiro. **BNDES Setorial**, nº 27, p. 21 – 38, 2008a.

MILANEZ, A. Y.; BARROS, N. R.; FAVERET FILHO, P. S. C. O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, nº 28, p. 3 – 36, 2008b.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Anuário Estatístico da Bioenergia 2010**. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011.

MITCHELL, J. C. Towards a situational sociology of wage-labour circulation. CHAPMAN, M. e PROTHERO, R. M (Org.). In: **Circulation in Third World Countries**. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 30–53, 1985.

MORAES, M. A. F. D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, p. 605 – 619, 2007.

_____. A desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, p. 21 – 42, 2002.

MORAES, M. A. F. D.; FIGUEIREDO, M. G.; OLIVEIRA, F. C. B. Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: uma investigação dos impactos sócio-econômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, e de Leme, Estado de São Paulo. **Revista de Economia Agrícola**, v. 56, n. 2, p. 21–35, 2009.

MORIN, E. (1999). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2002.

MUKHERJI, S. The syndrome of poverty and wage labour circulation: the Indian scene. **Circulation in Third World Countries**. Chapman, M. & Prothero, R. M. (org.). Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 279-298, 1985.

NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais. Os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, v.3, n. 1, p. 105 – 127, 2009.

_____. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 87 - 117, 2007.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, R. A. D. Rede urbana regional e a inserção ocupacional dos migrantes. **Anais do IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro**. Rio Claro – SP: 1421 – 1433, 2009.

OS GRINGOS INVADEM O CAMPO. **Carta Capital**, São Paulo, p. 38 e 39, 9 de junho, 2010.

PALMER, R. W. Temporary migration and Illegal aliens. **Pilgrims from the Sun: West Indian migration to America**. New York: Twayne Publishers, p. 44-55, 1995.

PEREIRA, J. C. A. Condição camponesa e migração. Caminhos e descaminhos do roçado. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 297 - 314, 2007.

PRADO Jr., C. (1945). **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, v.37. Instituto de Economia Agrícola, 2007.

_____. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ROBERTS, K. D. Agrarian Structure and Labor Migration in Rural Mexico. **Working Papers in U.S. – Mexican Studies**, n. 30. San Diego: Program in United States – Mexican Studies – University of California, 1981.

SAINT, W. S. Mão de obra volante na agricultura brasileira: uma revisão da bibliografia. **Pesquisa em Planejamento Econômico**, v. 10, n. 2, p. 503 – 526, 1980.

SANTOS, M. (1996). **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v.36, N. Especial, p.7-32, jan. 2000.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 55 - 86, 2007.

_____. (2004). Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. ANTUNES, R; SILVA, M. A. M. **O Averso do Trabalho** –São Paulo: Expressão Popular, p. 25 – 65, 2010.

_____. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SINGER, P. (1973a). À Guisa de Introdução: urbanização e classes sociais. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 9 – 28, 1987.

_____. (1973b). Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 29 – 60, 1987.

SKELDON, R. **Population mobility in developing countries**. London; New York: Bedhaven Press, 1990.

SOJA, E. (1989). **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia**. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.

STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173 – 178, 1985.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.

SZMRECSÁMYI, T.; RAMOS, P. RAMOS FILHO, L. O. VEIGA FILHO, A. A. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. **Texto para Discussão 32**. EMBRAPA – Brasília/DF, 2008.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de “territorio circulatorio”. Los nuevos hábitos de la identidad. **Relaciones**, v. 21, n.83, p. 37 – 66, 2000.

TEIXEIRA, Evelyn C. O desenvolvimento da tecnologia Flex-fuel no Brasil. Instituto DNA Brasil. 2005.

THOMAZ JR., A. Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 10, n. 2, 2009.

_____. Agronegócio *Alcoolizado* e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. **Anais: III Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais. Anais: Feagri/Unicamp**, Campinas, 2007.

TODARO, M. P. A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. **The American Economic Review**, v. 69, p. 486-499, 1969.

TORQUATO, S. A.; BINI, D. L. C. Crise na cana? **Análise e Indicadores do Agronegócio**, v. 4, n. 2, 2009.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199 – 218, 2008.

VANWEY, L.K. Land Ownership as a Determinant of Temporary Migration in Nang Rong, Thailand. **European Journal of Population**, v. 19, n. 2, p. 121–145, 2003.

VEIGA FILHO, A. A.; RAMOS, P. Próalcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar. **Informações Econômicas**, v.36, nº 7, p. 48 – 61, 2006.

VETORASSI, A. **Laços de trabalho e redes dos migrantes: dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2010.

_____. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, p. 119 - 156, 2007.

VIAN, C. E. F.; LIMA, R. A. S.; FERREIRA FILHO, J. B. S. Estudo de Impacto Econômico (EIS) para o complexo agroindustrial canavieiro paulista: desafios e agenda de pesquisa. **Revista de Economia Agrícola**, v. 54, nº 2, p. 5 – 27, 2007.

VICENTE, M. C. M. Trabalho volante: a evolução de uma categoria. **Informações Econômicas**, v. 29, n. 2, p. 31 – 51, 1999.

WEISS, R. S. **Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies**. New York: The Free Press, 1994.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, v. 16, n. 2, p. 298 - 319, 1982.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, v. 61, n.2, p. 219 – 249, 1971.

Sites consultados

Açúcar Guarani. Disponível em: www.aguarani.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Disponível em: www.apexbrasil.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

BALBO. Disponível em: www.nativealimentos.com.br/ - Acesso em 30 de dezembro de 2011.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: www.bndes.gov.br.

BUNGE. Disponível em: www.bunge.com.br/acucar - Acesso em 29 de dezembro de 2011.

CALDEMA. Disponível em: www.caldema.com.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

CAMAQ. Disponível em: www.camaq.com.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

Cargill. Disponível em: www.cargill.com.br – Acesso em 30 de dezembro de 2011.

COCAL. Disponível em: www.cocal.com.br/ - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

COPERSUCAR. Disponível em: www.copersucar.com.br – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

COSAN. Disponível em: www.cosan.com.br – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

DEDINI. Disponível em: www.dedini.com.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br

Fundição Moreno. Disponível em: www.moreno.ind.br – Acesso em 5 de janeiro de 2012.

Instituto de Economia Agrícola. Disponível em: www.iea.sp.gov.br.

Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002 – disponível em:
<http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/licitacoessustentaveis/Lei%20Estadual%2011241%2019-09-2002.pdf>

Louis Dreyfuss Commodities. Disponível em: www ldcsev.com – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: www.agricultura.gov.br

Olival Tenório. Disponível em: <http://www.grupoolivaltenorio.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2011.

Pedra Agroindustrial. Disponível em: <http://www.pedraagroindustrial.com.br/> - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

Petrobrás. Disponível em: www.petrobras.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

RAÍZEN - www.raizen.com – Acesso em 28 de dezembro de 2011.

Relação de unidade produtoras de Açúcar e Álcool. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/>

São Martinho. Disponível em: www.saomartinho.ind.br – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Disponível em: www.agricultura.sp.gov.br.

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br. Acesso em 2 de janeiro de 2012.

Shree Renuka Sugars. Disponível em: www.renukasugars.com – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

Sistema IBGE de Recuperação de Dados Agregados (SIDRA) – Disponível em www.sidra.ibge.gov.br

Tereos Internacional. Disponível em www.tereosinternacional.com.br – Acesso em 27 de dezembro de 2011.

UMOEBioenergy. Disponível em: www.umoebioenergy.com – Acesso em 29 de dezembro de 2011.

União da Indústria da Cana-de-Açúcar. Disponível em: www.unica.com.br – Acesso em 31 de dezembro de 2011.

União dos Produtores de Bioenergia. Disponível em: www.udop.com.br – Acesso em 3 de janeiro de 2012.

Usina Alto Alegre. Disponível em: www.usinaaltoalegre.com.br – Acesso em 2 de janeiro de 2012.

Usina Santa Adélia. Disponível em: www.usinasantaadelia.com.br/ - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

Virálcool. Disponível em: www.viralcool.com.br/site/localizacao.php - Acesso em 2 de janeiro de 2012.

ANEXO I: Roteiro Entrevistas Migrantes Sazonais

1- Desde quando vem a São Paulo cortar cana? Como começou a vir? Porque começou a vir? Veio sozinho?

2 - Quanto tempo fica nessa região? Como foi contratado para o trabalho? Onde mora? Quais as condições de alojamento e onde ele se localiza?

3 – O que faz ao final da safra? E durante a entressafra?

4 - Onde vive no lugar de origem (rural ou urbano)? Com quem vive? Como vocês se organizam para sua vinda?

5 – O que pretende fazer quando não houver mais trabalho no corte de cana em São Paulo? No seu lugar de origem você conseguiria trabalho? Você conhece pessoas que migram para trabalhar em outros lugares e outras atividades?

ANEXO II: Roteiro Entrevista Informantes - Chave¹⁴⁵

1 – Quais as características do atual processo de expansão do setor sucroalcooleiro na região? Qual é o significado regional desse processo?

2 – Como esta expansão se relaciona à mobilidade sazonal para o trabalho no corte da cana-de-açúcar?

3 – Como você caracterizaria um perfil dos migrantes? Tem sido possível verificar a permanência desses trabalhadores na região após o final da safra e na entressafra?

4 – Como se dá a contratação desses trabalhadores pelas empresas da região? Quem são os agentes envolvidos nesse processo? Como avalia o grau de formalização dos trabalhadores?

5 – Quais as perspectivas e tendências dessa mobilidade? Especialmente considerando o processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar.

¹⁴⁵ Coordenadores da Pastoral dos Migrantes, sindicalistas e representantes do poder público.

ANEXO III: Roteiro Entrevistas Bóias-Frias

1 – Onde você nasceu? Como você chegou no município de residência atual? Com quem? Há quanto tempo?

2 - Por que começou a vir? Veio de maneira definitiva? Como era a vida no lugar de origem?

3 - Veio para trabalhar no corte de cana? Já trabalhou em outras atividades no lugar de destino?

4 - O que faz ao final da safra? E durante a entressafra?

5 – O que pretende fazer quando não houver mais trabalho no corte de cana? Considera a possibilidade de um retorno ao seu lugar de origem? Você conhece pessoas que migram para trabalhar em outros lugares e outras atividades?